



edições
câmara



JK

Ronaldo Costa Couto



Mesa Diretora

Câmara dos Deputados

56ª Legislatura | 2019-2023

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Marcelo Ramos

2º Vice-Presidente

André de Paula

1º Secretário

Luciano Bivar

2ª Secretária

Marília Arraes

3ª Secretária

Rose Modesto

4ª Secretária

Rosângela Gomes

Suplentes de secretários

1º Suplente

Eduardo Bismarck

2º Suplente

Gilberto Nascimento

3º Suplente

Alexandre Leite

4º Suplente

Cássio Andrade

Secretário-Geral da Mesa

Ruthier de Sousa Silva

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

Senado Federal

Biênio 2021-2022

Presidente

Rodrigo Pacheco

1º Vice-Presidente

Veneziano Vital do Rêgo

2º Vice-Presidente

Romário

1º Secretário

Irajá

2º Secretário

Elmano Férrer

3º Secretário

Rogério Carvalho

4º Secretário

Weverton Rocha

Suplentes de secretários

1º Suplente

Jorginho Mello

2º Suplente

Luiz do Carmo

3ª Suplente

Eliziane Gama

4º Suplente

Zequinha Marinho

Secretário-Geral da Mesa

Gustavo A. Sabóia Vieira

Diretora-Geral

Ilana Trombka



Câmara dos
Deputados

JK

Ronaldo Costa Couto

2ª edição



edições
câmara

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretoria Legislativa

Luciana da Silva Teixeira

Centro de Documentação e Informação

André Freire da Silva

Coordenação Edições Câmara

Ana Lígia Mendes

Revisão: Seção de Revisão

Foto da capa: Gervásio Baptista

Foto 4ª capa: tish11/Depositphotos

Fotos internas: Instituto Histórico e

Geográfico do Distrito Federal (IHG-DF),

Arquivo Público do Distrito Federal (APDF),

Arquivo do Autor

Projeto gráfico e diagramação: Giselle Sousa

2011, 1ª edição.

Linha Legado

SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações

Fabrice Ferrão Araujo

Coordenação-Geral

Luiz Carlos da Costa

Coordenação Industrial

Hélio Lopes de Azevedo

Coordenação de Gestão da Produção

André Said de Lavor

Coordenação de Edições Técnicas

Aloysio de Britto Vieira

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRBI: 2109

Couto, Ronaldo Costa.

Juscelino Kubitschek [recurso eletrônico] / Ronaldo Costa Couto. – 2. ed. -- Brasília :
Câmara dos Deputados, Edições Câmara : Senado Federal, Edições Técnicas, 2020.

Versão E-book.

Modo de acesso: livraria.camara.leg.br

Disponível, também, em formato impresso.

ISBN 978-65-87317-14-4

1. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976, biografia. 2. Presidente da República, biografia,
Brasil. I. Título.

CDU 929

ISBN: 978-65-87317-13-7 (papel) | ISBN: 978-65-87317-14-4 (e-book)

Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/2/1998.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia
autorização da Edições Câmara.

Venda exclusiva pela Edições Câmara.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo

Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) –

CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5833

livraria.camara.leg.br

SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações

Coordenação de Edições Técnicas

Senado Federal, Via N2, Bloco 8, Mezanino

Praça dos Três Poderes Brasília (DF)

CEP: 70.165-900

Telefones: (61) 3303-3575, (61) 3303-3576,

(61) 3303-3579

livraria.senado.leg.br

“Que os homens de amanhã que aqui vierem tenham compaixão dos nossos filhos e que a lei se cumpra.”

*José Silva Guerra, candango, em 22 de abril de 1959.
Escrita numa viga de concreto oculta da
cúpula da Câmara dos Deputados.
Foi descoberta em agosto de 2011, comovendo o Brasil.*

Agradecimentos

Muitos contribuíram com sugestões e informações indispensáveis a esta obra. O autor é especialmente grato a A. Andrea Matarazzo, Adriana Santiago, Affonso Arinos de Mello Franco, Affonso Heliodoro dos Santos, Alcides Nogueira, Anna Christina Kubitschek Pereira, Anna Paola Frade, Antonio Renato Alves Rainha, Ariadne Paixão, Bolívar Lamounier, Caio César Alves Tibúrcio Silva, Carlos Alberto Antunes Maciel, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Carlos Murilo Felício dos Santos, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Celso Lafer, Cirlene Ramos Luciano, Déa Lúcia Pimenta Felício dos Santos, Demóstenes Tres de Albuquerque, Donizetti Rodrigues da Cunha, Edson Silva, Eliézer Penna, Ernesto Silva (*in memoriam*), Eva Luciano da Silva, Ézio Cordeiro, Fábio Lucas, Gervásio Baptista, Ildeu de Oliveira, Jarbas Gonçalves Passarinho, Jarbas Silva Marques, João Pimenta da Veiga, José Carlos Brandi Aleixo, José Eduardo Martins Rodrigues, José Martins Arantes, José Paulo Sepúlveda Pertence, José Sarney, Jovelina Fernandes, Laura Haluch, Lauro Diniz, Leontino José Vieira Barbosa, Luciana Villas-Boas, Maria Adelaide Amaral, Maria Alice Gomes Berengas, Maria Clara Bicudo Cesar, Maria Estela Kubitschek, Maristela Martha de Alcantara Silva Sampaio, Marly Silva da Motta, Paulo Castello Branco, Paulo Octávio Alves Pereira, Pedro Rogério Couto Moreira, Pedro Simon, Raimundo Nonato da Silva, Renato Serra, Rodrigo Amaral, Serafim Melo Jardim, Silvia Najara dos Santos Silvano, Vania de Fátima Pereira.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2011.

Ronaldo Costa Couto

Sumário

Apresentações à 2ª edição	15
<i>Arthur Lira</i>	
<i>Rodrigo Pacheco</i>	
Apresentações à 1ª edição	19
<i>Marco Maia</i>	
<i>José Sarney</i>	
Prefácio à 1ª edição	23
<i>Pedro Simon</i>	
Introdução	29
Há muita grandeza em JK	
1ª PARTE	
Biografia concisa de JK	
Sonho e glória, amor e dor.	
Capítulo 1	37
O menino de Diamantina	
Capítulo 2	51
Telegrafista, acadêmico, médico	
Capítulo 3	55
Doutor Juscelino e Sarah	
Capítulo 4	59
Batismo de fogo, batismo político	
Capítulo 5	65
A relutante inserção na vida pública	

Capítulo 6	71
Deputado federal Juscelino Kubitschek	
Capítulo 7	77
Volta à medicina	
Capítulo 8	81
Prefeito de Belo Horizonte	
Capítulo 9	87
Deputado federal constituinte	
Capítulo 10	103
Governador de Minas Gerais	
Capítulo 11	113
Candidatura e campanha presidencial	
Capítulo 12	143
A Era JK	
Capítulo 13	165
Senador da República	
Capítulo 14	181
A cassação de JK	
Capítulo 15	197
Exílio e sofrimento	
Capítulo 16	215
Volta ao Brasil	
Capítulo 17	243
A morte na curva da estrada	
Cronologia biográfica de JK	257
Frases sobre JK	265

Frases de JK	283
Caderno iconográfico	295

2ª PARTE

Discursos e outros documentos

Discursos	329
Outros Documentos	417
Seleção entre 1952 e 1996	
Notas	469
Abreviaturas e siglas	479
Referências bibliográficas	487

APRESENTAÇÕES
E PREFÁCIO

Apresentações à 2ª edição

A segunda edição do *Perfil Parlamentar* de Juscelino Kubitschek é mais uma bela iniciativa da Câmara dos Deputados. Apresenta a vida de um dos mais brilhantes políticos brasileiros em texto agradável e fluente redigido pelas mãos habilidosas de Ronaldo Costa Couto. Renova-se o acerto da primeira edição em momento mais do que propício às reflexões inspiradas pela trajetória do mineiro carismático que perseguiu incansavelmente o projeto de nação vibrante e progressista que ele sonhou alto e procurou dar forma com a construção de Brasília.

Juscelino deixou como grande legado a prova viva de que democracia e desenvolvimento não apenas convivem muito bem, mas, quando o fazem, o resultado é o mútuo fortalecimento, com mais liberdade e melhores instituições junto com elevação do nível geral de bem-estar social.

Transcorridas seis décadas desde a passagem de Juscelino pela Presidência da República, constatamos o enorme progresso experimentado pelo país desde então e nos deparamos mais uma vez com o desafio de iniciar uma nova fase de crescimento que beneficie todos os setores de uma população três vezes maior e majoritariamente urbana.

No que diz respeito a habilidade política, entusiasmo e fé inquebrantável no destino do Brasil, este livro tem muito a ensinar, enquanto renova o compromisso do Parlamento com a preservação da memória nacional.

Arthur Lira

Presidente da Câmara dos Deputados

O grande escritor mineiro Pedro Nava dizia que a experiência “é um farol voltado para trás”. Iluminar o passado e saber tirar dele lições proveitosas é condição imprescindível para a construção política das soluções demandadas por um país complexo como o Brasil. Não é outra a intenção do Senado Federal ao reeditar, em edição conjunta com a Câmara dos Deputados, a obra Juscelino Kubitschek. Resultado de um cuidadoso trabalho de pesquisa e reconstrução histórica feito por Ronaldo Costa Couto, o livro apresenta a trajetória de um dos grandes protagonistas da vida política brasileira, aquele a quem o próprio Nava, que fora seu colega na faculdade de medicina da Universidade de Minas Gerais, caracterizou como “gênio nacional”.

Se não cabe aqui enumerar as realizações de Juscelino ao longo de seu profícuo caminho como homem público, uma vez que o livro as apresenta com riqueza de detalhes, vale ressaltar o quanto seu nome transcendeu o significado mais concreto de um grande administrador – o que já seria feito admirável – para converter-se em emblema eterno da esperança na realização das mais elevadas promessas de nosso país. Tornar-se um “norte”, um horizonte que nos orienta na batalha cotidiana para o soerguimento de condições econômicas e sociais mais justas, é dar à atividade política o seu sentido mais profundo e verdadeiro.

Voltemos a Pedro Nava para escaparmos à tentação, sempre à espreita, de idealizar excessivamente – e, por consequência, desumanizar – a figura pública. Em uma perspectiva mais pessoal, disse o escritor a respeito de seu amigo de juventude: “E o admirável em Juscelino é que ele se conservou na ascensão, na glória, na queda e na adversidade dentro das mesmas qualidades de endurância, brandura, tolerância, alegria e bondade que tinham habitado o menino...”. Seja em sua vida particular, seja em sua atuação pública, Juscelino Kubitschek deixa o exemplo de que os grandes sonhos só são grandes para os que têm coragem de

materializá-los, lidando com as intempéries do mundo real. Este livro é um registro dessa lição.

Rodrigo Pacheco

Presidente do Senado Federal

Apresentações à 1ª edição

A Câmara dos Deputados, ao lançar a publicação *Juscelino Kubitschek*, realizada em parceria com o Senado Federal, cumpre função institucional relevante. Elaborado por Ronaldo Costa Couto, o ensaio biográfico revela a visão de um estadista visceralmente democrata, que tinha a liberdade como valor essencial.

Juscelino Kubitschek conservou, tanto nos momentos de glória quanto nos de adversidade, atributos de grandes líderes. Filho de Diamantina que chegou à Presidência da República com marcas de brandura, tolerância e obstinação, ele muito nos ensinou. Ensinamentos de quem amou a vida pública e acreditou na grandeza do Brasil.

E, por assim acreditar, asseverou: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã de meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”. Eis a profética lição de nosso saudoso JK!

Marco Maia

O presidente Juscelino Kubitschek foi um dos maiores presidentes do Brasil. Ele dizia que sua maior virtude foi preservar a democracia. E realmente Juscelino foi um presidente marcado para ser expulso da Presidência da República. Assumira em meio à crise. Enfrentara as insatisfações militares, com Aragarças e Jacareacanga. Mas, como D. João salvara o reino português fugindo para o Brasil, Juscelino fugiu para Brasília. Soube contornar todas as crises, inclusive as internacionais, fez o país crescer e o entregou em plena democracia a seu sucessor.

Tendo sido adversário de Juscelino, aproximei-me dele depois que deixou o governo e estava cassado. Em dezembro de 1968 eu era governador do Maranhão e ele foi patrono de uma formatura. Recebi-o com o respeito que devia a um ex-presidente, ofereci-lhe um almoço. Ele me disse e escreveu palavras generosas de gratidão, preocupado comigo pelo meu gesto para com ele. No dia seguinte viajamos no mesmo avião, fiquei no Recife e ele foi preso ao descer no Rio. Era o AI-5.

Ronaldo Costa Couto, com a sua dedicação ao trabalho de resgate histórico, pesquisou com discernimento e competência e escreveu um brilhante retrato de Juscelino que faz justiça ao homem e ao político; e acumula mais um belo livro a sua excelente bibliografia.

José Sarney

Prefácio à 1ª edição

Era 1956. Presidente da Junta Governativa da União Nacional dos Estudantes, a UNE, era minha missão solicitar ao presidente da República recursos para promover o Encontro Internacional de Estudantes de Direito. Respirei fundo. Confesso que, já naquele tempo, eu era um tanto quanto prolixo. Talvez necessitasse de uns cinquenta minutos de “entretantos”. O maior deles, obviamente, a nossa pindaíba, diretamente proporcional ao tamanho dos nossos sonhos. Na agenda do “político pé de valsa”, eu disporia, entretanto, de, no máximo, cinco minutos. Ou conseguiria o meu intento, ou “dançaria”. Teria, portanto, que exercitar o meu próprio “cinquenta minutos em cinco”. Sei não, acho que, diante do “político que tinha asas”, eu até que “voei” bem. Mas exagerei na “aterrissagem”, encantado, talvez por estar, ali, na presença do “político habilidoso e carismático”:

— Senhor Presidente, se forem liberados recursos para o nosso encontro, ele será, sem dúvida, a maior realização do seu governo!

— Ele arregalou os olhos e chamou o seu amigo, poeta, teatrólogo, diplomata e chefe de gabinete, Paschoal Carlos Magno:

— Mas, Paschoal, a maior realização do meu governo, e você não me conta nada!

Pois é, talvez eu tenha pensado grande demais. Influência do ex-“prefeito furacão”, o mesmo que já houvera feito, por exemplo, nos anos quarenta, na companhia de Oscar Niemeyer, o Complexo da Pampulha, em Belo Horizonte.

É evidente que o nosso encontro, apesar de ter contado com significativa representação da inteligência mundial, não chegou a ter o encanto do Museu de Arte, da Casa do Baile, do Iate Tênis Clube, nem da Igreja

de São Francisco, realizações de Juscelino quando prefeito da capital mineira, precursoras da construção de Brasília. Mas o evento foi, para nós, um grande sucesso de público, de crítica e para a estrutura física da UNE. Os recursos liberados pelo presidente foram suficientes não só para as despesas de custeio do tal encontro. “Homem de visão” esse Juscelino! Sobrou algum para a reforma da nossa sede, para outros encontros, outras caminhadas, outras travessias. Pena que ele não estivesse mais entre nós, quando a UNE “pintou a cara” e foi para as ruas, na defesa da anistia, das eleições diretas e da ética na política. Pena que ele não esteja entre nós, nestes nossos tempos, quando é tamanha a necessidade de voltar a pintar as caras contra a corrupção e a impunidade no mau uso do sagrado recurso público.

O nosso encontro não teve, também e obviamente, o mesmo encanto, nem o sucesso de público e de crítica, de Brasília. “Cadê o presidente?”, perguntavam. “Está voando”, respondiam. A capital da República havia de ter a forma de um avião, para que o país decolasse. Evidente, também, que a tal estrutura da nossa sede – embora sua tamanha importância para sustentar a nossa luta pelas liberdades democráticas – poderia ser comparada, apenas, a algo assim como um pequeno grão de asfalto das tantas estradas, tantos caminhos que fizeram a integração deste país de tamanhos contrastes; a tantas outras obras do “presidente bossa nova”, que nos propiciaram energia e transporte para o futuro.

Diz-se que a “História Tradicional” é aquela que se conta através dos grandes feitos e dos seus grandes vultos. Método mais que perfeito para contar a história do presidente Juscelino Kubitschek. Diz-se, também, que a “Nova História” é aquela que se conta “de baixo para cima”, através do relato das pessoas que presenciaram, que ouviram, ou que também viveram os acontecimentos. Método também mais que perfeito para conhecer a história do mesmo presidente JK. Uma história que extrapola e que está acima de qualquer método.

É bem assim que entendeu o meu amigo Ronaldo Costa Couto, mineiro como JK, ao escrever esta obra. Ele não se debruçou apenas sobre documentos oficiais, como fontes de informação, para relatar a história de um dos nossos maiores e melhores vultos. Ele se saciou de novas vertentes históricas e conseguiu, com seu belo texto, trazer o presidente realizador Juscelino até nós, através da compreensão da magnitude de seus grandes feitos, e possibilitou, mais ainda, que nos transportássemos ao futuro, nas mesmas asas do presidente político JK. O texto do Ronaldo tem o dom de eternizar a história do presidente Juscelino Kubitschek. Esta união entre um vulto histórico e um competente historiador faz com que a história não se conte apenas olhando pelo retrovisor. Uma história que se prolonga com um olhar futuro, tendo o tempo como o seu principal revisor.

O Ronaldo já contou outras histórias. De outros vultos, de outros feitos, de outros fatos. O seu texto é, costumeiramente, em todas as linhas, profundo e, ao mesmo tempo, claro e preciso. Ainda mais quando ele escreve sobre as coisas, os “causos” e os conterrâneos da sua Minas Gerais. Não digo que este seja um último capítulo da história do Juscelino. Há, sempre, uma “nova história” a ser contada, quando o seu principal personagem torna-se imortal, como é o caso do JK. Além disso, é preciso jamais esquecer que o último capítulo dessa mesma história termina com um ponto de interrogação. Uma história que, segundo o autor, “ainda busca um final”.

Talvez eu pudesse dizer, porém, agora sem medo de exagerar na “ater-rissagem”, no prefácio desta bela obra:

— Senhor historiador, esta é a sua maior realização intelectual. Não é preciso um amigo, um poeta, um teatrólogo, um diplomata ou um chefe de gabinete ter lhe contado.

Talvez eu pudesse escrever aqui, tão somente, após ler essa história de “sonho e glória, amor e dor”: nada a acrescentar. Sobre o futuro, bem,

quanto ao futuro, que ele seja o que o Juscelino sonhou. Aí será, com certeza, uma nova história.

16.09.2011

Pedro Simon

INTRODUÇÃO

Há muita grandeza em JK

Introdução

Há muita grandeza em JK

Acreditava nos brasileiros, confiava no país. Visionário, otimista, carismático, corajoso até o limite da inconseqüência. Passava esperança, confiança, comprometimento. Imaginação poderosa, pensava grande. Líder intensamente executivo, amava governar. Chefe dinâmico, intuitivo, dono de sólida vontade de inovar, modernizar, construir. Conhecia os caminhos e as artes, manhas e artimanhas da política. Conciliador mas intransigente na defesa de seus princípios e direitos. Envolvente e agregador, atraía e entusiasmava as pessoas com suas ideias, projetos, programas, objetivos e metas. Um ímã de simpatia. Alegre, risonho, festeiro. Havia algo inebriante na personalidade dele. O carioca-mineiro San Tiago Dantas, jurista brilhante, notável homem público, estrela do PTB, dizia que se alguém não quisesse ser amigo de Juscelino teria de ficar a não menos de seis léguas dele.

Algumas vezes tímido e cerimonioso, quase sempre extrovertido, jovial, feliz da vida. Seu amigo e antecessor no governo de Minas, Milton Campos, brincava que ele não parecia ser o governador, mas o filho do governador.

Místico, católico fervoroso, devoto de Nossa Senhora da Luz, confiava também no espiritismo. Apesar de político intuitivo e seguro, recorreu ao médium mineiro Chico Xavier em momentos especialmente difíceis de seus mandatos de governador e de presidente da República. Médico, pediu socorro ao legendário médium Zé Arigó, de Congonhas, Minas, no tratamento da filha Márcia, vítima de crônico problema na coluna vertebral. Homem de fé, confiava numa força interior que às vezes se manifestava, a que chamava de instinto kubitschekiano. A ele atribuía muitas de suas principais decisões. Lado cigano da alma de JK?

Emérito tocador de obras. É o maior empreendedor público da história latino-americana, empolgado construtor de sonhos. Dava a missão e os meios. “Nunca deixei uma obra pela metade. O que projeto, faço.” Marcava o início e o fim de cada uma. Tinha fixação em programas e projetos de desenvolvimento, metas, prazos e ritmo de execução, qualidade do produto. Acompanhava o andamento dos cronogramas, inspecionava, criticava, cobrava dos executores. Atravessava o país para visitar e inspecionar obras. Fosse a pioneiríssima e perigosa construção da rodovia Belém-Brasília, de Bernardo Sayão e outros heróis, nas entranhas da temida selva amazônica, ou a implantação de nova montadora de automóveis, em São Paulo. Não parava, não se poupava. No biênio 1957-1958, fez 225 voos Rio-Brasília-Rio, quase todos à noite e de madrugada, para não prejudicar as demais atividades. Descansava a bordo. Não tirava os olhos da construção da cidade. Referia-se a ela como sua terceira filha. Márcia, Maria Estela e Brasília.

JK é um desses raros homens que sabem fazer a História, resumiu o talento de Afonso Arinos de Melo Franco, amigo e adversário político. Movimentava-se do início do dia até altas horas da noite. Por terra, pelo mar e, principalmente, pelo ar. Adorava a velocidade. Maravilhava-se com aviões, a ponto de ter certeza de que nunca haveria acidente com ele a bordo. Trabalhava nos fins de semana, a felicidade estampada no rosto, o sorriso aberto, a gargalhada pronta para explodir. Realizava-se. Líder forte, chefe democrático.

Encantou o astuto e prudente interventor Benedito Valadares e seu governo, como chefe da Casa Civil, do final de 1933 ao de 1934. Simpatia, cordialidade, dinamismo, objetividade. Prefeito de Belo Horizonte de 1940 a 1945, acordou a pequenina e provinciana Belo Horizonte. Expandiu e renovou a cidade, remodelou-a no rumo da modernidade. O povo o apelidou de Prefeito Furacão, porque balançou a cidade, mexeu em tudo, espalhou obras e inovações por toda banda. Governador de 1951 a 1955, empolgou e sacudiu Minas. Revolucionou a gestão pública. Mudou

a mentalidade política e administrativa. Valorizou a pesquisa e o planejamento, executou abrangente e vigoroso programa de obras, focado no binômio energia e transportes. Priorizou e promoveu a industrialização. Período de desenvolvimento acelerado e de integração estadual.

Presidente da República, comandou profunda transformação do país. Seu quinquênio está marcado pela redefinição da estrutura, escala, patamar, rumos e velocidade do desenvolvimento nacional. A nação idealizou, planejou e executou as mais abrangentes, sólidas e importantes mudanças estruturais de sua história. Do economista Roberto de Oliveira Campos, integrante e depois crítico feroz do governo JK e, mais tarde, também ministro do Planejamento do presidente Castello Branco, primeiro do ciclo militar iniciado em 31 de março de 1964:

“Ele era realmente encantador, simples, bom orador, alegre, um homem exuberante. Capaz de grandes crueldades quando se sentia ameaçado, mas, de modo geral, uma criatura boa, sem ódio, e com exuberante dinamismo. Acordava cedíssimo, caçava os auxiliares todos e às seis, sete horas da manhã estava telefonando para todo o mundo.”

Amava a política, mas não tinha vocação parlamentar. A dinâmica imposta pelas regras e procedimentos não combinava com seu temperamento e vocação. Estava sempre apressado, muitas vezes afobado, como se fosse tirar o pai da força. Inquieto, irrequieto, em movimento. Curioso: tinha calma para ouvir as pessoas. Mas faltava-lhe o gosto e a paciência exigidos pela função legislativa. Seu negócio era imaginar, planejar, coordenar e executar. Um homem do desenvolvimento, dono de férrea vontade de mudar o país. Visão de Tancredo Neves, amigo fiel das horas boas e ruins:

“Um grande político. Juscelino Kubitschek era um homem preocupado com o desenvolvimento econômico. Nunca entrei no gabinete do presidente JK sem o ver ao telefone, aos gritos, cobrando a conclusão de uma ponte, a conclusão de uma estrada, a conclusão

de uma grande universidade, de uma grande realização de desenvolvimento.”

Eleito presidente da República em 3 de outubro de 1955, com 36% dos votos, vence tentativa de golpe em novembro, assume em 31 de janeiro de 1956.

Lança o ambicioso Programa de Metas. Políticas públicas e projetos de investimento voltados para a formação de infraestrutura, especialmente a de energia e transportes. Prioridade para educação, saúde, indústria de base, indústria de bens de consumo durável. Trinta metas setoriais e uma especial e síntese: a construção de nova capital. Concentra-se na administração, mas sem descuidar da política. Articula forte política de integração nacional com a marcha para o interior. Desbrava o sertão, ergue Brasília. Em 42 meses, a cidade ganha condições mínimas para ser a capital. Nasce a indústria automobilística, a indústria naval dispara, a siderúrgica também, a produção de petróleo se multiplica, surgem grandes hidrelétricas. São entregues mais de 13 mil quilômetros de novas rodovias e mais de 3 mil quilômetros de ferrovias. A economia brasileira cresce quase 50% reais durante os anos JK, impressionando o mundo.

JK: político conciliador, mas capaz de radicalizar em defesa da liberdade parlamentar, que sabia essencial para a democracia. Admirava os grandes legisladores, líderes e tribunos. Especialmente os mais hábeis e capazes de pensar, falar e agir com grandeza.

Testemunho do senador Daniel Krieger (1909-1990), seu adversário: “Os termos do relacionamento entre o Executivo e o Congresso eram, antes de tudo, altos. Havia divergências, como é natural, mas JK sempre foi compreensivo, amável, não permitindo exacerbações.”

Em quase dez anos como deputado e senador, Juscelino cumpriu seus deveres, negociou e articulou como poucos. Mas apresentou poucos projetos e quase não usou a tribuna. Não tinha alma de parlamentar.

Fenômeno eleitoral desde a primeira disputa, não completou os três mandatos legislativos. O primeiro foi abortado pelo Estado Novo do presidente Vargas, em 10 de novembro de 1937. O segundo, voluntariamente interrompido no meio de 1950, para candidatura ao governo mineiro. E o terceiro, o de senador por Goiás, arrancado pela ditadura em 8 de junho de 1964.

Fragments de seu discurso de posse no Senado da República, em 13 de julho de 1961:

“Ainda não me referi aos rumos que irão nortear minha conduta nesta Casa. Em primeiro lugar serei fiel e vigilante no que toca ao binômio democracia e desenvolvimento que orientou a minha administração e a direção política que segui de maneira inflexível. Espero não ser necessário combater qualquer espécie de atentado a essas duas aspirações da nação, mas não hesitaria em contribuir com o meu protesto e vigilante zelo se alguma ocasião se apresentasse menos tranquila, ou se ameaça houvesse ao que reputo de fundamental importância para o bom nome e a prosperidade nacional. Não posso terminar sem ressaltar mais uma vez a honra que tenho em pertencer ao corpo legislativo de meu país. Sem parlamento não há democracia, não há liberdade.”

Cumpriu a palavra. Reagiu ao arbítrio, teve o mandato cassado, os direitos políticos suspensos, a vida despedaçada.

Um perfil raro. O de homem do desenvolvimento fiel à democracia e aos interesses do Brasil. Acima de tudo, até do sofrimento sem fim imposto pela ditadura.

Tinha esperança no nascente processo de abertura política do governo Geisel. Recebera sinais dos donos do poder. Possibilidade de início de diálogo, no nível mais elevado. Queria contribuir como pudesse para abreviar o reencontro do Brasil com a democracia. Não pôde.

Ação e paixão, busca quase obsessiva de concretizar ideais possíveis e impossíveis. Explicava-se: “Não vejo sentido nas vidas que se economizam, que se recusam a consumir-se na chama de um ideal.” Faz sentido: o homem é reflexo de seus sonhos. E ele viveu muitos. Belos, grandes, alguns talvez exagerados. Parece que deles é que extraía sua força, alegria e razão de viver.

Até sua historinha predileta é feita de sonho. Dois dedicados operários trabalham lado a lado. O mais velho sempre produz muito mais. Ninguém sabe por quê. Certo dia um menininho pergunta o que estão fazendo. O mais jovem: – Assentando tijolos. O outro: – Construindo uma catedral.

JK sonhou grande, longe e alto até o fim. Morreu em brutal, polêmico e estranho desastre de carro no quilômetro 165 da Via Dutra, no final do domingo cinzento de 22 de agosto de 1976. Partiu com a democratização brasileira pulsando forte no peito e na imaginação.

Ronaldo Costa Couto

1ª PARTE

Biografia concisa de JK
Sonho e glória, amor e dor.

Capítulo 1

O menino de Diamantina

Reza a lenda que, no final da tarde de 12 de setembro de 1902, meia dúzia de cavaleiros interromperam a marcha numa estradazinha de terra das montanhas do pobre Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, para ouvir um mensageiro que chegava a galope. Segundos depois, eufórico, sorriso completo, chapéu na mão direita, braço apontado para as nuvens, o que monta o animal mais vistoso, João César de Oliveira, de 30 anos, grita profética alegria para os amigos e o céu: “Nasceu Juscelino Kubitschek de Oliveira, futuro presidente do Brasil!”ⁱ

Começo da manhã de 12 de setembro de 1902 na bela Diamantina, antigo Tijuco. Um choro forte enche de alegria o casarão colonial do pequeno fazendeiro Augusto Elias Kubitschek, rua Direita, quase em frente à catedral. Chega ao mundo Juscelino Kubitschek de Oliveira, menino sadio que ganhará o apelido de Nonô. Pai: o jovem e irrequieto João César de Oliveira, que já fora garimpeiro, caixeiro-viajante, capitão da Guarda Nacional, delegado de polícia, suplente de inspetor escolar, agente fiscal interino do imposto de consumo, além de exercer outras ocupações. Mãe: Júlia Kubitschek, normalista, professora primária.

O bebê Nonô multiplicou a alegria no casarão. Júlia e João César sonhavam com um menino. Havia perdido Eufrosina, a primeira filha, dois anos antes. Vivera poucos meses. Tinham uma menina de um ano,

i Há outra versão, com o mesmo desfecho. Corte para Belo Horizonte, início de 1955. Juscelino é candidato a presidente da República. O escritor e amigo Geraldo França de Lima pergunta: “Vamos ganhar?” Juscelino: “Pergunte ao Zino”. Zino é Eufrozino de Oliveira, tio de Juscelino, residente em Araguari, Triângulo Mineiro, irmão de João César de Oliveira. Geraldo pergunta. Zino: “O Juscelino está eleito. É o destino”. E conta que, com o nascimento do filho, João César não pôde comparecer a encontro marcado com um comprador de pedras. Mandou-lhe, então, o seguinte bilhete: “Não posso ir encontrar-me com você, porque a Júlia deu à luz o futuro presidente da República. Diamantina, 12 de setembro de 1902. João César de Oliveira”.

Maria da Conceição, a Naná. Naná e Nonô serão amigos e confidentes de vida inteira. Além da mãe, é a ela que Juscelino atribui grande parte da formação de sua personalidade. Hábil e criativa, inventava de tudo para melhorar a dura vida da família. Fez até mobília de caixote para agradar e ajudar o irmão.

João César e Júlia casaram-se em 1898, surpreendendo a cidade. Contam que as comadres bisbilhoteiras já consideravam a severa e sistemática professora irremediavelmente enalçada. Quando estourou a notícia do noivado, as línguas afiadas matraquearam sem dó. Como é que podia? Logo a reservada e ajuizada Júlia encantar e laçar o cobiçado João César? Um rapaz tão bonito, alegre e desembaraçado, chegado à boemia, bom de papo, festeiro, bom de música, pé de valsa, seresteiro, tocador de violão, dono de uma penca de suspirantes admiradoras. Deve ter sido a doçura dos belos olhos azuis dela.

Temperamentos avessos, polos opostos. João César, impetuoso e despachado, alma típica da festeira e alegre Diamantina. Pilha de simpatia pessoal, radiante e irradiante, colecionador de amigos. Em 1887, não suportou o clima pesado e opressivo do internato do Seminário de Diamantina, dirigido com mão de ferro pelo padre reitor Miguel Maria de Sipolis, vindo do temido Colégio do Caraça, terror maior da meninada mineira que não queria ser padre. Tempo da palmatória, dos castigos humilhantes, da disciplina a ferro e fogo. Alma livre e solta, não tolerou. Convenceu dois colegas a acompanhá-lo, pularam o muro de pedra de madrugada, ganharam a rua e a liberdade, marcharam direto para a vizinha São João da Chapada. Chegaram à noite, esfomeados, sujos, pés sangrando. O rígido reitor, cuspiendo marimbondos, radicalizou contra os fujões. Descoberto, castigado pelo pai, Teófilo Gomes de Oliveira, João César não cedeu. Acabou no Rio de Janeiro, depois de mais de vinte dias de viagem a cavalo, em novembro de 1887, para assumir um meteórico emprego de caixeiro-viajante conseguido pelo pai. Uma solução aparentemente compatível com seu temperamento

inquieta e independente, que não se conformava com a opressão do seminário e os horizontes estreitos de Diamantina.

No Rio, tornou-se aprendiz do Corpo de Bombeiros, vestiu farda. Convencido pelo pai, retornou a Diamantina no meio de 1888, trabalhando como caixeiro-viajante. Seminário, nunca mais. Figura fascinante, de índole altruística e forte magnetismo pessoal, popular, bem-humorado, divertido, extrovertido, mão-aberta, sonhador. Tocador de viola e violão, organizador de bailes e festas, orador em casamentos, dançador de siriri, iniciador de coretos. Adorava roda de amigos, celebrações, serenatas, viagens, danças, aventuras. Também trabalhava duro e sabia ser solidário. Como, por exemplo, na epidemia de varíola de 1896, que espantou e matou muita gente. Expôs-se, arriscou-se, conseguiu comida e remédios, ajudou doentes e famílias que deixavam a cidade.

Júlia é retraída, discreta, enérgica, severa, disciplinada. E muito determinada, força de vontade inata. Esforçadíssima, escrava do dever, extremamente responsável. Leva tudo a sério, como se tivesse vindo ao mundo a serviço. Ensina o dia inteiro na escolinha pública do subúrbio da Palha, a mais de uma légua de Diamantina. Levanta de madrugada, vai e volta de segunda a sexta-feira.

É evidente a presença em Juscelino de algumas características marcantes da mãe e também do pai. Principalmente a disciplina, a determinação, a alegria, a veia boêmia e a alma cigana, destemida, sonhadora e aventureira. Muito forte nele a audácia e a esperança do faiscador, atividade que exige otimismo, sonho, trabalho árduo e atenção.

Síntese do próprio Juscelino:

“Minha mãe era uma mulher corajosa, disposta, brava. Meu pai era um homem muito inteligente, de temperamento boêmio e, como todos os habitantes da cidade, gostava de serenata.”¹

A família de João César tinha forte tradição e muita história na região. Já o primeiro Kubitschek de Diamantina, o imigrante Jan Nepomuscky Kubitschek, bisavô materno de Juscelino, descendente de ciganos, chegara à cidade em 1830. Viera de Trebon, Boêmia, Tchecoslováquia, então parte do império austro-húngaro. Adaptara-se rapidamente, firmara-se como marceneiro, prosperara, juntara apreciável cabedal. Foi apelidado de João Alemão, devido aos olhos azuis, cabelos ruivos e sotaque forte. Casou-se com Teresa Maria de Jesus, do Serro. Tiveram dois filhos: João Nepomuceno Kubitschek e Augusto Elias Kubitschek. Proporcionou à família vida estável e tranquila.

Augusto Elias, avô materno de Juscelino, não completou os estudos. Em 1867, aos 21 anos, casou-se com Maria Joaquina Coelho, de apenas quinze. Forte, calado, arredio, adorava ler romances e novelas de aventuras. Principalmente Walter Scott, Alexandre Dumas e o naturalista Émile Zola. Transmitiu esse amor às letras e livros ao neto. O menino passava férias na sua fazendinha, bem próxima da cidade. Aí liam, juntos ou separados, bons autores. Comentavam, divertiam-se. O menino descobre que o bom livro é uma lâmpada mágica. Basta começar a leitura para conhecer personagens, histórias interessantes, coisas do mundo do bem e do mal, da imaginação e da realidade. Nonô falava e ouvia sobre o sonho de ser médico. Uma influência importante na vida do menino, ávido leitor de vida inteira. Além de pequeno fazendeiro, esse avô sistemático, presente e amoroso tinha uma loja de armários chamada Au Bonheur des Dames, em homenagem ao romance de Zola. O nome não combinava com a formosa e barroca Diamantina, mas tinha tudo a ver com a alma do dono. Contam que, se chegava freguês em momento palpitante da leitura, ele ficava contrariado. Às vezes nem atendia. Sujeito bom e amoroso, meio enigmático e esquisitão. Apesar da limitação de recursos, estimulou Júlia a cursar a Escola Normal de Diamantina. Foi vereador, ajudava o irmão João Nepomuceno na política local.

Esse João Nepomuceno, tio-avô de Juscelino, voou alto. Estudou na Academia de Direito de São Paulo. Formado, advogou e lecionou em Diamantina. Homem sensível e culto, bom poeta, autor de *Hermengarda*, presente em várias antologias. Mostrou forte aptidão pela vida pública. Conciliador, hábil negociador, meteu-se na política com notável sucesso. Foi senador estadual, tornou-se vice-presidente de Minas Gerais no período 1894-1898. Morreu em 1899. Referência maior dos Kubitschek.

O sobrinho-neto Nonô conhecia e admirava sua história e feitos.

Órfão de pai

Juscelino perdeu o pai aos dois anos. João César partiu em 10 de janeiro de 1905, vítima de tuberculose, que se seguiu a forte pneumonia contraída em viagem de serviço. Dizem que foi por causa de exposição ao vento gelado das serras. Doença longa, tratada em casa, sem esperança de cura, muito medo de contágio, muito sofrimento. Os benditos antibióticos só chegariam mais de duas décadas depois, com a penicilina do escocês Alexander Fleming. João César não dramatizou. Tratou de acertar suas contas na terra e com Deus. Confessou-se, aceitou a extrema-unção. Em 9 de janeiro de 1905, quase em coma, tentou um brinde à prima Maria do Amparo e seu noivo, o promotor de justiça Elisardo Eulálio de Souza (“Que sejam sempre felizes. Que se lembrem sempre de mim.”), com casamento previsto para o dia seguinte, adiado pela partida de João César.

Excelente biógrafo de Juscelino, Francisco de Assis Barbosa registra palavras de João César a Júlia, depois de desenganado pelo médico José Raimundo Teles de Meneses: “Sei que estou perdido, mas agradeço a Deus por conservar você com saúde e disposição para criar os nossos filhos. Para eles, seria muito pior que faltasse você, e não eu.”²

O bom João César não perdeu o humor nem diante da morte. Pouco antes, arquejante, pediu à mulher que lhe vestisse a calça mais nova, porque queria se apresentar bem no outro mundo.

Foi da sacada do casarão que os pequeninos Naná e Nonô assistiram juntos à passagem do caixão do pai rumo à Igreja de São Francisco. Pouco ou nada entenderam. Juscelino conta nas memórias que esta é a sua lembrança mais antiga, companheira de toda a vida: o corpo inerte de João César, pálido, deitado num caixão roxo enfeitado de flores.

Trajetória breve, intensa, emocionante, movimentada e iluminada a do cometa João César. Grande e brasileiroíssimo personagem, bela história. Dá livro, dá filme.

Viúva aos 32 anos, renda familiar reduzida ao magro vencimento, Júlia assume todas as responsabilidades de manter e educar as crianças. Juscelino:

“Nossa pobreza não era propriamente da origem, mas das circunstâncias. Restringiu-se ao âmbito de nossa pequena família, isto é, minha mãe e seus dois filhos, e foi também consequência da morte prematura de meu pai. Se o quisesse, ou tivesse outro temperamento, minha mãe poderia ter recorrido aos parentes. No entanto, ela se compenetrara de uma noção especial do dever e se impunha a mais estrita disciplina.”³

Via a mãe como seu anjo protetor, em todos os sentidos. Conta que ela ficava de pé antes de o galo cantar, acendia o fogo, preparava o café e o almoço. Depois arrumava tudo, ia a pé para a escola da Palha.

Ela não se casará novamente. Muda para o morro da Grupiara, mora na própria escola. Depois aluga casa simples na rua São Francisco, 241, centro de Diamantina. Ao visitar a cidade, em 1907, João Pinheiro, presidente do estado, a nomeou para o Grupo Escolar de Diamantina, perto de casa. Trabalhando exageradamente, sempre fez da educação e estudos dos filhos sua principal razão de viver. Ministrou-lhes rigoroso

curso primário. Tinha algumas regras de ouro. Podiam brincar à vontade, mas só depois de aprendida a lição e feitos os deveres de casa. Outra: tarefa iniciada tinha de ser concluída. Nada de deixar as coisas pela metade. Primeiro o dever, depois o lazer. JK:

“A obrigação estava sempre em primeiro lugar, e essa advertência, à força da repetição, fixou-se no subconsciente e erigiu-se para mim, mais tarde, em base de filosofia de vida.”

Passou-lhes sua grande fé no trabalho e na dignidade humana. Ambos corresponderam. Estudiosos e interessados, brilharam nas aulas e provas. Idólatras da mãe, entenderam sua luta. Fragmentos das memórias de Juscelino:

“Estava de pé antes de o galo cantar. Acendia o fogo. Preparava o café. Em seguida fazia o almoço. Mamãe nos levava para a escola e nós ficávamos sentados no chão da sala das sete às onze horas e de meio-dia às quatro, assistindo ao trabalho dela. Quando terminava, íamos para casa, almoçávamos e voltávamos. À tarde, ela nos levava, tínhamos o nosso pequeno jantar e, à noite, ela nos acomodava na cama. Foi mãe e mestra. Fez todo o curso primário comigo. E me obrigava a ser o aluno exemplar. Eu tinha que estudar mais do que os outros. Tinha que ter nota melhor do que os outros, comportamento melhor. (...) Ela nunca teve uma palavra de desalento, mesmo nas horas mais difíceis. Graças à sua tenacidade, abri caminho na vida. E foi no seu exemplo que me inspirei para realizar o meu destino.”⁴

Vida difícil. Despesa obrigatória maior que o magro vencimento de professora. Renda contadinha, medida. A econômica mestra Júlia fazia milagres. Juscelino conta que começou a observar a cidade, os amigos e companheiros, e a se perguntar: “O que eu vou fazer aqui?” Não tinha dinheiro, não sobrava um tostão em casa. Não podia ir a um cinema, vestir-se bem para uma festa, comprar livros, comprar sapatos. Andava descalço. Infância pobre, mas não triste. Vida agitada, cheia

de responsabilidades precoces, mas também de amigos e alegrias. Seu ideal e meta era a medicina. Mas frequentava igreja, ajudava a celebrar missa, rezava muito, apesar da falta de vocação para o sacerdócio. Fartura mesmo só no tempo das jabuticabas. Havia quatro árvores magníficas no quintal, que se carregavam desde a base até as grimpas. Era sua fruta predileta, paixão. Brincava na rua, jogava bola, ia à fazendinha do avô Elias, corria atrás de música. E a dança. Adorava dançar, levava jeito. Tinha ritmo, leveza, parecia um dom natural. Vai amar a dança a vida inteira e lá longe, no futuro, ganhar o apelido de Pé de Valsa.

Junto com Naná, ficava com a velha Augusta Generosa, filha de escravos, ouvindo histórias do tempo dos faiscadores, de quando ali era o Arraial do Tijuco. Ela falava de arcas atulhadas de prata, barricas superlotadas de ouro, grandes panelas de diamantes. Ele também lia muito. Até inventou um sistema de troca-empréstimo de livros e revistinhas com coegas. Assim, podia ter mais opções, sem gastar. Não quebrou braço nem perna. Mas certa vez, na casa de seu tio Hilário, escorregou feio e luxou o dedo mindinho do pé direito. “Quando criança, eu era estouvado e afoito.” Tratamento precário, o dedinho virou problema de vida inteira, emitindo sinais de dor. Por isso, o Juscelino adulto vai preferir sapatos sem cadarços, fáceis de tirar, o que fazia, discretamente, até durante solenidades.

De vez em quando, uma grande alegria. Uma das maiores foi realizar o sonho de ter um carneiro, como tantos outros meninos. Sem dinheiro, recorreu secretamente a Nossa Senhora da Luz, no dia da primeira comunhão. Milagre: na véspera de Natal, passando pela rua das Mercês, foi chamado à janela da senhora Rita Flávia Duarte, mulher do rico comerciante João Hipólito Duarte. Ela disse que ia dar-lhe um presente, perguntou o que queria. Encabulado, não conseguiu falar. “Comecei a rir, riscando o chão com a ponta do pé.” Dona Rita compreendeu e foi prática. Tirou da bolsa duas pratas de dez tostões e entregou-lhe, dizendo que ele mesmo comprasse o que quisesse. Saiu correndo e

pulando de alegria. Pouco depois já era dono de um carneirinho a que chamou de Gigante, seu orgulho e companhia quase inseparável. “Com ele subi glorioso o morro da Grupiara.”

Outro acontecimento notável foi testemunhar a passagem do cometa de Halley, em 1910. Apareceu em alguns finais de madrugada acima da serra do Rio Grande, logo abaixo do planeta Vênus. Essa beleza esplendorosa trouxe muito medo. Notícias de que o mundo ia acabar. Que havia cianogênio, gás letal, em sua cauda.

Nessa época, uma viagem a Belo Horizonte causava admiração. Coisa para dois dias e meio a três, a cavalo, até a estação de Curralinho (depois Corinto), e daí mais algumas horas de trem. Dona Júlia teve de ir para receber um prêmio escolar. O menino viu aquilo como uma aventura, quase um conto de fadas. Ficou esperando um lindo brinquedo. Contava os dias, sonhava. Mas só ganhou um chapéu de palha. Decepção, tristeza.

Momento mágico: a eleição do ourives Cosme do Couto para prefeito. Juscelino tinha dez anos e mostrou seu lado João César. Esqueceu tudo, sumiu de casa, entrou de corpo e alma na festança eleitoral. Ficou encantado com a disputa, as campanhas, as propostas, a promessa de chegada da estrada de ferro, maior aspiração dos diamantinenses, que viviam quase isolados. As passeatas animadas, bandas barulhentas, discursos bons e ruins, grande atividade e movimento. No dia da posse, foi ver tudo. Assistiu às solenidades, ouviu mais discursos, impressionou-se, empolgou-se. Voltou tarde. Repreendido pela mãe, surpreendeu: “Um dia eu hei de ser prefeito!”

Nonô e Vovô Felício

Juscelino falou de sua infância ao escritor Vicente Guimarães, o Vovô Felício, em 23 de novembro de 1972:

- “— Qual a matéria que gostava mais de estudar?
- História.
 - Qual a que estudava com menos entusiasmo?
 - Matemática.
 - Quais as notas mais frequentes nos seus boletins do primário e do seminário?
 - No primário, só distinção - mamãe era minha professora. No seminário menos.
 - Brigava sempre ou era menino acomodado?
 - Nem menino, nem adulto, jamais briguei.
 - Gostava de ler?
 - Desde que me entendi por gente.
 - Qual o primeiro livro que leu?
 - *Mocidade do rei Henrique* (Dumas).
 - Quais os principais livros que leu na infância?
 - De Alexandre Dumas, Júlio Diniz, Ivanhoé, etc.
 - Qual ou quais suas diversões prediletas na infância e na juventude?
 - Futebol, nadar no córrego Glória, montar em carneiro, pular carniça.
 - Tomava banho em córregos com os companheiros?
 - Sim.
 - Gostava de correr atrás de varetas de foguetes?
 - Nunca fiz.
 - Qual a impressão que lhe causavam as procissões da Semana Santa?
 - Tristeza e monotonia.
 - Qual a festa religiosa que mais o agradava?
 - A princípio a missa. Ajudei centenas de missas.
 - Como foi o acidente que deixou seu pé defeituoso?
 - Brincando em casa do meu tio Hilário, escorreguei e luxei o dedo mínimo do pé direito.
 - Quando criança ou jovem pensou alguma vez em ser presidente da República?
 - Nunca. Era muito humilde para sonhar tão alto.”⁵

Brasileiro que nem jabuticaba!

Aos dez anos decidiu que tinha de trabalhar. Saía bem cedo, percorria residências e casas comerciais oferecendo seus serviços. Fazia compras, entregas, levava e buscava. Tinha um lema: “Ligeiro e certo.” Valorizará lemas a vida inteira. Entregava à mãe os tostões amealhados. Vida que segue. Vida apertada, dura, que antecipa sofrimentos e também o aprendizado e a compreensão do mundo. O sapo não pula por boniteza, porém por precisão.

“Não tenho jeito para padre. Quero estudar para ser doutor.” Em 1914, determinado a prosseguir os estudos, insiste com a mãe para conseguir-lhe vaga no seminário, única opção local. Era caro para os que não queriam ser padres. Ela não tinha como pagar e não aprovava a ideia de um seminarista sem vocação religiosa. Nonô bateu o pé. Júlia se comoveu, foi à luta. Conseguiu redução da mensalidade com o reitor francês Vicente Péroneille. Mesmo assim, exigirá duro sacrifício. Principalmente agora, que perdera o pai, Augusto Elias, traído pelo coração. Paciência. Tudo pelo futuro do filho.

Juscelino: “Com 15 anos, saí do seminário. Já saí um homem meio sábio, porque já havia estudado português, latim, matemática, geografia, história etc.”

Não havia como prosseguir em Diamantina. E não tinha dinheiro para continuar os estudos em Belo Horizonte, como faziam os meninos de famílias abastadas. Mas não desiste do sonho. Quer porque quer formar-se em medicina. Passa a estudar sozinho em casa, baseado num programa do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Três anos de disciplinado autodidatismo, com horário e tudo. Dirá em esplêndida entrevista ao CPDOC-FGV, realizada pela cientista política paulistana Maria Victoria de Mesquita Benevides, em 1976:

“Meu quarto ainda está lá, tem 2x2,5m, um cubículo, com uma janelinha e uma mesinha que a minha irmã [Naná] – muito jeitosa,

muito boazinha, um amor de criatura – fez para mim. Pegou um caixote, botou quatro pezinhos e era naquela mesinha que eu punha os meus livros. Sentava às seis da manhã e levantava às nove horas da noite, almoçava e jantava e voltava.”⁶

É o lado dona Júlia da personalidade de Juscelino: responsabilidade, disciplina e determinação.

Tenta conseguir emprego. Nada. Em 1919, com dezessete anos, soube pelo médico Álvaro Matta Machado, vizinho, de concurso para telegrafista na Repartição Geral dos Telégrafos de Belo Horizonte. Entusiasmou-se: “Se eu fizer esse concurso e arranjar um emprego, estou salvo.” Viaja com dinheiro de empréstimo conseguido pela mãe. Tudo contado e calculado. Hospeda-se com dois primos numa pensão do bairro da Floresta, inscreve-se. Mais de trezentos candidatos, cerca de trinta vagas. Volta a Diamantina, esforça-se ainda mais, retorna, faz o concurso.

Fica mais um ano estudando sozinho em Diamantina. Consegue aulas de francês com uma professora francesa, madame Louise Guillaume, mãe de sete filhos, viúva de Rodolfo Silva. Estudavam, liam juntos. Traduziu Molière, Voltaire e Racine. Aprendeu a língua, ganhou fluência. Esforça-se mais, mergulha sozinho no inglês, prepara-se para as primeiras provas. Palavras dele:

“Fiz os meus primeiros exames: francês e inglês. Tirei oito nas duas, tendo estudado sozinho. Eu mesmo fiquei admirado com aquela rapaziada toda ali estudando, aqueles sujeitos importantes que eu tratava com respeito, e eu tirando notas melhores do que eles. Aí comecei a adquirir um pouco de confiança, porque sempre fui um homem tímido, nunca fui vaidoso. Mamãe sempre dizia: ‘Jogue sempre com uma carta a menos’. E eu soube jogar.”⁷

Curiosidade: JK era bom no inglês escrito e péssimo no oral. Conseguiu oito em gramática e redação. Mas fracassou na prova oral. O professor, em português: — Você não entende o que falo e não sabe responder

em inglês. Juscelino: — É porque estudei sozinho. Minha pronúncia é a que vi no dicionário. Desculpe-me.

O velho e bom mestre entendeu e deu nota suficiente à aprovação.

Horizontes abertos, bolsos vazios. Continuava sem dinheiro. Como pagar a pensão? Como comprar livros, conseguir ajuda de professores e tudo o mais? Não podia aceitar muito tempo a magra e sacrificada ajuda da mãe. Precisava desesperadamente de um emprego na capital. O mercado de trabalho era estreitíssimo. Juscelino, sobre a pequenina Belo Horizonte de então: “Como dizia um amigo meu: um arraial com bonde elétrico.”. O Brasil era essencialmente agrícola, uma economia primário-exportadora baseada no café. Tudo estava por ser feito.

Em dezembro de 1919, presta exames complementares parcelados em Belo Horizonte, no Ginásio Mineiro. É reprovado em geometria, frustração depois superada em boa prova em ginásio de Barbacena. Pronto, passou nas doze matérias exigidas. Já pode tentar a universidade.

E agora, Nonô? Como enfrentar o longo, caro e exigente curso de medicina sem recursos?

Capítulo 2

Telegrafista, acadêmico, médico

Não contava mais com o concurso de telegrafista de quase dois anos antes. Pensou que tivesse sido anulado. Mas os ventos e a sorte mudam. No princípio de 1921, ótima notícia: estavam chamando os aprovados. Vai aos Telégrafos, confere. Está na lista. Passou em 19º lugar, selecionado para Belo Horizonte. Será aproveitado como telegrafista-auxiliar, depois de dominar e praticar o Código Morse. A nomeação sai em maio. Agora, sim. Fica mais feliz ainda ao ver o nome de José Maria Alkmim, dois anos mais velho, namorado de sua prima Das Dores, amigo de adolescência em Diamantina, depois companheiro de pensão em Belo Horizonte. Ele iria para Porto Alegre.

Esse emprego é marco importante na trajetória de Juscelino: “Nomeado para os telégrafos, tive os elementos fundamentais para continuar minha vida.”⁸

Consegue ingressar na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte em janeiro de 1922: “Quando me vi com aqueles doze certificados na mão, foi a época em que me senti mais feliz na minha vida. Fui para a Escola de Medicina, prestei vestibular, fui aprovado e recebi o grande título: acadêmico.”⁹

Excesso de trabalho e atividades; sono e saúde sacrificados. Seu horário nos Correios era de meia-noite às seis. Tinha de frequentar o hospital pela manhã, as aulas e dispor de horas livres para estudar. “Vivia cabeceando de sono.” Nas finanças, a alegria de não depender da mãe. Mas o salário líquido mal dava para pagar a pensão e a escola. Assim, tudo continuava medido. Teve de recorrer a empréstimos, inclusive de

agiotas, para honrar despesas. Estava sempre endividado. Carro de bois apertado é que canta. Mas, se apertado demais, enguiça ou quebra.

É contemporâneo de universidade de vários outros mineiros que se destacaram nacionalmente em diferentes áreas. Convivia com Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Pedro Aleixo, Milton Campos, Abgar Renault, Mario Casasanta, Olavo Bilac Pinto, Adauto Lúcio Cardoso, Francisco Negrão de Lima, Gabriel Passos, Octacílio Negrão de Lima, Dario de Almeida Magalhães, José Maria Alkmim, Odilon Behrens.

No quarto ano, o corpo magro pediu socorro. Sinais alarmantes de fraqueza: estertores nos pulmões, diagnosticados pelo doutor Alfredo Balena, grande clínico. Prescreve seis meses de repouso completo, recuperação do sono noturno e boa alimentação. Juscelino temeu morrer como o pai, de tuberculose. Não era. Licenciou-se dos Correios, afastou-se da faculdade, retornou a Diamantina. Mas o que fazer das contas, sem ter a renda? Escreve ao tio paterno Zino, padrinho de batismo, que mora em Araguari. Explica a situação, pede ajuda. É logo atendido. A vida inteira mostrará gratidão. Juscelino nunca deixou de atendê-lo ou recebê-lo prontamente, em todos os cargos que ocupou.

Volta curado, traz Naná para morar na pensão. Ela adocece. Problema de fígado. Ele chama Júlio Soares, sextanista de medicina, para curá-la. Apaixonam-se. Doutor Júlio será o amigo mais próximo de toda a vida de Juscelino:

“Num dia em que eu me encontrava doente, ele foi à minha pensão, agarrou-me quase à força, colocou-me no seu carro e me levou para sua casa, onde vivi durante o quinto ano de medicina, o sexto, e depois de formado. Além de médico, era um caráter admirável. Foi o irmão, o pai, o amigo que eu tive na vida.”¹⁰

Companheiro e aliado em família e na medicina, confidente, depois conselheiro e interlocutor nas escolhas políticas. Ainda mais: marido

de Naná, parceira, confidente e cúmplice desde que abrisse o bué pela primeira vez. Para muitos, um Juscelino de saias.

É no quinto ano de medicina, em 1926, numa festa beneficente no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Belo Horizonte, que conhece Sarah Luísa Gomes Lemos, belo-horizontina de 1908, de família abastada, tradicional na política mineira, filha de Luisinha Negrão Lemos e do deputado Jayme Gomes de Souza Lemos. Encontro marcante. Contam que ela se apaixonou à primeira vista. Encontraram-se outras vezes, floresceu namoro, envolveram-se.

Capítulo 3

Doutor Juscelino e Sarah

Diplomado em 17 de dezembro de 1927, deixa os Correios. Pensa estabelecer-se em Araguari, cidade de tio Zino. Anda por lá dois meses. Depois vai a Ipameri, Goiás. Assunta, avalia. Considerava a medicina um sacerdócio. Queria assistir bem os doentes, ajudá-los de todos os modos que pudesse. Cobrar apenas o que conseguissem pagar. Não cobrar de quem não tinha recursos. Orgulhava-se de nunca ter deixado alguém sair desapontado de seu consultório. De respeitar o juramento de Hipócrates.

Volta a Belo Horizonte, cai doente. Gripe fortíssima, que dura um mês. A convalescença é na casa de Júlio e Naná, que o convencem a trabalhar no movimentado consultório do edifício Parc Royal, na rua da Bahia. Maior clínica cirúrgica particular de Minas, atuava também em urologia, especialidade de Juscelino. Muitos clientes, muita doença venérea. Dois anos de trabalho massacrante. Operava desde sete da manhã nos hospitais, almoçava por volta de meio-dia, entrava no consultório às duas da tarde, saía às seis, jantava, voltava duas horas depois, encerrava às dez da noite. E ainda achava tempo para ajudar o cunhado na clínica cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia e também lecionar na Faculdade de Medicina, como assistente da cadeira de física médica, regida pelo professor Baeta Viana. Não tinha tempo, ganhava bem, gastava pouco, vivia para a medicina. Amealhou apreciável pé de meia. Resolveu estudar na Europa, conseguiu bolsa.

Em 1930, já noivo de Sarah, parte para estágio e curso de aperfeiçoamento na França. Frequenta o serviço de urologia do Hospital Cochin, chefiado pelo célebre professor Maurice Chevassu, referência mundial, professor da Escola de Medicina de Paris. Dedicar-se, destaca-se. Consegue

as melhores notas nas provas escritas e demonstrações cirúrgicas, consolida a autoconfiança. Aproveita para aprimorar seu francês. Estudava de oito da manhã às cinco da tarde. Depois circulava. Conheceu Paris como poucos. “Tomar o meu vinhozinho, percorrer aqueles cantinhos de Paris era uma maravilha. Eu conhecia Paris como a palma da mão.” Conviveu com Candido Portinari, assistiu ao casamento dele. Nas folgas, viajava pelo interior da França e países vizinhos. Uma vez por semana, frequentava curso de história e artes.

Retorna em 21 de novembro de 1930. Encontra o país sob a efervescência da Revolução de 1930, movimento armado que derrubou a República Velha. Clima de confusão e também de esperança. Fortes emoções, grandes acontecimentos. Deposição e exílio do presidente Washington Luís, novos donos do poder, posse do gaúcho Getúlio Vargas, que assume pelas armas a Presidência da República. Mudança de rumos e prioridades, ajuste ao quadro mundial de pós-crise de 1929.

Juscelino: “Eu nem pensava em política naquela época.”

De novo em Belo Horizonte, prestígio em alta, monta consultório próprio no edifício Ibaté, rua São Paulo com avenida Afonso Pena. Presta serviços à Santa Casa de Misericórdia, clínica na Beneficência da Imprensa Oficial, leciona. A política era algo distante, outro mundo. Exceto pelas conversas com Gabriel Passos, cunhado de Sarah e então oficial de gabinete de Olegário Maciel, presidente de Minas. Juscelino era completamente médico, amava a medicina.

Casa-se com Sarah em 30 de dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, Ipanema, Igreja da Paz. Cerimônia simples e íntima, pouquíssimos convidados, Sarah de vestido longo. A noite de núpcias é no antigo Hotel Londres, na avenida Atlântica. A passagem de ano, no Copacabana Palace Hotel. Em Belo Horizonte, serão vizinhos de Naná e Júlio Soares, na avenida Paraúna, depois avenida Getúlio Vargas. Sonham com muitos filhos. Mas Márcia, filha única, só chegará em 22 de outubro de

1943. Em 1947, adotam Maria Estela, criada e amada como segunda filha. Dela, em 2002: “Durante toda a minha vida, a coisa mais importante para meus queridos Sarah e Juscelino era a minha felicidade. Os verdadeiros pais não são necessariamente os biológicos e, em alguns casos, os biológicos não são realmente verdadeiros pais.”¹¹

Sarah, de força espiritual incomum, leal, estará sempre à frente de seu tempo na vida pública. Bem instruída, determinada, conservadora. Será primeira-dama atuante e dinâmica, comandando obras sociais significativas, especialmente nas áreas da saúde e da educação. Apesar de avessa à política, terá papel relevante nas vitórias do marido, inclusive na conquista da Presidência da República.

Juscelino: “Muita gente que não a conhece de perto se ilude com a Sarah, por vê-la assim, tão miudinha, tão sorridente, ninguém imagina a fortaleza que ela é. Uma rocha.”

Ele reconhecerá nela ponto de apoio de sua atividade médica e da fulgurante e acidentada carreira política.

Começa 1932. No horizonte político nacional, vasta concentração de pesadas e ameaçadoras nuvens. São Paulo e o governo provisório de Vargas não se entendem. Os paulistas exigem nova Constituição. Tempestade à vista. O governo mineiro acompanha tudo de perto.

Por vontade e influência de Gustavo Capanema, secretário de Justiça, Juscelino é nomeado, por decreto de 17 de março de 1932, capitão-médico da Força Pública de Minas Gerais. Atuará no Hospital Militar, como encarregado do laboratório de análises clínicas. A Força Pública está alerta e atenta. A política ronda o doutor Juscelino. Destino?

Capítulo 4

Batismo de fogo, batismo político

São Paulo, 9 de julho de 1932. Estoura a Revolução Constitucionalista. Quase três meses de sangrenta luta de São Paulo contra o poder central. É a guerra paulista por nova constituição e contra o governo provisório de Vargas. Minas forma com a União.

Belo Horizonte, madrugada de 15 de julho de 1932. O capitão-médico Juscelino faz parte do primeiro batalhão expedicionário da Força Pública enviado para a região do Túnel da Mantiqueira, Sul de Minas. Toma o trem, chega três dias depois a Passa Quatro, via Barra Mansa. É a tropa legalista mineira, enviada para conter o avanço militar paulista na área de fronteira. Francisco de Assis Barbosa:

“Invadindo o território mineiro, os paulistas tinham avançado bastante, transpondo o Túnel, havia mais de uma semana. Os rebeldes eram mais numerosos e estavam bem entrincheirados, ocupando posições privilegiadas numa região de topografia extremamente difícil, ao longo da serra da Mantiqueira, a mais de mil metros de altitude, em alguns pontos chegando mesmo a perto de dois mil.”¹²

Em 18 de julho de 1932, dia da chegada de Juscelino, Passa Quatro tinha sido retomada pelas tropas do então coronel de exército Eurico Gaspar Dutra, outro futuro presidente da República. Ele agora combatia em Manacá, a três quilômetros da estação do Túnel. É para lá que segue a tropa mineira. Duríssimo combate de quatro dias. Os paulistas recuam para a estação do Túnel.

Juscelino foi mandado de volta a Passa Quatro no primeiro dia. Missão urgente: montar hospital de sangue. A Casa de Caridade é a única opção. Instala-se num quartinho dos fundos. Mas as condições são precaríssimas. Apenas duas enfermarias e um ambulatório, imediatamente

transformado em “sala de cirurgia”. Não há nem autoclave para esterilizar compressas e gazes. Únicos instrumentos cirúrgicos disponíveis: duas pinças de dente, meia dúzia de pinças hemostáticas. Em vez de agulhas de sutura, agulhas comuns. Alguns tubos de *catgut* e uns bisturis rombudos, tesouras e pinças. Nenhum anestesista nem enfermeiras nem quaisquer outros médicos. Providencia imediata faxina geral, manda pintar as paredes. Tudo às carreiras. Chega um caminhão de feridos, alguns em estado grave. Juscelino:

“Nunca pude me esquecer daquele espetáculo. Começaram a descer feridos. Uns tinham a farda ensanguentada, mas ainda caminhavam. Outros, sustentados pelos padioleiros, gemiam, com a roupa estrçalhada, deixando ver ferimentos de estilhaços de granada nas partes expostas. Muitos deixavam-se levar, inertes, os braços caídos e a fisionomia contraída pela dor. Alguns já se encontravam em agonia. Intermitentemente, faziam-se ouvir as peças de grosso calibre, canhões e morteiros. As granadas, explodindo a intervalos, davam-me impressão tão estranha quanto sinistra. Faziam-me pensar, es-tourando de um extremo a outro, que o Anjo da Morte distendia um imenso sudário para amortilhar a Mantiqueira.”¹³

Insensata e feroz luta fratricida. Logo aparecem outros caminhões de vítimas.

Juscelino improvisou, inventou, tentou fazer mais do que o possível para ajudar todos. Primeiro caso grave: o de soldado ferido por rajada de metralhadora no abdômen. Tinha de ser operado imediatamente. É a primeira de suas muitas cirurgias de campanha. Consegue salvar o moço, ajudado por um capitão-veterinário, improvisado de anestesista, e pela tímida e franzina irmã Maria, frágil, valente e veterana freirinha francesa. Outro anjo apareceu: o padre Alfredo Kobl. Ajudou em tudo, especialmente nos piores momentos. Capelão da tropa, celebrou missa até no campo de batalha.

Juscelino trabalha no limite de suas forças até a retomada do Túnel, dois meses depois. Passam pelo singelo hospitalzinho e improvisações do doutor Juscelino mais de mil feridos. Muitas vidas salvas, muita dor remediada. Dedicção, humanismo, heroísmo. A situação depois melhorou um pouco, com a chegada de um trem-hospital bem equipado.

Antes da partida para Guaxupé, em 21 de julho de 1932, jantar em sua homenagem no Hotel de Lourdes, presentes todos os companheiros de luta. O comandante em chefe, coronel Cristóvão Barcelos, refere-se a ele como “o bisturi de ouro da Força Pública Mineira”.

Cessados os combates, Juscelino é incumbido da transferência dos feridos para Guaxupé e Varginha. A remoção é em carros especiais, ligados aos trens de passageiros. Serve depois em Campinas, onde o coronel Cristóvão Barcelos instalara seu quartel-general.

A dura e desigual Guerra Paulista acaba no dia 2 de outubro de 1932. Quem saiu derrotado? Militarmente, São Paulo, claro. No plano moral e político, é diferente. A Constituinte será convocada. Economicamente, o conflito foi terrível para a economia brasileira, já às voltas com os reflexos da Crise de 1929. Frase atribuída a Vargas: “Mesmo derrotado, São Paulo acabou por me vencer”.

Juscelino: “No íntimo, nutria consideração pela causa de São Paulo e via, com angústia, o sofrimento do povo que havia lutado sozinho por uma Constituição e que, em face da derrota, voltaria a ser mais uma vez humilhado.”¹⁴

Liberado, ele volta a Belo Horizonte. É recebido com festa pela família e amigos. Na manhã seguinte, comparece ao Palácio da Liberdade, a chamado do velho presidente Olegário Maciel. Fica preocupado. Não tem a menor ideia do que pode ser. Em nome de Minas, o velho político agradece o que havia feito pelos feridos em Passa Quatro. O diamantinense finalmente percebe que seu trabalho no *front* tivera repercussão importante. Dias depois, em reconhecimento à epopeia

médico-hospitalar, companheiros o homenageiam e lhe dão um relógio de ouro. Tratamento de herói.

O doutor Juscelino está mais que nunca envolvido com a medicina. Mas são caprichosos os caminhos da vida e da política. Surpresas à vista.

Será o Benedito

É nessa fase de máxima entrega à medicina que a política invade de vez a vida do diamantinense. Por obra e força do acaso, conhecera e se aproximara de um homem público ainda obscuro, simples e sensível, ligado a Olegário Maciel, presidente do estado. O sagaz Benedito Valadares Ribeiro, chefe de polícia para a região do Túnel. Os dois conviveram bastante, conversaram sobre a vida, a luta e até política. Apegaram-se, construíram sólida amizade. O carisma, a simpatia, a dedicação e objetividade de Juscelino encantaram o chefe de polícia. Raposa de faro extraordinário, Benedito percebeu no novo amigo vocação e dom para a arte da política. Juscelino:

“Muita gente estranha que, com meu temperamento extrovertido, seduzido pela ação e agitado por uma atividade incessante, eu pudesse ser amigo inseparável de Benedito Valadares, natureza diferente da minha. Na realidade, éramos, a esse respeito, como o verso e o anverso de uma medalha, sabido que os opostos se atraem. Benedito sempre foi calado e, sobretudo, amante das palestras tranquilas. Todavia, sob a capa do seu aparente desinteresse por tudo, disfarçava-se uma surpreendente malícia política, à qual não era estranha uma forte dose do tradicional bom senso mineiro.”¹⁵

Haverá também laços indiretos de família. Lucia, filha de Benedito, casa-se com João de Lima Pádua, primo de Sarah Kubitschek e de Francisco Negrão de Lima. Fértil humanograma político o mineiro!¹⁶

Do biógrafo Barbosa:

“Para Juscelino, a revolução paulista significa a sua primeira e grande experiência política. As boas e más fadas fizeram com que se

encontrassem, na zona do Túnel, o coronel Eurico Gaspar Dutra, futuro ministro da Guerra e futuro presidente da República; os capitães Ernesto Dornelles e Zacarias de Assunção, futuros governadores do Rio Grande do Sul e do Pará; o doutor Benedito Valadares Ribeiro, futuro interventor e futuro governador de Minas Gerais; o doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, que será governador de Minas e presidente da República. Juscelino receberia, com a campanha de 1932, além do batismo de fogo, o batismo da política.”¹⁷

Vargas surpreende. Com a morte súbita do aliado Olegário Maciel, em 5 de setembro de 1933, entregou o governo estadual a Benedito Valadares, em 12 de dezembro de 1933. Deixou de lado as principais lideranças políticas mineiras, como o interventor interino Gustavo Capanema, Francisco Campos e Virgílio Alvim de Melo Franco. Não queria lideranças fortes. Não procurava político culto e de inteligência penetrante, com projeto de voos mais altos. Mas alguém fiel e dotado de habilidade, tato e malícia política. Tudo isso sobrava no antigo dentista, prefeito de Pará de Minas e chefe de polícia. E, não menos importante: Benedito é concunhado de Ernesto Dornelles, parente e militar de confiança do próprio Vargas. O astuto presidente queria enfraquecer as forças oligárquicas, em benefício de sua estratégia de centralização do Estado e do poder. Reduzir a influência dos liberais conservadores, em quem via o núcleo da resistência às reformas políticas e sociais que pretendia realizar. Precisava de melhor integração de Minas à nova realidade política nacional, sob sua liderança.

Adversários de Benedito Valadares ridicularizavam seu preparo intelectual. Diziam também que bebia muito. Contam que, ao voltar ao hotel após encontro com Vargas, vangloriando-se de que seria o novo interventor, Odete, sua mulher, estranhou: “Bêbado de novo, Benedito?!”. Apaixonado pelo poder, intuitivo, matreiro e cauteloso, completará onze anos consecutivos no comando de Minas.

Sua ascensão vai mudar a vida, os rumos e até os sonhos do doutor Juscelino.

Capítulo 5

A relutante inserção na vida pública

Seguindo os rastros de Vargas, Benedito abre espaço para novos atores políticos. Um deles é o amigo Juscelino, a quem convida para secretário da Interventoria de Minas Gerais, cargo estratégico, hoje equivalente ao de secretário de governo ou chefe da Casa Civil. JK, nas memórias:

“Chamaram-me do Palácio da Liberdade. Benedito estava visivelmente feliz. Falou-me da dificuldade em que se encontrava para organizar, de imediato, o seu governo. A nomeação chegara-lhe de imprevisto, e não dispunha da indispensável equipe de auxiliares. Existiam alguns cargos que ele próprio teria de preencher. E soltou a bomba, que me deixou perplexo: ‘Você, por exemplo, será o chefe de minha Casa Civil?’”¹⁸

Realmente uma bomba. Um convite tentador, fascinante. Grande desafio, amplas perspectivas políticas. Mas estava convencido de que não podia aceitar. Era incompatível com sua atividade médica. A Casa Civil exigia tempo integral, dedicação exclusiva. Envolveria frequentes viagens, entendimentos políticos que avançavam noite adentro, entrega, disponibilidade completa. Recusou polidamente, agradeceu.

Benedito insistiu. Disse que não precisava abandonar a medicina. Poderia conciliar as atividades. Não adiantou. Juscelino não queria mudar de vida. Pôr em risco a profissão que amava, e tudo o que conseguira com tanto sacrifício. Médico respeitado e reconhecido, grande clientela, prestígio profissional, boa renda. Recusou de novo. Mas sabia que o obstinado Benedito iria em frente. “Mesmo em face de minha relutância, Benedito não desistiu.”

Dois dias depois, em cerimônia oficial, o interventor lembrou e enalteceu a atuação do Hospital Militar durante a Guerra Paulista. Concluiu

anunciando que, numa demonstração de apreço ao corpo médico da Força Pública, havia nomeado, no dia anterior, o doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira para a chefia da Casa Civil. Ressaltou que ele poderia continuar operando e também atendendo no consultório. Fim das tentativas de convencimento, criação de fato consumado. Juscelino:

“Era uma verdadeira convocação pública, já não me competia mais optar. Aceitei, pois, o cargo. Iria atender ao amigo. Mas com uma condição: ficaria no posto pelo período de um ou dois meses no máximo, até que fosse escolhido o titular efetivo. Só os que desconhecem o poder de envolvimento da política poderiam julgar possível aquela acumulação.”¹⁹

Esperto e prático Benedito, lúcido Juscelino. Mas saberia este, secretamente, que a nova função era irrecusável para alguém com sua personalidade e história de vida? Que os tais dois meses seriam esquecidos? Já era o vírus da política atuando no seu corpo e pensamento? A nomeação marca a inserção irreversível de Juscelino na vida pública. É o primeiro grande passo de uma das trajetórias políticas mais luminosas da história brasileira. Inicialmente, dona Sarah desaprovou a decisão. Passou a noite chorando. Depois, mesmo vencida e não convencida, apoiou o marido.

Destino: o ladino e maquiavélico Benedito havia jogado nas águas da política um peixe vivo de espécie gigantesca. Descobrira e lançara um talento da arte do possível e do quase impossível. Para muitos também o maior e principal gestor e empreendedor público da história brasileira. Juscelino:

“E, à medida que me deixava absorver pelos assuntos submetidos à minha atenção, via diluírem-se, dentro de mim, os antigos valores que me absorveram: a medicina, o trabalho no Hospital Militar, os doentes da Santa Casa, a atividade no consultório. Era um universo – minúsculo, sem dúvida, mas construído com as próprias mãos – que começava a se esboroar. Mesmo a tese que, secretamente e

com tanto carinho, estava elaborando para concorrer a uma cátedra na Faculdade acabou deixada numa gaveta e dali não sairia mais.”²⁰

Inicialmente, tenta conciliar a medicina e a política. Vai todas as manhãs ao Hospital Militar, conserva o consultório, esforça-se para continuar tecnicamente atualizado, realiza algumas cirurgias. Não quer perder a destreza. Mas acaba tragado pelo poder:

“A engrenagem política colhera-me por fim. Percebi desde logo que já não conseguiria fugir mais ao seu processo de trituração. Tudo havia acontecido por acaso, sem que eu houvesse feito o menor esforço para orientar, naquela direção, o rumo de minha vida.”²¹

No Palácio da Liberdade

Começa a trabalhar ao lado de Benedito. Logo se impõe como executivo dinâmico e hábil articulador e negociador, capaz de se entender com todos. Chega às oito da manhã, permanece até dez, onze da noite. Inova, areja as audiências. Percebe e encanta-se com a importância, abrangência e ressonância do que fazia ou deixava de fazer. Começa a tomar gosto. Conversa bastante com Benedito, despacha, cuida da agenda dele, compartilha informações e confidências. Apesar de inquieto, ouve as pessoas com comovente paciência. Aprendera e treinara essa arte nos hospitais e consultório. Escutava as queixas dos doentes como se tivesse todo o tempo do mundo. Controlava a ansiedade. Procurava entendê-las e apoiá-las. Aplica agora o mesmo modelo, surpreendendo e agradando Benedito e os demais.

Esforço diário fatigante, mas compensador. Recebe dezenas, às vezes centenas de pessoas. Muitas vêm em grupo. Dá atenção a todas. Prestigia, mostra interesse por seus problemas, encaminha soluções objetivas. É algo inteiramente novo naquele ambiente de tantas teias de aranha acumuladas pela tradição. Telefona para os secretários, envia

bilhetes, cobra respostas, informa o interventor. Age como segundo na escala de poder, mas demonstrando absoluta lealdade a Benedito. Para este, um alívio. Era impaciente, detestava atender tanta gente, audiência atrás de audiência. Passara a lidar principalmente com os políticos mais graduados, com a política mais graúda. A cozinha da política era com o doutor Juscelino. Na capital e no interior. Autoridades municipais, chefes políticos, delegados, educadores, fiscais, policiais, gente simples do interior. A todos o jovem secretário recebia com gentileza e simpatia. Saíam felizes e agradecidos.

É assim que Juscelino vai se tornando líder e referência política. Seu preparo, brilho e modernidade contrastam com a velha ordem. Seu nome cresce que nem abóbora d'água na Minas de Benedito. Inclusive no Vale do Jequitinhonha, onde sua querida Diamantina experimentava forte declínio. Chegava a ficar isolada durante parte do período de chuvas. Estradas intransitáveis. Atento, consegue viabilizar sua primeira obra pública: uma ponte sobre o ribeirão do Inferno, na ligação de Diamantina com Rio Vermelho, essencial ao acesso rodoviário.

Que fazer do capital político crescente? Conselho e advertência de Benedito: “Se você não assumir a chefia política de Diamantina, sua cidade vai desaparecer.”²²

Chegara a hora de escolher de vez entre continuar a vida política ou voltar à medicina.

No Congresso, a Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 havia completado a elaboração do projeto de Carta Magna. Era tempo de governos fortes. A promulgação do texto final é em 16 de julho de 1934. Nasce a segunda Constituição republicana. Reflete, em grande parte, os desejos e as orientações de Vargas. Mas também incorpora tendências liberais, na contramão do conteúdo revolucionário por ele preconizado. No fundo, uma acomodação entre as pressões e expectativas do governo e o temor da maioria dos legisladores quanto a experiências

ditas revolucionárias. Para reduzir a insatisfação de Vargas com a limitação de alguns de seus poderes, o Congresso o elege para o primeiro quadriênio presidencial.

Espaço para uma pitada de geopolítica. Reafirmando e ampliando o comando da Constituição de 1891, o artigo 4º das Disposições Transitórias ficou assim:

“Será transferida a capital da União para um ponto central do Brasil. O presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão, que, sob instruções do governo, procederá a estudos de várias localidades adequadas à instalação da capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará sem perda de tempo as providências necessárias à mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um estado.”

A mudança da capital não era só questão de segurança, relacionada à vulnerabilidade militar do Rio de Janeiro, cidade litorânea. Era também para levar civilização e progresso à vastidão interior. O estrategista Vargas tinha visão de futuro. Preconizava a ocupação territorial, queria a integração nacional. Lançará depois a Marcha para o Oeste. O visionário Juscelino, entusiasta dessas ideias, comandará profunda virada no sentido e na direção do desenvolvimento brasileiro.

Capítulo 6

Deputado federal Juscelino Kubitschek

Em abril de 1934, o interventor Valadares comunica a Juscelino que vai incluir seu nome na chapa para deputado federal do Partido Progressista de Minas Gerais (PP), fundado em fevereiro do ano anterior e chefiado pelo legendário Antonio Carlos Ribeiro de Andrada:

“Quando houve eleições em 1934, eu não pedi um voto. O pessoal vivia em cima de Benedito, naquela coisa, naquele desespero. Eu não pedi um voto, nenhum; ninguém pode queixar-se de mim, nenhum deputado. Não fui a um município, só ali dentro do palácio, tratando bem. Na eleição, fui o deputado mais votado, com 32 anos.”²³

Foi mesmo. Apuradas as eleições de 14 de outubro de 1934, o estrepante Juscelino ultrapassou em votos todos os principais líderes políticos mineiros. Havia muitos nomes de peso tanto do PP como do Partido Republicano Mineiro (PRM): o ex-presidente da República Arthur da Silva Bernardes, Virgílio de Melo Franco, Antonio Carlos, Bias Fortes, Daniel de Carvalho, Odilon Braga, Pedro Aleixo, Gabriel de Resende Passos, Luiz Martins Soares, Celso Machado, Francisco Negrão de Lima, José Maria Alkmim.

Hora de mudança para o Rio de Janeiro. O médico Juscelino licenciava-se dos cargos e funções em Belo Horizonte. Toma posse no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, em 3 de maio de 1935. Mas passa mais tempo em Minas do que no Rio. Indicado por Antonio Carlos, era diretor da secretaria do PP desde setembro de 1934. A função exigia presença frequente e intensa atividade política na base. Sobretudo com autoridades e políticos do interior.

O início da legislatura, que contou com 250 deputados eleitos, deu-se em clima de tranquilidade. Mas isso não durou muito. Reflexos da crise econômica, grande efervescência política e ideológica. No final de novembro de 1935, por exemplo, ocorre o levante armado denominado Intentona Comunista. Corre sangue, há mortos dos dois lados. Conservadores e governo se assustam. Vargas consegue controlar a situação.

Indicado pela unanimidade do PP, Benedito Valadares é eleito governador constitucional de Minas. Juscelino continua a prestar-lhe bons e altos serviços. Assim, atua na grande política nacional, inclusive no jogo da sucessão de Vargas. Disso gosta, porque envolve ação, viagens, contatos diretos, entendimentos, concertamento, convivência com grandes homens. Sabe a hora de falar e de calar. Sabe ser discreto, ouvir, gerar confiança. Participa, por exemplo, da construção da candidatura da estrela paraibana José Américo de Almeida, político e grande escritor, lançada em 25 de maio de 1937, com o estímulo e apoio de Benedito Valadares. Enfrentaria Armando Sales de Oliveira, governador de São Paulo, do Partido Constitucionalista, contrário ao governo federal.

Havia forte sentimento democrático no diamantinense:

“Todas as missões de confiança de Benedito ele dava a mim. Só não me deu uma, graças a Deus, exatamente porque ele me conhecia, e sabia que eu ia ficar contra o Estado Novo: foi aquela missão que ele deu a Negrão [Francisco Negrão de Lima, então deputado federal, primo de Sarah Kubitschek], quando ele saiu pelo Brasil afora, como disse Chateaubriand, ‘naquele aviãozinho, levando o coche funerário da democracia.’”²⁴

Gostava mesmo era de agir, de movimento. No Congresso, atuava apenas nos bastidores. Articulava, compunha, cuidava dos interesses do governo mineiro. Tribuna? Nem pensar. Vivia, sofria e ocultava problema quase incompatível com o exercício de mandato parlamentar: o horror de falar em público.

“Apavorava-me a perspectiva, e aquele temor datava dos recuados tempos de escola primária, quando tive de decorar um discurso e de o declamar na solenidade do encerramento do curso. A experiência fora desagradável e resolvi encerrar, com ela, minha carreira de orador.”²⁵

Trauma que, no seu caso, significava pesado e constrangedor fardo nas costas. Não eram só os discursos e apartes. Evitava até debates em plenário. Preferia o trabalho das comissões, menos exposto. E mais: não tinha planos de continuar no Parlamento. Estava só de passagem. Não queria ser político profissional. Sonhava com a medicina:

“Na realidade, entre 1934 e 1937, a despeito de ocupar uma poltrona no Palácio Tiradentes, nunca deixei de considerar minha presença no cenário político como circunstancial. Esforçava-me por retribuir as atenções de que era alvo, sem alimentar ilusões sobre a duração da atividade parlamentar. O que realmente julgava era que não tardaria a voltar para a medicina, campo de ação da minha preferência e no qual me sentia perfeitamente à vontade.”²⁶

Decididamente, o jovem deputado Juscelino Kubitschek não se destacou dentro da Câmara no triênio 1935-1937. Mesmo assim, preocupou-se com a melhoria das condições de trabalho e o aperfeiçoamento dos serviços postais e telegráficos. Havia atuado na área durante todo o curso de medicina, em Belo Horizonte. Apresentou e fez encaminhar várias indicações nesse sentido. Empenhou-se também na defesa dos interesses de Minas e de sua região eleitoral. Realizou diversas viagens. Acompanhou o presidente Vargas em visita à Argentina e ao Uruguai.

Chefe político

Fora da Câmara, agia sem parar, articulava, brilhava. Em junho de 1936, envolve-se nas eleições municipais de Diamantina, primeiras depois da Revolução de 1930. Quer eleger Joubert Guerra e fazer maioria na Câmara de Vereadores. Evitar que a prefeitura caia nas mãos do PRM,

partido de Arthur Bernardes. Continuava fugindo de discursos. Na chegada do trem a Diamantina, gela por dentro. Banda, muita gente, saudação de Júlio Mourão, bom orador, irmão do futuro general Olympio Mourão Filho. Quase entra em pânico. Mas, obrigado a agradecer, surpreende-se. As palavras fluem naturalmente, encadeadas, calorosas. Voz forte, sem hesitações ou gagueira. Seu velho drama acabou. É o nascimento do grande orador de estilo rebuscado e pomposo, o que, então, agradava e despertava admiração. Inclusive em comícios.

Sempre entusiasmado, percorre, a cavalo, os quinze distritos municipais. É o novo contra o antigo. A caminhada para um novo tempo. A política era dominada por voluntariosos líderes tradicionais, que controlavam vontades e votos. Corria uma história de que, chegando o dia da eleição, um dos chefões, fazendeiro forte, pegou as cédulas, marcou o nome dos seus candidatos, dobrou, envelopou, passou grude, fechou, e entregou aos empregados. Um deles quis saber em quem ia votar. Resposta: “Vosmicê não sabe que o voto é secreto?”. Velhos tempos.

Juscelino visita pessoalmente centenas de famílias. Jornadas massacrantes por estradazinhas tortuosas, às vezes sob chuva e frio intenso. Vai aos eleitores, conhece, conversa, ouve, atende doentes, aconselha. Um sucesso. Vira um pleito dado por perdido. Elege Joubert e onze dos quinze vereadores. Concluída a apuração, vai aos líderes adversários em companhia de Sarah e de Naná. Oferece seus préstimos em Belo Horizonte, despede-se. É agora o principal chefe político de Diamantina.

Prestígio político, vitória eleitoral, base consolidada, reconhecimento. A volta à medicina parecia cada vez mais distante.

Golpe e perda do mandato

Na primeira semana de novembro de 1937, em meio à forte onda de boatos, Juscelino conclui que o golpe é iminente. Acompanhara todo

o processo. Vargas não queria deixar o poder. Então, em setembro de 1937, o pragmático Benedito retirou o apoio à candidatura de José Américo de Almeida e mergulhou fundo nas conspirações golpistas. Juscelino tentou demovê-lo, sem sucesso. Tinha razão, tinha os argumentos, mas não tinha força para convencer o amigo. A posição de Benedito, envolvido até a medula no projeto ditatorial de Getúlio, não tinha volta. Prevalência de interesses políticos e de projeto pessoal. Tal como Getúlio, ambicionava permanecer no poder por tempo indeterminado.

Na madrugada de 10 de novembro de 1937, Vargas golpeia. Fulmina as eleições, dissolve o Congresso, anula todos os mandatos parlamentares, impõe a terceira Constituição republicana, de inspiração e modelo corporativista. Regime forte, de direita. Nasce o Estado Novo. É a ditadura Vargas, que chegará a 29 de outubro de 1945.

Em Belo Horizonte, início da manhã do dia do golpe, Juscelino visitava o Hospital Militar. Ao encontrar-se com o coronel Góis, seu colega do Serviço de Saúde, fica sabendo que às três da manhã o Estado-Maior da Polícia estava todo iluminado, o pessoal trabalhando. Deduz que é o golpe. Vai ao Palácio da Liberdade. Benedito o recebe com a seguinte frase: “Oh! ex-deputado!, como vai?!”. Juscelino: “Já deram o golpe?”. Benedito: “O assunto já está liquidado.”²⁷

Democracia afastada, Valadares de novo interventor, Juscelino sem mandato, triste, decepcionado, desalentado, pessimista:

“Até 10 de novembro eu havia feito parte da engrenagem representativa do regime democrático. Desempenhara o papel de delegado de milhares de eleitores espalhados por todas as regiões de Minas. Embora nunca houvesse surpreendido em mim qualquer vocação política, até então, o fato era que eu havia pertencido àquele mundo. Um mundo que eu via desfazer-se em pó. Minhas relações com Benedito Valadares permaneciam as mesmas. Ia com frequência ao palácio e ele, quando tinha uma folga, sempre passava, à noite, pela

minha casa, para dois dedos de prosa e um drinque. (...) Minhas divergências com ele não eram de caráter pessoal. Mas de natureza política. Ele acreditava, naquele instante, que uma interrupção do processo democrático – uma ‘ditadura provisória’, segundo o pensamento de Francisco Campos – seria o remédio adequado para o Brasil. Eu julgava que a crise poderia ser solucionada através das próprias franquias asseguradas pelo regime constitucional.”²⁸

O pensamento autoritário do influente jurista Francisco Campos, o Chico Ciência, ganhou deliciosa observação do cronista Rubem Braga: “Toda vez que o senhor Francisco Campos acende sua luz, há um curto-circuito nas instalações democráticas brasileiras.”

Adeus política?

Capítulo 7

Volta à medicina

Em 11 de novembro de 1937, o doutor Juscelino veste de novo o avental branco e recomeça o atendimento no consultório do edifício Ibaté, centro de Belo Horizonte. Havia três anos não pisava ali. Resolvera mesmo abandonar definitivamente a política, enterrá-la no passado. Sente grande alívio. No futuro, só a medicina. Retoma as atividades, inclusive as funções no Hospital Militar. Fará grande esforço para atualizar os conhecimentos médicos e recuperar a destreza perdida em decorrência dos três anos de afastamento.

Belo Horizonte, início de 1940, um susto. Benedito chama Juscelino ao Palácio da Liberdade e, olho no olho, comunica que vai nomeá-lo prefeito de Belo Horizonte. Perplexo, o diamantinense cai em longo silêncio. Não consegue falar, não sabe o que responder. Lembra-se da decisão de nunca mais deixar a medicina e do regime ditatorial, que não aprova. Os valores de sua formação democrática: liberdade, respeito aos direitos civis, representação popular, o “governo do povo para o povo”, na definição de Abraham Lincoln, um de seus ídolos. Aceitando, estaria cometendo apostasia? Respira fundo, recompõe-se. Diz francamente que não pode aceitar. Benedito insiste, esclarece, faz confidências. Nas lembranças de Juscelino: “Vamos caminhar para a democratização. O Getúlio virá brevemente a Minas e irá abordar esse tema em discurso que aqui pronunciará. Em face do próximo retorno ao regime legal, vou precisar de você para me ajudar nas eleições em Belo Horizonte.”²⁹

Projeto atraente, importante. Eleições, mobilização popular, posição de destaque que lhe permitirá contribuir efetivamente para o retorno da democracia. Uma tentação. Mas prevalece o compromisso de fidelidade à medicina. Agradece, recusa. Deixa o palácio de carro, acompanhado

de José Maria Alkmim. Conta tudo. Alkmim questiona, acha que errou. Como prefeito, disporia de autonomia de ação, fugindo do centralismo de Benedito. E o cargo se ajustava a seu temperamento e perfil de homem essencialmente urbano. Quanto à medicina, argumentou que poderia ser um médico-prefeito ou um prefeito-médico. Não adiantou. Juscelino bateu o pé. Mas seu destino, não.

Político

O mundo gira, a lusitana roda. Dois meses depois, em 15 de abril de 1940, nove da noite, Juscelino recebe telefonema de Olinto Fonseca, diretor da Imprensa Oficial do estado. Precisa vê-lo com urgência. Encontram-se uma hora depois. Olinto mostra mensagem recebida do governador Benedito, que estava em Araxá, acompanhando o presidente Vargas. Determina que o *Minas Gerais*, órgão oficial, publique decreto, já assinado, de nomeação de Juscelino para o cargo de prefeito de Belo Horizonte, substituindo o advogado e banqueiro José Oswaldo de Araújo. Não havia como falar com o governador. E Olinto não podia deixar de cumprir a ordem. Fato consumado. Juscelino capitula, consente. No fundo, sente-se honrado pelo convite e atraído pelo desafio. Supera o constrangimento de servir à ditadura confiado na informação de Benedito de que as eleições estão chegando.

Olinto pede dados biográficos para redigir notícia na parte editorial. Juscelino, bem-humorado: “Local de nascimento: Diamantina. Data: 12 de setembro de 1902. Profissão: médico. É só.”

Assume a prefeitura, esforça-se para conciliar vida pública e medicina. Com crescente dificuldade, conseguirá fazê-lo até o fim de 1944. Seu último paciente é Eduardo Frieiro, admirável escritor mineiro. Uma apendicite aguda, já com sinais de comprometimento peritonial, cirurgia realizada no Hospital São Lucas, bairro de Santa Efigênia. Juscelino acompanhou toda a recuperação:

“Hoje, vou dar duas altas, dona Noêmia. Uma ao Frieiro, que já está bom e pode retornar a suas atividades. E outra, a mim mesmo, pois encerro, com o caso do seu marido, minha atividade profissional. Dona Noêmia olhou-me estupefata. Tirei o avental branco e o guardei no armário da sala dos médicos. Vesti o paletó. Apanhei alguns livros que estavam sobre a escrivaninha. Estendi a mão a dona Noêmia e saí. A opção, sobre a qual eu havia hesitado durante tanto tempo, acabara de ser feita. Já não era médico. Mas político.”³⁰

A II Guerra Mundial arrasava a Europa. As tropas alemãs avançavam. Haviam invadido a Holanda, a Bélgica e Luxemburgo em menos de um mês. A França estava em xeque. No Brasil, ainda neutro, prevalecia clima de perplexidade e de temor pelo futuro europeu. Juscelino:

“A cúpula governamental, porém, em flagrante desacordo com o sentimento popular, não disfarçava o entusiasmo com que assistia ao desfile dos estandartes de Hitler pelas nações subjugadas, já que a vitória do III Reich consolidaria, por ação reflexa, a experiência do Estado Novo. Todos esses fatos alarmavam a consciência democrática do mundo.”³¹

Mundo em guerra, o Brasil da ditadura Vargas aturdido, a Minas de Benedito mais ainda. Será que o doutor Juscelino estava indo para o lugar certo na hora errada? Ou seria o começo de espetacular escalada como governante e líder político?

Capítulo 8

Prefeito de Belo Horizonte

Já nas primeiras semanas, uma prova de fogo: concluir na correria a avenida do Contorno, maior obra em execução em todo o estado. O recado curto e seco do governador, que ainda estava em Araxá, chegou por Israel Pinheiro, secretário da Agricultura: “Diga ao Juscelino para terminar com urgência a avenida do Contorno, pois o presidente Vargas irá a Belo Horizonte, daqui a uns dias, para inaugurá-la.”³²

Juscelino encheu-se de esperança: será que Vargas faria o anúncio da caminhada para a democratização de que lhe falara Benedito? Quanto à obra, foi um deus-nos-acuda, por causa da urgência. Trata-se da maior avenida da cidade, em pista dupla, uma espécie de anel em torno do centro urbano. O calçamento começara antes do Estado Novo. Faltava completar o asfaltamento, colocar meios-fios, reparar estragos e desgastes, dar acabamento. Juscelino agitou a máquina pública, mobilizou todos os recursos, deixou tudo pronto. Pequena grande vitória, que impressionou a cidade e os donos do poder.

Vargas a inaugurou em 12 de maio de 1940. Mas não disse uma só palavra sobre democratização. Nem mesmo discursou. Apenas cortou a fita, frustrando Juscelino e evidenciando o blefe político do governador ao convidá-lo para o cargo, dois meses antes.

Prefeito Furacão

É na prefeitura de Belo Horizonte, então com duzentos mil habitantes, que Juscelino vai descobrir e revelar sua principal e maior vocação: a de executivo, homem de ação, extraordinário empreendedor público. Mostra tirocínio administrativo e político, capacidade de inovar e de

assumir riscos, coragem. Distingue-se claramente do modelo típico de governante da época: o autoritário e preso a velhas rotinas. Moderniza, participa, dinamiza, democratiza. Projeta, executa, fiscaliza, avalia, inaugura, divulga. Nova mentalidade, novo modo de governar.

Trabalha absurdamente. Toma pé da situação, espanta-se com os problemas urbanos e carências sociais. Surpreende-se com a herança financeira, uma calamidade. Cofres limpos, arrecadação baixa, despesas correntes elevadas, dívida crescente. Mas não perde o rumo:

“Na noite de 18 de abril de 1940, após longa vigília no escritório, decidi sobre o caminho que devia seguir. Sendo prefeito, iria agir outra vez como médico. O doente ali estava. Era Belo Horizonte, um doente que repousava num leito de ficus e de rosas. A política havia me envolvido de novo. E dessa vez definitivamente.”³³

Araújo, o antecessor, o procura em casa para explicar a gravidade da situação financeira. Aconselha máxima cautela. Que se limite a assinar o expediente, evitando qualquer obra de vulto.

Ao sair, apresenta o motorista que serve ao prefeito, Geraldo Ribeiro. Um moço simpático, de altura média, mulato, maneiras afáveis, um tanto retraído, olhos muito vivos, espertos. Ganhará de Juscelino o apelido de Platão, pela extraordinária sabedoria e criatividade. Será seu amigo fraterno e companheiro até na morte.

Depois de passar o cargo, o leal Araújo abre ainda mais o jogo:

“— Tenho pena de você, Juscelino. Todas essas gavetas aí são de contas a pagar.

— Jogo de olhos fechados no futuro da cidade.”

Dois dias depois, Juscelino assina contratos de obras de valor superior ao de todas as contas guardadas nas gavetas.³⁴

Prioriza obras públicas essenciais para melhorar a cidade, embelezá-la. Apoia atividades culturais, dinamiza a assistência social. Monta equipe com base em critério de mérito, probidade e confiança. Faz administração independente, inovadora e dinâmica. Trabalha exageradamente. Começa às sete da manhã, segue até a noite. Transmite otimismo, democratiza o acesso ao prefeito, motiva, apoia, inspeciona, cobra. Não é homem de ficar fechado entre quatro paredes, em meio à papelada. Acha errado, não suporta. Burocracia, só a indispensável. Mudança da filosofia, da postura, da qualidade e da escala das ações.

Impõe-se duas obrigações básicas: primeira, comparecimento diário a todas as frentes de trabalho que fossem abertas, e segunda, visita, todas as semanas, a pelo menos um dos comitês de bairro que vai formar. Quer acompanhar pessoalmente as obras, quer proximidade e sintonia com a população. Uma revolução no modo de administrar a cidade. O povo gosta. Prestígio, visibilidade.

Toma decisões rapidamente. Intuitivo, confia no que chama de instinto kubitschekiano, um impulso interior “que sempre me forçou a agir numa determinada direção e na hora adequada, assegurando-me pleno sucesso nas investidas que, a outros, pareciam ilógicas e temerárias.”³⁵

Acreditava mesmo nisso.

Entende-se bem com o governo estadual. Descobre novos caminhos, busca recursos em todas as fontes. Atrai e envolve o setor privado, amplia os espaços e os horizontes urbanos. Imagina e faz desenvolver projetos urbanísticos inovadores, audaciosos, em estilo moderno. Quase vira a cidade do avesso. Chegam a chamá-lo de Prefeito Furacão, por ter posto a cidade de pernas para o ar. Está toda rasgada, repleta de intervenções, muitas delas cirúrgicas. Recupera ruas, avenidas e praças, faz pavimentação e ajardinamento, canaliza córregos, cria novos bairros. Amplia as redes de esgoto, melhora o abastecimento de água.

Belo Horizonte vira uma grande obra pública a céu aberto. Divulga as realizações, presta contas.

Cuida também de atividades e projetos culturais. Convoca o jovem Oscar Niemeyer para arquitetar sua primeira grande obra pública: o novo bairro da Pampulha. Concluído em 1944, integra arquitetura com escultura, pintura e paisagismo. O nome Juscelino Kubitschek vai ganhando Minas e o Brasil, associado à competência, modernidade e sobretudo muita ação e capacidade de fazer o que promete. Surge o “Poeta da obra pública”, na feliz síntese de João Guimarães Rosa.

Palavra para Niemeyer, quase sessenta anos depois:

“Em termos de arquitetura, Brasília é continuação da Pampulha. A arquitetura nova que a gente estava se impondo. Mais leve, utilizando a curva, mais próxima das igrejas de Minas Gerais, mais de acordo com o clima. E os meus problemas de tempo, de corrida. Tanta coisa! Pampulha foi o começo de Brasília.”³⁶

Lutou pela criação da Escola de Arquitetura e do Museu Histórico. Fez vir do Rio de Janeiro o pintor Alberto da Veiga Guignard, responsável por obras notáveis e formação de artistas mineiros. Em 1942, inspirado na célebre Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, promoveu uma “Semaninha” semelhante em Belo Horizonte, importante no arejamento e renovação das artes em Minas.

Passagem luminosa a do impetuoso doutor Juscelino pela prefeitura de Belo Horizonte. Período de descobertas e afirmação, muitas realizações e sucesso.

Pampulha, sua maior obra e joia desse tempo, foi construída sem o conhecimento do governador Benedito, que estava envolvido com a administração estadual e principalmente com a política. Projeto caro, caríssimo. Juscelino sabia que ele o vetaria. Esconde tudo enquanto pode, disfarça. Começa pela principal estrada de acesso, futura avenida

Antonio Carlos. Depois, sem alarde, urbaniza, e ataca a construção da barragem da Pampulha, para formar a grande lagoa de dezoito quilômetros de perímetro. Junto à margem, ergue cassino, clube náutico, restaurante circular. Também a originalíssima Igreja de São Francisco de Assis, primeira do país em estilo moderno, com abóbadas de concreto, que o escritor Eduardo Frieiro chamou de “Hangar de Deus”. Decoração de Portinari, com painéis de azulejos na parte externa e pintura mural no interior. Tudo em meio ao paisagismo de Burle Marx. Projeto revolucionário, execução quase impossível, marco de audácia, sonho e bom gosto. Quando Benedito soube de tudo e cobrou explicações, já não havia mais volta. Era melhor concluir. Fato consumado.

Tudo bem. Mas, e a ditadura? Ventos de liberdade, vindos da Europa, varriam o Brasil. Até quando será o Benedito?

Capítulo 9

Deputado federal constituinte

Em 28 de fevereiro de 1945, pressionado pela oposição militar e civil ao regime, Vargas assinara ato institucional prevendo eleições gerais. Juscelino, com Benedito Valadares, inicia intensa mobilização de opinião pública, principalmente em Belo Horizonte. Objetivo: ganhar as eleições, finalmente marcadas para 2 de dezembro de 1945. Em nível nacional, ambos passam a preconizar o lançamento da candidatura do marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, em oposição à do brigadeiro Eduardo Gomes.

Nasce o PSD

Em março de 1945, tempo de criação de novos partidos políticos, Juscelino se engaja na fundação do Partido Social Democrático de Minas Gerais, formado em torno do interventor Benedito. Reunião em 8 de abril de 1945 aprovou os nomes para a comissão executiva: Benedito Valadares, presidente; Israel Pinheiro, vice-presidente; Juscelino, primeiro-secretário; Cristiano Machado, segundo-secretário; João Beraldo, tesoureiro. Foram também indicados os demais membros. Providenciam a criação e registro de diretórios municipais, um programa conciso e até plataforma de campanha eleitoral. Nada de perder tempo. A posição de primeiro-secretário vai ser importante no equacionamento político-eleitoral da carreira de Juscelino.

O PSD nacional começa a ser estruturado mais tarde, depois da Lei Eleitoral, publicada em 28 de maio de 1945. A comissão organizadora, presidida por Agamenon Magalhães, reunia-se no apartamento de Benedito Valadares, na rua Raul Pompeia, Copacabana. Sua primeira convenção, conduzida pelo pragmático Valadares, ocorre em 17 de

julho de 1945, no Teatro Municipal, Rio de Janeiro. Objetivo: homologar a candidatura presidencial de Dutra.³⁷

Tancredo Neves, oito anos mais novo que Juscelino, seu amigo por mais de quarenta anos e até o fim, relembra:

“Juscelino era uma criatura fascinante, que cativava as suas amizades. Era dotado de um sentido caloroso de afetividade e humanidade. Não havia ninguém que dele se aproximasse que não se rendesse ao carisma do seu espírito extraordinariamente dotado. Homem de cultura, de sensibilidade e de inteligência, ele tinha, para cada um, um tipo de conversa que agradava. Essa amizade se transformou numa solidariedade política inquebrantável. Quando se cuidava de criar novos partidos, tivemos longa conversa para examinar a situação e tomar resoluções. Isso em 1945, começo de 1946. Naquela época, o que se cogitava saber era se nós iríamos para a UDN, para o PSD ou para o PTB. Estudamos juntos a conjuntura mineira e chegamos à conclusão de que nos uniríamos ao PSD, o partido onde tínhamos amigos e também o que se nos afirmava mais condizente com a ordem socioeconômica de Minas Gerais. Ele foi, logo em seguida, eleito deputado federal para a Constituinte de 1946 e eu fiquei lutando, até que fui eleito para a Assembleia Mineira.”³⁸

Dutra foi indicado candidato à Presidência da República. Primeiro-secretário do partido, Juscelino entrega-se à instalação da sede regional e às filiações. Recorre com sucesso aos comitês de bairro que havia criado quando prefeito. Visita todos. Entra nas casas, conversa com os eleitores. Consegue vasto número de adesões.

E o esperto Benedito? Também age rápido, concentrando-se no interior. Escolhe em cada município pessoas de confiança ou grupos políticos aliados, capazes de trazer-lhe maior força política. Poder na cabeça, sonhos de altos voos, agora democráticos. Visão de Tancredo Neves, filiado ao partido desde o começo:

“O PSD foi a transformação da máquina administrativa que o Valadares montou para o seu governo, em partido político, acrescida realmente de algumas lideranças políticas mais representativas. Foi organizado, inventado com o que havia de mais representativo na liderança política do interior de Minas. O Valadares deu um balanço nos seus redutos, verificou aqueles mais fracos, onde os adversários eram mais fortes, e fez a troca. Trouxe os adversários para ele e entregou os seus companheiros para a UDN.”³⁹

Mesmo com a faca e o queijo na mão, Valadares não conseguirá plena hegemonia no diretório regional. Juscelino e outras estrelas em ascensão vão abalar sua liderança.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PSD mineiro faz a maior bancada do partido na Constituinte: Benedito Valadares, Luiz Martins Soares, Juscelino Kubitschek, Carlos Luz, Rodrigues Seabra, Pedro Dutra, Bias Fortes, Duque de Mesquita, Israel Pinheiro, João Henrique, Cristiano Machado, Wellington Brandão, Joaquim Libanio, José Maria Alkmim, Augusto Viegas, Gustavo Capanema, Francisco Rodrigues Pereira, Noraldino Lima, Celso Machado e Olinto da Fonseca Filho. Juscelino é o segundo mais votado.

Para a professora Maria Victoria Benevides, da Universidade de São Paulo, o PSD permaneceu como um estilo de prática política voltada para posições de centro, para o entendimento e o pragmatismo. E a União Democrática Nacional UDN, sua principal adversária, como um “estado de espírito”.⁴⁰

O PSD mineiro será essencial na trajetória pública de Juscelino. Essencialmente centrista, o partido vai se tornar ícone de um modelo de ação política caracterizado pela habilidade, prudência, moderação, habilidade, pragmatismo, disposição ao diálogo e entendimento, negociação e conciliação, objetividade, proximidade do poder. E instinto de sobrevivência sem igual. Deliciosa ironia de Tancredo no tempo de

intensa efervescência do debate político-ideológico no país: “Entre a *Bíblia* e *O Capital*, o PSD fica com o *Diário Oficial*.”

Arguto e bem-humorado pessedista, Tancredo dizia que o partido era muito hierarquizado. Todo o mundo sabia a ordem e hora da chegada e as posições. Ninguém precipitava ninguém, ninguém empurrava ninguém. Era um partido de generais de divisão, de generais de brigada, de coronéis, majores, capitães. E cada um tinha a promoção natural, quando era sua vez. Os novos sabiam esperar e os velhos, como lhes dar oportunidades. As dissidências foram episódicas. E a UDN mineira? Para Tancredo, ela era o espírito antiditatorial, o espírito liberal. Reunindo grande parte da nata da intelectualidade mineira, foi quem praticamente doutrinou a democracia em Minas depois da ditadura Vargas. O espírito da UDN era mais jurídico do que político. E o do PSD, realista, ligado ao cotidiano, muito mais político do que jurídico. Muito mais imediatista do que projetado para o futuro. O udenista acreditava muito nos efeitos de sua pregação, de sua doutrinação, explicava.⁴¹

O nome de Dutra foi homologado em 17 de julho de 1945, primeira convenção nacional do PSD. Em Belo Horizonte, 8 de outubro seguinte, presente o candidato Dutra, a comissão executiva do PSD indicou os candidatos à Assembleia Nacional Constituinte, entre eles Juscelino.

Vargas é deposto pelas Forças Armadas em 29 de outubro de 1945. É o fim do Estado Novo. Muda tudo. Juscelino deixa a prefeitura de Belo Horizonte. Tancredo Neves:

“A causa mais importante da queda de Vargas foi o grande conflito ideológico entre o governo de Vargas e a nova ordem democrática que se implantava no mundo. Antes do grande conflito mundial, os governos eram mais ou menos autoritários em toda a face da terra. Não era possível sustentar-se uma luta pela democracia na Europa e manter uma ditadura interna. E toda aquela rapaziada que fez a guerra, toda aquela oficialidade, imbuída da mística democrática,

quando chegou ao Brasil, não via justificativa diante de si mesma para apoiar um regime ditatorial, um regime de força.”⁴²

Criatura versus criador

Criatura *versus* criador. Mágoa profunda de Vargas: Benedito apoiou sua deposição. O bem-informado Tancredo Neves contava que, em 29 de outubro de 1945, o interventor gaúcho Ernesto Dornelles – homem ameno e tranquilo, primo de Vargas e cunhado de Mariana, irmã de Tancredo – mandou telegrama a Benedito. Estava indignado com o comportamento do concunhado. Tancredo: “Getúlio só veio a falar com Valadares, e assim mesmo por insistência minha, depois de passada a metade de seu governo.”⁴³

Criador *versus* criatura. Dez anos depois, Benedito vai se voltar contra Juscelino. Nem sempre cabe mais de um no vértice superior das pequenas e grandes pirâmides do poder.

PSD ganha

Ainda o final de outubro de 1945. Assume a Presidência da República José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Ele trocou os interventores por membros do Judiciário. Em Minas, saiu Benedito, entrou Nísio Batista de Oliveira. Na prefeitura de Belo Horizonte, o engenheiro João Gusmán Júnior assumiu o lugar de Juscelino. Decreto federal estabeleceu que as eleições estaduais ocorreriam depois de promulgada a nova Constituição.

No seu governo de três meses, o presidente Linhares usou a caneta como poucos. Período de democratização acelerada, muitos projetos, muita regulamentação, muitas nomeações. Linguarudos propagavam que ele nomeava muitos parentes. Ironizavam: “Os Linhares são milhares.”

O PSD é o grande vitorioso nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Faz 26 senadores, contra dez da União Democrática Nacional e dois de coligações. Elege 151 deputados federais, frente a 83 dos demais. Dutra teve votação muito superior à do udenista Eduardo Gomes. Foi empossado em 31 de janeiro de 1946.

O deposto Vargas surpreende nas urnas. Tem votação espetacular. A lei permitia candidatura múltipla, polivalente. Não se exigia domicílio eleitoral. Foi eleito por sete estados, totalizando mais de um milhão de votos, 40% do total obtido pelo presidente Dutra. Optou pelo Senado, representando o Rio Grande do Sul, sua terra. Foi campeão de votos em Minas, seguido de Juscelino. Lembranças de JK:

“A deposição em 1945, o exílio na Fazenda do Itu, a vitória consagrada nas urnas em 1950 tiveram a virtude de lhe reacender a crença no regime democrático. Nesse período, convivemos estreitamente e pude constatar sua fidelidade à Constituição de 1946. Em face disso, dissiparam-se os últimos resquícios de desconfiança que eu alimentava sobre a possibilidade de qualquer nova ofensa à democracia por parte do seu governo.”⁴⁴

Juscelino obtém do presidente Dutra a nomeação do engenheiro Pedro Laborne Tavares, de sua confiança, para prefeito de Belo Horizonte. Forte prova de prestígio político. O substituto do interventor Valadares é João Tavares Correia Beraldo, do PRM.

O constituinte Juscelino vai atuar de olho no Palácio da Liberdade.

JK e a Constituinte de 46

A Constituinte é instalada em 5 de fevereiro de 1946, no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, sob a presidência do senador pessedista mineiro Fernando Melo Viana. O deputado Juscelino volta forte ao Parlamento. Um olho nas funções de deputado-constituinte, outro nas eleições de outubro de 1950 para o Palácio da Liberdade. Mas sabe que não pode

ser afoito. Nada de atropelar os fatos. A hora é de trabalhar muito, cuidar da grande política sem descuidar do varejo, olhar o curto prazo e mais adiante. Já que política é destino, o que lhe cabe é fazer o melhor possível sua parte.

A Constituinte reflete a força e o encanto dos valores democráticos então presentes no país. Não há agitação. Funciona sem turbulências, pressões indevidas ou ameaças. Às vezes, uma ou outra discussão mais candente, de fundo ideológico. Debates ricos, por exemplo, sobre estrutura sindical, direito de greve, mudança da capital do Rio de Janeiro para o centro do país. Tudo sem excessos. Trabalha bem e rápido. A quarta Constituição republicana nasce em 18 de setembro de 1946. JK assinou a Carta, Vargas não compareceu. O corpo político tomava forma. Parecia que a democracia tinha voltado para sempre. Juscelino:

“O ano de 1946 passou-se entre discussões políticas e acertos sobre os dispositivos da Constituição, em elaboração no Congresso. Como secretário do PSD mineiro, participava dos entendimentos, esforçando-me, como é do meu temperamento, por dissipar as desinteligências, aplinar as arestas, enfim, evitar de todas as maneiras que as dissensões se agravassem. Esse modo de ser – ou melhor, esse comportamento conciliatório – fez com que passasse a ser convocado para participar de todas as conversações políticas nas quais os ânimos se mostrassem exaltados. Apesar de me sentir lisonjeado com a distinção, era com sacrifício que comparecia a essas reuniões. É que, naquele momento, estava preocupado em solucionar um problema de suma importância para mim: a adoção de uma filha, que seria a companheira de Márcia.”⁴⁵

Juscelino integrou a Comissão de Transportes e Comunicações. Gostava de estudar e discutir grandes temas. Mas continuava sem maior apetite pela atividade legislativa em si. Já a política, a grande política, era agora paixão assumida, reconhecida como vocação natural, opção de vida. Empolga-se de vez com o jogo de poder, envolve-se, começa a sonhar um Brasil diferente.

Entusiasma-se com os trabalhos e discussões em torno da transferência da capital federal. Pesquisa, estuda, informa-se, abraça a causa mudancista. Vai à tribuna, faz discurso vigoroso. Quer a nova cidade no fértil Triângulo Mineiro, região já dotada de apreciável infraestrutura econômico-social. Isso resultaria em redução dos custos e menor prazo de construção. Formaram a seu lado, entre outros, os também constituintes mineiros Israel Pinheiro, Daniel de Carvalho, José Maria Alkmim e José Francisco Bias Fortes. Baseado em estudos do engenheiro Lucas Lopes, formaliza proposta de localizá-la na “região central compreendida entre os rios Paranaíba e Grande”. Isto é, no Triângulo Mineiro, região de Uberlândia. Por pouco não passa. A maioria dos constituintes preferiu a área do Planalto Central, em Goiás, visitada e estudada, em 1892, pela célebre missão Cruls.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010, trecho de diálogo com Rondon Pacheco, uberlandense de 31 de julho de 1919, parlamentar pela UDN, secretário de estado em Minas, ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, governador de Minas:

“— Na época, o Lucas Lopes era um jovem técnico, amigo do Juscelino. Eles prepararam o esboço de uma emenda situando a capital no Triângulo Mineiro. Mas perdemos por seis votos para a localização que vinha desde a Constituição de 1891.

— O presidente Dutra era mudancista?

— Era. Quando assumiu, pensou em fazer decreto localizando a capital no Triângulo. É que havia o precedente de Uberlândia ser a sede da Fundação Brasil Central.

— Impressiona o envolvimento de Juscelino com a interiorização já na Constituinte de 46. Dizem que ele era entusiasta da Marcha para o Oeste, lançada por Vargas. É isso mesmo?

— Os mineiros queriam a capital mais no centro. Tinham uma posição integracionista. O Juscelino era um homem fascinante. Que ninguém chegasse muito perto dele, não, porque ele dominava o

panorama. Era homem típico da região da mineração, que acreditava.

– O faiscador é movido a sonho e esperança, não é? Achar a grande pedra, essas coisas...

– O Juscelino acreditava nas coisas, jogava com o futuro.

– O senhor era amigo dele?

– Sim. Ele me convidou para secretário do Interior de seu governo. Foi lá em casa, queria unir a política mineira. Mas a UDN, meu partido, não aceitou.”⁴⁶

Juscelino celebrou a vitória dos mudancistas. Considerava a decisão fundamental ao Brasil. Provará isso vinte anos depois, com a guerra por Brasília.

O artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946 determina expressamente a transferência da capital. Mas não define as datas para a conclusão dos trabalhos técnicos, início das obras e efetivação da mudança. Ficou assim:

“Art. 4º A capital da União será transferida para o Planalto Central do país.

Parágrafo 1º – Promulgado este Ato, o presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localidade da nova capital.

Parágrafo 2º – O estudo previsto no parágrafo precedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao Domínio da União.

Parágrafo 3º – Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital.

Parágrafo 4º – Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o estado da Guanabara.”

À medida que a Constituinte avançava para o final, conturbava-se o cenário político. Acumulação de pontos de conflito, afunilamento das

decisões, acirramento dos jogos de poder. Ao fundo, o início das conversações e arranjos em torno das eleições estaduais, marcadas para 19 de janeiro de 1947.

No PSD mineiro, a coisa pega fogo. Está dividido entre a candidatura de José Francisco Bias Fortes, oficialmente indicado pela convenção, e a da Ala Liberal, o chamado PSD Independente, encabeçada pelo dissidente Carlos Coimbra da Luz, considerado de ideias udenistas, ex-ministro da Justiça e Negócios do Interior, o preferido do presidente Dutra. Juscelino, secretário-geral do partido, tinha chance de ser indicado, com o apoio de Valadares, de outros líderes e do nascente movimento Queremos Juscelino. Mas não se lançou. Tinha compromisso com Bias Fortes, cumpriu. Do outro lado, Milton Soares Campos, da UDN, notável jurista, reserva moral do país, candidato competitivo, de grande prestígio. Beneficiado pela clivagem pessedista, viabilizou coligação com os dissidentes do PSD e mais o PR, o PDC e o PTN. Venceu.

De Pio Canedo, talentoso político mineiro: “Em Minas o PSD só perde eleição quando se divide.” Declaração de Bias Fortes, citada por Juscelino: “Perdemos numericamente, mas ganhamos politicamente.” Outra dele, famosa: “O primeiro dever do governo é não assustar.”

O PSD foi a legenda mais votada, majoritário na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. O udenista Milton Campos, cuja vitória teve ampla repercussão nacional, teria de montar e administrar complicado e difícil governo de coalizão.

Analisando mais tarde o episódio, Juscelino concluiu que foi salvo por seu misterioso impulso interior:

“Os anos vieram provar que meu afastamento da competição eleitoral de 1947 fora determinado por aquele instinto – o já referido instinto kubitschekiano. Se houvesse concordado em ser candidato, naquela época, e se por acaso obtivesse a preferência do eleitorado, ao terminar o mandato de governador, seria, certamente,

candidato à Presidência da República, e o homem que iria ter pela frente, na disputa pelo voto popular, não seria outro senão Getúlio Vargas, um adversário impossível de ser batido nas urnas.”⁴⁷

Resolvida a eleição, retomadas as atividades parlamentares em março de 1947, novo quadro. A cisão do PSD custara caro a todos. Juscelino, habituado à intimidade do poder em Minas, é agora um deputado federal da oposição ao governo Milton Campos. “Oposição vigilante, mas não incondicional”, esclarecia. Isto é: oposição às medidas estritamente políticas do governo, mas nunca aos interesses de Minas. Seu velho amigo Benedito, um dos “donos do país” desde 1933, perdera a velha base eleitoral. E, em 24 de janeiro de 1947, também a presidência efetiva do partido para o vice-presidente da República, o catarinense Nereu Ramos. Vida que avança. De Tancredo Neves, então deputado estadual, líder da oposição ao governo Milton Campos:

“Exerci a liderança em estreita e íntima convivência com Juscelino, que era secretário-geral do partido em Minas. Com ele, examinava problemas, táticas e estratégias, e dele recebia sempre uma palavra de orientação e conselho. Foi uma convivência muito agradável. Juscelino nunca foi um dogmático, nunca foi um homem de posições inflexíveis, era aberto a críticas e receptivo às ponderações. Sobretudo, tinha a humildade de reconhecer um erro e prontamente buscar a verdade.”⁴⁸

Em 22 de julho de 1947, Kubitschek inicia marcante visita ao Norte, como integrante da Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia. Quer vê-la, conhecê-la, senti-la. Inclusive os problemas que dificultam o desenvolvimento dos territórios federais. Decolam do Rio num avião da FAB e vão acompanhando o litoral. Visitam Amapá, Oiapoque e Clevelândia, no Amapá, depois Caiena, na Guiana Francesa, e Belém do Pará. Na volta, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió e Salvador.

A diversidade de cenários e costumes faz Juscelino meditar sobre o milagre da unidade brasileira, em contraste com a fragmentação acontecida no antigo império espanhol. Mas, no campo socioeconômico, preocupa-se com as populações deserdadas, perdidas nos desvãos do território imenso, sem vínculo efetivo com o Rio de Janeiro. A desigualdade, a vastidão de espaços vazios, o arquipélago regional brasileiro. É a semente da ideia de interligar todo o Brasil por extensa rede de estradas.

No regresso ao Rio, encontra quadro político confuso. Já se discute a sucessão presidencial, mas ainda sem candidatos. Em Minas, as diferentes lideranças tentam costurar um acordo. Mas, por enquanto, nenhum avanço importante. Tudo devagar, arrastado, contrariando seu temperamento.

De maio a julho de 1948, viaja aos Estados Unidos e Canadá, experiência a que dá grande peso em sua compreensão, visão e convicções político-administrativas. Volta convencido de que o único modo de obter pleno desenvolvimento do país é mediante industrialização intensa e diversificada.

Ao voltar, concentra forças na unificação do PSD mineiro. O sonho de ocupar o Palácio da Liberdade continua na cabeça e coração. Prega a união, articula, concilia, propõe, concerta, conversa com todos, exorta os dissidentes a retornar. Argumenta que é hora de entendimento, de começar conversações eleitorais, inclusive sobre a sucessão do presidente da República e do governador de Minas, em 3 de outubro de 1950. Consegue progressos importantes. No meio de 1949, os partidos mineiros, exceto o PTB, tentam uma reconciliação partidária. Juscelino representa o PSD. É o chamado Acordo Mineiro. Entregue a Dutra, mostra-se inviável. Mas ajuda na renúncia de Nereu Ramos à presidência do partido. Substituto: outra vez a felpuda raposa Benedito Valadares.

Em 18 de abril de 1950, a UDN lança a candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes. Em 15 de maio, o PSD indica o mineiro Cristiano Machado. Em julho, o PTB aprova a candidatura do quase imbatível Getúlio Vargas, praticamente anulando as chances dos demais.

Disputa em família

No PSD mineiro, após a sedimentação política, duas correntes fortes competem pela indicação do candidato a governador: a de Bias Fortes e a de Juscelino. Luta renhida, mas sem traumas. O partido marchará unido. Bias tinha o apoio político do presidente Dutra, trunfo forte. Mas Juscelino foi ao Palácio do Catete e, habilmente, conseguiu convencer o velho militar a deixar a política de Minas a cargo dos mineiros. Audácia, competência, sorte. Em seguida, entendeu-se também com o Partido Republicano, de Arthur Bernardes, lenda viva. Este indicou o candidato a vice, o médico Clóvis Salgado da Gama. Será parceiro leal e ponto de apoio seguro, um amigo. Do vaqueiro Manuel Nardi (1904-1997), o Manuelzão, aos 92 anos, personagem de carne e osso do melhor de Guimarães Rosa e sábio do povo: “Salvo o presidente Arthur da Silva Bernardes, todo político é duvidoso.”⁴⁹

Com a concordância dos dois postulantes, o assunto acaba entregue à poderosa comissão executiva do partido. Ela marca a reunião decisiva para 20 de julho de 1950. Ambiente de discrição, reserva, cautela. Tanta, que não se sabe quem votou em quem. Mistérios do velho PSD.

Tancredo Neves, em 1983: “Até hoje é um sigilo. Não se sabe quem votou em Juscelino, nem quem votou em Bias Fortes. O fato é que o Juscelino ganhou por um voto, se não me falha a memória.”⁵⁰

O apoio de Valadares foi fundamental. Dizem que, ao optar entre Bias e Juscelino, ele considerou primeiro os próprios interesses. Concluiu que, com Juscelino, teria mais espaço e controle político. Afinal, ele lhe devia o lançamento na carreira política, comungavam longa história de

amizade, tinham laços indiretos de família. Como visto, seu genro e querido amigo João de Lima Pádua é primo de Sarah Kubitschek e de Francisco Negrão de Lima. Uma avaliação equivocada da velha e manhosa raposa-chefe do PSD. Ao entrar no Palácio da Liberdade, caneta na mão, Juscelino passará a ser o principal nome e referência do PSD mineiro. Mais: por força de sua história, carisma, feitos e peso político de Minas, já começaria como candidato potencial a presidente da República. Uma liderança emergente democrática, vigorosa, incontrolável, moderna. Tinha 48 anos.

Também em 20 de julho de 1950, a UDN oficializa a indicação de Gabriel Passos, concunhado de Juscelino, casado com Amélia, irmã de Sarah. Ninguém sabia quem iria ser governador, mas todo o mundo sabia o nome da sogra dele: dona Luisinha. Coisas de Minas.

Apenas dois meses de campanha, muita correria. Juscelino tem o apoio do PR, do Partido Trabalhista Nacional, do Partido Social Progressista, do Partido Social Trabalhista e do Partido Operário Trabalhista. Galvaniza o eleitorado com o compromisso de modernizar a administração e balançar Minas com enorme salto qualitativo e quantitativo nas áreas de energia e transportes, binômio-síntese de suas prioridades de ação. Com grandes projetos industriais, investimentos em educação, saúde, apoio à agropecuária. A imprensa pergunta com que dinheiro, se não havia recursos para nada. Resposta: “Quando um governador está determinado a realizar uma obra, não deve procurar os recursos nos cofres públicos, mas no interior da sua própria cabeça.” Instinto kubitschekiano?

Para ele, as realizações efetivamente produtivas independem de dinheiro em caixa. Explicava: “Os grandes projetos, as obras grandiosas, as iniciativas verdadeiramente revolucionárias são justamente aqueles que extravasam da área das necessidades rotineiras e vão buscar no futuro sua motivação.”⁵¹

Não aprovava o nacionalismo radical e muito menos o socialismo. Não fazia restrições ideológicas à presença estrangeira no financiamento, implantação e gestão de empreendimentos de interesse do desenvolvimento mineiro.

Tempo exíguo, o candidato prioriza concentrações nos centros regionais estratégicos do Triângulo, Oeste e Sul de Minas, Norte, Metalúrgica e Zona da Mata. Visita 168 cidades em sessenta dias. Abertas as urnas, obteve 32% mais votos do que Gabriel Passos.

Paulo Pinheiro Chagas:

“Juscelino era muito simpático, muito risonho, muito agradável, falava muito bem, bom orador e chamado de Pé de Valsa até pelos adversários. Dançava até de madrugada. Entrava em um baile e dançava sem parar, desde as dez da noite até cinco da manhã. Era de uma popularidade muito grande. Candidatou-se ao governo de Minas pela oposição e ganhou do Gabriel Passos. É verdade que ele teve uma coligação formada por PSD, PTB e Partido Republicano. Esses três partidos elegeram o Juscelino governador. O vice-governador era o Clóvis Salgado, do PR.”⁵²

A visão de Tancredo Neves é semelhante:

“Foi o PSD que fez de Juscelino candidato a sucessor de Milton Campos. Mas foi certamente o seu carisma, a sua flama, o seu calor humano, sua extraordinária capacidade de comunicar-se que fez com que o partido de oposição em Minas voltasse ao governo.”⁵³

O candidato presidencial Vargas percorre o país, leva multidões à praça pública. Fala dos humildes, prega revisão do salário mínimo, ataca o capital estrangeiro, compromete-se com reformas sociais, inquieta os mais abastados, desperta preocupação e até a ira de oponentes políticos. Mas faz sucesso. Bate o pessedista Cristiano Machado e o udenista Eduardo Gomes por larga margem de votos.

Tancredo Neves considerava essa vitória varguista admirável. Para ele, Getúlio derrotou todas as câmaras municipais do Brasil, todos os prefeitos, a maioria das assembleias legislativas, a maioria da Câmara dos Deputados e do Senado, a má vontade das Forças Armadas e toda a grande imprensa falada e escrita do Brasil.

Em 2 de janeiro de 1951, Juscelino vai ao presidente eleito, na Fazenda de Itu, Rio Grande do Sul. Ouve de Vargas: “O meu dever moral impõe-me uma inarredável atitude: governar rigorosamente dentro da Constituição.”. Juscelino sintetiza as colossais dificuldades e desafios que vai enfrentar em Minas. Vargas, peremptório: “Pode contar comigo.”.

Volta felicíssimo a Belo Horizonte. Está selado pacto democrático com o novo presidente. Tem a palavra de Vargas de que fará tudo o que for possível para transformar em realidade os projetos prioritários exequíveis que apresentar.

O apoio firme do presidente terá peso decisivo na realização do programa administrativo e sonhos políticos do diamantinense. Juscelino:

“Ele cumpriu até o fim o seu juramento. Essa lembrança me veio ao espírito quando, anos depois, junto do seu ataúde no Palácio do Catete, pude rememorar a correção com que ele respeitara a Constituição, cumprindo o seu mandato rigorosamente de acordo com o sistema democrático.”⁵⁴

O menino pobre de Diamantina voa cada vez mais alto. Como as grandes águias representadas em bronze no alto do Palácio do Catete, Presidência da República. Destino?

Capítulo 10

Governador de Minas Gerais

Belo Horizonte, tarde de 31 de janeiro de 1951, Palácio da Liberdade, solenidade de transmissão do cargo de governador. Ambiente de entusiasmo, expectativa, esperança. Juscelino chega num carro escoltado por lanceiros da cavalaria da Polícia Militar. No saguão, encontra-se com a mãe, dona Júlia, 78 anos, Sarah, as meninas Márcia e Maria Estela, a irmã Naná, o cunhado Júlio Soares, as tias paternas Conceição e Emilinha. Dá a mão a dona Júlia, sobem a escada. “Desejava que minha mãe sentisse, através das aclamações com que era saudado, que não tinham sido inúteis as privações por que ela tinha passado nem os sacrifícios que havia feito para transformar em alguém o filho querido, que andava descalço em Diamantina”.

No salão nobre, animada multidão quer vê-lo, tocá-lo, abraçá-lo. Mas ainda não é a hora. Milton Campos o recebe gentilmente e passa a ler breve e belo discurso. Agradece, acompanha o antecessor até a entrada. Abraçam-se, despedem-se. Volta apressado, para receber os cumprimentos. Longa fila. Só dona Júlia, reservada e tímida, não aparece. Às sete da noite, terminada a cerimônia, vai encontrá-la de pé, numa sala lateral, afastada da agitação. “Ela odiava as cerimônias ruidosas, os apertos de mão frenéticos, os abraços exaltados.” Olhava admirada o teto dourado, os bronzes dos móveis, os tapetes orientais. Lágrimas nos olhos, ela vence a dificuldade de expressar sentimentos, abraça e beija Juscelino, dizendo: “Que Deus o abençoe, meu filho!”

O coração sensível do menino Nonô deve ter disparado de emoção no peito do governador.

Milton Campos e Juscelino ganharam curioso paralelo do contemporâneo Paulo Pinheiro Chagas (1906-1983), também mineiro, médico e advogado, ministro da Saúde do presidente João Goulart – o Jango – em 1963, escritor, estrela da UDN e depois também do PSD:

“Milton diria que a Minas só é útil o que é moral. Juscelino, antes diria que tudo é moral, se é útil a Minas. Milton, jurista, afirmaria ‘meu governo é mais da lei que dos homens’. Juscelino, médico, subverteria a fórmula para ‘meu governo é menos da lei que do povo’. Milton, uma hipótese, bela como um sonho. Juscelino, uma tese, rude como a realidade. Milton, um sentimento; Juscelino, um programa.”

Eram assim. Milton: conservador, austero, sereno, discreto, grave, comedido, essencialmente intelectual, cabeça de jurista. Juscelino: sociável, extrovertido, inquieto, trepidante, alegre, otimista, inovador, ousado, visionário, sonhador, pragmático, essencialmente homem de ação, cabeça de político e megaempreendedor público. Muito diferentes, mas democratas autênticos, comprometidos com Minas e o Brasil.

Milton tentou um governo de recuperação. Sóbrio, prudente, administrou correta e racionalmente. Seu pioneiro Plano de Recuperação Econômica é marco importante. Homem da lei, do equilíbrio, do bom senso. É famosa sua pergunta aos que lhe propuseram embarcar tropa bem armada rumo a Divinópolis, a fim de acabar com justa, tensa e preocupante greve de ferroviários da Rede Mineira de Viação, motivada por pagamentos atrasados: “Não é melhor mandarmos o trem-pagador?”

Do saudoso e admirável historiador mineiro Francisco Iglésias: “Desde o começo do governo em Minas, Juscelino pensava em ser o sucessor de Vargas.”⁵⁵

O presente e o futuro chegam ao poder, a alegria também. No discurso de posse, na Assembleia Legislativa, Juscelino deixa bem claro a que

veio: modernização e desenvolvimento. Destaca a gravidade do problema social, que “cresceu e transbordou, tudo destruindo e tornando caducos os sistemas políticos mais tradicionais”. Mostra que a solução passa pela urgente modernização de Minas. Analisando a base econômica estadual, enfatiza que ainda se acha na “civilização da lenha”. Diz e repete que é hora e vez de multiplicar a produção de energia e de rasgar estradas por Minas inteira, desencadeando a industrialização, abrindo caminhos para a integração e o desenvolvimento. Memórias de Juscelino:

“Ninguém mais do que eu tinha necessidade do apoio do governo federal. Iria construir usinas e estradas. Fundar indústrias. Incentivar e modernizar a agricultura, fornecendo adubos e implementos agrícolas aos fazendeiros. Elevar a taxa de escolaridade do ridículo nível de 200 mil (sic) alunos para um milhão, o que iria exigir mais escolas e mais professoras. Teria de resolver, com urgência, a normalização do pagamento do funcionalismo, atrasado de muitos meses.”⁵⁶

Havia montanhas de tijolos para assentar e muitas catedrais para construir.

Bênção de Vargas

No encontro de Itu, o presidente havia assegurado apoio para itens cruciais do programa administrativo de Minas: a) devolução da Rede Mineira de Viação à União; b) aval do Banco do Brasil nos empréstimos externos feitos pelo estado; c) asfaltamento da rodovia Juiz de Fora-Belo Horizonte; d) encaminhamento de correntes de imigrantes, de forma a estimular a agricultura; e) dotar o estado de uma grande siderúrgica, a fim de dissipar o ressentimento gerado pela instalação da grande usina de Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro, apesar de todo o minério de ferro por ela consumido ser mineiro.

Ressentimento profundo, de aço. A ideia de implantar grandes siderurgias em Minas vinha desde o governo de Arthur Bernardes, iniciado em 7 de setembro de 1918. Muitos anos depois, início dos anos 1970, em aula sobre localização de projetos industriais, o irreverente e brilhante economista mineiro Fernando Antonio Roquette Reis (1931-1983) ironizou: “A usina da CSN foi para o estado do Rio porque o interventor fluminense, Amaral Peixoto, era genro do Getúlio, que não tinha outra filha para casar com o nosso Benedito Valadares.”

Governo é equipe

Juscelino se cerca de assessores de confiança e de intelectuais mineiros. Monta o secretariado a partir de indicações dos partidos que sustentaram a candidatura. Mas não abre mão de cota pessoal em áreas estratégicas. Assim, entrega a Secretaria de Finanças ao amigo do peito José Maria Alkmim. Precisava ter a chave do cofre em mãos confiáveis. A base de ação seria o binômio Energia e Transportes. Para comandar a área energética, convoca Lucas Lopes, que já o assessorava desde a Constituinte, engenheiro brilhante, ex-diretor da Companhia Vale do São Francisco. Para o Departamento de Estradas de Rodagem, fundamental ao sonhado salto rodoviário, recruta o experiente engenheiro Celso Murta, responsável pela construção de grande parte da rodovia Rio-Bahia. Executivos dinâmicos, de comprovada competência e experiência, supervisionados pelo próprio governador. Prioridade para investimentos em infraestrutura. Minas era extremamente carente de energia e rodovias.

“Não existia em todo o estado um só parque industrial concebido segundo um planejamento técnico capaz de realizar a transformação da sua matéria-prima abundante numa fonte sempre crescente de bens de consumo. As cidades, quase sempre com luz precária e não dispendo – com raras exceções – de energia nem para acionar um simples torno de marceneiro, viviam isoladas umas das

outras, pela inexistência de estradas pavimentadas. Minas Gerais vivia reclinada em berço esplêndido. Quando me candidatei à governadoria, ao fazer um levantamento das necessidades do estado, fui, de surpresa em surpresa, constatando sua assustadora parada no tempo.”⁵⁷

Demais secretários de estado: Pedro Braga, Interior; Tristão da Cunha, Agricultura; José Esteves Rodrigues, Viação e Obras Públicas; Mário Hugo Ladeira, Saúde; Murilo Rubião, Casa Civil; Odilon Behrens, Educação; Nélio Cerqueira Gonçalves, Polícia Militar; Affonso Heliodoro dos Santos, Gabinete Militar.⁵⁸

Alkmim era então muito próximo de Juscelino. Ladino, hábil, astuto, espirituoso. A ele são atribuídos alguns dos melhores casos políticos mineiros. Até alguns de tempos bem anteriores ao dele. Juscelino se deliciava com suas histórias. Como neste diálogo com a cantora lírica Lia Salgado, mulher do vice-governador Clóvis Salgado:

— Há quanto tempo, Lia! Como você está jovem, esbelta, bonita!

— Obrigada, doutor Alkmim. Mas já sou avó várias vezes.

— Eu sei. Mas é avó por merecimento, não por antiguidade.

E num episódio do final dos anos vinte. Jovem telegrafista, Alkmim estudava advocacia. Muito brilho, pouca sombra: franzino, pequenino, metro e sessenta ou menos. Certo dia, Juscelino o apresenta a uma garota linda, alta, de formas perfeitas. Brota doida paixão. Ele se derrete, ela fecha a guarda. Agrada, elogia, presenteia, suspira, geme, carrega água na peneira. Nada. Mesmo assim, ele escancara o jogo, propõe namoro. Ela:

— Vê se te enxerga, Zé Maria! Cresça e apareça!

— Crescer eu não garanto, não.

Alkmim sabia utilizar o humor e o bom humor como instrumentos da arte política.

Ainda a equipe. Havia também assessores especiais, da confiança do governador, como os escritores Murilo Rubião, Cristiano Martins, Alphonsus Guimaraens Filho, Affonso Ávila, Rui Mourão, Autran Dourado, Fábio Lucas, Cristiano Martins. Ou os jovens José Sette Câmara, Divino Ramos, Geraldo Carneiro, Renato Azeredo e Carlos Murilo Felício dos Santos, este seu primo.

Sangue e sonhos novos no governo de Minas. Juscelino revoluciona a administração estadual. Espana as teias de aranha, quebra tabus, moderniza tudo. Começa do próprio Palácio da Liberdade, velho e gasto, “não dispondo de um gabinete com o conforto indispensável ao exercício das funções de governador”. Instala-se provisoriamente na Secretaria do Interior, manda reformá-lo.

Não se submete às velhas rotinas. Dirá: “A tradição na política mineira era que a eleição para governador representava um prêmio, e não um posto de sacrifício.”. Levantava-se antes das seis, ligava para a mãe, pedia a bênção. Começava a trabalhar por volta das sete e seguia em frente. Fazia reuniões com a equipe em horários não convencionais, inclusive à noite e nos fins de semana. Usava intensamente o telefone, o que muitos, como o próprio presidente Vargas, ainda consideravam uma temeridade. Pôs o avião no dia a dia do governador. Voava muito por todo o estado. Primeiro, num pequenino Bonanza, depois noutro igual e, mais tarde, num Beech-bi, em que fez instalar mesa de trabalho. Esse avião era também conhecido por Mata 7, porque tinha capacidade para sete pessoas e fama de cair fácil.

Juscelino nem cogitava dos riscos de voar. Metêra na cabeça que não morreria de acidente aéreo. Instinto kubitschekiano? Fazia contatos em todas as regiões, inspecionava obras, motivava os executores, cobrava prazos e qualidade. Ganhou o apelido de Governador a Jato. Mas,

depois de almoçar, costumava dormir por dez ou quinze minutos. Um velho hábito. Acordava refeito, animadíssimo.

Governo Kubitschek: mudança de mentalidade, de escala de ação, de postura, de modelo de gestão, de prioridades e objetivos, de método de governo. Juscelino:

“Concebi, pois, um plano, desdobrado em duas etapas: a) eletrificação e estradas; e b) industrialização. A carência crônica de energia emperrava, em todas as regiões, as condições propícias, bastante numerosas, à propulsão industrial. A situação era dramática e nenhum programa de desenvolvimento poderia ter êxito se não se corrigissem, com urgência, essas deficiências, através de uma rápida ampliação da faixa de aproveitamento do potencial disponível no estado.”⁵⁹

Como? Mediante incentivo à iniciativa privada, política tarifária de estímulo a novas inversões e estabelecimento de um fundo de eletrificação por intermédio de uma taxa vinculada. Imaginação, coragem, objetividade.

“É de estradas que precisamos primeiramente, basicamente, fundamentalmente.” E o dinheiro para o ambicioso e caro programa rodoviário? Conta nas memórias que, pouco a pouco, descobriu os caminhos. Não ficou preso somente ao magro orçamento do DER. Recorreu ao governo federal, estimulou o setor privado. Concluiu que não deveria realizar contratos pequenos, porque os empreiteiros não conseguiriam caucioná-los nos bancos. E o vulto das obras impunha utilização de máquinas caras, em vez das ferramentas simples e carroças puxadas a burro, que levavam anos para abrir um simples corte numa colina geologicamente mais resistente. Tudo do tempo do chamado regime manual.

Certo dia de abril de 1951, voando de Belo Horizonte a Varginha no monomotor Bonanza, teve um estalo: promover um sistema de concorrência

capaz de cobrir, mediante execução integrada, a rede de estradas programada, as 16 estradas-tronco. Estabelecer um consórcio de firmas para executá-las. Os pagamentos seriam feitos em promissórias, com vencimentos distribuídos por várias datas, em prazos sempre longos, de até oito anos.

Juscelino busca recursos na própria imaginação, no governo federal, no setor privado, em agências de financiamento nacionais e do exterior, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Eximbank, a Impex-Paris, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o Fundo Rodoviário Nacional. Projetos e programas identificados, corria atrás de investidores e financiadores.

Administração realmente inovadora, revolucionária. Mudança de mentalidade, de prioridades e objetivos, de escala, de tecnologia. De JK, 25 anos depois:

“O problema era o binômio energia e transportes. O pessoal do PSD vinha me dizer: ‘Governador, o que nos interessa é a nomeação da professora, do delegado, porque isso é que dá prestígio ao político.’ Eu dizia: ‘Vamos mudar essa mentalidade, vocês vão ver que as coisas serão outras com o desenvolvimento.’ Eu choquei muita gente. Deputados vinham me perguntar qual a importância de se construir uma central elétrica no Norte de Minas, se o município dele era no Sul. Eu explicava que essa central iria favorecer o município dele, porque melhoraria todo o estado, mas precisaria ter calma, eu não poderia tirar Minas da pobreza com um decreto. No final do governo, todos já tinham aceitado. O binômio energia e transportes foi uma arma poderosa na minha campanha à Presidência da República.”⁶⁰

Bons programas e projetos estratégicos saem do papel. O vasto potencial de desenvolvimento mineiro é mobilizado. O crescimento acelerado da geração e distribuição de energia elétrica e a expansão da

malha rodoviária abrem novas perspectivas. Melhoram a vida do povo, integram as grandes regiões, induzem o fortalecimento e a diversificação da economia, puxam a industrialização.

Conquistas e resultados

É assim que o governo prepara e opera o setor público para reduzir obstáculos e induzir o desenvolvimento. Cria a Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), *holding* que comanda a eletrificação acelerada. O poder energético triplica, com ampliação e construção de hidrelétricas. Evolui de 200.000 para 605.000 quilowatts. A meta de fazer dois mil quilômetros de boas estradas é superada em cinquenta por cento. São concluídas 16 estradas-tronco, totalizando 3.087 quilômetros, integrando as grandes regiões, facilitando o acesso aos estados vizinhos, impulsionando o progresso. O número de crianças matriculadas no ensino primário passa de 650.000, em 1951, para 1,1 milhão, em 1955. São construídas 137 escolas, 160 novos centros de saúde, 251 pontes, dezenas de campos de pouso para aviões de médio porte, totalizando 75 no final do governo.

O salto energético facilita a industrialização. Sempre com o apoio de Vargas, Juscelino atrai e viabiliza a implantação da emblemática Companhia Siderúrgica Mannesmann, poderoso complexo industrial de capital alemão, na Cidade Industrial de Contagem, vizinha de Belo Horizonte. Seu consumo inicial de energia elétrica equivalia a mais de um quarto de toda a capacidade instalada de 1951. Funda a Fertisa, empresa de mineração e agricultura. E também a Frigoríficos de Minas Gerais (Frimisa), em Santa Luzia, para apoiar a pecuária bovina e suína. E outras empresas públicas ou de capital misto, todas envolvidas com o equacionamento e avanço do desenvolvimento estadual. Também vitaliza e intensifica o apoio às atividades culturais.

Minas realiza um choque de desenvolvimento e modernização. Prioriza o caminho da industrialização, sem esquecer a agropecuária, a mineração e outras vocações.

A associação de Juscelino aos espetaculares resultados e realizações na prefeitura de Belo Horizonte e no governo mineiro vão ajudá-lo na renhida disputa da Presidência da República. Contará também com o capital político herdado do mito Vargas, inclusive do PTB. Seu nome é identificado com a democracia e o desenvolvimento, num contexto de maior autonomia política nacional.

Torna-se o continuador do esforço varguista de progresso. O candidato do desenvolvimento, da democracia, da renovação, da modernização e da esperança. Mas, para os adversários políticos radicais e a parte das Forças Armadas antigetulista, também crescente e preocupante ameaça.

Capítulo 11

Candidatura e campanha presidencial

A partir do início de 1954, mesmo sem a certeza da indicação do PSD, Juscelino, em pré-campanha, vai a todos os estados em que via chance de ser apoiado. “Depois dessas viagens, não havia metralhadora que impedisse minha candidatura.” A última foi em novembro de 1954, à Goiânia do governador Juca Ludovico, entusiasta da transferência da capital do Rio de Janeiro para Goiás. Voltará a Goiânia em 18 de janeiro de 1955.

E o presidente Vargas? Este não teve paz. Foi perturbado e hostilizado todo o tempo por agressiva oposição. Desde antes da eleição. Um exemplo? No jornal *Tribuna da Imprensa* de 1º de junho de 1950, o adversário Carlos Lacerda, de grande projeção na opinião pública, talentoso e ambicioso demolidor político udenista, pregava: “O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.”

Elegeu-se democraticamente, mas os adversários radicais não se conformavam com seu retorno ao centro do palco político. Tempo de Guerra Fria, de permanente disposição intervencionista de parte das Forças Armadas brasileiras, de guerra ideológica entre esquerda e direita, de radicalização e fanatismo. O golpe está latente há muito tempo. O clima político-militar é pesado, ameaçador. No Rio de Janeiro, capital da República, centro nervoso das decisões nacionais, o presidente governa quase acuado, vulnerável à perigosa e poderosa concentração local de forças militares e opositores civis.

Desde a posse de Vargas brotam suspeitas, boatos e temores de instauração de regime de exceção. O presidente não seria capaz de preservar a ordem constitucional e de resistir ao comunismo. Aos adversários, portanto, parecia legítimo articular sua queda. Antecipar-se a suposto golpe dele. Clima emocional, de desconfiança. Ataques frequentes, radicalização, impossibilidade de diálogo civilizado e construtivo. Jorram denúncias de escândalos, favorecimento de empresas jornalísticas, como a Última Hora, do jornalista Samuel Wainer, instauram comissão parlamentar de inquérito. Acusações de corrupção atingem a família do presidente.

Em junho de 1953, Vargas nomeia Tancredo Neves para o Ministério da Justiça, em substituição ao também mineiro Francisco Negrão de Lima, primo de Sarah Kubitschek. Mais um elo forte com Juscelino. Até hoje não se sabe se foi opção do próprio Vargas, agradecido pela atuação do jovem deputado na manutenção de importante veto presidencial, ou se foi por indicação de Juscelino. Tancredo, cuja irmã, Mariana, era cunhada de um primo de Vargas, Ernesto Dornelles, dizia que nunca verificou isso. “Juscelino concordou e talvez tenha sugerido o meu nome para ministro da Justiça. Nunca me ocorreu investigar esse fato.” Mistérios pessedistas.

Fala-se em Minas de encontro entre o presidente e o governador Juscelino para escolher o substituto de Negrão de Lima, em junho de 1953. Assim: Vargas pega a lista de deputados federais, em ordem alfabética. Lê o primeiro nome em voz alta, Juscelino interrompe, sorrindo: “Vamos direto à letra T, presidente. Sei que o senhor prefere o Tancredo e estou de acordo”. Satisfeito, Getúlio deu uma gargalhada.

Lá fora, a crise política crescia, cada vez mais ameaçadora, principalmente pela crescente inquietação de lideranças das Forças Armadas.

Da vida para a história

A um ano do final do governo, adversários civis e militares pedem abertamente a saída de Vargas. Situação gravíssima, aprofundada por desastroso atentado contra o deputado federal udenista Carlos Lacerda, que teria sido alvejado com tiro no pé, na madrugada de 5 de agosto de 1954, na rua Tonelero, Copacabana. Do episódio resultou a morte do major Rubens Florentino Vaz, da Aeronáutica, que o acompanhava e protegia. Surgem sinais de possível envolvimento da Guarda Pessoal de Vargas nesse crime político. Fato de gravidade superior, que põe em xeque o próprio presidente e seu governo. O desfecho dramático da sucessão de acontecimentos subseqüentes terá efeito determinante no destino político de Juscelino.

Inquérito Policial Militar para apuração do crime, instaurado pela Aeronáutica, presidido pelo coronel João Adil de Oliveira, na Base Aérea do Galeão, com poderes extraordinários e forte viés antipresidencial, aponta a saída de Getúlio. É a chamada “República do Galeão”. Na Câmara dos Deputados, o expoente udenista Afonso Arinos de Melo Franco exige a renúncia:

“Tenha a coragem de perceber que seu governo é hoje um estuário de lama e de sangue; observe que os porões de seu palácio chegaram a ser um vasculhador da sociedade. Eu lhe solicito, homem, em nome do que há de mais alto no coração do meu povo: tenha a coragem de ser um desses homens, não permanecendo no governo se não for digno de exercê-lo.”

Clima de guerra iminente. Na *Tribuna da Imprensa* de 9 de agosto de 1954, Carlos Lacerda afirma que Vargas não é mais o chefe legítimo do governo.

Momento terrível. O presidente está acuado. Quase só, precisa de compreensão e ajuda, de provas de consideração e solidariedade. Juscelino percebe e o convida para presidir a inauguração da Siderúrgica Mannesmann,

em 12 de agosto de 1954. A usina já nasce como marco e referência da industrialização mineira, um dos orgulhos do governador. O presidente re-luta, preocupado com a crise político-militar. Juscelino argumenta que ele precisa sair do Rio, respirar outros ares, deixar o olho do furacão. Getúlio consente.

Será sua última viagem. É esplendidamente recebido e bem tratado. Na Mannesmann, participa de sua última solenidade pública. E profere o derradeiro discurso. Sua alma e cabeça estavam saturadas de apreensão e indignação. Denunciou “a campanha de mentiras e calúnias de que sou vítima”. Defendeu energicamente a legalidade, que considerava ameaçada. E enfatizou que, como presidente, cabia-lhe preservar e defender o princípio da legalidade constitucional que representava. Palavras firmes, enérgicas. Sente-se bem, resolve adiar a volta para o dia seguinte. Hospeda-se no Palácio das Mangabeiras. Retorna ao Rio na manhã seguinte. O ministro Tancredo Neves o espera no aeroporto Santos Dumont. As coisas haviam se agravado. Getúlio:

– O que o senhor sugere?

– Eu, se fosse o senhor, presidente, abria agora a luta pela sucessão. Lançava a sucessão na rua. Acho que a saída agora é essa.

Ainda Tancredo:

“Nesse dia ele falou comigo: ‘Olha, o Kubitschek está muito forte em Minas. Ele vai ser um candidato. Vamos conduzir então a coisa em nome dele. Mas com muito cuidado, para o Aranha [ministro Osvaldo Aranha] não ficar magoado’. O Aranha naquela ocasião estava bem apalavrado com a UDN. O gabinete da UDN era o gabinete dele. Eles não saíam de lá, todo o estado-maior da UDN. Seria o acordo PTB-UDN em torno do Aranha. (...) Eu não tive nem como fazer a articulação, nem como chamar algumas lideranças mais representativas para colocar o problema.”

Mas por que Vargas se fixou no nome de Juscelino?

Tancredo:

“Ele ficou muito impressionado com a força do Juscelino em Minas na ocasião, com a popularidade dele. E o Juscelino, quando queria ser amável, era genial. Ele cercou o presidente de todas as atenções, de todo o carinho, todo o afeto, numa hora difícil, não é? Ele deu ao presidente a última demonstração de solidariedade, de apreço e de estima que o presidente teve como homem público.”⁶¹

Juscelino, desenvolvimentista pragmático, homem de ação, não tinha valores políticos plenamente compatíveis com o nacionalismo varguista. Mas identificava-se totalmente com ele no compromisso democrático e na convicção da essencialidade do desenvolvimento econômico e da integração nacional. Havia também a amizade e a lealdade pessoal, várias vezes demonstrada, e a gratidão pelo decidido apoio do presidente ao governo mineiro. E ainda um trunfo fortíssimo, que agradava muito à pragmática alma política de Vargas: Juscelino mostrava forte potencial eleitoral. Assim, mesmo não tendo o exato perfil para ser o herdeiro ideológico, era ótimo herdeiro eleitoral.

O apoio de Vargas, apesar de toda a crise, teria peso fundamental no jogo e sonho presidencial de Juscelino. Aval forte, capaz de dar maior robustez e viabilidade política à concretização da candidatura, ameaçada por outras lideranças pessedistas.

Rio de Janeiro: ambiente cada vez mais tenso, instabilidade, sentimento de desagregação do poder, de golpe em progressão. Em 22 de agosto, os brigadeiros aprovam proposta de Eduardo Gomes no sentido de se comunicar ao presidente que deve deixar o cargo. A alta oficialidade da Marinha apoia. Indisciplina, desafio ao chefe supremo das Forças Armadas. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Mascarenhas de Moraes, leva o recado.

Getúlio reage dramaticamente:

“Querem me escorraçar daqui, como se eu fosse um criminoso. Não pratiquei nenhum crime. Portanto, não aceito essa imposição. Daqui só saio morto. Estou muito velho para ser desmoralizado e já não tenho razões para temer a morte.”⁶²

Em 23 agosto, sai manifesto de generais pela renúncia. Alguns signatários: Juarez Távora, Canrobert Pereira da Costa, Humberto de Alencar Castello Branco, Henrique Lott. No Congresso, à tarde, João Café Filho, presidente do Senado e vice-presidente da República, que muitos ainda consideravam leal a Vargas, crava profundo e doloroso espinho: em estranho e surpreendente discurso, sugere a renúncia simultânea do presidente e do vice-presidente da República (ele próprio), assumindo o governo o deputado Carlos Luz, presidente da Câmara. Para Tancredo, evidência de que Café estava com os conspiradores.

Rio, Palácio do Catete. Em tensa reunião do presidente com o ministério para exame do quadro político, na madrugada de 24 de agosto de 1954, muitas surpresas. Na agenda, a crise, o impasse, o que fazer. Getúlio deve licenciar-se ou resistir? E a hipótese de renúncia? As palavras do ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, considerado herói da Força Expedicionária Brasileira (FEB), causam espanto. Acusa e chama de traidores os generais golpistas, mas conclui assim, dirigindo-se ao presidente: “Se V. Exa. me der ordem, eu irei realmente aplacar esse movimento de insubordinação. Mas não quero assumir a responsabilidade pelo sangue que vier a ser derramado. Esta será de V. Exa.”. Mal estar, espanto. Transferência de responsabilidade funcional?

Veza de Tancredo Neves, ministro da Justiça, fiel ao presidente e a seu projeto de nação. Propõe resistência com as tropas fiéis e até com as pessoas ali presentes que queiram correr o risco do presidente. Direto ao general Zenóbio da Costa, em voz pausada e firme: “Poucos homens, general, têm a oportunidade de morrer por uma grande causa. Por que não aproveitamos esta?”⁶³

O ministro Osvaldo Aranha, das Relações Exteriores, e Alzira Vargas, filha de Getúlio, também pedem a resistência a qualquer custo, assim como o general Caiado de Castro. Mas prevalece a ideia da licença. Getúlio encerra a reunião assim: “Eu decidi entrar em licença. Recomendo aos meus ministros militares que mantenham a ordem. Na hipótese de não ser mantida a ordem, tomarei a providência que me parecer mais adequada.”

Tancredo lavra nota da reunião, mostra a Osvaldo Aranha. Transcrição:

“Deliberou o presidente Vargas, com integral solidariedade dos seus ministros, entrar em licença, passando o governo a seu substituto legal, desde que seja mantida a ordem, respeitados os poderes constituídos e honrados os compromissos solenemente assumidos perante a nação pelos oficiais-generais das nossas Forças Armadas. Em caso contrário, persistirá inabalável no seu propósito de defender as prerrogativas constitucionais com o sacrifício, se necessário, da própria vida.”

Os dois e Alzira vão ao 4º andar. Querem submeter o texto ao presidente. Tancredo estranhou: “Ele não demonstrou qualquer interesse pela nota, o que causou uma certa espécie, porque o presidente sempre foi muito atento no que diz respeito a documentos. Ele nunca deixou de ler, e ler com o maior cuidado, todos os documentos que lhe eram levados ou que eram submetidos à sua consideração ou à sua assinatura.” Apenas perguntou quem a havia redigido. E autorizou a divulgação. Estaria Vargas profundamente deprimido? Já teria optado pelo suicídio?

Conforme Tancredo, que permaneceu no Catete, o general Zenóbio da Costa, ministro da Guerra, levou a nota aos generais que o aguardavam no prédio do Ministério da Guerra. Como constava que o presidente entrara em licença, indagam se reassumiria depois. Resposta do ministro Zenóbio: “A licença é *pro forma*. O presidente não terá mais condições de voltar.” O general Âncora Armando de Moraes, diretor do Departamento

Federal de Segurança Pública, presente a esse encontro, segue para o Catete. Encontra Tancredo e o general Caiado de Castro, chefe do Gabinete Militar, que tomavam juntos o café da manhã. Reporta o que viu e ouviu. Caiado manda chamar Benjamim Vargas, irmão do presidente, conta o acontecido. Benjamim vai a Getúlio, passa as informações e volta a Tancredo e Caiado. Quer conversar sobre os desdobramentos do episódio. Passa um pouco de oito horas. Tancredo Neves:

“Nesse momento, nós ouvimos o estampido de um tiro e de imediato entrou em nossa sala [no Palácio do Catete, Rio de Janeiro] o coronel Dornelles, Hélio Dornelles, que estava servindo de ajudante de ordens do presidente naquele dia, já dizendo: ‘O presidente suicidou-se’. Então subimos imediatamente pelo elevador interno e chegamos ao quarto em que estava o presidente. Ele estava realmente com meio corpo para fora da cama, um borbulhão de sangue saindo pelo coração. Segurei ainda a minha mão, quando Alzira e eu colocamos o seu corpo no leito. Procuramos acomodá-lo para lhe dar mais conforto e ele, ainda vivo, lançou um olhar assim... circunvagante, procurando alguém, até que, em certo momento, ele identificou Alzira e nela se fixou e aí ele morreu. Esse é sem dúvida o instante de maior emoção da minha vida pública.”⁶⁴

Último grande lance do estrategista político. Um trágico e bem sucedido contragolpe. O tiro no coração vira a crise. Morre, mas vence. O povo, que já aprovava a deposição, volta-se contra os algozes do líder. Quase heróis do movimento antigetulista, como Carlos Lacerda, viram vilões.

Fato histórico de primeira grandeza, que muda a vida política brasileira. Sua força e significado mobilizam o sentimento e a vontade popular, obrigando os golpistas a recuar. E também induz e facilita a recomposição das forças getulistas. O sacrifício e sangue contribuem para manter seu nome e feitos na lembrança do povo, dos seguidores, aliados, adversários e inimigos. Como referência, personagem forte, estadista e mito político. Como herói e mártir da história política. Até na literatura de cordel:

“Jesus Cristo, pelo povo
Padeceu morte e paixão.
Getúlio foi outro Cristo,
Varou o seu coração
Com uma bala sublime
Para salvar a nação!”⁶⁵

Sobre a mesinha de cabeceira, num envelope branco, o genro Ernani do Amaral Peixoto encontra a carta que vai se tornar seu testamento político. Em tom patético, mas afirmativo, contém acusações aos adversários. Denuncia a finança internacional e seus agentes, pinta dramaticamente a tragédia. Influenciará a política brasileira por muitos anos. Trechos:

“Nada mais vos posso dar, a não ser o meu sangue; (...) Mas esse povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém. (...) Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.”

Divulgada a bomba pelo rádio, lida e relida a carta-testamento, o país sofre e chora a perda do líder. O povo sai às ruas nas grandes cidades. Ambiente de luto, mas também de indignação. No Rio, as sedes dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* são atacadas. Multidões avançam contra a embaixada americana, a Standard Oil e a Light. São contidas a tiros. Em São Paulo, greve de operários, ataque à sede dos *Diários Associados*. Há cenas semelhantes em Belo Horizonte e outras capitais.

O cortejo fúnebre rumo ao aeroporto Santos Dumont reúne a maior multidão já vista no Rio de Janeiro. Forte emoção, inconformismo, raiva, revolta. Há tentativa de depredação de instalações da Aeronáutica.

O corpo de Vargas é sepultado no túmulo da família, em São Borja. O Brasil sofre. João Goulart, Osvaldo Aranha e Tancredo Neves proferem discursos candentes, arrebatadores, profundos.

Do cemitério, os três seguem para a fazenda de Goulart. A morte do presidente tinha mudado o quadro político. Mas os conspiradores continuavam ativos. Novos cenários, clima de instabilidade. Precisam analisar a situação. Conversam, decidem pela construção de aliança do PSD e do PTB e lançamento da candidatura de Juscelino à Presidência da República. Uma frente partidária, já visando à eleição. Jango seria o vice.

Juscelino foi o único governador que compareceu ao velório de Vargas, no Palácio do Catete. Chegou na madrugada do dia 25 de agosto de 1954. Novamente Tancredo Neves:

“Dizem que a camisa ensanguentada de Lincoln fez sete presidentes da República nos Estados Unidos. O suicídio do Getúlio fez fatalmente o Juscelino. Eu acho que o suicídio teve realmente como consequência a eleição do Juscelino. Mas o suicídio também adiou 64. Se não fosse o suicídio de Vargas, 54 já teria sido 64. Você verifica: as lideranças de 64 são as mesmas lideranças de 54. Com os mesmos objetivos. Sessenta e quatro foi uma revolução de direita, uma revolução conservadora, uma revolução nitidamente pró-americano, feita inclusive com a participação deles, americanos, que já tinham participado em 54. Para mim, esse é o aspecto mais importante do suicídio de Vargas.”⁶⁶

O vice-presidente João Café Filho presta juramento e toma posse num auditório quase vazio. Abre-se novo período político, marcado por instabilidade, manobras políticas, conspirações e tentativa de golpe.

Sucesso do sucesso

Nada faz mais sucesso do que o próprio sucesso. O estilo inovador e as grandes realizações em Minas firmam nacionalmente o nome de Juscelino. Imagem de administrador competente, moderno, criativo, e que cumpre o que promete. “Nunca deixei uma obra pela metade. O que projeto, faço.” Impõe-se como político hábil, simpático, carismático, de extraordinária capacidade de comunicação com o povo. O Brasil todo

sabe de seu sonho presidencial. Tem todas as credenciais e apreciável chance de vitória. Mas a luta vai ser dura, inclusive dentro do seu PSD. Alguns dos principais líderes nacionais continuavam aspirando ao Palácio do Catete. Do ex-ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República e ex-governador de Minas Rondon Pacheco, em 28 de julho de 2010:

“O Juscelino foi lançado presidente porque teve muita iniciativa. Os cardeais do PSD eram todos candidatos. Nereu Ramos era candidato, Benedito Valadares e Amaral Peixoto, presidente do partido, também. Mas o Juscelino conquistou a área moça, a área jovem. Ele era mesmo fascinante. Foi uma eleição muito equilibrada, dividida. O Juscelino fez aliança com o João Goulart, com o PTB.”⁶⁷

Correto. Em 3 de outubro de 1954, eleições legislativas. O PSD passa de 112 para 114 cadeiras, o PTB de 51 para 56, e a UDN perde dez: cai de 84 para 74. O final de 1954 não tem monotonia política. Muita pressão, muitas jogadas, muito blefe, dissimulações, ambições e temores à solta. Juscelino:

“Eu tinha uma ideia bem nítida das dificuldades que iria enfrentar. No plano estadual, havia o problema da minha própria sucessão, já que o vice-governador, Clóvis Salgado, não era do PSD, mas do PR. E, no cenário nacional, as perspectivas ainda eram mais sombrias. A hostilidade de Café Filho ao meu nome, havendo extravasado os círculos oficiais, já se infiltrava nas fileiras do próprio PSD, gerando focos de resistência no diretório nacional. Pernambuco, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul estavam contra e, pouco depois, Benedito Valadares, impressionado com a atitude dos militares, deixou-se dominar, igualmente, pela ideia da inviabilidade da minha candidatura. Contribuiu para esse seu comportamento a divulgação de um diálogo, exato ou não, travado entre o general Juarez Távora e o governador Jânio Quadros.”

Valadares tinha fama de ter medo do poder militar. Se é verdade, certamente multiplicou esse sentimento depois da crise nacional e suicídio

do amigo e protetor Getúlio Vargas. Juscelino conta que, depois de tomar conhecimento do tal diálogo entre Jânio e o general Távora, ele passou a trabalhar contra sua candidatura. Em conversas ao pé do ouvido, confidenciava, como se se tratasse de informação privilegiada, que ela seria uma afronta às Forças Armadas. Dizia que era um enorme risco para o PSD. Usava até esta pérola da política mineira: “O Juscelino quer bancar o Tiradentes com o pescoço dos outros.”

Síntese do que tanto assustou Benedito e alguns outros: em encontro com Jânio, numa fazenda paulista, o general Juarez Távora, ligado à UDN, chefe da Casa Militar do presidente Café Filho, teria declarado que as Forças Armadas haviam vetado o nome de Juscelino para a Presidência da República. Em decorrência, coordenava-se uma candidatura única, de pacificação nacional. Jânio:

- Mas, general, e se, apesar do veto militar, Juscelino sair candidato?
- O PSD não terá coragem de indicá-lo.
- Mas, general, e se, apesar de tudo, ele for indicado?
- Se for indicado, não concorrerá às eleições.
- E se concorrer às eleições, e sair vitorioso?
- Não tomará posse.”⁶⁸

Ainda o final de 1954, Belo Horizonte. Juscelino é pré-candidato forte a presidente da República pelo PSD e PTB, sonho agora ameaçado pela estranha ideia de uma candidatura de união nacional. Tentam cooptá-lo, bate o pé. Sabe que o verdadeiro objetivo é tirá-lo do páreo. Numa noite linda, céu coalhado de estrelas, o também mineiro José Aparecido de Oliveira, jovem articulador político da UDN, é enviado ao Palácio das Mangabeiras para tentar convencê-lo a desistir. São bons amigos, conversam à vontade. Prosa longa, boa, agradável. Só que, bem à mineira, mal tangenciam o tema. Na porta de saída, a hora da verdade. Juscelino põe a mão direita no ombro de Aparecido e aponta o firmamento:

— Não adianta, Zé. Está escrito nas estrelas.

O brilho de alguma estrela lhe terá lembrado a profecia do pai no dia de seu nascimento?

Místico e supersticioso, JK contava outro episódio que teria acontecido no mesmo Palácio das Mangabeiras, também no final de 1954. Estava à vontade, repousando no dormitório do andar superior, numa tarde de sábado, quando avisaram que um frade barbudo esperava por ele na sala da entrada principal, andar térreo. Admirou-se. Não marcara compromisso, não esperava ninguém. Falha do Cerimonial? Compõe-se e desce a escada encaracolada. Gentil, cumprimenta o visitante, como se o esperasse. O frade nada pede. Apenas sugere que persevere em seus propósitos humanitários e se prepare bem, pois vai ser presidente da República. Ergue-se, dá-lhe a bênção e vai embora. Perplexo, Juscelino quis saber mais sobre a estranha visita. Como o religioso conseguiu chegar à sala principal? A única entrada é pela portaria, chefiada pelo atento e disciplinado cabo Lucas e soldados da Polícia Militar. Verificam tudo, vasculham a área inteira. Ninguém viu nem sombra do frade ou de qualquer outro visitante. Mistério.

A exemplo de Napoleão Bonaparte, Juscelino dizia que política é destino. Talvez acreditasse também na profecia do bom e feliz João César, seu pai, em 12 de setembro de 1902. Ou seria no instinto kubitschekiano?

A maioria dos pessedistas opta por candidatura própria. Líderes nacionais importantes, como o jovem Ulysses Guimarães, fazem declarações favoráveis à de Juscelino. O nome vai se impondo no partido, presidido por Amaral Peixoto, quase sem divergências. Uma delas é Benedito Valadares, ainda presidente do PSD mineiro. Fora do partido, há opositores de peso. Como o presidente Café Filho, parte dos militares antigetulistas, a UDN. Juscelino via as resistências e ameaças como fruto da ação de grupos de radicais udenistas que, em face de qualquer dificuldade, invocavam o nome das Forças Armadas. Achava que

tinha numerosos amigos entre os militares e que a maioria absoluta das Forças só se preocupava com seus assuntos específicos, alheia às competições partidárias. Etelvino Lins, de Pernambuco, tentou lançar solução acima dos partidos: a chapa Ju-Ju, Juarez para presidente e Juscelino para vice, prontamente rejeitada.

Em 25 de novembro de 1954, no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, o Diretório Central do PSD, depois de debates candentes, indica Juscelino: 123 votos, com 36 abstenções. Em discurso vibrante, ele agradece, pede apoio aos brasileiros de boa vontade, defende a obediência à Constituição e a luta pelo desenvolvimento nacional, acena com era de prosperidade.

A aliança com o PTB, João Goulart de vice, é formalizada no começo de dezembro de 1954. Vem também o PR, de Arthur Bernardes e Clóvis Salgado.

Juscelino mergulha na campanha. Trabalha sem parar. Faz nova maratona de visitas aos estados, a bordo de um DC-3 alugado pelo partido. Preocupa-se com as urnas e também em se preparar para a gestão presidencial. Presta atenção nos movimentos dos conspiradores. Considera o presidente Café Filho faccioso. Em discurso de saudação ao povo brasileiro pela chegada de 1955, reafirma que não abandonará a liça, que inectivas e calúnias não o farão recuar. E acrescenta a frase que considera definição de sua própria personalidade:

— Deus me poupou o sentimento do medo!

A mensagem ecoou forte pelo país.

No começo de janeiro, retoma as viagens. As tentativas de intimidação continuam. Atrita com Café Filho, a quem vê como tutelado da UDN, que não para de articular a tal candidatura de união nacional. Fala-se em ameaça às instituições e até em revanchismo, pelo acontecido a Vargas e a seu governo. As pressões não cessam nem durante a Convenção Nacional do PSD, realizada no Palácio Tiradentes, Rio de

Janeiro, na noite de 10 de fevereiro de 1955. Comparece grande multidão. Votação consagrada: 1.646, contra 276 abstenções. Trecho do discurso de agradecimento de Juscelino:

“Em face de Deus, diante de vós, meus amigos e correligionários, que fostes exemplo de fidelidade ao compromisso assumido, diante do nosso país, de todos os brasileiros, favoráveis a mim ou adversários, solenemente, como a situação requer e permite, juro e prometo que não guardarei rancores do que sofri, das ofensas, das injustiças que tive de suportar, e que aspiro a trabalhar, de agora em diante, pela paz política, pela união profunda e viva da nacionalidade, pela elevação do nível dessa campanha, por um amplo, generoso e sincero entendimento geral. Que Deus me assista e proteja, para que não desminta a vossa confiança.”

Adeus a Minas

Candidatura oficializada, hora de acelerar e aprofundar a campanha. Mas tinha primeiro de concluir a gestão em Minas e equacionar a própria sucessão. Consegue viabilizar a indicação de José Francisco Bias Fortes, que vencerá as eleições. Desincompatibiliza-se em 31 de março de 1955, passando o cargo a Clóvis Salgado. Da sacada do Palácio da Liberdade, olha a praça da Liberdade. Vê um mar de gente e centenas de faixas e bandeiras. O Liberdade é invadido aos gritos de “Viva o futuro presidente da República!” É o adeus do povo. Juscelino discursa emocionado. Fragmentos:

“Agradeço principalmente ao povo mineiro o incentivo e o apoio que me tem dispensado. Desse povo recebi, com a sua confiança, o maior prêmio que me poderia esperar pelo meu esforço – a justa reparação de muitas injustiças sofridas e o estímulo para enfrentar luta ainda bem mais renhida. É amparado pelo calor da alma popular e por ele reconfortado que sinto o despertar de novas forças em meu ser – forças que me tornam apto a desprezar a traição e a enfrentar os traidores, a olhar de frente, impávido,

os que ameaçam o meu direito e o direito do meu partido de ter candidato. Não serão a felonía, a maldade, a baixeza, as brutalidades e as intimidações que me arrancarão das mãos a bandeira da Lei e da Democracia, que conduzo com perfeita humildade de espírito. Essa humildade, porém, não significa timidez, temor dos perigos que me aguardam no caminho. É, antes de tudo, preito de reverência à grande missão e à alta dignidade que repousam nos meus ombros.”⁶⁹

Orgulhoso das conquistas e resultados, Juscelino destacou em discurso de prestação de contas aos mineiros, no início de 1955: “Não guardei a moeda que me destes, meus coestaduanos, escondida no fundo da terra, nem a atirei fora; na medida em que me foi permitido, fi-la render e multiplicar-se.”⁷⁰

Os olhos atentos de médico o ajudaram a diagnosticar e avaliar a própria gestão:

“No governo de Minas, alargaram-se substancialmente os horizontes. Os elementos com os quais jogava eram regiões inteiras, e cada uma delas apresentava uma urdidura diferente de soluções por ser encontradas. E, acima das exigências locais, teria de considerar o estado como um todo – um organismo, de veias já esclerosadas, de deficiente circulação sanguínea, com largas faixas de entorpecimento social, exigindo regeneração dos semimortos tecidos.”⁷¹

Presidência à vista. Está perto de fazer cumprir a profecia do pai, João César de Oliveira, em 12 de setembro de 1902.

Rumo ao Catete

Tem à disposição o DC-3 de prefixo PP-ANY, pintado de azul e branco, com acomodações para dezesseis pessoas, equipado com duas camas, mesa para máquinas de escrever, material administrativo, estantes de livros. Um apartamento-escritório aéreo, em dois compartimentos. Conta com seis meses para apresentar-se e discutir suas ideias e pro-

postas. Garantir compromisso absoluto com a democracia e o desenvolvimento. O binômio energia e transportes, a conquista do interior, a industrialização. Falar de seus sonhos e de sua confiança no povo e no país. Tarefa nobre, mas estafante. Decide fazer o primeiro comício bem no coração do Brasil.

Jataí, sertão goiano, 4 de abril de 1955, dez da manhã. Forte ronco no céu. O homem está chegando. O PP-ANY fura as nuvens, circula, prepara-se e embica direto e reto para a pista de terra do campo de aviação. Pouso-manteiga: desliza suavemente, perseguido por caudaloso rio de poeira. Manobra, aproxima-se, para.

A porta se abre. Um passageiro sorridente acena com entusiasmo. É Juscelino. Aplausos, cumprimentos, seguem para a pracinha do comício, que reuniu a maior multidão da história jataiense: mais de mil pessoas. Quando a comitiva chega ao palanque, cai um toró. Corre-corre, dispersão, alguém se lembra do galpão da oficina mecânica. Uns duzentos correm para lá. Juscelino, também. De terno e gravata, ponta do lenço aparecendo no bolsinho do paletó, sobe na carroceria de surrado caminhão Bedford e dispara discurso quase hipnótico. Desenvolvimento, transformação do Brasil, fim da miséria, empregos, democracia, cumprimento fiel das leis e da Constituição. Deixa o povo à vontade, não fala de cima para baixo, sorri muito. Passa alegria, espontaneidade, bom humor, simplicidade.

No final, pede que perguntem o que quiserem. Silêncio. Repete, insiste. Nada. De repente, um rapaz franzino, de pé bem próximo do caminhão, se anima. É o Toniquinho da Farmácia, Antonio Soares Neto, solteiro, inspetor de seguros, 28 anos. Junta toda a coragem e, voz embargada, pergunta se, caso eleito, o candidato mudaria a capital para o Planalto Central, como previsto na Constituição. Juscelino para, aparenta surpresa, reflete teatralmente alguns segundos, e dispara:

— Cumprirei na íntegra a Constituição. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede do governo e construirei a nova capital.

Euforia, palmas, gritos de entusiasmo. Era o que todos queriam saber. O sonho maior de Goiás e de quase todo o Brasil profundo.

Por que o primeiro comício no quase vazio goiano, de complicado acesso e escassos eleitores? Por que não Belo Horizonte, Rio, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre ou outra cidade grande? Há quem acredite que foi por ser Jataí o município proporcionalmente mais peessedista do país. Outros, que Juscelino quis prestigiar o amigo Serafim de Carvalho, chefe peessedista local, seu colega de curso de medicina em Minas. Com boa vontade e ingenuidade, até poderia ser. Mas na Minas do manhoso e pragmático PSD de José Maria Alkmim, todo o mundo sabe que, em política, a versão vale mais do que o fato. Juscelino quis começar no coração do Brasil, porque era o ambiente e o palco adequados para anunciar a construção da nova capital e a interiorização do progresso, com ênfase em energia e transportes. A futura Brasília, centro irradiador de civilização, de desenvolvimento e da integração nacional, seria a meta-síntese de seu sonhado governo.

A decisão já estava tomada. O que houve em Jataí foi o anúncio do histórico compromisso do candidato. Mais: político hábil e pragmático, consciente da forte resistência à mudança da capital, principalmente no Rio, preferiu não tomar a iniciativa de revelá-la. Melhor fazê-lo perto do local previsto, “surpreendido” por justa e espontânea cobrança popular. Coisa fácil de combinar ou induzir. Solução brilhante, engenhosa, politicamente mais palatável. Inclusive junto ao poder militar, guardião da Carta Magna e tão influente durante a Guerra Fria. Como um democrata poderia se negar a cumprir o que a Constituição mandava e o povo cobrava?

Na verdade, chegou a Jataí sabendo de tudo. Desde o sonho mudancista dos Inconfidentes mineiros, que queriam a capital em São João

del-Rei, aos trabalhos finais da Comissão de Localização criada por decreto de Vargas de junho de 1953. Que esta acabara de receber o relatório técnico contratado com a empresa norte-americana Donald J. Belcher, mapeando, analisando e avaliando cinco sítios mutuamente excludentes para sediar a nova capital, desenhados em cores diferentes. Que os membros da comissão estavam prestes a indicar qual deles seria. Que o governo de Goiás iria ao seu limite pela causa.

Cinco meses antes, em visita de pré-campanha, havia tratado do assunto com o governador goiano Juca Ludovico, como revela, em outubro de 2010, o lúcido, lépido e irrequieto coronel Affonso Heliodoro dos Santos, 93 anos, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, subchefe da Casa Civil do presidente JK, guardião de sua memória:

“— No fim de 1954, ficamos em Goiás quase uma semana. Assuntando, falando de interiorização, integração nacional, capital no Planalto. Circulamos pelo interior, fomos até à Ilha do Bananal visitar os índios. (...) Juscelino escolheu começar a campanha presidencial em Jataí e lá assumir o compromisso da construção e inauguração de Brasília de caso pensado. Ia fazê-la de qualquer jeito.”⁷²

Nas memórias, Juscelino conta que ouviu a mesma pergunta nas centenas de comícios seguintes. A ideia ajudou-o a fisgar apreciável apoio no interior, inclusive no Nordeste.

Brasília, ainda sem nome e endereço completo, já estava na cabeça, no coração e nos planos do visionário candidato. Mais uma vez o instinto kubitschekiano?

JK

De novo o coronel Affonso Heliodoro:

“— É nessa época que Juscelino vira JK, mestre Heliodoro?

— Sim. Foi ideia do Adolpho Bloch, dono da *Manchete*, muito amigo nosso. O Adolpho era encantado com o Juscelino. Na campanha para presidente, a gente mandava pregar propaganda eleitoral por toda parte, os adversários estragavam tudo, emporcalhavam, desrespeitavam o nome Kubitschek, uma coisa horrorosa. O Bloch então teve a inspiração de imprimir apenas as letras JK bem grandes, em cor, no centro de um papel circular de mais ou menos meio palmo de diâmetro. Colamos aquilo por toda banda, no Brasil inteiro. Nos carros, nos postes, árvores, muros, porteiros de fazendas, onde desse. Foi um sucesso. Logo entrou na imprensa. O Juscelino virou JK. Adorou. Passou a assinar JK.⁷³

Aprofunda-se a disputa de poder. As pressões contra JK crescem. Seu vice, o petebista João Goulart, aumenta ainda mais o receio e a ira dos antigetulistas contra a candidatura. Pesa a conveniente bandeira do anticomunismo, forte na Guerra Fria. No Rio, principal palco e caixa de ressonância do país, em 5 de agosto de 1955, primeiro ano do atentado da rua Tonelero e da morte do major Vaz, o general Canrobert Pereira da Costa, em meio a oficiais reunidos no Clube Militar, condena abertamente o que chama de pseudolegalidade e de falsidade democrática, que teriam frustrado a união nacional. Discurso e gesto claramente políticos, legalmente vedados aos militares.

Juscelino reage. Declara que a visão de país de Canrobert é irreal. Grupo de deputados vai ao presidente Café Filho e pede a prisão de Canrobert. Mas nada acontece. A UDN comanda várias manobras de interesse eleitoral. O debate do modelo de cédula eleitoral ganha as manchetes. Medo de fraude. Carlos Lacerda preconiza adoção do sistema parlamentarista de governo, com um general no posto de primeiro-ministro. Aparece até a incrível Carta Brandi, que teria sido enviada ao então ministro João Goulart, em 1953, relatando entendimentos deste com o presidente argentino Juan Domingo Perón para implantação de república sindicalista no Brasil. Tratava também de contrabando de armas. Inquérito mostrou que era forjada.

A implicância udenista com Goulart era antiga. Por exemplo: quando ministro do Trabalho, circulou, no início de 1954, que pretendia aumentar em cem por cento o valor do salário mínimo. A UDN botou a boca no mundo. Também parte da oficialidade militar pressionou. Saiu o contundente Manifesto dos Coronéis, texto atribuído ao então coronel Golbery do Couto e Silva. Em 22 de fevereiro de 1954, Goulart deixou o cargo.

Em setembro de 1955, parlamentares udenistas tentaram passar projeto que transferia para o Congresso a eleição do presidente da República, caso nenhum dos candidatos conseguisse maioria absoluta. Perderam, mas não desistiram de atacar e prejudicar Juscelino.

JK era alvo prioritário. Um perigo, sobretudo para os que temiam não ganhar dele.

Presidente JK

As eleições de 3 de outubro de 1955 ocorrem em clima de ordem. Juscelino vence com 3.077.411 votos, 36% do total. O general udenista Juarez Távora consegue 30% e o pessepista Ademar de Barros, 26%. Em último, o integralista Plínio Salgado, com 8%. Para vice, cuja votação era independente, o petebista João Goulart bate o udenista mineiro Milton Campos.

“Nasceu Juscelino Kubitschek de Oliveira, futuro presidente do Brasil!” Terá o presidente eleito se lembrado do profético anúncio do pai, João César de Oliveira, em 12 de setembro de 1902?

Eleição tensa e extenuante, vitória apertada e contestada por adversários. Juscelino: “Fiz toda a campanha sob um clima de ameaças e, quando partia para uma das minhas viagens de propaganda eleitoral, nunca sabia se voltaria ainda candidato ou se estaria preso e condenado ao exílio.”⁷⁴

Novamente Paulo Pinheiro Chagas:

“Diante desse resultado, a UDN, velha golpista, levantou a tese de que era preciso haver maioria absoluta para ser presidente da República, porque o Juscelino estava se elegendo com cerca de 1/3 dos votos. Então, levantou-se a bandeira da maioria absoluta. Mas isso era um golpe, pois a Constituição não exigia maioria absoluta para eleição de presidente. Essa tentativa de golpe também se deu em 10 de novembro.”⁷⁵

A eleição presidencial de 1955 empolgou também o Brasil profundo. Disputa renhida, palmo a palmo, em toda parte. Por exemplo: em Limoeiro, Pernambuco, quase saiu guerra entre as forças de Juarez, Ademar, Plínio Salgado e Juscelino. O legendário coronel Chico Heráclito fechou firme com JK. Jogou pesado, radicalizou, passou pitos, esfregou a vitória na cara dos adversários. Dias depois, Juscelino se encontrou com ele no aeroporto de Recife. O escritor Marcos Vilaça, da Academia Brasileira de Letras, então adolescente, estava lá todo enfatizado, de paletó novo e camisa de linho branca. Não se esquece da alegria dos dois ao se abraçar. JK:

— Coronel, agora que eu sou presidente da República, o que o senhor quer de mim?”

— Nada, doutor Juscelino. Eu só quero é ver o senhor cusindo de cima.”

Mas quase que Juscelino não sobe. Mesmo democraticamente vitorioso, em eleições consideradas limpas, viverá novas e grandes emoções.

Golpe e contragolpe

A UDN tenta anular o pleito na Justiça alegando ausência de maioria absoluta e ilegalidade dos votos comunistas. Não consegue. Carlos Lacerda e outros de seus radicais pregam escancaradamente o golpe militar. Apoiado por seu ministro da Guerra, general Teixeira Lott, o presidente

Café Filho, em resposta ao Superior Tribunal Eleitoral, declara que os eleitos serão empossados.

No dia 1º de novembro de 1955, em discurso durante o sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa, no cemitério do Caju, o coronel de exército Jurandir Bizarria Mamede incita os militares a impedir a posse. Chama o pleito de “farsa eleitoral”, prega solução extraconstitucional para impedir a posse de Juscelino: “Os caídos de 1954 não voltarão ao poder.”. O ministro Lott, preocupado com os regulamentos e a preservação da disciplina, da hierarquia e da legalidade, pede sua punição ao presidente Café Filho, já que Mamede é vinculado à Escola Superior de Guerra, subordinada diretamente à Presidência da República. A caldeira ferve. Dois dias depois, Café Filho se licencia, alegando doença. Interna-se na Clínica São Vicente, na Gávea, Rio de Janeiro. O afastamento é atribuído a suposto distúrbio cardiovascular, desordem nas coronárias. Mas o Barão de Itararé, em nome do bom humor carioca, corrige para desordem nas “coronelárias”.

Assume o mineiro Carlos Luz, presidente da Câmara, pessedista não simpático à candidatura de Juscelino, próximo dos udenistas que aceitavam regime de exceção. Passada uma semana do discurso de Mamede, nada decidido. Lott se sente desprestigiado. Então, em 10 de novembro, o presidente o convoca ao Catete, deixando-o sozinho, por quase duas horas, na sala de espera. Situação humilhante. Luz está cuidando de substituí-lo pelo general Fiúza de Castro, já reformado. A democracia, a Constituição e a vitória de Juscelino estão por um fio. O ato de nomeação de Fiúza é assinado.

O presidente Luz finalmente recebe Lott. Comunica a decisão. Lott não reage. Marca a transmissão do cargo para o dia seguinte. Em casa, na avenida Maracanã, recebe a solidariedade, o estímulo e o apoio do general Odílio Denys, comandante da Zona Militar Leste. São vizinhos. Denys está reunido com outras lideranças militares. Quer a resistência,

para evitar a indisciplina na força terrestre. Entende que o Exército foi humilhado, na pessoa e autoridade de seu ministro, e que há um golpe em progressão contra as instituições. Depoimento do general Ernesto Geisel, presidente da República no quinquênio 1974-1979:

“Quem articulou todo o movimento foi o Denys, que comandava o I Exército. Lott, em casa, não tinha pensado em golpe. O Denys foi convencê-lo, e o Lott acabou concordando. Naquela noite Golbery [Golbery do Couto e Silva, futura estrela do regime militar de 64] foi preso, juntamente com os oficiais que estavam no Palácio do Catete. Prenderam todos, inclusive o Juarez [general Juarez Távora]. Quando Lott pediu demissão, o ministro que tinha sido escolhido para o seu lugar era o Fiúza de Castro. Quis tomar posse naquele dia mesmo, mas o Lott disse: ‘Não! Vou preparar os papéis, você vem tomar posse amanhã.’. Naquela noite houve o golpe. Depois o Fiúza teve um encontro com o Lott e aí deu-se um diálogo muito interessante. Lott se desculpou por ter enganado o Fiúza naquela ocasião, ao que o Fiúza respondeu: ‘Não, você me enganou toda a sua vida!’”⁷⁶

Na madrugada de 11 de novembro de 1955, tanques e tropas de infantaria ocupam as ruas do Rio de Janeiro e das principais cidades do país. Os ministérios da Marinha e da Aeronáutica são cercados, o acesso à Base Aérea do Galeão, bloqueado. É o golpe preventivo de Lott, o 11 de Novembro. Trata-se, na verdade, de um contragolpe, porque garantiu a posse do presidente eleito e a normalidade. O bom humor do Barão de Itararé trocadilhou: “No Palácio do Catete, em 11 de novembro de 1955, faltava Café e Luz, mas tinha pão de Lott.”

O presidente Carlos Luz se refugia no cruzador *Almirante Tamandaré*, comandado pelo almirante Pena Boto. Está acompanhado de alguns ministros de Estado, chefes militares, de Carlos Lacerda e outros parlamentares da UDN. Juscelino acompanha tudo de Belo Horizonte. Lá, explicará muito depois, “dispunha de força para resistir a qualquer tentativa de esbulho da minha vitória nas urnas”.

Assume o poder Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, primeiro na ordem sucessória. No Rio, os juscelinistas José Maria Alkmim, Ovídio de Abreu e Tancredo Neves operam milagres de articulação, negociação e conciliação política. Com o Congresso, com o presidente Nereu Ramos, com Lott, e até com Carlos Luz, de quem depois obterão carta de renúncia à Presidência da Câmara.

O Congresso aprova o impedimento de Luz e confirma a investidura de Nereu Ramos. Lott é mantido à frente do Ministério da Guerra. O *Tamandaré* zarpa rumo a Santos, em busca do apoio do governador paulista Jânio Quadros. Sonho de conseguir forças para reagir. Mas Jânio nem aparece. O cruzador volta ao Rio dois dias e meio depois. Todos desembarcam no Arsenal da Marinha. Ninguém sofre qualquer constrangimento. Lacerda asila-se na Embaixada de Cuba. Daí, seguirá para Nova York. Dele:

“Ao voltar o presidente Luz para o Rio, subiram a bordo do *Tamandaré* Juracy Magalhães e Afonso Arinos. Levaram a incumbência de me fazer aceitar a decisão da UDN de me fazer refugiar numa embaixada, porque o governo dizia, oficialmente, pela boca do general Flores da Cunha, um dos arautos políticos do golpe, não se responsabilizar pela minha vida.”⁷⁷

Café Filho, dizendo-se restabelecido, tenta reassumir. Novas escaramuças, novos problemas. A Câmara e o Senado aprovam seu impedimento definitivo, com fundamento na Constituição. Tendo em vista a permanência de manifestações golpistas, o presidente Nereu Ramos envia mensagem de decretação de estado de sítio ao Congresso, aprovada em 23 de novembro de 1955. Sai a crise, volta a tranquilidade. A posse de Juscelino está finalmente assegurada:

“Quando soube do impedimento de Café Filho, na manhã de 22 de novembro [de 1955], deixei o Palácio da Liberdade, onde havia passado a noite colado ao rádio, e segui para casa, a fim de repousar. Estava exausto, mas sereno. Tinha a consciência tranquila, mas não

me iludia sobre as enormes responsabilidades que me pesavam nos ombros.”⁷⁸

Em meio à crise política, JK enfrenta sério problema familiar e arriscada viagem. Dona Luisinha Negrão Lemos, sua sogra, é internada no Instituto do Câncer, em São Paulo. Marcam cirurgia para o dia 18 de novembro. Juscelino e família decidem apoiá-la e confortá-la. “Numa especial demonstração do carinho pelo genro, ela havia saído de casa pela última vez para votar em mim. Fora, quase carregada, da residência à seção eleitoral.”

Dona Luisinha morre na sala de cirurgia. Figuras ilustres de São Paulo vêm confortar Juscelino. Inclusive o adversário Ademar de Barros, que, preocupado com o ambiente e com a imprevisibilidade do governador paulista Jânio Quadros, recomenda que saia imediatamente de São Paulo. O empresário Sebastião Paes de Almeida providencia um avião. Juscelino decola às dez da noite para Belo Horizonte, sob terríveis condições de tempo. De Jânio, nenhum sinal. Nem mesmo telegrama de pêsames.

Equipe e viagem

Posse assegurada, alívio. Mas também enorme montanha de tarefas pela frente. Começa a estruturar o ministério. Reúne-se com Goulart em Belo Horizonte, acerta a nomeação dos petebistas Ernesto Dornelles e José Parsifal Barroso para as pastas da Agricultura e do Trabalho, Indústria e Comércio, respectivamente. Está determinado a manter Lott no Ministério da Guerra.

Precisa mudar de ambiente, afastar-se um pouco da cena política interna. Deixar que as paixões esfriem. Estabelecer contato direto com chefes de governo e grandes empresários e investidores estrangeiros. Conhecê-los, falar do desenvolvimento brasileiro, dizer o que pretende, tentar atrair investimentos. Faz as malas e parte em 4 de janeiro de

1956. Leva poucos assessores. Entre outros, o economista e diplomata Roberto de Oliveira Campos. Roteiro: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha, Portugal, Espanha. Católico, fez questão de incluir o Vaticano, do papa Pio XII.

Viagem cansativa e proveitosa. Contatos promissores, expectativas de investimentos significativos no país, principalmente de empresas industriais. Nos Estados Unidos, com o presidente Eisenhower, deixa a semente fértil do que um dia será a Operação Pan-Americana. Quando Eisenhower abordou o problema da infiltração comunista na América Latina, Juscelino ponderou que a questão, antes de ser policial, estava diretamente relacionada à pobreza e à carência de oportunidades. Que a solução passava por amplo programa de cooperação e reformas, tendo por objetivo o desenvolvimento. Isto é: o caminho para impedir a propagação do comunismo era o desenvolvimento.

Retorna ao Rio na manhã de 24 de janeiro de 1956. Tem uma semana para completar a formação da equipe e preparar-se para a posse e primeiros dias de gestão. Ainda faltam oito pastas para preencher. Manda Alkmim sondar Lott. O resultado é péssimo. Do rígido e franco Lott a Alkmim, depois de ouvi-lo atentamente por longo tempo: “Desejo que agradeça ao doutor Juscelino a gentileza do convite, mas infelizmente não poderei aceitá-lo. Trata-se de uma questão moral, doutor Alkmim, e, nesse terreno, não transijo. Agi, porque achei que aquele era o meu dever, e não para favorecer a quem quer que seja.”. O hábil e arguto Alkmim sai chocado e preocupado.

Juscelino relembra como conseguiu convencer Lott, em encontro reservado no apartamento do assessor Oswaldo Penido:

“Repeti que pretendia realizar um programa de grandes obras administrativas, mas como poderia executá-lo se tivesse a atenção tomada pelo problema da manutenção da ordem? Um apelo do Brasil, que precisava de tranquilidade e ordem para progredir.”

Lott pede 24 horas para consultar seus companheiros. Aceita. Juscelino confirma o amigo José Maria Alkmim para o estratégico Ministério da Fazenda. Assim, quatro dos onze ministérios estão resolvidos: Lott, ministro da Guerra; Alkmim, ministro da Fazenda; Ernesto Dornelles, ministro da Agricultura; José Parsifal Barroso, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Concentra-se agora na definição dos demais. Resolve logo: Marinha: almirante Antonio Alves Câmara Júnior; Aeronáutica: brigadeiro Vasco Alves Secco; Justiça: Nereu Ramos; Viação: almirante Lúcio Meira; Saúde: professor Maurício Campos de Medeiros; Exterior: embaixador José Carlos de Macedo Soares; Educação e Cultura: Clóvis Salgado da Gama. E os principais órgãos de assessoramento direto ao presidente: Gabinete Militar: general Nelson de Mello; Gabinete Civil: Álvaro de Barros Lins; Estado-Maior das Forças Armadas: general Anor Teixeira dos Santos; Consultoria-Geral da República: Antonio Gonçalves de Oliveira; e Departamento Administrativo do Serviço Público: Isnard Garcia de Freitas.

Quer começar com definições claras, dizer a que vem. Fixar a democracia e o desenvolvimento como fundamentos de tudo no seu governo, anunciar medidas objetivas.

Na cabeça, a essência do programa administrativo: criação de corporações mistas de capital estatal e particular para implantação de indústrias de base; adoção de política tarifária mais realista; equacionamento e solução da problemática dos transportes no país; reequipamento das ferrovias; valorização e apoio à Petrobras; adoção das medidas recomendadas pela Comissão Brasil-Estados Unidos; extensão do binômio Energia e Transportes, foco de seu programa de governo em Minas, a todo o território nacional; negociação de acordo internacional do café, incluindo produtores e consumidores; eliminação de dificuldades à inversão de capitais estrangeiros, criação de plano de industrialização de longo alcance, de modo a fazer o país enveredar definitivamente pela estrada larga do desenvolvimento.⁷⁹

Havia assumido compromisso superior ao possível: fazer o Brasil progredir cinquenta anos em cinco. Mesmo assim dispõe-se a honrá-lo, custe o que custar, mediante gestão inovadora e execução de audacioso Programa de Metas, que incluirá meta-síntese e integradora que muitos considerarão delirante: a construção de nova capital da República no coração do Brasil. Quer o país movido a utopia, esperança e ação. Os brasileiros com a sensação de estarem construindo algo de que se orgulhar. Algo grande, importante, bonito. Fazendo um país melhor e muito maior.

Um de seus trunfos fortes é a sólida base parlamentar, decorrente da força da aliança PSD-PTB. Como vai liderar um governo de profundas mudanças, precisará muito de maioria na Câmara e no Senado.

Além das alegrias, excesso de atividade, tensões e expectativa da posse, uma sombra no coração e na cabeça: não abre mão de cem por cento de democracia no seu mandato. Nada de exceção, nada de restrições à cidadania. Mas o país continua em estado de sítio. O que fazer?

Capítulo 12

A Era JK

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1956, posse e transmissão de cargo. O dia amanhece nublado, cinzento. Mas há muito movimento nas ruas, alegria, esperança. Às três da tarde, no Palácio Tiradentes, em sessão conjunta da Câmara e do Senado, casa superlotada, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, de 53 anos, presta juramento e assina o termo de posse. Sai sob trovão de palmas, segue para o Palácio do Catete. O presidente Nereu Ramos e seus ministros o recebem à porta. Vão para o salão nobre. Nereu faz rápido discurso e passa a faixa presidencial. JK agradece. Quase interminável fila de cumprimentos, multidão na rua, aclamações. Ele então chama Sarah, dona Júlia, Márcia, Maria Estela, Naná e Júlio Soares e vai com eles à janela. Acena para o povo, sorri, transmite alegria, confiança. Volta e começa a receber os cumprimentos. À noite, recepção no Palácio do Itamaraty.

Democracia e desenvolvimento

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1956, sete da manhã. O presidente chega apressado e sorridente ao Palácio do Catete. Minutos depois, reúne-se com os ministros militares e o da Justiça. Objetivo: acabar com o estado de sítio. Os ministros resistem. Argumentam que ainda há descontentamento nas Forças Armadas. Melhor deixar para depois. Além disso, explicam que a revogação da medida depende do Congresso. JK bate o pé: “Governar sob estado de sítio, não o farei.” Impasse já nas primeiras horas de governo? Não, o ladino JK trazia a solução na cabeça: fulminar o estado de sítio com a liberdade de imprensa. Mostra, então, o comunicado oficial que, em seguida, manda a Agência Nacional distribuir:

“Por ordem do Sr. Presidente da República, fica, a partir de hoje, suspensa a censura aos órgãos de divulgação e publicidade (jornais, revistas, estações de rádio e televisão).”

Ato emblemático de respeito à liberdade e à cidadania. JK impôs-se comportamento absolutamente democrático:

“O Brasil retornara às suas origens. Restabelecera-se a democracia. Daquele dia em diante, haveria liberdade para todos. Governaria de portas abertas e sem temer a crítica dos adversários. Este era o preço da democracia e estava disposto a pagá-lo para que o povo compreendesse que uma nova era se iniciara na vida do país.”

Logo depois, reunido com todo o Ministério, sintetiza suas orientações, prioridades, diretrizes, objetivos. O essencial das políticas públicas. Pede muito trabalho. Vão todos participar de grande e longa maratona.

Anuncia a criação do Conselho de Desenvolvimento e lança o arrojado Programa de Metas, elaborado sob sua supervisão e coordenado por Lucas Lopes e Roberto de Oliveira Campos. Trata-se de políticas setoriais e investimentos de infraestrutura, sobretudo em energia e transportes, priorizando também indústrias de base, alimentação e educação. Suas 31 metas estão assim desdobradas: energia (metas 1 a 5): energia elétrica e nuclear, carvão, produção e refino de petróleo; transportes (metas 6 a 12): construção e reequipamento de estradas de ferro, estradas de rodagem, marinha mercante, portos e barragens, transportes aéreos; alimentação (metas 13 a 18): trigo, matadouros, frigoríficos, mecanização, fertilizantes; indústrias de base (metas 19 a 29): borracha, exportação de ferro, veículos motorizados, construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico; educação (meta 30); e, finalmente, a construção de Brasília, meta síntese.

O Programa de Metas é a retomada, em nova escala e abrangência, da estratégia varguista de governar para o desenvolvimento econômico e social. Baseou-se em trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados

Unidos de Estudos Econômicos e de grupo de especialistas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE).

A audácia de JK assustou para sempre o brilhante economista Roberto Campos, de formação conservadora. Ele conta que seu chefe adorou a versão final do Programa de Metas, mas, na última hora, tudo pronto e compatibilizado, “incluiu um coelho tirado da própria cartola: Brasília”. Chamou-a de meta síntese. Por quê? Conforme Kubitschek, porque entrosava as outras metas com a nova realidade decorrente do deslocamento do eixo político e administrativo para o coração do país. Significava a ocupação e incorporação da vastidão interior ao processo de desenvolvimento. Integração e convergência. Portanto, meta síntese.

É o programa de governo mais arrojado, completo e abrangente surgido até então. Não é um plano global de desenvolvimento. Trata-se de conjunto articulado de programas e projetos setoriais prioritários, com fixação de metas a serem atingidas no horizonte de governo. Referência fundamental e plano de voo para atingir objetivo impossível: fazer o Brasil avançar cinquenta anos em cinco.

Darcy Ribeiro: “Empossado na Presidência da República, JK promete fazer o Brasil saltar cinquenta anos em cinco. Não o fez. Quem o faria? Mas fez mais do que qualquer outro para consolidar a democracia no plano político e promover o progresso econômico.”

JK era entusiasta do Estado como indutor do desenvolvimento, em países na situação do Brasil. Como ator pioneiro e responsável por investimentos estratégicos de longo prazo de maturação e baixa taxa de retorno, que não atraíam o setor privado. Como mobilizador de capitais públicos e privados nacionais e externos para maximizar os investimentos. Devia agir pela abertura de caminhos e oportunidades viáveis ao setor produtivo. Era o desenvolvimento impulsionado pelo governo. A industrialização

com o apoio de políticas estimulantes e investimentos públicos, principalmente em infraestrutura.

A execução do Programa de Metas vai escancarar novos espaços e oportunidades às empresas. Acelerará o processo de substituição de importações, facilitando a entrada de investimentos diretos estrangeiros, como os da implantação da indústria automobilística.

O empenho, o otimismo e a habilidade do presidente foram trunfos fundamentais para a realização das metas. Por exemplo: cumpriu os compromissos assumidos com os partidos que o apoiaram. A maioria parlamentar era essencial à própria governabilidade. Principalmente em tempo de Guerra Fria e de focos de golpismo na ainda poderosa UDN. E também nas Forças Armadas, cuja lealdade era facilitada pela presença forte do general Teixeira Lott no Ministério da Guerra. JK cuidou bem delas, inclusive em termos de melhoria de equipamentos e de remuneração.

Apesar da quase milagrosa estabilidade conseguida em tempos difíceis, de Guerra Fria, os anos JK conheceram manifestações agressivas de opositores políticos, principalmente da UDN lacerdista, e de alguns militares. É o caso da Revolta de Jacareacanga, ensaio isolado de tentativa de golpe militar desencadeada em 11 de fevereiro de 1956 por oficiais da Aeronáutica, liderados pelo tenente-coronel Haroldo Veloso. Reflete tensões e ressentimentos do período anterior. Consistiu na condução de aviões para a base de Jacareacanga, Sul do Pará, espera de adesões não efetivadas, frustração. Foi prontamente dominada pelo Ministério da Guerra. Por iniciativa do governo, concedeu-se anistia. JK: “Um governo forte se faz perdoando.”. No início de dezembro de 1959, outra frustrada rebelião de oficiais da Aeronáutica, quase repetição da anterior, novamente com a participação do coronel Veloso. É o episódio de Aragarças, Goiás. Durou menos de dois dias.

O próprio Programa de Metas ajudou na sustentação do governo. Sua execução induziu crescimento acelerado que contribuiu para a estabilidade política. Seu caráter setorial permitiu alcançar transformações importantes sem mudanças revolucionárias na estrutura econômica e social. A estrutura agrária permaneceu. Nada de reformas drásticas nem de intervenções capazes de abalar a estrutura social. As mudanças viriam do desenvolvimento e da modernização. Do crescimento e da diversificação da economia, da integração nacional. Muitos acreditavam, então, que o crescimento econômico acabaria resolvendo tudo, inclusive a melhoria da distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais. Nem mesmo a velha burocracia foi radicalmente mudada. JK optou pela organização de administração paralela, constituída de grupos de trabalho e grupos executivos das políticas de interesse do Programa de Metas, caso, por exemplo, do poderoso Grupo Executivo da Indústria Automobilística.

Gestão extraordinária a de JK. Tem a marca do dinamismo administrativo, criatividade, objetividade, otimismo e profusão de obras públicas relevantes. Muda a mentalidade e os rumos do país, desenha novo Brasil. Põe a prioridade do desenvolvimento na agenda nacional, atua de modo planejado, doma a forte instabilidade política anterior, pratica democracia em todos os minutos de todo o mandato, eleva a autoestima do povo, o orgulho de ser brasileiro.

No quinquênio que começa em 1956, emerge um país diferente, muito maior e mais complexo. O referencial histórico do desenvolvimento pula para novo patamar, muda de escala. Crescimento acelerado e as transformações estruturais mais profundas e sólidas da história, industrialização e integração nacional. As políticas desenvolvimentistas espalham-se pelos estados, ganham a maior parte da população. Nasce o Brasil moderno.

Goste-se ou não de Kubitschek e de seu governo e realizações, é imperioso reconhecer sua atuação, visão de futuro, grandeza na construção democrática do país. Um período de aceleração da história, de clareza de prioridades, objetivos e metas, de obtenção de resultados que impressionaram o mundo. De mais e melhores oportunidades de emprego, elevação da renda pessoal, obras públicas notáveis, ocupação de novos espaços, avanço empresarial sem precedentes. Empurrou o país para o futuro. Fortaleceu a marcha para o interior, priorizou e acelerou a integração nacional.

A epopeia da construção da futurista Brasília no remoto sertão goiano correu mundo, despertou admiração. JK fez 225 viagens Rio-Brasília-Rio no biênio 1957-1958. Em média, uma a cada três dias. Esgotava a agenda no Rio, entrava num ronceiro DC-3 e voava 1.200 quilômetros para ver as obras. Olhava tudo, punha fogo em todos e voltava três ou quatro horas depois, de madrugada. Raramente pernoitava. Depois trocou o velho DC-3 por um Viscount, quadrimotor inglês. Dormia feito criança feliz durante os voos.

Em Brasília, houve de tudo. De luminosa inventividade e rigor técnico ao mais legítimo jeitinho brasileiro e improvisação. Da indefinição de recursos até o controle precário de gastos e acusações de corrupção. De onde saíram os recursos? Roberto de Oliveira Campos:

“No Programa de Metas, em que colaborei com o Lucas Lopes, não havia previsão para Brasília. Juscelino a construiu, então, principalmente com recursos dos institutos de previdência, que tinham naquela ocasião bastante caixa. Também obtive empréstimos estrangeiros, inclusive um do Eximbank, que foi viabilizado pessoalmente pelo presidente Eisenhower, como contribuição ao projeto. Outra fonte foram os créditos de fornecedores, que venderam os equipamentos, particularmente os importados. E muita emissão de moeda!”⁸⁰

Segundo Kubitschek, as obras da cidade chegaram a absorver sessenta mil trabalhadores em 1960. Quanto custaram nos anos JK? Ninguém sabe nem saberá. A escrita da Novacap, nos anos iniciais, nem livro-diário possuía. A contabilidade era falha, muitas vezes inexistente. Tempos de pioneirismo e improvisação. Estimativa grosseira, a partir de avaliação precária da época, atualizada para o final de 2010, aponta para gastos da ordem de 130 bilhões de dólares. Esforço colossal, principalmente se levadas em conta as demais obras do Programa de Metas, as dimensões acanhadas da economia brasileira, a população de setenta milhões (1960), a pobreza assustadora presente no campo e nas cidades.

JK considerava a construção da capital a mais dura batalha de sua vida pública:

“Vivi naquele 21 de abril de 1960 as maiores emoções de minha vida. Afinal, naqueles últimos três anos, eu vivera, sonhara, comera e dormira em função de uma data: 21 de abril de 1960. Naquele dia, vivi, realmente, quase em êxtase.”⁸¹

Na missa solene, soluça, enxuga lágrimas que escorrem em abundância rosto abaixo.

Da filha Maria Estela: “Só vi meu pai chorar em duas ocasiões: a morte de familiares e a inauguração de Brasília.”⁸²

Muitos choraram com ele. Perto, o vice-presidente João Goulart, vários religiosos e convidados olharam surpresos e comovidos. Os médicos Aluysio Salles e Carlos Teixeira observaram atentamente, preocupados. O presidente já não tinha tão bons antecedentes de saúde. Sofrera infarto no ano anterior, cuidadosamente ocultado do público. Mais: depois de breve e atrevido voo num supersônico da Força Aérea dos Estados Unidos, na cidade do Rio de Janeiro, sentira-se mal. Problemas circulatórios, três dias repousando no Palácio das Laranjeiras.

Seu governo também impôs profunda reforma administrativa, revolucionou a gestão pública federal. As metas setoriais e de infraestrutura foram alcançadas, a maior parte ultrapassadas. O país concretizou as hidrelétricas de Furnas e Três Marias, fez mais de treze mil quilômetros de novas estradas e asfaltou cerca de 5,6 mil quilômetros de rodovias antigas. Construiu e equipou mais de três mil quilômetros de ferrovias. Multiplicou a produção interna de petróleo, impulsionou a siderurgia, com a criação da Usiminas e da Cosipa. Criou e deu instrumentos de ação à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A média anual de crescimento da economia brasileira superou 10% reais no triênio 1958-1960.

JK soube aproveitar os ventos internacionais favoráveis atraindo e estimulando investimentos, acelerando o processo de substituição de importações, cuja culminância foi a implantação da indústria automobilística, atraída pelo potencial do mercado interno, pela política de desenvolvimento e pelas facilidades oferecidas pelo governo.

O tamanho da economia aumentou quase 50% reais no quinquênio. Metade do máximo antes conseguido ao longo da história. O valor real da produção industrial cresceu 80%, destacando-se a siderurgia (100%), a mecânica (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%).⁸³

Trecho de síntese do próprio JK, em discurso de 13 de julho de 1961, no Congresso Nacional:

“Quero apenas reafirmar que creio hoje, mais do que ontem, ter andado de acordo com a prudência e o supremo interesse da nacionalidade emitindo não dinheiros, mas vinte mil quilômetros de estradas, 320 mil veículos automotores; 1 milhão e 300 mil toneladas, a mais, de aço em lingotes; mais de 2 milhões de toneladas de cimento; emitindo volume incomparavelmente maior de petróleo, fertilizantes, metais não ferrosos, emitindo Furnas, Três Marias, a indústria pesada, a naval, a de tratores, a química

de base; emitindo, enfim, a infraestrutura que delimita a época de nosso progresso lento, condicionado, do tipo colonial, marcando o início da era de nossa soberania econômica. Essas emissões foram o preço que pagamos para imprimir novo rumo ao Brasil e possibilitar a solidificação de sua unidade.”.

Destaque-se o florescimento das artes. Esplendor na literatura, com gigantes como Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e João Guimarães Rosa. E também a diversidade e riqueza de manifestações e experiências nas artes plásticas e na música, no teatro, no cinema. O impacto da bossa nova. JK era chamado de Presidente Bossa Nova. A modernização da mídia, a afirmação do cinema novo e muito mais. Tempo de intensa fertilidade na área das ciências sociais. A força das mudanças, o ambiente de criatividade e otimismo, a efervescência política, tudo se projeta em pesquisas, teses e livros que tentam exprimir a realidade, discuti-la, influenciá-la, e até modificá-la. É o que acontece, por exemplo, no campo do nacionalismo e do desenvolvimento econômico. Por exemplo: é de 1960 o projeto de fundação da Universidade de Brasília, em modelo moderno, aberto e sistêmico, muito distinto do tradicional. Belo sonho, em torno das ideias dos educadores Anísio Spínola Teixeira e Darcy Ribeiro. Tempo até de conquistas esportivas inéditas, que encheram de orgulho o povo, como a do campeonato mundial de futebol de 1958, na Suécia.

Parecia mesmo a emergência de um admirável Brasil novo. Talvez nenhum outro governo tenha pensado tão grande a nação e feito mais pela preservação da liberdade e pela economia nacional. Prosperidade e liberdade tornaram-se marcas fortes do período, apesar da fragilidade da democracia e da velha disposição intervencionista de parte das Forças Armadas.

Clima de realizações e avanços, de demonstração cabal da competência nacional. Antes, punha-se em dúvida até a aptidão do operário brasileiro para fabricar automóveis, por exemplo. Os industriais também

eram alvo de sólido ceticismo quanto à efetiva capacidade de produzir manufaturas mais complexas. Carros, por exemplo. Havia frases assim: “Parece bom, mas é nacional.”. Preconceitos e complexo de inferioridade começaram a ruir.

Tempo de afirmação do próprio governo, a começar do presidente. Trabalhava desde cedo até a noite, todos os dias. Não se poupava, pouco descansava, pouco dormia. Cuidava da administração, sem descuidar da política. Dele:

“O esforço despendido nos primeiros quatro anos minaram-me as energias, a ponto de, pela primeira vez em minha vida, haver passado o dia 31 de dezembro em um leito de enfermo [distúrbio circulatório]. Não me limitara a governar de um gabinete, mas percorrera o território nacional em todas as direções, sentindo de perto as necessidades e as deficiências do país. Minhas viagens dentro do Brasil equivaliam, até então, a 75 voltas ao mundo.”⁸⁴

Na área externa, o brilho não é o mesmo. A diretriz é tradicional, não há avanços importantes. O rastro mais luminoso é o da Operação Pan-Americana, idealizada pelo próprio JK, com a colaboração de Augusto Frederico Schmidt, e apresentada em 1958. Tentativa de viabilizar participação substantiva dos Estados Unidos nos esforços de superação do subdesenvolvimento e da pobreza na América Latina e Caribe. Em termos práticos, resultou em muito pouco durante o mandato de JK. Mas foi fundamental à criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em dezembro de 1959, e, no governo John Kennedy (1961-1963), da Aliança para o Progresso. A ação de política externa mais ecoante do quinquênio JK é o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em junho de 1959, imposta pela necessidade de garantir a continuidade da execução do Programa de Metas.

Tentações continuístas

No início de 1959, o problema da sucessão presidencial já estava no palco. JK conta que reagiu a propostas continuístas:

“A ideia fora lançada pelo deputado Tancredo Neves numa entrevista concedida a um jornal de Belo Horizonte. Tancredo sugerira que a Constituição deveria ser alterada, de forma a permitir a minha reeleição. (...) O que Jango sugeriu-me foi o mesmo que havia dado origem à entrevista de Tancredo Neves: uma proposta de continuísmo, também, através de uma reforma constitucional. Jango, porém, revelou-se mais explícito, dando a entender que já havia realizado entendimentos e que o assunto, para ser concretizado, dependia apenas da minha anuência. Explicou que via, com apreensão, o futuro do país. Em breve, abrir-se-ia o problema sucessório e as agitações teriam início. Segundo todas as probabilidades, os candidatos deveriam ser o general Lott, pelo situacionismo, e Jânio Quadros, pela oposição. Se Lott não fosse eleito, estaria aberta uma gravíssima crise no cenário político. Lott era militar e dispunha de incontestável prestígio no seio das Forças Armadas. Sua derrota eleitoral poderia ser interpretada como um acinte à classe e, em consequência, os tanques desceriam da Vila para impedir a posse de Jânio, incontestavelmente o favorito do pleito. A solução seria a minha candidatura. Afirmou, em seguida, que ele próprio se encarregaria de promover a aprovação da emenda constitucional, extirpando do corpo da nossa Carta Magna o dispositivo que vedava a reeleição, em prosseguimento a um mandato em exercício.”⁸⁵

Nesse ponto, Jango saiu da sala. Voltou, em seguida, acompanhado do governador gaúcho Leonel Brizola. Aprofundou a argumentação, insistiu. E Brizola? “Brizola manteve-se com a maior discrição, apoiando a ideia, mas não se mostrando insistente.”

JK recusou. Queria manter a Constituição que jurara respeitar. Havia condições políticas para mudá-la. Mas não admitia sequer a analogia

com o jogo absurdo dos golpistas de novembro de 1955. Ainda mais em benefício próprio. Questão de princípio. Mesmo assim, o movimento continuísta começou a ganhar força, incomodando e agitando a indócil e ativa oposição. Desgaste tolo, já que o principal interessado não aceitava a ideia. Então, em entrevista ao jornalista político Carlos Castello Branco, Juscelino declarou:

“Têm procurado semear a desconfiança sobre os meus objetivos. Querem, com isso, atingir o presidente da República e dificultar, tornando suspeita, a transferência da capital. Vou sair daqui com a Constituição virgem. Cumpri todos os seus dispositivos, inclusive os que eram simples letras mortas, como o referente à mudança da sede do governo para o Planalto Central.”⁸⁶

Anos dourados

Era JK, anos dourados. Tudo em cor de rosa? Claro que não! Enormes benefícios e conquistas, mas também muito custo e sacrifício. Muita conta para pagar, desequilíbrios importantes. Como a escalada das despesas públicas decorrente da concretização do Programa de Metas, especialmente com a construção de Brasília, os investimentos maciços em energia e transportes e a sustentação da arrancada industrial. Período de declínio das relações de troca com o exterior, pesadas compras forçadas de excedentes de café com emissão de papel-moeda, forte aumento da dívida e do déficit público federal, o pulo das despesas correntes, crédito fácil e farto concedido ao setor privado. Resultado: inflação em alta. Até hoje há quem simplifique tudo isso, atribuindo a elevação inflacionária apenas a Brasília.

Tancredo Neves viveu tudo de perto. Dele, em 1984:

“Coisa engraçada! O Getúlio tinha medo da inflação. Tinha uma consciência nítida do descalabro inflacionário. Já o Juscelino era um inflacionista convicto. Participava de uma emissão com volúpia (risos).

Precisava de uma emissão para concluir uma barragem, para construir uma central elétrica ou uma grande estrada? Aquilo para ele era um banquete. Não obstante, ele deixou uma inflação de 25%, que não é nada comparada com essa de 200%. Mas, com aquela inflação de 20%, ele realmente fez os cinquenta anos em cinco.”⁸⁷

O economista Roberto de Oliveira Campos, um dos formuladores do Programa de Metas, tornou-se crítico feroz do governo JK:

“JK era uma pilha de simpatia, mas o desenvolvimentismo dele acabou em bancarrota e o Brasil estava cambialmente insolvente quando Jânio tomou posse.”

Como reage Kubitschek às críticas e críticos? O salto do déficit e da dívida pública, as dificuldades adicionais de balanço de pagamentos e o assanhamento da inflação não comprometem os avanços no campo do desenvolvimento? O preço não é alto demais? Trecho de pronunciamento dele no final de dezembro de 1960, um mês antes de transmitir o cargo:

“Outros governos poderão empreender a revalorização da moeda, com os aplausos e o apoio de toda a nação. Mas não poderiam fazê-lo, de forma alguma, se encontrassem o país atado a uma situação colonial, sem estradas, sem energia, sem obras de base. Não fecho os olhos à realidade. Conheço e reconheço que é um trabalho imenso o que desafia os nossos administradores e homens públicos. Sei que o pauperismo continua a afligir-nos, a danificar-nos. Sei que não foram extintas as fontes do sofrimento e da miséria, mas, ao mesmo tempo em que me dou conta disso, dou-me conta também de que já não aceitamos um destino negativo. Se é verdade que certos brasileiros procuram defender ainda um ritmo meramente vegetativo para o progresso nacional, também existe um outro Brasil inconformado, combativo, pioneiro, inimigo do atraso, envergonhado com a posição secundária em que vivia.”⁸⁸

O legado essencial de JK é um país muito maior e melhor, apesar do subdesenvolvimento. Opositores políticos e críticos, como Jânio Quadros,

discordam. Só falam de corrupção, contas externas desarrumadas, dívida externa exagerada, estrangulamento cambial, finanças públicas desequilibradas, inflação. Mas, mesmo nas oposições, havia quem reconhecesse a gestão modernizante e desenvolvimentista, como o governador baiano Juracy Magalhães, estrela brilhante da UDN: “O governo do presidente Juscelino Kubitschek tem um ocaso que mais parece uma alvorada.”⁸⁹

JK vai deixar o governo com a sensação de dever cumprido e imenso orgulho das mudanças e avanços nacionais do período:

“De fato, havia uma grande diferença entre o Brasil que eu encontrara em 1956 e o que deixava em 1961, ao concluir meu mandato. O país progredira, na realidade, cinquenta anos em apenas cinco. Além do mais, encontrara um país dividido pelo ódio, pelas dissensões internas e pelas rivalidades partidárias. As Forças Armadas estavam fragmentadas em grupos ou facções, que reciprocamente se hostilizavam; os estados viviam separados uns dos outros, por absoluta falta de comunicações, e o horizonte político apresentava-se toldado pelas nuvens negras do ‘golpismo’. O que eu deixava era um país em ordem, pacificado espiritualmente, próspero, confiante em si mesmo e cômico do seu destino de grandeza. No terreno político, conseguira, igualmente, imprimir uma profunda transformação. Implantei e fiz funcionar uma perfeita democracia no país. Instituí a liberdade como símbolo do meu governo. E, assim fazendo, fortaleci as instituições, conscientizei as massas e tornei a nação politicamente adulta.”⁹⁰

Palavras finais excessivamente otimistas. O Brasil nunca foi politicamente adulto. Será?

Jânio vem aí

Em 8 de novembro de 1959, Jânio Quadros, governador de São Paulo, torna-se candidato oficial da UDN. Duas semanas depois, renuncia. JK:

“Na área situacionista, o candidato que há muito se impunha era o general Teixeira Lott. Tinha o apoio do PSD, do PTB, do PR e do agrupamento político denominado Frente Parlamentar Nacionalista. Como candidato de oposição, insinuava-se Jânio Quadros, que vinha realizando uma política de conteúdo exclusivamente pessoal, desvinculada de qualquer compromisso partidário. Falava-se também em Ademar de Barros, então prefeito de São Paulo e veterano de pleitos presidenciais. O general Lott não era um pessedista. Ou melhor, não era político.”⁹¹

Juscelino chegou a cogitar de solução extrapartidária: a candidatura do udenista Juracy Magalhães, governador da Bahia. Conversou com ele, garantiu isenção presidencial e clima de integral liberdade. Quase deu certo. Mas Carlos Lacerda, principal líder udenista, talvez informado do que se passava, viajou a São Paulo e ofereceu apoio integral a Jânio Quadros.

A UDN lança a candidatura do estranho e versátil Jânio Quadros em 10 de dezembro de 1959. Dois dias depois, o PSD indica o marechal Teixeira Lott. Exemplo de militar de carreira, ele se espanta com o jogo e manhas da política. Jânio, fenômeno eleitoral, empolga o país. Seu *slogan* – “Jânio vem aí” – é visto e ouvido por toda parte. Estava na camada mais humilde e em todas as classes. Apresenta-se com mensagem moralista, usa a vassoura como símbolo da “limpeza” que promete fazer para acabar com a corrupção. Passa a ideia de que chega para promover faxina ética e moral na vida pública brasileira. Ele baterá o pessepista paulista Ademar de Barros e o agora pessedista marechal Lott por larga margem nas eleições de 3 de outubro de 1960. Em números redondos: Jânio, 48% dos votos; Lott, 32%; Ademar, 20%.

Uma campanha esquisita, paradoxal. O duro, formal e enérgico marechal Lott, defensor da legalidade e da ordem, homem íntegro, leal, conservador e anticomunista é que traz o apoio das esquerdas. Um

orador de recursos limitados, sem carisma, sem traquejo político e flexibilidade, com mensagem antiga.

Do outro lado, em meio às forças da direita, o enigmático Jânio Quadros, com mensagem ambígua, mas predominantemente moderna. Fala em política externa independente, autodeterminação dos povos, austeridade e controle de gastos. Ataca JK e seu governo. Aplica vassouradas verbais até contra parte dos aliados: “Varrer os ratos, os ricos e os reacionários.” Comunicador talentoso, fareja o que o povo quer ouvir. Orador peculiar e brilhante, erudito, excelente ator político, impressiona o público com frases de efeito, riqueza de gestos. Figura insólita, desajeitada, meio histriônica, de cabelos desgrenhados, às vezes caspas nos ombros do paletó desengonçado, gravata torta, brigando com a lei da gravidade, palavreado e modo de falar únicos. Grande repertório de carretas, quase caricaturas de si mesmo. Mas sempre impactante, chamativo, midiático, inesquecível.

Para muitos, um demagogo, um oportunista do poder. Mas era mais do que isso. Tancredo Neves, que o conheceu bem e gostava dele, dizia que, se tivesse equilíbrio emocional, poderia ter se tornado um estadista, porque amava o país, tinha intuição e compreensão do processo político, visão de futuro, autoridade, carisma, sintonia com o povo. E era aplicado e corajoso. Sem dúvida uma personalidade complexa e fascinante. Um grande e desconcertante artista da arte política. Visão de JK:

“Jânio Quadros interpretou admiravelmente o papel de líder que as massas reclamavam. Era demagogo. Dispunha da sagacidade necessária para captar as oscilações do sentimento popular. E, sobretudo, projetava-se como uma espécie de ‘vingador’, surgido para realizar as aspirações do povo, sempre contrariadas pelas oligarquias tradicionais. Ele se tornara como que um intruso no cenário político. A UDN perfilhara a contragosto sua candidatura. Nem programa administrativo ele apresentara, para definir o que se-

ria o seu governo. Ao invés de programa, valera-se de um símbolo para impressionar o eleitorado – a vassoura – e escolhera um *slogan* que era uma obra-prima do esoterismo político, passível de todas as interpretações: ‘Jânio vem aí...’ Estribado num símbolo e num *slogan*, ele empolgara o país, tornando evidente que, após a revolução administrativa do meu governo e que despertara a consciência da nacionalidade, o povo já não se conformava em fazer o papel de uma manada de carneiros, a ser manobrada por políticos profissionais.”⁹²

Excessivo otimismo de JK quanto à consciência política do povo?

O vice de Jânio, o udenista mineiro Milton Campos, é derrotado pelo petebista João Goulart, vice de Lott. Hora e vez da descombinada dupla Jan-Jan, Jânio e Jango. Difícil dar certo, em caso de turbulência mais forte.

Carlos Lacerda, maior crítico e adversário-inimigo político de JK, elege-se governador da Guanabara. O pessedista Tancredo Neves perde o governo de Minas para o rival José de Magalhães Pinto, udenista beneficiado por dissidência pessedista articulada por José Maria Alkmim, ex-ministro da Fazenda de Juscelino, dolorosamente exonerado no final de junho de 1958. Rivalidade com Tancredo? Escassez de espaço político no PSD? Ressentimento?

Para o bem e para o mal do Brasil, Jânio Quadros vem aí.

Vendaval de insânias

Em 30 de janeiro de 1961, véspera da solenidade de transmissão do cargo no Palácio do Planalto, JK soube que Jânio faria contundente discurso contra ele e seu governo. Preocupou-se mais ainda quando se lembrou de frase do discurso do senador Auro de Moura Andrade, vice-presidente do Senado, em rápida solenidade de despedida no Palácio do Planalto: “Vá tranquilo, presidente. Estaremos no Legislativo defendendo suas

obras, sua honra pessoal e cada ato praticado por V. Exa. em benefício do Brasil.” Estranhou: haveria, então, ataques à honra pessoal?

A transmissão será irradiada e televisada. A boataria toma conta da Esplanada e da Praça dos Três Poderes. JK seria insultado diante do povo, dos convidados, do rádio e da televisão. Haveria referências a seu governo como um “vendaval de insânias” e um “reinado de nepotismo”. O discurso teria sido escrito pelo baiano Clemente Mariani, sogro de Sérgio Carlos Abruzzini Lacerda, filho mais velho de Carlos Lacerda. Irritado, JK se prepara para o que der e vier. Manda avisar Jânio que reagirá com um soco na cara dele, se houver desfeita ou desrespeito. Tensão na Esplanada. Jânio era considerado emocionalmente instável, capaz de quase tudo em política. Definição do udenista Afonso Arinos de Melo Franco:

— Jânio é a UDN de porre.

Para os amigos, Juscelino gostou tanto de presidir a República que, antes mesmo de ir embora, já queria voltar, e parecia mais novo na saída do que na chegada. Em 31 de janeiro de 1961, aclamadíssimo por multidão na entrada do Palácio do Planalto, ele passa o cargo:

“Tenho neste momento, como razão maior de orgulho, poder entregar a V. Exa. o governo da República em condições muito diversas daquelas em que o recebi, no tocante à estabilidade do regime. Está consolidada, entre nós, a democracia e estabelecida a paz que todos esperamos duradoura.”

Tensão, apreensão. É a vez do imprevisível Jânio, que está entre JK e Jango, faixa presidencial no pescoço. Expectativa de tirar o fôlego, enorme preocupação. Alívio: ele opta por texto convencional, breve e elegante.

Mas à noite, em rede de rádio e televisão, bate forte. Bombardeia furiosamente JK e seu governo. Queixa-se de tudo, inclusive da dívida externa herdada e do tal vendaval de insânias do discurso de Mariani,

agora seu ministro da Fazenda. Pinta quadro terrível, esbraveja, esmura a mesa. Reclama que herdou dívida externa superior a dois bilhões de dólares e inflação alta e renitente, por causa da irresponsabilidade do antecessor. Que a situação calamitosa impõe máxima austeridade e rigor à gestão econômico-financeira. Anuncia aperto de cintos. Prioridade ao reequilíbrio das finanças públicas. Diz que vai abrir inquéritos para punir os culpados. Como Juscelino, claro.

Grande parte da classe média adora. Há um salvador meio estranho, investido de ampla autoridade, de fala esquisita, que se propõe desentortiar o Brasil. Não tem propostas claras, nem programa de governo nem metas. Mas, mesmo assim, é enfático na sua singular oratória, parecendo saber tudo o que precisa ser feito. Grande ator. O vocabulário e o modo peculiar de usar os verbos, estruturar as frases e pronunciá-las vão gerar amplo folclore político e também situações embaraçosas e até hilárias. Uma delas começa com visita a uma repartição dos Correios, no Rio de Janeiro. Muita gente, ambiente festivo. Jânio vê um funcionário uniformizado:

- O senhor é carteiro?
- Sou sim, senhor presidente.
- Gosta de sê-lo?
- Só nas cartas, presidente.

Outra, muito conhecida, ironiza sua insólita linguagem teatralizada e fama de paixão por bebidas:

- Por que o senhor está bebendo tanto uísque, doutor Jânio?
- Bebo, porque líquido é. Sólido fosse, comê-lo-ia.

Juscelino:

“A popularidade de que desfrutava, mesmo no último mês do meu quinquênio, era uma realidade que incomodava a oposição e com a qual seus líderes não se conformavam. E, para prová-lo, basta citar um fato. Antes mesmo de se cogitar da minha candidatura à senatoria, alguns dirigentes da UDN já haviam concertado um programa cujo objetivo seria o de levar-me ao pelourinho. Nesse sentido, meu governo seria reexaminado tendo-se em vista denunciar à nação os ‘calamitosos erros que eu havia cometido’. (...) Não sou infalível, todos os meus atos suscetíveis de protestos devem ser revistos. Não tenho compromisso com o erro.”⁹³

Ainda o 31 de janeiro de 1961. À noite, JK está a bordo de um quadrimotor da brasileira Panair, rumo a Paris, com Sarah, Márcia, Maria Estela, o médico Carlos Martins Teixeira e o embaixador Sette Câmara. Vem o comandante e o convida à cabine para escutar discurso de Jânio pelo rádio. Bastaram algumas frases para desanimá-lo: “Jânio Quadros deblaterava, dando murros na mesa. Atacava-me desabridamente, lendo o discurso elaborado por Clemente Mariani.” Agradece aos pilotos, volta à poltrona, tenta dormir, incomodado com a realidade política ainda presente na América Latina.⁹⁴

No desembarque em Orly, no gelado inverno parisiense, outra surpresa: a ausência de autoridades e diplomatas brasileiros. Única exceção: o embaixador junto à Unesco, Paulo Carneiro. O medo de contrariar o voluntarioso Jânio Quadros e seu governo já atravessara o Atlântico. Evitavam JK. Ninguém queria se arriscar. Os ausentes não haviam mudado: continuavam com o governo. Sempre com o governo, qualquer um. No modo de ver deles, se alguém mudara e, portanto, tinha alguma culpa, era o próprio JK, que era chefe de governo e deixara de ser. Ou deixara de sê-lo, como diria o novo rei, Jânio da Silva Quadros. O mundo gira, a lusitana roda.

O emocionante, tumultuado e meteórico governo Jânio Quadros agredirá e perseguirá implacavelmente JK e sua gestão. Quase sete meses de insinuações, acusações, calúnias, ameaças, inquéritos. Tratam de incriminá-lo em irregularidades administrativas. Tentativa feroz

de destruir o mito vivo, afastando-o do caminho presidencial do líder udenista Carlos Lacerda. Acordo político?

Jânio valoriza ao máximo os militares, entregando-lhes comissões de inquérito criadas em função do discurso moralizador. Despreza o Congresso, a que se refere como “Clube dos Ociosos”.

Roberto Campos registrou passagem reveladora do estilo Jânio Quadros. Convidado para encontro com ele no Palácio da Alvorada, em horário inesperado, 6h45 da manhã, para opinar sobre política cambial, ouve espantado: “O povo não gosta de amar. O povo gosta de odiar. Onde estão os inimigos?”⁹⁵

Essa visão terá pesado na má vontade e perseguição a Juscelino nos meses seguintes? Que influência terá tido no bizarro, voluntarioso e corajoso presidente a ameaça de levar um soco na cara?

A verdade verdadeira é que o presidente Kubitschek entra na história como referência de democrata, desenvolvimentista, inovador e modernizador, principal responsável por realizações espetaculares. Apesar da época politicamente ameaçadora dentro e fora do país, neutralizou o golpismo. Rejeitou o continuísmo, presidiu eleições democráticas. Foi tolerante, não perseguiu ninguém, perdoou. Arauto do desenvolvimento, empreendedor público sem igual, otimismo contagiante, incutiu esperança e confiança nos brasileiros, aumentou sua autoestima. E comandou a execução, em ritmo acelerado, de Brasília, das estradas, das hidrelétricas, a implantação em disparada da indústria automobilística, das indústrias de base, naval e outras, de todo o audacioso Programa de Metas. De Geraldo Mayrink, biógrafo de JK:

“O Brasil saltou dos automóveis de Juscelino para a vassoura de Jânio. A viagem freou o plano econômico dos cinquenta anos em cinco para uma estonteante marcha à ré, política, em apenas sete meses do governo seguinte. Ao passar a faixa que manteve com

tanto suor, nem Juscelino nem o país sabiam que ela seria jogada no lixo da história em tão pouco tempo.”⁹⁶

Sua confiança e alegria, o sorriso, o avião presidencial percorrendo o país, na fiscalização direta das obras. O uso da mídia para promover as ações de governo e prestar contas. JK tinha paciência, gosto e dom extraordinário para se comunicar com o povo. Foi o primeiro presidente a utilizar a televisão para mostrar e explicar o que estava fazendo e acontecendo.

De novo a palavra segura do historiador Francisco Iglésias:

“Com justeza se deu ao período de 1956 a 1961 o nome de Era JK, como se chamou Era Mauá o começo da segunda metade do século dezanove, quando se impõe a figura do empresário Irineu Evangelista de Sousa, nobilitado com o título de Visconde de Mauá. É razoável falar em Era JK, pois o período se distingue dos anteriores, por suas realizações. Decerto, ele deixou enorme dívida a ser paga, mas sacode o marasmo oficial; pode-se questionar a mudança da sede do governo, mas ninguém pode negar-lhe o mérito da operosidade e lucidez, bem como o da isenção, no encaminhamento sucessório, quase sempre feito de modo tendencioso pelo próprio presidente.”⁹⁷

JK deixa a Presidência amado pelo povo, internacionalmente famoso e admirado, cidadão do mundo, dono de vasto capital político, pré-candidato pessedista a presidente da República nas eleições de outubro de 1965. A política deu-lhe também adversários e inimigos poderosos e perigosos, que querem vê-lo pelas costas e longe do poder. Futuro incerto?

Capítulo 13

Senador da República

JK-65

A reeleição de JK, então com 58 anos, em 1965, já estava mesmo nas ruas e círculos políticos, no final de seu governo. Tinha até *slogan*, de todos conhecido: “JK-65: cinco anos de agricultura para cinquenta de fartura.” Claro que essa sinalização tão precoce incomodava profundamente os adversários e todos os pretendentes à Presidência. Um pré-candidato idolatrado, quase impossível de ser batido, apresentando-se antes mesmo da posse do sucessor. O coronel Affonso Heliodoro coordenou essa pré-campanha, que já instalara escritórios no Rio, Belo Horizonte e São Paulo:

“— Coronel, por que vocês lançaram tão cedo a candidatura de JK às eleições de 1965? Jânio nem havia tomado posse.

— Não a lançamos. O movimento veio do povo, espontaneamente. Só começamos a trabalhar depois de passar o governo.”⁹⁸

Nas últimas semanas de 1960, em Goiás, partidários de seis partidos – até da UDN! – se mobilizaram publicamente, em inédita frente única, para viabilizar a eleição de JK para o Senado. Demonstração de apreço e gratidão ao fundador de Brasília. Além disso, era interessante contar com representante de peso nacional no presente e mais ainda no futuro. Poucos desacreditavam do sucesso do projeto JK-65. A popularidade e a aprovação de Juscelino no país eram imensas.⁹⁹

Muito apoio goiano, muito voto, mas não havia vaga. Consegui-la envolveu operação complexa. JK teve de mobilizar meios para compensar pessoas prejudicadas pelo projeto. Só haveria eleição se o pessedista

Taciano Gomes de Mello, médico potiguar que viera para a goiana Pires do Rio nos anos vinte, eleito senador em 1958, renunciasse ao mandato. Mais ainda: seu suplente, Péricles Pedro da Silva, teria de concordar em não assumi-lo. Faltavam mais de cinco anos. A engenharia política de compensações deu certo. Abriu-se a vaga, o Senado e a Justiça Eleitoral convocaram eleição para completar o mandato. JK se candidatou, tendo como suplente José Feliciano Ferreira.

“— E a candidatura ao Senado, por Goiás, coronel Affonso Heliodoro? O senhor chefiou parte da campanha, não é?”

— Chefieei. Dei a partida, organizei tudo. O presidente queria estar perto de Brasília. Tinha rica experiência a oferecer ao Senado e enorme respeito pelo Congresso. Necessitava de uma tribuna alta. Precisava de condições para se defender. E também de status político para cuidar do projeto JK-65. Político sem mandato fica fragilizado. Havia também as ameaças do doido do Jânio, com acusações e investigações despropositadas, tanto que deram em nada. No Senado, haveria maior proteção e condições de esclarecer e rebater as sandices dele.

— Mas por que Goiás?

— Por opção do presidente. Pouco antes de deixar o Palácio do Planalto, os jornalistas perguntaram o que ele ia fazer. Respondeu: ‘Quero ser fazendeiro em Goiás.’ A repercussão foi enorme, os goianos adoraram. Recebemos carta do então senador maranhense Victorino Freire, grande amigo do presidente, comunicando que iria renunciar ao cargo para que o Juscelino pudesse se candidatar no seu lugar, pelo Maranhão. Uma coisa comovente. A ideia da senatoria vazou, empolgou Goiás, mas não havia vaga.

— Foi então que o senador Taciano Gomes de Mello cedeu o lugar. Renunciou ao mandato em 10 de janeiro de 1961. Dizem que ganhou cartório em Brasília.

— Ele renunciou, abrindo espaço para a candidatura do presidente. Foi complicado. O Taciano foi nomeado juiz do Tribunal de Contas de Brasília. Juscelino foi eleito em 4 de junho de 1961. Uma vitória apoteótica, consagradora.”¹⁰⁰

Adorava Brasília, não desejava afastar-se da política, sonhava forte com o seu JK-65. A cadeira do Senado era ponto fundamental da construção dos alicerces do projeto. Refúgio, imunidade, voz. Sem ela, no envenenado ambiente vigente, ainda influenciado pelos reflexos da Guerra Fria e pela propensão ao golpismo de parte das Forças Armadas e de muitos udenistas, estaria muito vulnerável. Correria o risco, com a passagem do tempo, de ficar marginalizado. A política é cruel. Espaço vazio, espaço ocupado. Não há vácuo duradouro. Dizem em Minas que no caminho da porta da casa de político sem mandato a grama cresce depressa.

JK não demorou na Europa. Queria desencadear a campanha, precisava vigiar os movimentos de Jânio. Apesar de considerado imbatível, mergulhou na eleição com entusiasmo quase infantil. Montou escritório em Goiânia, alugou pequeno avião, visitou a maioria dos municípios. Discursou, negociou, plantou sementes políticas, deixou rastro de esperança. Dura maratona. Aconteceu de quase tudo.

Instalou escritório eleitoral em Goiânia, entregou a Affonso Heliodoro. Mas precisava de alguém confiável e familiarizado com a política goiana. Preferencialmente um articulador hábil e operativo. Indicaram o jornalista Eliézer Penna, ex-secretário estadual de Justiça, homem dinâmico e cativante. Corte para Goiânia, 8 de junho de 2010, diálogo com Penna, 85 anos:

“— Por que JK ao Senado por Goiás?

— Ah!, sem o mandato de presidente da República, ele precisava de outro. O Jânio veio como uma fera pra cima dele. No Senado, grande nome da República, grande orador, homem de muita projeção, ia botar um freio no Jânio. Apesar de que o Jânio era meio doido. O Juscelino era um sujeito dócil, muito liberal e compreensivo, cordial. Mas tinha muita coragem. Ele me contou que, se o Jânio tivesse faltado ao respeito na entrega do cargo, ia meter-lhe a mão na cara na frente de todo o mundo. E era homem pra isso! Foi oficial da Polícia

Militar de Minas, participou da Revolução de 1932. Um homem muito sério e responsável.

— Como foi a campanha?

— Foi água de morro abaixo! Fácil! O povo adorava o Juscelino.

— É verdade que furtaram o dinheiro dele num comício?

— Foi lá em Inhumas. Carregaram o JK na chegada e, quando ele meteu a mão no bolso depois, cadê o dinheiro?! (Risos.) Tinha uns 120 cruzeiros, tudo trocado.

Dinheiro miúdo, pra dar uma gorjeta, essas coisas. Engraçado: nunca vi o Juscelino enfiar a mão no bolso. Lá em Caldas Novas ele molhou as mãos naquela água quente, e eu pensei: 'Agora ele põe as mãos nos bolsos para enxugar'. Que nada! Ele enxugou foi nos cabelos. Eta mineiro! (Risos.)

— Como vocês organizaram a campanha?

— Pegou fogo foi de março a 4 de junho de 61. Havia um escritório eleitoral, em Goiânia. O Juscelino ficava no Hotel Bandeirantes, quinto andar. Levantava às seis da manhã e começava a agitar todo o mundo. Decidia rápido e certo. E ele tinha uma turma que era de Minas. Além do coronel Affonso Heliodoro, me lembro do Fausto Fonseca, que cuidava do dinheiro. Fizemos uma lista dos municípios que considerávamos de visita obrigatória, seus problemas e aspirações. Eu preparava uma lista dos principais líderes de cada lugar pra ele conhecer e citar nos discursos. Fazia o maior sucesso. Mandava carta assinada por ele para todos os líderes municipais, parlamentares, jornalistas, gente influente.

— Muita viagem? Naquela época, Goiás era maior ainda, pois incluía Tocantins.

— Viajamos de avião e de carro. Eram três ou quatro municípios por dia. Uma correria. Muita ação, muito movimento. Andamos muito, fomos às maiores cidades e às pequenas também. O homem não parava. Muita gente vinha a Goiânia para encontrá-lo. Era fácil trabalhar com ele. Muito doce, mas muito enérgico, afirmativo. Não tinha preguiça, estava sempre com pressa. Um líder natural. Você sabe: assessor sem apoio não vale nada. E ele apoiava a gente pra valer,

valorizava. Tudo que precisávamos, era só telefonar e ele mandava na hora. Era impressionante.

- É verdade que JK não perdia o bom humor?
- Sempre alegre, animado, apressado. E tem outra coisa: vestia-se impecavelmente. Nunca vi ninguém igual. Elegante, tudo bem combinado, os sapatos sempre limpos e brilhantes. Quem engraxava era o Geraldo Ribeiro, motorista dele.”

Nas eleições de 4 de junho de 1961, JK venceu o destacado líder político Wagner Estelita Campos, do PDC, apoiado pelo presidente Jânio Quadros. Obteve 84,5% dos votos.

Vai para o Senado, mas não tira os olhos das eleições de 3 de outubro de 1965 nem dos movimentos e ameaças vindas principalmente de Jânio e de seu tempestuoso governo.

No discurso de posse no Senado, em 13 de julho de 1961, impressionou, marcou. Trechos:

“Felizmente, a obediência aos comandos que nos impunham receso, sonolência, perigosa passividade, não foi seguida, acatada, considerada justa e compreensível. E não só materialmente tocamos nos pontos críticos de nossa estrutura para fortificá-los, como recebemos e seguimos as inspirações de um novo espírito afirmativo, e nos deixamos contaminar pela ambição mais nobre, pelo sopro da revolução do desenvolvimento em que se contém o objetivo de libertar os brasileiros de uma pobreza crônica, pobreza que vem mantendo milhões de patrícios nossos, de homens como nós – os mais heroicos e os mais desamparados dos brasileiros –, numa sujeição total, numa trágica e inqualificável estagnação.

Aqui estou, Sr. Presidente, para confessar a minha parte de culpa nessa revolução do nosso tempo, nessa insubmissão a cânones e preconceitos que impediam a marcha do Brasil para uma nova etapa de sua existência. (*Palmas. Muito bem.*) Sou réu confesso dessa trama libertária. E foi por assim considerar-me que abandonei o repouso no estrangeiro e vim submeter-me ao julgamento dos meus

concidadãos no pleito livre que se verificou em Goiás e me conferiu a honra de ser um dos senadores da República.”

Permanece no Senado até 8 de junho de 1964, quase três anos. Homem de ação, continua sem maior apetite pela atividade legislativa, pela tribuna, pelos acertos e jogos da rotina parlamentar. Mas faz política o tempo todo, dentro e principalmente fora do Congresso. Mergulha fundo no PSD, seu partido, participa de tudo, articula entendimentos, constrói alianças e apoios, sempre voltado para o retorno ao Palácio do Planalto. O JK-65 mantém ativos escritórios políticos em Brasília, Rio, São Paulo e Belo Horizonte. Affonso Heliodoro dos Santos e outros auxiliares de confiança trabalham sem parar.

Kubitschek aceita convite da Organização dos Estados Americanos (OEA) para participar da coordenação da Aliança para o Progresso, programa derivado da Operação Pan-Americana, por iniciativa do presidente John F. Kennedy, de quem era amigo.

Forças terríveis

Em 25 de agosto de 1961, Jânio, alegando misteriosas “forças terríveis”, faz lacônica carta manuscrita ao Congresso Nacional, renunciando ao mandato presidencial. Decisão polêmica, ainda não cabalmente esclarecida. Muitos acreditam tratar-se de tentativa de golpe, aproveitando a circunstância de que o vice-presidente João Goulart, que visitava oficialmente a China comunista, provavelmente teria a posse vetada pelo poder militar. Jânio então voltaria nos ombros de seu exército de eleitores para chefiar governo forte, acima do Congresso, instituição que desprezava. Outros creem que tudo não passou foi mesmo de tresloucado gesto ou até de efeito de consumo excessivo de bebida alcoólica.

Mas é fato que Jânio sonhava desvencilhar-se das críticas, pressões e limitações impostas a seu governo pelo Congresso, a que chamava de “Clube dos Ociosos”, como visto. Queria comandar um Executivo forte

e sem peias. Governo forte, Parlamento fraco. Seu final de agosto de 1961 foi de muita emoção e irritação. Primeiro, desentendeu-se com o demolidor político udenista Carlos Lacerda. Este o acusou publicamente de preparar golpe. Logo depois, tomou conhecimento de que o deputado federal pessedista Carlos Murilo Felício dos Santos, primo e confidente de JK, tinha em mãos lista com número de assinaturas mais do que suficiente para instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), focada no suposto golpismo presidencial. Para o combativo e mercurial Jânio, um desaforo e também um perigo. Todos sabem como uma CPI começa, mas ninguém sabe como acaba.

Temores ocultos, frustrado golpe branco, maluquice ou álcool demais, o certo é que Jânio não pôde voltar.

As lideranças militares realmente vetaram a investidura de Jango. Viam nela a volta do getulismo e até a ameaça de uma república sindicalista. Instala-se crise político-militar. Assume interinamente o presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli. Forças fortes contra e a favor da legalidade, clima de quase guerra civil. Diante do impasse, recorrem a Tancredo Neves e a outros líderes políticos. Negocia-se, então, a troca do presidencialismo pelo parlamentarismo. Jango tomaria posse, mas não governaria. Um arranjo palatável para as Forças Armadas.

Relutante, Jango absorve a solução. Na manga, um trunfo: a emenda constitucional do parlamentarismo previa sua confirmação em plebiscito. Torna-se presidente da República, chefe de Estado, papel semelhante ao da rainha da Inglaterra. Quem comanda o governo é o primeiro-ministro Tancredo Neves, chefe do gabinete parlamentarista formado em 8 de setembro de 1961. Além de desestabilizar politicamente o país, quase jogá-lo em ditadura militar ou mesmo guerra civil, o tresloucado gesto janista também custou caro à economia, particularmente às finanças públicas. Palavra para Carlos Lacerda, consogro de

Clemente Mariani, ministro da Fazenda de Jânio, que certamente exagerou:

“Clemente Mariani me contou e repetiu outro dia que durante os quase 30 dias (*sic*) que durou a crise da renúncia do Jânio, para manter o Brasil vivo, quer dizer, o Brasil em condições de produzir e trabalhar, teve que emitir mais dinheiro do que nos cinco anos do quinquênio de Juscelino.”¹⁰¹

Parlamentarismo à brasileira

Como agiu e reagiu o senador JK? Ele estava no Rio. Assim que tomou conhecimento da renúncia, mobilizou todas as forças e influência junto a deputados e senadores para que ela fosse aceita sem perda de tempo, empossando-se o vice-presidente João Goulart. Queria Jânio longe do Palácio do Planalto. Ao telefone, articulou-se com os deputados José Maria Alkmim, Carlos Murilo Felício dos Santos e outros pessedistas e não pessedistas de sua confiança. Trocou ideias e informações, deu orientações, disparou sucessão de telefonemas, desencadeou contatos. Sugeriu a Mazzilli que tomasse posse imediatamente. No dia 26, um sábado, voou num táxi aéreo para Brasília. Precisava estar no coração da crise, ajudar a debelá-la. Era gravíssima. Perigo palpável de golpe e ditadura militar, ameaça de guerra fratricida. Lutou pelo respeito à Constituição. Mas perdeu para o parlamentarismo apoiado pelos militares e até pelo PSD. Uma saída incompatível com o seu projeto presidencial. Seu consolo foi ver o fiel amigo Tancredo Neves na chefia do governo, como primeiro-ministro.

E João Goulart? Apesar de engolir o regime de gabinete, ele sabe que foi lesado. Volta então suas forças para o restabelecimento do presidencialismo e antecipação do plebiscito. JK trabalha intensamente no mesmo sentido. Por convicção e para ressuscitar o JK-65. Outros

cardeais presidencialistas de vários partidos fazem o mesmo. É nítido que o país não quer o parlamentarismo.

Tempo de instabilidade política, intensa guerra ideológica, longa e grave recessão econômica, inflação em alta. Isso enfraquece os sucessivos gabinetes e o próprio regime. Finalmente, em 6 de janeiro de 1963, realiza-se o plebiscito: o povo quer presidencialismo ou parlamentarismo? Vitória esmagadora no presidencialismo: mais de 75% dos votos válidos.

Jango no comando

Goulart finalmente toma as rédeas do poder. Mas a instabilidade permanece. A governabilidade é cada vez mais precária, a crise econômico-financeira e política mais profunda. Forças conservadoras temem tentativa de implantação de república sindicalista, preocupam-se com as reformas de base anunciadas, alarmam-se com rumores de mudança constitucional para permitir a reeleição do presidente. Esquerda e direita temem golpe. Forças militares e civis conspiram sem parar. O golpe vem aí.

Refrão cantado nas manifestações de rua do movimento Marcha da Família com Deus pela Liberdade: “Um, dois, três, Brizola no xadrez!/
Se tiver lugar,/ põe também o João Goulart”. Alguns episódios colocam em xeque a hierarquia e a disciplina militar. Série de greves paralisa o país, no todo ou em parte, irritando e assustando a maioria do povo. Goulart tem contra si parte expressiva das Forças Armadas e do empresariado, grandes parcelas da classe média, poderosas lideranças políticas e os governos mais influentes da comunidade internacional, como o do presidente Lyndon Johnson, dos Estados Unidos.

É em meio a esse ambiente de tensão que os partidos começam a cuidar publicamente da sucessão presidencial. O PSD aprova sem dificuldades a candidatura de JK. Em discurso na convenção realizada em Brasília, em 21 de março de 1964, ele reafirmou que seu futuro governo

daria prioridade à agricultura. “A reforma agrária está hoje incorporada ao contexto das plataformas autenticamente democráticas. Com seu duplo caráter social e econômico, é inevitável.” Prometeu realizar as mudanças de forma gradual, a fim de evitar traumas à nação. Disse que a reforma agrária deveria ser acompanhada de estatuto do trabalhador rural capaz de assegurar seus direitos básicos e permitir sua fixação à terra de modo produtivo e justo. Apresentou programa de noventa metas, concentrado na questão social.

Golpe e ditadura

Madrugada de terça-feira, 31 de março de 1964. A caldeira militar, que esquentava havia décadas e quase estourara em agosto de 1954 e novembro de 1955, explode espetacularmente. O golpe eclode prematuramente em Juiz de Fora, Minas Gerais. Antecipa-o o afoito diamantinense Olympio Mourão Filho, promovido a general pelo conterrâneo JK, em maio de 1958, contra a vontade do marechal Lott, seu ministro da Guerra. Cansado de esperar, assustado e revoltado com as alianças de Jango, discurso pelas reformas de base, manobras políticas e ameaça à disciplina e à hierarquia militar, Mourão acende o estopim: põe tropas do Exército nas ruas, com destino ao Rio de Janeiro. Objetivo: a deposição do presidente da República.

A propagação é fulminante. A maioria dos comandos militares adere. Setores civis significativos apoiam. Também governadores, como José de Magalhães Pinto, de Minas Gerais; Carlos Lacerda, da Guanabara; e Ademar de Barros, de São Paulo, todos presidenciáveis. Partidos políticos, como o PSD de JK e a UDN, empresários, lideranças religiosas. O golpe tem a simpatia e o apoio do governo norte-americano, que teme – e não admite – novo país socialista na estratégica América Latina. Tropas sediadas em São Paulo também se movem para o Rio, já pontilhado de soldados e equipamentos militares, inclusive da Polícia Militar. O movimento deitara raízes pelo país e não era apenas castrense.

É o acerto de contas com o getulismo. De Tancredo Neves, esta pérola: “O golpe de 64 é o Estado Novo da UDN.”. E também: “A Revolução de 64 teve um espírito anti-Vargas, anti-Getúlio.”¹⁰²

No Palácio das Laranjeiras, Rio, ainda em 31 de março de 1964, Goulart avalia a situação. Sente o poder esvaír-se rapidamente. Por volta de quatro da tarde, devolve ligação ao aflito JK. Pede que venha vê-lo. Sem demora, JK chega, acompanhado de Affonso Heliodoro. Na entrada, encontram o general Peri Constant Bevilacqua, que acabara de conversar com Jango. Está desalentado. JK é levado ao quarto de Goulart. “Sentou numa cama, eu sentei noutra e ele começou a falar.” Jango diz que o movimento será prontamente debelado. JK discorda. “Você está errado, Jango, ou volta atrás ou não terá salvação.” Fala no aprofundamento da crise, na progressão do movimento golpista. Sugere imediato manifesto à nação de repúdio ao comunismo; anúncio de novo ministério, de perfil mais conservador; perdão aos militares sublevados, em nome da conciliação e da paz; punição dos marinheiros que haviam desafiado a hierarquia militar, em protesto contra a prisão de diretores de sua associação, menos de uma semana antes.¹⁰³

Goulart ouviu atentamente, mas não aceitou. Argumentou que não tinha volta, não podia abandonar qualquer das forças políticas que o sustentavam. Via na proposta demonstração de fraqueza, além de considerá-la ineficaz diante da situação. Não acreditava que houvesse espaço para acordo e menos ainda para panos quentes. Ao contrário, tentava agir militarmente. Fazia contatos, conferia e avaliava esquemas de apoio. Mas acabou se convencendo da debilidade de seu apregoado dispositivo militar e da ineficácia operacional das forças sindicais. Os insurgentes controlavam o sistema de comunicações, prejudicando a articulação das forças governistas, frustrando sua ação unificada. Era o fim.

As Forças Armadas tomam e controlam o poder em nome da salvação da democracia, da ordem, do fim da baderna, do combate à subversão e à corrupção. Praticamente sem tiros e sem resistência. Em todo o país, muita expectativa, perplexidade, tensão e medo. Entre os rebeldes e simpatizantes, alívio e esperança. O general Arthur da Costa e Silva é a referência central mais visível do poder real nesse momento. Unanimidade? É erro grosseiro, mas comum, olhar as Forças Armadas como se fossem um bloco monolítico, homogêneo, sem disputas de poder, sem conflitos e contradições internas.

Rio de Janeiro, domingo, 5 de abril de 1964. Lideranças militares e civis do movimento, depois de longas reuniões, iniciadas no dia anterior, acertam com o general Costa e Silva a indicação do general Humberto de Alencar Castello Branco para presidente.

Brasília, 9 de abril de 1964. Sai o primeiro ato institucional, que desencadeia processo de organização de nova ordem jurídica. Ele sobrepuja o Executivo aos demais poderes; marca eleição presidencial indireta para 11 de abril de 1964, permitida a candidatura de oficiais da ativa das Forças Armadas; autoriza a cassação de mandatos parlamentares e a suspensão de direitos políticos; e define outras providências que desfiguram a Constituição de 1946.

É o início de longa e sofrida agonia do poder civil. Saem a democracia representativa e o populismo, entram o regime militar e o autoritarismo. Perdem sobretudo os políticos e organizações de esquerda, os poderes Legislativo e Judiciário, a classe operária, os camponeses, a maioria estudantil. Ganham mais poder os militares, políticos profissionais que os apoiam, a tecnoburocracia estatal, os empresários, as forças de segurança e repressão. Os militares serão a instância final do processo decisório, do jogo de poder. Mas a burocracia técnica terá papel relevante.

JK e a palavra de Castello Branco

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1964. São caprichosos os caminhos da política. No apartamento do deputado pessedista catarinense Joaquim Fiúza Ramos, na rua Constant Ramos, em Copacabana, às nove da noite, o general Castello Branco, candidato escolhido pelas Forças Armadas, vai ao encontro de lideranças e estrelas do PSD. Ele precisa do partido para “legalizar e legitimar” seu mandato em votação no Congresso. Os pessedistas querem a garantia de respeito à Constituição e à agenda eleitoral: Ernani do Amaral Peixoto, presidente do partido, Francisco Negrão de Lima, José Maria Alkmim, Joaquim Ramos, Martins Rodrigues e o senador e candidato a presidente JK. Também presentes Augusto Frederico Schmidt, Affonso Heliodoro dos Santos, e Ladislao, o Lalau, secretário particular de Amaral Peixoto.

Reunião fundamental para o partido. Mas Kubitschek está apressado. Quando fala, é lacônico e pouco brilha. Concentra-se na garantia de eleições diretas para presidente em 3 de outubro de 1965. Olha seguidamente o relógio. Parece ansioso, aflito para sair. No fundo, não aceita a afronta à Constituição que ajudara a fazer, a quebra da normalidade, a intervenção militar, ainda que temporária e enfeitada por discurso democrático. Conhece os militares, conhece o poder militar. Foi oficial da Polícia Militar de Minas, serviu no *front* da Guerra Paulista, em 1932. Conhece também os principais líderes civis, quase todos velhos golpistas da UDN. Viveu no olho do furacão as crises políticas recentes do país. Mesmo assim, nem cogita a hipótese de um longo período ditatorial. Para ele, ali está apenas um general que vai completar o mandato de João Goulart. Um general de passado legalista, simpático à UDN, carente de apoio político. Tanto que veio pedi-lo.

Castello se mostra receptivo às colocações. Mas não esconde a contrariedade com os modos de Juscelino. Dá o troco. Refere-se a ele apenas como “senador”. Não como “presidente”, título que normalmente

acompanha os ex-ocupantes do cargo. Kubitschek está cada vez mais indócil, irrequieto, contando os minutos. Castello não se contém. Irônico, diz-lhe que não se prenda, já que parece ter outro compromisso. Juscelino não se dá por achado. Despede-se polidamente e vai embora. Afinal, o acerto está feito: Castello garantiu que vai respeitar a Constituição e as eleições presidenciais diretas do ano seguinte, e o PSD assegurou-lhe os votos que queria. E mais: o pessedista José Maria Alkmim será seu vice-presidente.

Fica a impressão de que JK viu Castello ainda com os olhos do presidente da República que o promovera em maio de 1958, contrariando avaliação e conselho do marechal Lott, seu ministro da Guerra. Não enxergou na reunião o todo-poderoso general-presidente, de fato. Castello fez o contrário: viu o senador do PSD, não o ex-presidente.

Mais de década depois, 18 de novembro de 1975, JK anotarà no seu diário:

“Almoço na casa do Renato Archer com Foster Dulles (brasilianista). Discutimos entrevista do (presidente) Castello Branco quando o interpelamos sobre as garantias que daria ao candidato e que depois ele traiu, cassando o meu mandato. Luís Viana (biógrafo de Castello) contou diferente.”

Para Carlos Heitor Cony, foi nesse encontro com Castello que JK cometeu o seu maior erro político e pessoal:

“Os próprios militares lançaram alguns nomes, entre os quais o do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, que, como membro do PSD, já havia votado na convenção de seu partido escolhendo JK como candidato para a próxima eleição. (...) Castello ouviu as condições impostas por JK e respondeu que dava sua palavra de honra, pessoal e militar, de que respeitaria o calendário eleitoral e faria o Brasil retornar brevemente ao primado da democracia. (...) Se JK, com o seu prestígio dentro e fora de seu partido, com a condição de ex-presidente e candidato a um novo mandato presidencial, tivesse articulado o nome de Dutra, a história teria sido diferente. Dutra

aceitaria completar o mandato que se extinguiu, não tinha projetos pessoais, já exercera o poder, admirava JK e nunca deixara de ser um fiel soldado do PSD.”¹⁰⁴

Brasília, 11 de abril de 1964. Previamente desfalcado de quarenta parlamentares que tiveram seus mandatos cassados pelo novo regime, o Congresso, em votação nominal, elege o marechal Humberto de Alencar Castello Branco para completar o mandato de Goulart. Ele obtém 361 votos. Há 72 abstenções, três votos para o general Juarez Távora e dois para o marechal Eurico Gaspar Dutra, que não eram candidatos. Alkmim é eleito vice-presidente.

Castello Branco não teve o voto do deputado federal pessedista Tancredo Neves, seu amigo pessoal de longa data. Para Tancredo, que se absteve, tratava-se de questão de princípio. Não aceitava exceção à democracia. Conta-se que na manhã do dia da eleição, 11 de abril de 1964, JK, eleitor de Castello, mobilizou rico arsenal de argumentos e delicadas pressões para demover o amigo e correligionário. Tudo inútil. Finalmente, fez pitoresco apelo: “Mas, Tancredo, por favor, o Castello é um militar diferente. É um intelectual como você. Já leu centenas de livros.” Tancredo: “É verdade, Juscelino. Mas ele leu os livros errados.”

Na posse, Castello Branco exalta a democracia, compromete-se:

“Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966. (...) Nossa vocação é a liberdade democrática, governo da maioria com a colaboração e respeito das minorias.”

Não cumprirá. O regime já é ditatorial, apesar de ainda distante do auge. Nova ordem, com governo forte, interferindo intensamente na vida econômico-financeira, sobrepondo-se ao Legislativo, constringendo o Judiciário. Ainda há liberdade de imprensa.

Tancredo tinha razão. Castello cassará centenas de mandatos parlamentares, suspenderá direitos políticos, afastará garantias constitucionais, extinguirá os partidos políticos e implantará forçado bipartidarismo, acabará com as eleições diretas para presidente, espichará em um ano a duração do próprio mandato, intervirá em sindicatos. Apesar de tudo isso e mais ainda, o clima ainda não é o da ditadura radical que virá no final de 1968, o golpe da linha dura dentro do golpe e o sinistro Ato Institucional nº 5, o AI-5.

Capítulo 14

A cassação de JK

Tancredo Neves contava que o presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1969), em visita a Belo Horizonte, hóspede do governador Israel Pinheiro no Palácio das Mangabeiras, acordou muito cedo e foi tomar o café da manhã sozinho. Avisada, dona Coracy, mulher de Israel, correu para fazer-lhe companhia. Amiga e admiradora de JK, não se conteve:

- Presidente, admiro o saudoso marechal Castello Branco, mas não consigo perdoá-lo pela cassação do Juscelino.
- Pois a senhora pode tratar de perdoá-lo, porque quem cassou o Juscelino fui eu.

A exclusão de JK era exigida desde o início do golpe pelo general Costa e Silva, já visando à sucessão de Castello, e pelos seguidores de Carlos Lacerda, também obcecado pela Presidência da República. Corte para o Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010, diálogo com Rondon Pacheco, ministro-chefe da Casa Civil do presidente Costa e Silva:

- “— Por que cassaram o senador JK?
- Eles achavam que a eleição do Juscelino revogaria a Revolução. E ele era invencível naquela hora.”¹⁰⁵

As cassações eram apreciadas pelo Conselho de Segurança Nacional, chefiado pelo presidente da República, integrado pelos ministros. Todos podiam propô-las. Seguia-se um parecer da Secretaria do Conselho. Mas quem dava a palavra final era mesmo o chefe do governo. A manobra contra JK, um dos piores e mais baixos momentos de toda a ditadura, foi motivada por interesses políticos. É mudando casuisticamente as regras do jogo político-eleitoral e excluindo o imbatível adversário potencial que Costa e Silva conseguirá construir sua candidatura

única em 3 de outubro de 1966. Depoimento do general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar de Castello Branco (1964-1967) e presidente da República (1974-1979):

“A cassação do Juscelino foi mais difícil. Juscelino era candidato a presidente da República. Aliás, Lacerda também era. Foi ao Castello comunicar que era candidato pela UDN, e o Castello lhe disse: ‘Está bem. Mas a sua candidatura vai ficar ao sol e ao sereno...’. Ficou esperando, não é? Quanto à cassação do Juscelino, sua origem foi a seguinte. Tínhamos ido a São Paulo [26 de maio de 1964] para o encerramento da campanha do Assis Chateaubriand ‘Dê ouro para o Brasil’. De tarde, tomamos o avião para voltar. Castello já estava no avião, eu esperando, quando o Costa e Silva chegou esbafo-rido e foi dizendo: ‘Seu Castello, temos que cassar o Juscelino.’. Castello disse: ‘Se você acha que o Juscelino deve ser cassado, você propõe a cassação.’. A maneira como o Costa e Silva se comportou, falando em alta voz e tratando desse assunto naquele local, me chocou. Se ele achava que era fundamental cassar o Juscelino, deveria falar com o Castello numa hora mais apropriada. Castello ficou numa situação difícil. Na verdade, acho que ele não queria cassar o Juscelino. Mas o Costa e Silva fez a proposta, e o Castello mandou estudá-la, convocou especialistas da área do imposto de renda para examinar as declarações do Juscelino. (...) Sua atuação em 1961, aconselhando o Jango a vir tomar posse do governo, fazia dele um adversário da revolução.”¹⁰⁶

Além do projeto pessoal de poder, pular do Ministério da Guerra para o Palácio do Planalto, o que terá provocado tanta dedicação e pressa do linha-dura Costa e Silva em acabar com a vida política do senador Juscelino? O antigetulismo deve ter tido seu peso, claro. O golpe preventivo de Lott, em 11 de novembro de 1955, que impôs militarmente a vitória obtida por JK nas urnas, ainda doía em grande parte dos golpistas militares e civis que fizeram 1964. Geisel menciona o apoio à posse de Jango, em 1961. Mas o que terá irritado tanto Costa e Silva, exatamente naquele momento, a ponto de pedir a cabeça de JK de forma

tão escancarada e inconveniente, constringendo o presidente da República diante de muitos, inclusive do governador paulista Ademar de Barros? Castello Branco, no avião: “Costa, você não deveria ter falado sobre aquilo na frente do Ademar, ele é um boquirroto.”¹⁰⁷

O que acendeu o curto pavio do quase tosco e decidido ministro foi certamente a contundente nota à nação distribuída por JK no dia anterior, 25 de maio de 1964. Uma encarada frontal nos donos do poder. Tirou a questão dos bastidores e jogou para a opinião pública e o centro do palco político. E, certamente o pior aos olhos de Costa e Silva, mostrou que não iria desistir da candidatura:

“Venho suportando em silêncio, com o pensamento voltado para a consolidação das instituições democráticas, a atoarda crescente de um esquema de calúnias e difamações montado contra mim por meus adversários políticos. Em face dessa onda de agravos, sinto-me no dever de dirigir-me à nação. Repito o que já disse em outro momento difícil de minha vida: Deus poupou-me o sentimento do medo. Exerço a compreensão dos pontos de vista e mesmo das paixões alheias, mas tenho um limite, que me é traçado pela obrigação de proteger e defender o meu conceito de homem e a minha honra pessoal. Como sei esperar que amainem as tempestades para prosseguir viagem, sei muito bem como e quando devo enfrentá-las. Espero em Deus que não cometa erro se afirmar, aos brasileiros democratas e aos homens de boa-fé de todos os quadrantes do país, que chegou a hora de fazer face aos que, mais do que a mim, querem amesquinhar na minha pessoa as tradições democráticas do povo brasileiro e o próprio renome do Brasil. Chegou a hora de dizer que não recuarei em hipótese alguma. Não me intimidarei. Não deixarei de lutar, como um homem cuja força repousa apenas na identificação com os ideais de ponderável parte da opinião nacional.”

JK sobe o tom na parte final. Parece ter escolhido o tudo ou nada. Altivez e coragem ou visão equivocada do momento político? Talvez tenha pesado na avaliação o fato de ter promovido Castello Branco em

1958, votado nele para presidente da República menos de três meses antes, e fazer parte da base parlamentar do governo. E ainda, talvez o principal, o sentimento de inocência e a sensação de injustiça ao receber ameaças. Final do manifesto:

“O processo terrorista que escolheram os meus adversários políticos não é indicado para obter de mim qualquer renúncia. Pelo terror não me levarão a uma desistência, negação ou covardia. Quem exerceu a Presidência da República governando seu país com justiça exemplar, trabalho e perseverança sabe que o dever lhe impõe continuar a conduzir a sua vida sem capitulações e hesitações vergonhosas. Sempre respeitei sem discrepância todos os que me fizeram oposição. Governei com aguçado sentido de que o Brasil não me pertencia. Presidi as eleições como um juiz e passei por fim o cargo ao meu sucessor, que era também o candidato opositor e meu adversário. Se há algo que definiu, do ponto de vista político, a minha presidência, foi a fidelidade ao regime, a lealdade com que defendi as instituições e resguardei a paz da família brasileira. Lutei sem descanso, sem interrupção, pela independência econômica desta nação. Com o desenvolvimento, evitei que medrasse no meu período de governo a subversão comunista. E, quando a infiltração extremista ameaçava o nosso continente, impulsionei o pan-americanismo, lançando a Operação Pan-Americana, e cultivei todas as amizades tradicionais externas do Brasil. Essa preservação das normas democráticas e dos princípios cristãos do povo brasileiro continuará sendo a constante da minha vida pública. Poderão os meus adversários políticos, pela violência, confundir alguns espíritos menos avisados, mas jamais conseguirão anular o que realizei e apagar o meu passado. Meu julgamento, o povo já o fez e estou certo de que está desejoso de fazê-lo novamente ao primeiro ensejo. É só por isso que se movem contra mim os meus detratores. Não procuram eles atingir apenas um candidato, mas golpear o próprio regime democrático. Fique certa, entretanto, a nação, de que não deixarei acusações sem resposta. E de que saberei, de uma ou de outra maneira, cumprir o meu dever.”¹⁰⁸

Ainda em 26 de maio de 1964, à noite, já no Rio de Janeiro, em cadeia nacional de rádio e televisão, Costa e Silva dá dura entrevista. Rebate JK, diz que o povo levantou-se contra o comunismo, compara-o ao cassado e exilado João Goulart. E o ameaça quase explicitamente. Fragmentos:

“Levantando-se contra a iminente e total comunização do país, o povo brasileiro exerceu direito que é inerente a todos os povos, no sentido de assegurar sua sobrevivência cultural dentro dos padrões que lhe são marcados. (...) O pronunciamento do Sr. Juscelino Kubitschek, pela violência de linguagem e mesmo certo sentido de desafio, para mim, parece-se muito com aquele discurso do Sr. João Goulart, no dia 30, em que ele... Não direi mais nada. Já disse tudo.”¹⁰⁹

Tudo mesmo. O discurso citado é o de 30 de março de 1964, no Rio, véspera do golpe, na desastrosa reunião do presidente Goulart com os sargentos, no Automóvel Clube do Brasil, na contramão da hierarquia e da disciplina militar. O recado é claro. Basta lembrar o acontecido com Jango. O senador JK está a um passo de se tornar a próxima vítima da truculência política. Sua única esperança é o constrangimento e cartesianismo de Castello Branco. Que ele negue. Se não por justiça, pelos antecedentes e pelo estrago no conceito do governo e do país. Afinal, sabia que Kubitschek não era comunista e não tinha prova de corrupção.

Em 28 de maio de 1964, em encontro com Amaral Peixoto, presidente do PSD, Castello o tranquiliza quanto a qualquer punição a JK. Mas, três dias depois, ao recebê-lo e ao deputado Joaquim Ramos, em jantar restrito no Palácio da Alvorada, evita abordar o assunto. Só ao despedir-se sinaliza:

“Nos próximos dias vou tomar uma decisão muito importante. Em atenção ao senhor, quero deixar claro que só serei levado a isso

pelos interesses nacionais. Nenhuma pressão terá efeito sobre mim. Se achar conveniente para o país, vou fazer.”¹¹⁰

Amaral teme por Juscelino, pede detalhes. Castello muda de assunto. É que o general Ernesto Geisel, chefe de seu Gabinete Militar, havia recebido do general Jayme Portella de Mello, chefe de gabinete do ministro Costa e Silva, em mão, um envelope pardo, lacrado. Geisel quebrou o lacre, correu os olhos pelo cartapácio, balançou negativamente a cabeça, disparou alguns comentários. Portella: “Portador não merece paulada.”. Conteúdo: o dossiê contra JK, em que teriam trabalhado cerca de sessenta oficiais, devassando sua vida pública e particular. Acusações de enriquecimento ilícito, importação ilegal de automóvel para dona Sarah, farra com dinheiro público na construção de Brasília, compra de feijão podre pelo governo, dinheiro em troca de apoio de comunistas na eleição para o Senado, e muito mais. Até a ficha médica de prosaica cirurgia de apendicite realizada havia décadas, no Hospital São Lucas, em Belo Horizonte, que, na verdade, ocultaria o tratamento de um tiro no braço do então jovem Juscelino. Suposições, acusações sem prova.

Castello examina o documento, convoca Costa e Silva ao Palácio do Planalto. Momento tenso. O ministro diz que, diante das evidências relatadas no dossiê, não abre mão da cassação. Castello lembra a péssima repercussão internacional, que iriam chamá-los de ditadores botocudos, de comandantes de república bananeira. Mas Costa não cede. Fala que depois de terem derrubado um governo, não seriam pudores como aqueles que iriam levar tudo por água abaixo. Não podiam entregar o país de mão beijada aos adversários e inimigos. Para ele, a candidatura de Kubitschek representava os interesses contrarrevolucionários. Se eleito, voltariam a mandar no país os janguistas, os comunistas, todos os esquerdistas. JK era, portanto, uma espécie de maior inimigo não declarado da Revolução de 1964. Era imperioso afastá-lo,

para consolidá-la. Muito comum no meio castrense ver o adversário político como inimigo. A política como guerra.

Além de bater o pé, Costa e Silva cobrou informações de Castello sobre seu encontro político com JK dias depois do golpe, no apartamento do deputado Joaquim Ramos. Terminada a reunião, Castello avalia friamente a conveniência de atender a linha dura militar e grupos lacerdistas. Ou então de poupar JK, evitando a perda de importante apoio de pessedistas e enfraquecimento da base parlamentar de seu governo, o que poderia obrigá-lo a novas e desgastantes medidas de exceção. Havia também a repercussão negativa dentro e fora do Brasil. “Com que cara vou passar para a história?”, preocupava-se. Não cassar significa desprestigiar companheiros de farda, inclusive o ministro da Guerra, abrindo espaço para reduzir a coesão do movimento ou então para torná-lo progressivamente mais rígido. Sopesa tecnocraticamente pontos negativos e positivos. Tudo a sangue frio.

A frieza do presidente Castello Branco ao aplicar a pena de morte política ao seu benfeitor JK impressiona. Conduz a execução com gélida e cortante indiferença. Bem ao contrário do próprio JK que, em maio de 1958, rejeitara conselho de seu ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, promovendo Castello a general de divisão, salvando-o da reserva. O coronel Affonso Heliodoro dos Santos, então subchefe da Casa Civil de JK, testemunhou tudo:

“— As promoções nas Forças Armadas são periódicas. Quando o militar atinge determinado tempo no posto, é promovido ou transferido compulsoriamente para a reserva. Castello não foi para a reserva, porque o presidente o promoveu. O Juscelino estava na cabeceira da mesa, o Lott à esquerda dele e eu, em pé, do outro lado. O Lott foi lendo a lista de promoções. Quando chegou no Castello disse, palavras textuais:

‘— Presidente, eu não promoveria o Castello, porque ele é lacerdista. Vai nos dar muito trabalho.

- E como militar?
- Como militar é irrepreensível, presidente. Participou da Guerra, foi condecorado, tem todos os cursos, estudou fora do Brasil, é inteligente.
- O direito que ele tem de ser lacerdista, eu tenho de não o ser. Se ele é um bom militar, vamos promovê-lo.
- Houve alguma outra promoção polêmica?
- Houve! A do maluco do Mourão, que depois disparou o golpe de 64 lá de Juiz de Fora. Ele era de Diamantina, nosso conterrâneo. Quando chegou no nome dele, o Lott disse: ‘Eu não promoveria o Mourão, porque ele é louco.’
- E o Juscelino?
- Ele conhecia o Mourão desde menino. Não discordou do Lott. Achou graça e disse, ainda rindo: ‘Mas, meu caro ministro, essa promoção é a única chance de o Brasil ter um general de Diamantina.’ Infelizmente, deu no que deu. O general Mourão começou essa doideira de 64 e o general Castello traiu, cassou e perseguiu o Juscelino, arruinou a vida dele e prejudicou o Brasil. Naquele dia, Juscelino assinou sua futura sentença de morte política.”¹¹¹

O empenho de JK em promover o general de brigada Castello Branco costuma ser atribuído à educada insistência do amigo Francisco Negrão de Lima, primo de dona Sarah e então prefeito do Distrito Federal. Ainda o coronel Affonso Heliodoro:

“O general Castello Branco tinha bom relacionamento com pessoas ligadas a JK, como Augusto Frederico Schmidt, Joaquim Ramos, Amaral Peixoto, José Maria Alkmim e principalmente com o Negrão de Lima, seu amigo desde jovem, na passagem por Belo Horizonte. O Castello casou-se em Minas, com Argentina Vianna, de família tradicional. Era considerado por Negrão, Schmidt e outros um amigo de Juscelino.”¹¹²

De novo junho de 1964. Frase atribuída a Ernesto Geisel: “Castello Branco é o mecânico dessa geringonça, ele sabe que se apertar demais o pa-

rafuso espana a rosca.” E não era só o dossiê contra JK. Havia dezenas de outros processos para decidir.¹¹³

Intensifica-se renitente rumor de que a sorte de JK já foi decidida. O processo estaria sobre a mesa do presidente da República, carimbado e assinado.

Roberto Campos, então ministro do Planejamento, diz nas memórias que foi a cassação mais traumática. Que Costa e Silva a pediu, apoiado por lacerdistas e interpretando exigências da “linha dura”, os revolucionários radicais que o ministro da Justiça, Milton Campos, chamava de “fervorosos”, em contraste com os “moderados”, ditos da linha Sorbonne, como o próprio Castello Branco e Golbery do Couto e Silva. Os da linha dura não se conformavam com a sobrevivência política de JK:

“A proposta do Costa e Silva fora apresentada em 3 de junho de 1964, justificada como sendo destinada a ‘prevenir manobras políticas já suficientemente delineadas no sentido de se interromper o processo de restauração, na órbita do governo nacional, dos princípios morais e políticos’. (...) Cheguei em casa emocionalmente arrasado. Li cuidadosamente a documentação. Certamente Juscelino não poderia ser chamado de ‘subversivo’. Concluira democraticamente seu governo e satisfizera ao requisito fundamental do estadista democrático – administrar pacificamente os conflitos. As acusações de corrupção eram variadas. (...) A base documental me pareceu insatisfatória para a gravidade da penas. (...) Reconhecia a irresponsabilidade financeira da parte final do governo, pois tivera no governo Quadros de participar das operações de saneamento cambial. (...) Voltando ao palácio, restitui a Castello o processo, com meu parecer negativo. Castello leu-o, desapontado. E acrescentei – Compreendo perfeitamente que, à luz da gravidade da situação, o senhor queira unanimidade no gabinete. Infelizmente não a posso dar. Meu cargo está à sua disposição. Castello lançou-me um olhar seco e triste, e limitou-se a dizer: ‘ – O senhor votou de acordo com sua consciência. Continue no cargo. Mas seu voto deve ficar confidencial. O ministério deve assumir responsabilidade coletiva.’”¹¹⁴

O mais belo discurso

Novamente Brasília, 3 de junho de 1964. JK reúne-se com amigos no apartamento oficial que ocupa na Super Quadra Sul 208. Tem de optar entre um discurso forte no Senado e o silêncio. Entre a certeza de que a cassação e a perda de direitos são inevitáveis e um improvável milagre político de última hora do seu jeitoso e pragmático PSD.

O texto está pronto. Todos leem e opinam. O velho amigo Israel Pinheiro, sempre franco e prático, posiciona-se contra. Considera o pronunciamento imprudente e intempestivo. O senador arenista Filinto Müller, do Mato Grosso, também. Acha que não haverá cassação. Dona Sarah sugere que o marido vá em frente. “Se ele não o fizer agora, não terá condições de olhar-se no espelho depois.” O primo e confidente Carlos Murilo Felício dos Santos e o amigo Renato Azeredo, deputados federais pelo PSD mineiro, fecham com dona Sarah. Juscelino, reunido no pequeno escritório com Amaral Peixoto e Joaquim Ramos, não tem dúvida alguma. Vai à tribuna, e seja o que Deus quiser.

Ninguém esperava que o regime militar fosse durar mais de vinte anos. No horizonte político, brilhava a eleição direta para presidente em 3 de outubro de 1965, garantida pela palavra do próprio presidente Castello Branco, inclusive no discurso de posse (“Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966.”). Carlos Murilo, em 2 de novembro de 2010: “Se o Juscelino não falasse naquele dia, não falaria mais.”¹¹⁵

É o último discurso do senador JK. Da filha Maria Estela:

“Foi para Brasília com minha mãe e, no plenário do Senado, pronunciou aquele que considero um dos mais lindos discursos de sua vida. Voltou para o Rio na mesma madrugada. Reuniu a família e alguns amigos mais íntimos e, juntos, ficamos esperando a sentença.”¹¹⁶

Afirmativo, vigoroso, altivo. Desabafo, ruptura, despedida e comovente declaração de amor e fidelidade à democracia e ao Brasil. Mas, no Palácio do Planalto, será chamado de insolente. Apesar do plenário cheio, é ouvido em absoluto silêncio. Tão gritante e significativo que o jornalista Carlos Chagas o chamou de “silêncio covarde”. Vários parlamentares olhavam para o chão e pareciam contar os segundos que faltavam. Pusilanimidade, sim, mas principalmente interesses, claro. Trechos:

“Na previsão de que se confirme a cassação dos meus direitos políticos, que implicaria na cassação do meu direito de cidadão, julgo de meu dever dirigir, desta tribuna, algumas palavras à nação brasileira. Faço-o agora para que, se o ato de violência vier a consumar-se, não me veja eu privado do dever de denunciar o atentado que na minha pessoa vão sofrer as instituições livres.

Não me é lícito perder uma oportunidade que não me pertence, mas pertence a tudo o que represento nesta hora. Julgo, sem jactância, ser este um dos mais altos momentos da minha vida pública. Comparo-o ao instante em que recebi a faixa presidencial, depois de uma luta sem tréguas contra forças de toda ordem, inclusive as da calúnia, que em vão tentaram deter a vontade do povo brasileiro. Naquela ocasião assumi, perante a minha própria consciência, a determinação de não me deixar guiar por ressentimentos ou por mágoas, por mais justas que fossem. Meu voto aqui já serviu para eleger o atual presidente da República, em cujo espírito democrático confiei, mas meu sacrifício, exigido pelo ódio e pela incompreensão, servirá para ajudar, numa nova luta em favor da paz e da dignidade do povo brasileiro. Muito mais do que a mim, cassam os direitos políticos do Brasil. Sei que nesta terra brasileira as tiranias não duram.”¹¹⁷

Conclui, agradece, encontra dona Sarah no corredor central, caminham para a saída. Apenas o senador Gilberto Marinho e o deputado Celso Machado os acompanham até o carro em que o fiel motorista Geraldo Ribeiro os aguarda.

Começa a “Operação Fuga”, coordenada por Affonso Heliodoro. JK corre o risco de ser preso. Vão para o Hospital Sarah Kubitschek, situado a pouco mais de um quilômetro do Congresso. Um batalhão de jornalistas os segue. Querem mais informações, saber dos próximos passos e do futuro do senador. Carlos Teixeira, médico de JK, vai até eles. Explica que se trata de visita de cortesia. O senador não está doente, apenas cansado e tenso. Falaria no dia seguinte. Aparentemente aceitam, mas ficam por ali.

De repente, os jornalistas veem o carro de JK deixando rapidamente o hospital, rumo ao Eixão Norte. Logo saem em disparada atrás dele. Conseguem alcançá-lo depois do balão da Granja do Torto, mais de vinte quilômetros à frente. Sinalizam, o carro para, saem dois passageiros: os deputados Carlos Murilo e Renato Azeredo. Vencida a perplexidade, todos concluem que JK deve ter voltado ao apartamento para descansar. Manobra de despistamento bem planejada e bem executada.

JK, Sarah, Carlos Teixeira e Geraldo Ribeiro já vão longe na estrada para o Rio de Janeiro. Minutos depois, todas as saídas rodoviárias de Brasília foram controladas por soldados, e também o aeroporto. Não se sabe se para deter JK ou apenas para acompanhar seus movimentos. A cassação era agora certeza absoluta. O discurso tinha sido um soco no peito da ditadura. JK continuará sendo visto como desafeto pelos radicais das Forças Armadas até a morte. Em alguns casos, até mesmo depois.

Em Belo Horizonte, madrugada de 4 de junho, recebem o apoio de João Luís Soares, Miltonilo Braga e Adelchi Ziller. De manhã, pegam o trecho Belo Horizonte-Rio. Aí são monitorados pelos coronéis Antonio João e Nélio Cerqueira, pelo doutor José Henriques Soares, pelo coronel Affonso Heliodoro dos Santos e pelo general Jordão. Depois de Juiz de Fora, um susto. Geraldo Ribeiro não vê ou não reconhece o valente fusquinha claro de Affonso Heliodoro que os esperava na margem da estrada, conforme combinado. Passa direto e reto. Affonso Heliodoro

sai disparado atrás, consegue aproximar-se alguns quilômetros depois. Buzina e acena desesperadamente. Geraldo pensa que está sendo perseguido pelas forças da ditadura e afunda o pé no acelerador. A situação só é esclarecida muito adiante, quando Geraldo finalmente se lembra do fusquinha. Param, dobram de rir. Principalmente JK, aliviado.

Perto do Rio, dona Sarah passa para outro carro, segue para seu apartamento na avenida Vieira Souto, Ipanema. Juscelino vai para a Embaixada da Colômbia, na avenida Ruy Barbosa. Em frente, pessoas estranhas. Seriam policiais? Preferem não arriscar. JK entra no prédio vizinho, pula o muro. O embaixador Dario Botezo o recebe cordialmente. Fazem contato com a Embaixada da Espanha, localizada no primeiro andar do prédio em que mora JK, em Ipanema. Receptividade total. Vai para lá. Daí, evidentemente, tem acesso ao próprio apartamento, no segundo andar.

De novo o depoimento do general Ernesto Geisel:

“No fim o Castello resolveu cassá-lo. Nessa cassação o Juarez [Távora] não votou. Absteve-se sob o argumento de que tinha sido o candidato competidor do Juscelino na eleição para presidente da República. Roberto Campos também não votou, porque tinha sido auxiliar do Juscelino. E aí deu-se a cassação. Creio que foi a mais difícil para o governo e lhe custou parte do apoio do PSD. Mas foi devida principalmente à obsessão do Juscelino de voltar à Presidência da República, desde a época em que saiu do governo, em janeiro de 1961. Obsessão que o dominou até sua morte. Idêntica obsessão foi a do Lacerda, levando-o, inclusive, a romper com o Castello, que tinha sido e ainda era, no começo de seu governo, um lacerdista.”¹¹⁸

Ernani do Amaral Peixoto, presidente do PSD, lembrou-se do recado do presidente depois do jantar no Alvorada, uma semana antes. Nas memórias, conta como via o presidente Castello Branco:

“Eu considerava o Castello um homem com certas qualidades. Mas o seu mal, a meu ver, era ser um pouco vaidoso. Um pouco não,

muito vaidoso. E não queria confessar certa fraqueza militar. Foi o Costa e Silva que o manteve no governo.”¹¹⁹

Em 8 de junho de 1964, às sete e meia da noite, no Palácio do Planalto, José Wamberto, secretário de Imprensa do presidente Castello Branco, entrega aos jornalistas nota lacônica. Estão cassados os mandatos e direitos políticos de JK, nove deputados estaduais e mais 39 pessoas.

Juscelino soube da notícia em seu apartamento da avenida Vieira Souto, Ipanema, Rio de Janeiro, agora vigiado dia e noite por soldados da Polícia Militar. Maria Estela Kubitschek:

“A sentença veio no dia 8 de junho, através do programa *A Voz do Brasil*, às sete horas da noite. A casa ficou repleta de pessoas que tinham vindo abraçá-lo e prestar-lhe solidariedade. A praia em frente ao prédio onde morava ficou intransitável com a multidão – fosse de anônimos, fosse de famosos – que queria publicamente expressar seu carinho àquele que tanto fez pelo Brasil. Juntamente com Rodrigo e Márcia, e com a ajuda do sorriso inocente de Jussarah [netinha de JK], tudo fazíamos para tentar diminuir a tristeza que víamos em papai e mamãe pela injustiça praticada contra ele através daquele ato.”¹²⁰

Em meio a familiares e amigos, JK leu e distribuiu a seguinte declaração:

“Não se arredará a luta em favor da democracia. Esse ato não marcará o fim do arbítrio. O vendaval de insânias arrastará na sua violenta arrancada mesmo os meus mais rancorosos desafetos. Um por um, eles sentirão os efeitos da tirania que ajudaram a instalar no poder.”

Para o então líder da linha dura militar, Costa e Silva, a remoção do maior obstáculo político a seu projeto de poder. Para JK, a perda do mandato parlamentar, dos direitos políticos, da vida pública e da quase certeza do retorno à Presidência da República, do exercício diário da paixão política. O exílio, a interminável sensação de injustiça, a progressiva deterioração da saúde, perigosos e profundos mergulhos em depressão, esvaziamen-

to patrimonial, a separação forçada de amigos e amigas, a dor imensa de viver involuntariamente fora do Brasil.

A notícia corre o mundo. Cinco embaixadas oferecem asilo político. No Brasil, o conforto de alguns amigos, o afastamento revelador de muitos outros, milhares de mensagens de solidariedade. Seguindo sua intuição e sugestão quase unânime, JK decide exilar-se. Não terá paz nem clima para viver no Brasil sem mandato, sem direitos políticos, perseguido por interrogatórios e aprofundamento da grosseira devassa de sua vida pública e pessoal.

Na tarde de 13 de junho de 1964, sábado, Sarah e Juscelino seguem para o aeroporto do Galeão no carro da Embaixada da Espanha. Chegam discretamente, mas encontram ruidosa multidão – estimada pela imprensa em cinco mil pessoas – que canta o hino nacional, aplaude e dá vivas a JK. Oficiais da Aeronáutica, alguns de arma na mão, tentam conter a animada manifestação. Não conseguem. Há luta física de um major com Alberto Sued, irmão do colunista social Ibrahim Sued. Maria Estela, grávida, é derrubada com um empurrão. JK é levado nos ombros do povo até a área de embarque. Declara:

“Deixo o Brasil porque essa é a melhor forma de exprimir o meu protesto contra a violência de que fui vítima e, ainda, porque não subsistem neste instante, no país, as condições mínimas que me permitam prosseguir na luta de que jamais desertei, pela preservação das instituições democráticas.”

Despede-se de todos. O último aperto de mão é o de Tancredo Neves. Embarcam, o avião da Ibéria manobra e segue para a cabeceira da pista. Alívio geral, seguido de enorme susto: o avião não decola, volta. Dona Sarah passa ao marido uma pequena pistola que trazia escondida na bolsa. A porta se abre, encostam a escada, entra um passageiro que não conseguira embarcar, por causa do tumulto. Ufa! Decolam para Madri, primeira escala de 976 dias de exílio. Da Espanha, JK, pela Radional,

envia o seguinte telegrama ao amigo do peito Affonso Heliodoro: “Deus te pague. Juscelino.”¹²¹

Podem os peixes vivos viver fora d’água fria?

Capítulo 15

Exílio e sofrimento

O exílio magoa o corpo e a alma de Juscelino. Dura de 13 de junho de 1964 até 9 de abril de 1967. Não queria viver fora. Era obcecado pelo Brasil, tinha planos e sonhos na cabeça e no coração. Sobrava amor ao país, morria aos poucos de saudade e dor. Shakespeare (1564-1616): “...comendo o pão amargo do exílio...”.

Morar na Europa não o comovia. Faltava-lhe o deslumbramento de colonizado, o complexo de vira-lata apontado por Nelson Rodrigues, infelizmente ainda tão comum entre brasileiros. Como presidente, afastara-se apenas duas vezes do país. Ambas a trabalho. A primeira, de 19 a 27 de julho de 1956, em visita oficial ao Panamá, e a última, de 5 a 11 de novembro de 1960, em viagem à Argentina, Uruguai e Chile.

Mora em Paris, Lisboa e Nova York. Não se acostuma, não fica à vontade. Sonha com o Brasil, sente falta de quase tudo. Não suporta e não sabe ficar muito tempo longe das raízes, de seu meio e gente. Peixe fora d'água. Saudade da família, dos amigos e amigas. De ter com quem conversar sem a necessidade de explicar tudo. Com quem sabe e entende de que está falando.

Saudade de Maria Lúcia Pedroso, do Rio, poderoso relacionamento, paixão da maturidade, a quem escreve com frequência. Conheceram-se em 1958. Linda, olhos castanhos, magra, miúda, loiríssima, discreta, gestos suaves, fala mansa, 33 anos mais nova que ele, mulher do médico e antigo deputado José Pedroso. Nascera invencível amor clandestino. No Diário de JK, há 338 referências a ela, sob codinomes como Audiência, Constantino e Espanhol. Maria Lúcia é personagem essencial:

“O amor escondido começou num jantar em Copacabana, quando JK comemorou seus 56 anos. O deputado José Pedroso, líder do PSD, o partido do presidente, compareceu acompanhado da mulher, Lúcia, uma beleza esguia e irresistível em seus 23 anos. Lendário pé de valsa, charmoso, Juscelino passou quase toda a noite dançando com Lúcia. No último bolero, JK sussurrou um convite para um chá no Palácio do Catete. O encontro aconteceu doze dias depois. Nunca mais se separariam. Nem o medo do escândalo, o ciúme, o câncer e a impotência afastaram os amantes.”¹²²

Há muitas histórias, lendas e exageros sobre a vida amorosa de JK. Que dizia ele? Coisas assim:

“Mulheres famosas, bem, conheci algumas, mas, você sabe, um homem com liderança política não pode ter muita convivência nesse campo. Complica em vez de ajudar, dá margem a especulações na imprensa e tal. De modo que eu era até muito cerimonioso. Aliás, apesar desse negócio de Pé de Valsa, só dancei uma vez quando presidente da República. Foi quando veio ao Brasil a princesa Margareth, representando a rainha da Inglaterra. Ela me ofereceu um banquete na embaixada inglesa e, depois do jantar, me disse: ‘O senhor vai me dar a honra de dançar comigo.’ Eu respondi que era a primeira vez que ia dançar como presidente da República. Afinal, ela era uma princesa. Aí dancei com ela e mais umas duas ou três.”¹²³

A dor do exílio

Em 30 de junho de 1964, em Lisboa, grande alegria: o casamento da filha Márcia com o empresário Baldomero Barbará Neto. O casal lhe dará duas netas. Foi uma bela festa, mas JK sofria muito com o exílio. Desde o primeiro dia. Diálogo dele com o escritor Josué Montello, seu antigo assessor, amigo íntimo, em Paris:

- Em que está pensando, presidente?
- Na volta ao Brasil. Sei que estou em Paris, gosto daqui. Tudo isto é lindo, civilizado, mas não aguento ficar aqui. Morro de tédio. Ou

Deus me leva ou eu vou ao encontro d'Ele, confiado na Sua misericórdia”.

Perigoso desterro, perigosíssimo. JK não descartava o autoextermínio. Falou nisso outras vezes. Dante (1265-1321): “Sentirás o amargor, à boca cheia,/ do pão de estranhos, e quão dura é a via/ de subir e descer a escada alheia.”

Ainda Montello:

“Em Paris, durante o tempo em que lá estive a lhe fazer companhia, Kubitschek não tinha motorista. Ele mesmo dirigia o seu velho carro. Vinha buscar-me na rua Chambiges, no meu hotel, para levar-me ao seu escritório, na rua Paul Doumer.”¹²⁴

Homem do mundo, chofer de pequeno e surrado Simca claro, para-lama dianteiro esquerdo amassado. Dizem que no começo, destreinado, dirigia mal. Depois melhorou um pouco. Só um pouco. O amigo Olavo Drummond estava com ele quando estacionou mal o carro na Place Vendôme, centro de Paris. Do nada, sai um guarda alto, empertigado, com boné tipo De Gaulle, e exige a carteira de motorista. Espanta-se: “Senhor Kubitschek?! Parente do presidente Kubitschek, do Brasil?” “Sou o ex-presidente Juscelino Kubitschek.” O guarda bate continência, devolve a carteira, pede as chaves, liga o motor, manobra, põe o carro no lugar certo. “Aqui, o senhor, mesmo exilado, continua sendo o presidente, como sei que o é também para o povo do Brasil.” JK agradece, afasta-se um pouquinho, vira de costas, põe a mão no ombro de Olavo e chora de soluçar.

Faz conferências, escreve cartas, lê muito, convive com amigos, trabalha no seu escritório da avenida Paul Doumer, 39-Bis, onde é bastante procurado por outros políticos brasileiros cassados, jornalistas de muitos países, estudantes, até turistas.

Do escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, que conviveu de perto com ele:

“No exílio, ganhara o suficiente para se manter lá fora, inicialmente com as conferências que pronunciava em universidades e centros de estudo da América ou da Europa. Mais tarde, com participações em firmas que construíam casas e hotéis.”¹²⁵

Apesar das acusações de ter acumulado enorme riqueza ilícita, até de possuir a sétima fortuna do mundo, leva vida sem exageros. Em Paris, por exemplo, mora num apartamento pequeno, na Boulevard Lannes, 65, terceiro andar, em frente ao Bois de Boulogne. Dois quartos com banheiro, sala de jantar conjugada com pequeno *living*, um corredor, cozinha. O único luxo é a ótima cozinheira portuguesa, que parece enviada pelos deuses. Até pelo nome: Diamantina. Affonso Heliodoro visitou-o três vezes, hospedou-se com o amigo:

“O presidente dava suspiros tão sentidos, tão profundos, que parecia que os pulmões iam sair junto. Aquilo me cortava o coração. Uma injustiça brutal com o maior estadista do país e homem de bem. Um dia lhe disse que, para continuar assim, era melhor voltar ao Brasil, mesmo que fosse para sermos enforcados pelos radicais na Praça dos Três Poderes.”

Nos primeiros tempos, JK ainda tenta ter esperança de breve retorno do Brasil ao leito democrático. Mas ela vai desaparecendo diante das notícias repletas de autoritarismo, casuísmos, atos institucionais, truculência. Relativa liberdade de imprensa é uma das últimas válvulas democráticas não completamente fechadas. Mas evidencia-se a certeza de que as lideranças militares dominantes se afastam cada vez mais da liberdade. E não pretendem devolver o poder aos civis tão cedo.

Volta ao Brasil ou tiro no peito

Em 3 de outubro de 1965, eleições diretas de governadores de onze estados. Forte expectativa de vitória de seus velhos amigos e colaboradores Israel Pinheiro e Negrão de Lima em Minas e na Guanabara, respectivamente. JK reage com euforia. Faz avaliação completamente equivocada. Vê na voz das urnas sinal de normalização. Sonhara muito tempo com aquele 3 de outubro de 1965. Todo o tempo da campanha JK-65, abortada pelo arbítrio em 8 de junho de 1964. Vem uma vontade invencível de voltar para casa. E, talvez maior ainda, de deixar logo a França. Já não se sentia à vontade nem seguro em Paris. Programa-se para chegar no dia seguinte ao da eleição para não ser acusado de tentar influenciá-la. Ignora conselhos e ponderações dos amigos e, acompanhado de Sarah, voa de Paris para o Rio de Janeiro, aeroporto do Galeão. Palavras de JK:

“Foi uma razão mais forte do que a razão. Eu estava engasgado pelo exílio. Fiz as malas sem esquecer as recomendações dos amigos que me pediam prudência, que ficasse mais uns dias em Paris, esperando o desenrolar dos acontecimentos. Mas eu vivia um drama pessoal. A possibilidade de passar um novo inverno no exílio era apavorante. Eu nunca sentira o terror antes. Em nenhuma situação de minha vida fui assaltado por esse sentimento, que é pior do que o medo, mais devastador do que o pânico. Era o terror, mesmo. A alternativa, que tinha então, era voltar ou ficar – e, se ficasse, dificilmente eu dominaria esse terror que se apoderara de mim. Sou um homem de fé, católico praticante. Dei provas, inúmeras vezes, de coragem pessoal e moral. Mas naquele momento eu não teria forças para vencer o drama que vivia. Era voltar ao Brasil ou meter uma bala no peito.”¹²⁶

Ao pé da escada acoplada ao avião, manhã de 4 de outubro de 1965, recebe de um oficial da Aeronáutica intimação para comparecer às oito horas da manhã seguinte ao quartel da PE (Polícia Especial do Exército), rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro. O documento está assinado pelo

coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado de IPM sobre atividades comunistas no Brasil. Ato contínuo, uma segunda intimação, assinada pelo coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves: apresentar-se às duas da tarde (apenas cinco horas depois) daquele mesmo dia para depoimento sobre as atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

Recepção oficial assustadora, deselegante, ultrajante. Grosseira tentativa de intimidação e de humilhação, de tornar impraticável sua vida no Brasil, infernizá-la. De cansá-lo, extenuá-lo. Os inquéritos e exposições vexatórias, em ambiente policial-militar, visavam também à desconstrução de sua esplêndida imagem pública, de líder popular amado e admirado. Apesar de anticomunista histórico, atribuíram-lhe ativismo de esquerda. As acusações e maldades haviam gerado cinco IPMs.

Além do jogo sórdido de poder, fica a impressão de que havia atores influentes que nutriam ódio pessoal por JK. Percebe-se que a vontade de prejudicá-lo e feri-lo não é menor do que a de simplesmente afastá-lo. Almas pequenas? Inveja de sua celebridade, popularidade e prestígio, brilho e reconhecimento como governante? Ou terá sido por não se curvar nem abaixar a cabeça para o regime autoritário, mesmo sob intenso sofrimento? Coisas do passado? Como presidente, terá contrariado interesses ou frustrado expectativas de que e de quem nem sabia? Alguns ainda cobram intransponíveis ressentimentos antigetulistas? Shakespeare: “Não acendas para teu inimigo fornalha tão quente/ que te venha a queimar também.”.

Eis reveladoras insinuações do trecho final da resposta do presidente Castello Branco, assinada pelo ministro Luís Viana Filho, a telegrama recebido do jurista Sobral Pinto, advogado de JK, em 5 de outubro de 1965:

“Quanto aos caprichos da roda da fortuna, que todos sabemos versátil, o Sr. Presidente da República, além de submeter-se à sua

proverbal fiscalização, pede sempre a Deus que o ajude a não roubar o povo nem trair a segurança da nação”.

Sobral Pinto aconselha JK a deixar o país, porque não teria condições de agir legalmente em caso de violência: “Não há mais tribunais, nem Justiça, nem leis no país.”

As urnas confirmam a vitória de Israel Pinheiro em Minas e de Negrão de Lima na Guanabara. Alta tensão no meio militar. Na Vila Militar, Rio de Janeiro, lideranças mais radicais cogitam até da prisão de ambos e de JK. E mais: falam na destituição do presidente Castello Branco, que chega a ser chamado de molenga. A terra treme. Duros *versus* moderados. O ministro da Guerra, Costa e Silva, segue para lá. Convence os generais e comandantes de tropa a preservar Castello Branco e aceitar a posse de Israel e Negrão, em troca de mais poder e aprofundamento da ditadura. Momento decisivo da afirmação militar da candidatura de Costa e Silva à Presidência da República? Das memórias de Amaral Peixoto:

“Fui informado de que, logo depois das eleições de 65, o Costa e Silva foi a uma reunião na Vila Militar, e lá se falou abertamente na deposição do Castello. O Costa e Silva perguntou: ‘Mas substituí-lo por quem?’. Alguém respondeu: ‘Isso vamos ver na hora.’ E ele voltou à carga: ‘Olhem o perigo! Não nos entenderemos e vamos nos dividir. Então, só há uma solução, que é o presidente Castello Branco ficar. Vamos ditar as condições para ele ficar.’. E prepararam as linhas gerais do Ato Institucional nº 2. Daí o Castello ficar devendo sua presença no governo ao Costa e Silva daquele momento em diante.”¹²⁷

De novo a chegada de JK, manhã de 4 de outubro. Ele é bastante cumprimentado e festejado na alfândega. Segue para seu apartamento na avenida Vieira Souto, Ipanema. Em frente ao prédio, vigiado por policiais militares, é aplaudido por alegre multidão, contrariando ainda mais os poderosos da linha dura. Dentro de casa, a família e dezenas de amigos, como Negrão de Lima, Heráclito Sobral Pinto, Renato Azeredo, Oswaldo

Maia Penido, Milton Reis, Victor Nunes Leal, Josué Montello, Joaquim Ramos, Geraldo Carneiro, Sette Câmara, Nélio Cerqueira Gonçalves, Affonso Heliodoro, Joffre Lélis, Fausto Fonseca, Antonio René Andrade, José Henriques Soares, Cyro Kurtis.

Caso de polícia

Início da tarde de 4 de outubro de 1965. Almoça comida mineira e sai às pressas. Vai à Igreja de São Judas Tadeu, em Laranjeiras, cumprir promessa pela saúde da filha Márcia. Daí, direto ao primeiro depoimento, na Tijuca. O tal das duas da tarde. Depois, mais de sessenta horas de IPMs em menos de quinze dias. Recebe assistência do jurista Sobral Pinto, não faltam a solidariedade e a presença de amigos queridos, como Tancredo Neves e Renato Azeredo. Mesmo assim, vive dias de suplício e sobressaltos. Havia também o desconforto físico, sentado horas a fio em bancos e cadeiras toscas. Incomodava-o a pobreza de conteúdo dos longos, insignificantes, inúteis e improcedentes interrogatórios, sempre carregados de suposições absurdas. A insistência impiedosa, desrespeitosa. Um homem de bem, pacifista, física e espiritualmente desarmado, ex-presidente da República, cidadão do mundo, mito vivo, democrata, ícone de tolerância, alegria e cordialidade, tratado como se fosse um criminoso, suspeito de corrupção, e até de subversão. Do jornalista e escritor Carlos Heitor Cony, que também esteve preso e passou por experiências semelhantes durante a ditadura:

“Uma das finalidades desses inquéritos era intimidar, calar ou, simplesmente, chatear os depoentes. Sobretudo no caso de JK. Com variantes de temperamento, os encarregados de cada IPM o submeteram à tortura de suportar interrogatórios de sete, oito e até nove horas, como no caso do inquérito sobre o Partido Comunista, que tinha a presidi-lo o então coronel Ferdinando Carvalho, um dos poucos que se empolgou pelo assunto e se tornou *expert* em comunismo. (...) O IPM sobre o Partido Comunista produziu um ca-

lhamação de 157 volumes e incriminou o óbvio: o Comitê Central e alguns comitês estaduais. A opinião do coronel sobre JK, em 1981, pode assim ser resumida: ‘Foi um brasileiro com as qualidades e os defeitos de nossa gente. Vítima dos acontecimentos e das tramas políticas de uma certa época da vida nacional!. Pelo IPM relativo ao PCB pode-se julgar, aproximadamente, os demais.’¹²⁸

Nada é provado contra Juscelino. Ao contrário. Anos depois, o próprio regime militar reconhece sua inocência. Como o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, último presidente do ciclo militar (1979-1985), em julho de 1979. Saïd Farah, então ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, relata diálogo com ele no Palácio do Planalto:

“Ao sair de seu gabinete, o presidente me acompanha até à porta, como era seu hábito, e fala-me elogiosamente da operosidade de Juscelino e da sua clarividência em matéria de desenvolvimento social. Figueiredo menciona ainda a relativa pobreza de JK. Perguntei-lhe como sabia. Figueiredo respondeu-me que ele próprio fizera o inquérito sobre a vida passada de Juscelino e nada de sério encontrara a desabonar a honradez do ex-presidente da República. Não me contive e indaguei: ‘Por que, então, foi cassado?’. Respondeu-me Figueiredo com sua franqueza habitual: ‘Porque Costa e Silva queria.’ A cassação de Juscelino visava a impedir que ele viesse a concorrer à Presidência ou se mantivesse ativo politicamente, servindo como elemento polarizador dos que desejavam o poder restituído à sociedade civil!”¹²⁹

Convertido em admirador de JK, Figueiredo vai ser decisivo na concretização de um sonho de dona Sarah e família: a construção do Memorial JK, em Brasília. Providenciará doação do terreno, apoiará tudo, afastará obstáculos políticos, inaugurará.

Volta a outubro de 1965 e aos IPMs. Exausto, JK comunica às autoridades que não mais comparecerá às torturantes sessões, por razões de saúde. Aloysio Salles, seu médico particular, atesta distúrbio

circulatório, possivelmente causado pela tensão permanente da pressão e da opressão. Os donos do poder mandam junta médica militar avaliá-lo. Feitos os exames, confirma-se o diagnóstico do doutor Salles. Há risco de o problema evoluir para desfecho grave. Palavras do correto capitão-médico militar, no apartamento de JK: “Presidente, por mim eu não faria isso, o senhor sabe. Estou aqui cumprindo ordens.”. Dão a JK quinze dias para tratamento. Mas ele já não suporta mais tanta hostilidade, tortura psicológica, desrespeito, injustiça. Conclui que a normalidade política ainda é um sonho distante. Prefere voltar à dor sem fim do exílio em terras civilizadas. Recuperado da crise, parte no dia 9 de novembro de 1965.

No aeroporto Kennedy, Nova York, muitos jornalistas. Desabafa:

“Viajei para não ser preso. O que está se passando no Brasil é de grave importância para a América Latina. Os últimos decretos do governo, sobretudo o Ato Institucional nº 2, liquidam toda a expressão democrática. Preciso pensar no que aconteceu. Meu exílio pode durar um mês ou vinte anos. Não saberei viver assim.”.

A linha dura deve ter tremido. Não de medo, mas de raiva. Os duros tinham arrancado de Castello Branco o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos e impôs o bipartidarismo que induziu a criação da Arena e do MDB; estabeleceu eleições indiretas para presidente e vice-presidente da República, via Congresso Nacional; permitiu ao governo legislar por decreto-lei sobre assuntos que considerasse relevantes para a segurança nacional; ampliou punições; fortaleceu a Justiça Militar, que passou a julgar civis envolvidos em crimes contra a segurança nacional; aumentou de onze para dezesseis o número de ministros do Supremo Tribunal Federal.

Deuxième Bureau

Pior: também o governo francês não o deixou em paz. Sabe-se disso agora graças a revelações feitas em julho de 2010 por sua secretária em Paris, a pequenina, doce, fiel e corajosa brasileira Maria Alice Gomes Berengas. Ela contou que JK era vigiado e espionado pelo serviço de inteligência francês. Vivia preocupado, angustiado. Espaço para ela:

“Na avenida Paul Doumer [escritório de JK], havia um prédio em frente, onde ficava um pessoal espiando a gente. Eram sempre os mesmos, com aquela discrição que utilizam quando pensam que não estamos sabendo. Quando queríamos dizer alguma coisa mais particular, abríamos a janela e o presidente punha um rádio ao lado, tocando. Ficávamos olhando a paisagem e ele então dizia o que tinha de dizer.”¹³⁰

No final de 1965, como visto, JK vai para os Estados Unidos, Nova York. Em Paris, onde ainda funcionava seu escritório e ocupava apartamento, acaba a discrição policial. Maria Alice conta que, ao voltar à França, depois da tumultuada, sofrida e assustadora temporada no Rio de Janeiro com os Kubitschek, foi interrogada várias vezes, e até ameaçada:

“O Deuxième Bureau estava lá. (...) Tive uma época de interrogatórios. Não gosto de me lembrar disso. Queriam saber quem ia ver o presidente. As coisas que se passavam no escritório. A vida particular do presidente, que era dele, e não minha. (...) Interrogatório, interrogatório, interrogatório. Querendo coisas de que eu não tinha nada para dizer. E coisas que eu não sabia, a maioria. Para mim era muito mais importante a lealdade com o presidente e os amigos do que dar satisfação a essa gente. Joguei fora as cadernetas com endereços e os cadernos do escritório, tudo organizado, com fichas e nomes. Tudo desapareceu. Eu tinha receio da interpretação dos que me interrogavam. Um assim de olho azul, impressionante, olhou para mim e disse: ‘Se você não quiser mais trocar de ideia... A sua filha, todos os dias, toma o ônibus para ir ao liceu. E um acidente pode acontecer.’ Eu olhei para ele e disse: ‘Sim,

senhor!. Fizemos as malas da Nicole e a levamos de noite para Portugal. Tinha telefonado a minha irmã e ela me disse para trazer a menina. Durante mais de um ano, não consegui emprego. Tive muitas dificuldades. Depois eles acabaram com a perseguição. Não botavam mais aquelas riscas de cores nas cartas que eu recebia.”¹³¹

Maria Estela Kubitschek não sabia que o pai havia sido espionado na França do general De Gaulle. Tomou conhecimento ao ouvir o depoimento de Maria Alice, em 15 de julho de 2010, na Embaixada do Brasil na França. Maria Estela, em 14 de fevereiro de 2011:

“Papai nunca falou que estava sendo vigiado pelo Deuxième Bureau. Quanto ao caso da Maria Alice, somente fiquei sabendo em Paris, no ano passado. Acho que papai quis poupar a família de mais sofrimentos. Nunca nos contou esses fatos. Tenho certeza de que esse foi o motivo pelo qual, ao retornar ao exílio, escolheu Nova York. Decepção com o governo do general De Gaulle, mas nunca com a França.”¹³²

JK vai trocar o exílio na França pelos Estados Unidos e finalmente Portugal. Texto dele, ainda em Paris:

“Não há primavera nesta terra. As árvores estão verdes, as flores coloridas, mas o céu, que é propriedade comum dos homens, se esconde sempre atrás de nuvens carrancudas e hostis. Isso reflete na alma da gente e só convida a pensamentos que trazem o tom das nuvens.”¹³³

Martirizante exílio!

Adeus a Naná

Juscelino retorna ao Brasil em 10 de junho de 1966, trazido pela morte da única e adorada irmã, Naná, no dia anterior. Problema pulmonar. Estava bem, sentada num sofá da sala de casa, conversando com uma prima, quando veio hemoptise fulminante. O irmão recebeu a notícia

num voo de Lisboa para Nova York. Golpe profundo, terrível. Desceu discretamente no Rio de Janeiro, alugou um táxi aéreo, seguiu para Belo Horizonte. Chegou a tempo de assistir ao sepultamento. Por intervenção do amigo Adolpho Bloch e do ex-governador de Minas José de Magalhães Pinto, o regime militar prometera não molestá-lo durante a visita, desde que ficasse longe da política.ⁱⁱ

Serafim Melo Jardim estava junto:

“Pela primeira vez vi Juscelino chorar. Um momento dramático, no qual se concentrou a tristeza pela perda e a angústia de um exílio que havia se tornado imenso pesadelo. No momento do enterro, a multidão, postada em frente ao casarão da avenida Getúlio Vargas, batia palmas e gritava: ‘Volta, JK!’. No cemitério do Bonfim, novas manifestações populares, gritos, aplausos. Isso o preocupava. Sabia que as autoridades militares não viam com bons olhos.”¹³⁴

Depois, na volta ao Rio, uma grande alegria e consolo. Visitar a filha Márcia e o genro Baldomero Barbará, conhecer a recém-nascida netinha Anna Christina, nome que escolhera pessoalmente, com enfática exigência de todas as consoantes. Ela tinha uma semana de vida. Nascera em 1º de junho de 1966. JK, emocionado, deslumbra-se. Está duplamente feliz, porque Márcia enfrentara prolongados problemas de coluna. Mas está tudo bem. É avô pela terceira vez. Maria Estela e Rodrigo Lopes já lhe haviam dado João César e Jussarah. Mais tarde, virá Marta Maria, a caçula. Márcia e Baldomero terão uma segunda filha, Júlia. A caçula de Márcia será Alejandra, de seu casamento com o notável bailarino norte-americano Fernando Bujones.

JK chora e ri, agradece a Deus. Descoberto e pressionado pela imprensa, evita declarações polêmicas. Parte sozinho para Nova York em 13 de junho de 1966. Dona Sarah permanece com a filha e a bebezinha.

ii Magalhães Pinto e JK tinham bom relacionamento. A bela amizade com Adolpho Bloch, sem arranhões nem senões, sólida e fiel até o fim, foi consolidada depois da passagem de JK pelo poder. Uma raridade.

Em 3 de outubro de 1966, o marechal Costa e Silva, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), candidato único, é eleito presidente da República pelo Congresso Nacional. Assumirá em 15 de março de 1967, data da promulgação da quinta Constituição Federal. Curioso: o vice-presidente é o admirado jurista e político mineiro Pedro Aleixo, expoente da velha UDN, compadre de JK, padrinho de batismo de seu filho caçula, Sérgio. Juscelino admirava mestre Aleixo, aconselhava-se com ele desde o início da vida pública. Coisas de Minas e do Brasil: dois amigos íntimos de JK, José Maria Alkmim e Pedro Aleixo, foram vices dos principais algozes dele, os marechais-presidentes Castello Branco e Costa e Silva.

Frente Ampla

Tudo pela democracia! No começo de novembro de 1966, em Lisboa, JK recebe telefonema de outro algoz, Carlos Lacerda, que visitava Paris. Assunto: proposta de encontro para conversarem sobre a Frente Ampla, a situação e as perspectivas do Brasil. Quem diria: cumplicidade entre o maior líder da antiga UDN e o maior líder do antigo PSD, velhos inimigos. Mas não foi uma surpresa. Havia meses que pessoas a eles ligadas conversavam e articulavam união de forças para antecipar o fim da ditadura. Renato Archer, Sandra Cavalcanti, Raul Brunini, Carlos Murilo Felício dos Santos e outros. Menos de um mês antes, manhã de 27 de outubro de 1966, Lacerda lançara, na sede do seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, no Rio, diante de convidados e multidão de jornalistas brasileiros e estrangeiros, o manifesto da Frente Ampla. Fragmentos:

“Representamos correntes de opinião que, juntas, reúnem a maioria do povo. Representamos, também, instituições que, perante a História, encarnamos pela mão do povo. Defendemos o voto e a lei, em função da ânsia de liberdade e do progresso social, cultural e econômico que caracteriza o Brasil moderno no mundo em mudança. (...) Pela união popular para libertar, democratizar, modernizar e desenvolver o Brasil.”

De novo o telefonema. JK e Lacerda agendam o encontro para 19 de novembro de 1966, em Lisboa, na casa de um amigo, o senhor Neuvi. Dona Sarah protesta:

“Não, Juscelino. O encontro deve ser aqui em casa. Ele foi seu destrator a vida toda. Chegou a hora da retratação. É nossa vitória moral. A reunião será aqui em casa, e eu vou convocar toda a imprensa.”¹³⁵

Promete e faz, autorizada pelo marido. Muito religiosa, escondeu medalha de Nossa Senhora de Fátima sob a poltrona destinada a Lacerda.

Do encontro sai a Declaração de Lisboa, redigida às pressas por Lacerda, com contribuições de JK, tudo em meio de multidão de jornalistas. Em síntese, afirma ser necessária uma política de paz e liberdade para a retomada do desenvolvimento. Eis o curioso relato de JK, em carta ao amigo Adolpho Bloch:

“A surpresa em Lisboa foi espetacular. Lacerda também goza de popularidade em Portugal. Os portugueses acharam uma delícia o acontecimento. Ao meio-dia e meia o meu apartamento estava cheio de jornalistas. A sala de jantar, repleta. Tivemos de interromper a conversa para recebê-los. Obrigaram-nos a tirar fotos, abraçados. Havia alegria geral. Lacerda e eu, cercados por eles, parecíamos dois generais que houvessem assinado um tratado de paz depois de longa guerra. Saímos para almoçar no Tavares. A mesma estupefação: muitos portugueses não acreditavam no que viam. Depois voltamos ao meu apartamento. Lacerda redigiria uma nota. O assédio da imprensa impedia que fizéssemos um documento mais caprichado. Tiravam as laudas da mesa, à medida que Lacerda as escrevia, sem tempo para melhor correção. Poderíamos ter produzido um documento mais bem elaborado, mas foi impossível naquele ambiente. Sabíamos que aquele texto seria lido em quase todo o mundo livre. Sugeri alguns reparos, que Lacerda aceitou prontamente. Mais tarde, ele me diria que eu continuava um homem do PSD. Eu não podia nem queria aproveitar aquela

oportunidade para ferir ninguém. Quando a reunião terminou, estávamos cansados, mas felizes. Comentei: 'Jogamos a bomba. Esperemos, agora, pela explosão...'¹³⁶

Carlos Heitor Cony registra duas explosões. A primeira, imediata, deixou atônito o governo militar e preocupados, até mesmo insatisfeitos, lacerdistas e juscelinistas. A segunda, em dezembro de 1968: a prisão de Lacerda e Juscelino.

Em 25 de setembro de 1967, adere à Frente o ex-presidente João Goulart, principal líder do antigo PTB, que chamava Lacerda de “assassino de Getúlio”. Depois do encontro, Lacerda escreveu que sua finalidade fora convencer os trabalhadores de que “não somos seus inimigos”. Dirá logo depois que agora está provado que nem Jango é comunista nem ele, Lacerda, homem da Embaixada dos Estados Unidos. Na volta ao Rio, bem-humorado, diz que Goulart não tem vontade de ser presidente e que JK, já começando a sentir a idade, pintando os cabelos, também não mostra muito interesse em voltar. Acrescenta acreditar que o presidente Costa e Silva acabará aceitando eleições diretas e, nesse caso, o senador paulista Carvalho Pinto e ele próprio, Lacerda, seriam os principais candidatos.

A união de JK, Lacerda e Jango não empolgou o povo. Foi rejeitada pelas bases. Além de surpreendente, confundiu o exército de eleitores. Não compreendiam, não aprovavam. Para o povo nem tudo é possível, mesmo em política. Mesmo assim, a Frente alarmou e irritou profundamente a linha dura militar. Mais que tudo, pela participação de Jango.

Fragments de carta de JK a Carlos Lacerda, enviada de Nova York, em 7 de março de 1967:

“O que motivou o nosso movimento? A grave preocupação de ajudar a restabelecer no Brasil a paz política e o desenvolvimento, o que só seria possível através da restauração da democracia. Ainda temos que lutar algum tempo contra a incompreensão daqueles que consideram mais importante manter o país sob o regime em que está

do que superar divergências pessoais para atingir a grande finalidade a que nos propusemos. Estou plenamente de acordo com a sua opinião. O movimento deve encaminhar-se para a formação de um partido. As nossas conversas em Lisboa, das quais participou a brilhante inteligência de Sandra Cavalcanti, nos indicaram o rumo que estamos seguindo. (...) Não fugirmos aos compromissos originais do pacto de Lisboa, isto é, estabelecer para a Frente Ampla a paz-democracia-desenvolvimento como legenda definitiva.”¹³⁷

Chama a atenção a esperança em relação ao marechal Costa e Silva, seu carrasco político, que seria empossado na Presidência da República em 15 de março de 1967, portanto apenas oito dias depois dessa carta. Teria JK recebido alguma informação sobre eventual projeto de liberalização política? Ou apenas sonhava mudanças em razão da presença do amigo e compadre Pedro Aleixo, democrata completo, na vice-presidência da República?

Ainda JK, na mesma carta:

“As esperanças que cercam o novo presidente [marechal Costa e Silva] aumentam-lhe muito as responsabilidades. (...) Conservar, em torno do novo governo, um ambiente de simpatia que lhe permita superar as graves dificuldades que vai encontrar.”¹³⁸

Mas, no ano seguinte, o agitado 1968, a ditadura vai é se aprofundar. Em 5 de abril de 1968, o governo Costa e Silva, com singela portaria do ministro da Justiça, a 177, declara a Frente Ampla ilegal. É o melancólico final do belo, corajoso, intempestivo e restrito movimento. Seus líderes continuarão perseguidos pelo regime.

Renato Archer, um dos principais articuladores, depois ministro da Nova República (1985), via na Frente Ampla a semente da união política das oposições que empolgou o Brasil com o movimento das Diretas-já para presidente, no final de 1983 e primeiro quadrimestre de 1984. A mesma união que, em seguida, permitiria a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República, em 15 de janeiro de 1985, marco do fim da ditadura.

Capítulo 16

Volta ao Brasil

Em 9 de abril de 1967, vindo de Miami, JK volta de vez. Vem movido pela esperança na Frente Ampla e, sobretudo, por não mais suportar a vida em terra estrangeira. Desembarca discretamente no Galeão, acompanhado de Sarah, do genro Baldomero Barbará e da filha Márcia, esta em maca, recém-operada da coluna numa clínica de Houston, Texas. São recebidos por Maria Estela e o marido, Rodrigo Lopes.

Decidira que só morto deixaria involuntariamente o Brasil. Mesmo em situação de desigualdade, está determinado a enfrentar todos os processos da ditadura, inclusive o de enriquecimento ilícito. Ir até o fim. Demonstrar a probidade de sua vida pública e pessoal.¹³⁹

“Juscelino sabia que se deixasse a Frente Ampla os processos seriam arquivados”, conta Carlos Heitor Cony. Intimações chegavam quase todas as semanas a seu apartamento. Com a ajuda de advogados em Minas, Brasília e Rio, lutou bravamente até a véspera de completar 65 anos. Intimado pelo general Luiz Carlos Reis de Freitas a comparecer à Delegacia Regional da Polícia Federal “para prestar esclarecimentos no interesse da Justiça”, decidiu lançar manifesto à nação, datado de 11 de setembro de 1967. Trechos:

“A nação é testemunha do meu comportamento em face à atual situação brasileira. Há cerca de três anos, venho sendo vítima de violências e perseguições armadas com o propósito de tentar justificar perante o povo a cassação dos meus direitos políticos. Fiel a uma tradição de equilíbrio e tolerância, que sempre pautou meus atos, suportei com grande sacrifício e humilhações incompatíveis pelo menos com o respeito que deve receber um ex-chefe de Estado. Enquanto vivi no exílio, razões não me faltaram para comentar a situação política

do meu país. Não obstante, fiel a uma diretriz que a mim mesmo me impus, soube dominar naturais ressentimentos, só mostrando os aspectos positivos do Brasil nas centenas de conferências que pronunciei nas universidades dos Estados Unidos e da Europa. Entendi que somente assim contribuiria para evitar pretextos de maiores provocações para o povo brasileiro. Só por isso compareci a todos os órgãos criados para investigar os atos de meu governo, da minha vida pública e até das minhas atividades particulares. (...) E aqui no Brasil, após meu regresso, sempre inspirado pelo desejo de contribuir para a paz, mantive-me em silêncio. Não vejo razões, assim, para que desencadeiem contra mim medidas vexatórias, que a minha posição de ex-chefe de Estado por si só repele. E desde que não querem respeitar essa condição, que pertence mais ao Brasil do que a mim mesmo, resolvi comparecer por deferência às autoridades. Mas, segundo me facultava a lei, decidi não responder às indagações que me fossem feitas. O silêncio é a única arma de protesto de que disponho.”

À noite, decola para Nova York.

Trecho de depoimento do general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar do presidente Castello Branco e presidente da República:

“Sabíamos que no governo do Juscelino tinha havido muita corrupção de auxiliares dele, mas não havia muita coisa contra ele. Como governador de Minas, loteou e vendeu lotes na área da Pampulha, e muitos desses lotes foram comprados por ele ou pela sua mulher. Recebeu de presente do Stroessner uma casa no Paraguai, vizinha a Foz do Iguaçu. O apartamento em Ipanema, em que morava, tinha sido dado a ele pelo Paes de Almeida, que era o homem do ‘vidro plano’. Havia, assim, uma série de indícios, talvez não suficientes para uma cassação. Sua atuação em 1961, aconselhando o Jango a vir tomar posse do governo, fazia dele um adversário da revolução.”¹⁴⁰

O patrimônio de JK e Sarah não é incompatível com a trajetória de vida de ambos. Nada de fortuna mítica. Mais próximo da classe média alta. Sempre viveu do seu trabalho. Primeiro como médico de sucesso,

depois como ocupante dos mais altos cargos públicos. Como visto, Sarah vinha de família abastada. Trechos de entrevista de JK ao jornalista Luiz Fernando Mercadante, Rio de Janeiro, fevereiro de 1971:

“— E essa história de que o senhor é um dos homens mais ricos do mundo?

— Isso é uma infâmia. Quer ver meu imposto de renda? Minha declaração de bens? Pode ler tudo, ver tudo. Até hoje, o acervo dos meus bens não representa mais que o normal da economia de qualquer indivíduo dotado de um mínimo de previdência.

— E dinheiro no exterior?

— É outra infâmia.”¹⁴¹

Curioso: pelas informações do presidente Geisel, havia consciência na cúpula militar de que a cassação e a suspensão dos direitos políticos se basearam em informações insuficientes. Condenação sem certeza e sem direito de defesa. Uma vida desrespeitada, estragada. Um luminoso passado político desprezado. Um futuro político promissor, um projeto presidencial quase assegurado, tudo autoritariamente ceifado. Uma execução política calculada e cruel. Cruelíssima. Atingiu JK, sua família, o povo brasileiro, a justiça e o futuro do país. Uma brutal rasatura da história no povo brasileiro, por intermédio dos radicais.

JK volta em 27 de outubro de 1967. É então oficialmente alertado de que está sujeito a confinamento de dois meses caso se envolva em atividades políticas.

Faltam ainda sete anos para que recupere os direitos políticos. E, assim mesmo, se o regime não criar novos casuísmos. Afinal, está pressionado pelos ventos libertários que sopram no mundo e inflamam a juventude, inclusive no Brasil.

Em maio de 1968, uma boa notícia: o Supremo Tribunal Federal nega o sequestro do apartamento da avenida Vieira Souto, 206. Decisão

unânime. Os juízes não viram provas nos volumosos autos. Apenas suposições, maledicência.

O período é politicamente tenso e difícil no Brasil. Mas o crescimento econômico é notável: média anual da ordem de 10% reais no período 1968-1974. Quadro mundial favorável e política econômica estimulante fazem os indicadores de desempenho disparar. Começa o chamado “milagre econômico brasileiro”, que alcançará 1974.

Politicamente, o atípico ano de 1968 é cada vez mais nervoso. Época de contestações, de lutas libertárias da juventude, de questionamento de costumes, de protestos suaves e violentos. Na Europa, nos Estados Unidos, por toda parte. Revolucionários de esquerda sonham e apregoam seus lemas mundo afora. Um deles: “criar um, dois, três, mil Vietnãs”. Reunida em Cuba, no ano anterior, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas) optara por estratégia de ação revolucionária na região. No Brasil, crescem os confrontos diretos das forças de repressão com estudantes, em grandes manifestações de rua, reivindicatórias e de contestação do regime. Ressurgem as greves operárias, combinando exigências salariais e ataques à ditadura. Avanço do processo, radicalização dos conflitos.

Grupos de esquerda aderem à luta armada. Atuam isoladamente, descoordenados. A opção pela guerrilha é o mais das vezes idealista. Mas sempre utópica, insensata, suicida. Um delírio: enfrentar o regime militar exatamente no campo da guerra, território profissional das Forças Armadas. Elas têm equipamentos de terra, mar e ar. Têm conhecimentos especializados, treinamento, meios. Têm a legislação autoritária. São incomparavelmente superiores do ponto de vista bélico. No caso, têm ainda as rédeas da nação e os suculentos frutos políticos decorrentes do desempenho brilhante da economia. Pior ainda: a guerrilha fortalece os militares radicais e suas teses, favorecendo a permanência e aprofundamento do regime autoritário.

Aumenta a tensão interna com o crescimento das oposições, os protestos, grandes e desafiadoras passeatas de estudantes, ações pontuais de guerrilha urbana. É a ambiência adequada para a linha dura militar, que controla o poder, golpear dentro do golpe. Vez do sinistro Ato Institucional nº 5.

AI-5

Em 2 de setembro de 1968, num apagado pinga-fogo da Câmara dos Deputados, o jovem deputado carioca Marcio Moreira Alves desanca recente invasão militar da Universidade de Brasília. Trecho: “Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?”. O governo exige sua punição por ofensa às Forças Armadas. A questão vai ao Supremo Tribunal Federal e, em seguida, à Câmara, que, em 12 de dezembro de 1968, num clarão de altivez, nega licença para processá-lo.

É o pretexto que os radicais precisavam. “Ou a Revolução continua ou a Revolução se desagrega”, diz o marechal-presidente Costa e Silva no dia seguinte, sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, ao abrir, no Palácio das Laranjeiras, Rio de Janeiro, a 43ª reunião do Conselho de Segurança Nacional. Aparentemente a contragosto, pressionado pela linha dura e pelas circunstâncias político-militares, ele baixa o AI-5, após aprovação de todo o ministério.

Palavras de Costa e Silva anotadas por Olympio Mourão Filho, o açodado militar diamantinense que JK promoveu a general em maio de 1958, contrariando a opinião de seu ministro da Guerra, Teixeira Lott:

“Mourão, se você lesse o primeiro, cairia duro no chão, aqui. Era uma barbaridade. Fechava-se o Congresso, modificava-se o Judiciário, além de várias outras medidas de caráter nazista feroz. Recusei assiná-lo. O segundo era mais brando e, como quem toma um purgante ruim, assinei-o.”

Poderoso veneno despejado goela abaixo dos brasileiros. Filho do radicalismo e da intolerância, chega com violência, censura, prisões a torto e a direito.

Obra-prima em matéria de prescrição de poderes discricionários, ele marca a culminância do arbítrio e da intolerância. Choca, agride, assusta, envergonha. É o golpe dentro do golpe, o enrijecimento do regime. O Congresso é fechado, os direitos civis comuns suspensos – inclusive o de *habeas corpus* –, a imprensa censurada, amordaçada. O presidente pode praticar soberanamente os atos de governo que quiser. Até abrir ou fechar o Congresso e cassar mandatos e direitos políticos. Mais força, mais arbítrio.

Instrumento de constrangimento e limitação da liberdade, o AI-5 vai coagir, desfigurar e empobrecer ainda mais a representação política e o próprio Poder Judiciário. E também contribuir para exacerbar a atuação descontrolada da repressão política. Prender arbitrariamente ou manter prisioneiros sem acusação formal, por exemplo, o que prejudica ou impede o direito de defesa e favorece outras práticas lesivas aos direitos humanos, como sevícias, sequestros, desaparecimentos e mesmo mortes. Revolta, insegurança, inconformismo.

Apesar de sepultada, a Frente Ampla vira meta prioritária dos golpistas, tratada como caso policial. Frio acerto de contas.

JK, então com 66 anos, é preso por grupo de oficiais no começo da noite dessa sexta-feira 13, na entrada do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Participaria da formatura em engenharia do filho de um amigo. Levado para o 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo-RJ, é depositado num cubículo, em que podia ser observado por um buraco no teto. É tratado como inimigo. Fica incomunicável, isolado, sem direito de conversar até com os soldados, sem nada para ler ou ouvir, sem saber o que acontecia fora, sem acesso a telefone, nada. Não pode receber familiares nem advogado. Opressão, crueldade, desrespeito, in-

sensibilidade, estupidez. Por quê? Sadismo? Intimidação política? Por vingança? Mas vingança de quê? Covardia? Um homem pacífico, indefeso, dominado, enfermo.

Dona Sarah, assustada com tudo, temerosa da evolução do diabetes do marido, consegue furar o bloqueio. Por intermédio do engenheiro carioca Marcos Tito Tamoyo da Silva, filho de militar, reporta o quadro ao general Syzeno Sarmiento, comandante do I Exército. JK dependia de remédios de uso contínuo e de controle médico semanal. Dá certo. Acompanhada do doutor Aloysio Salles, ela consegue levar os remédios ao inferno do marido. Leva também roupas, objetos de higiene pessoal, coisas essenciais. Salles examina o velho amigo. Em seguida, alerta o comandante militar para o risco que corre JK, devido ao seu estado de saúde e situação. Homem bom e sensível, descreve assim o cativo:

“Caminhei por uma parte desativada do quartel e fui encontrar o presidente no derradeiro alojamento, longe de tudo. Está num quarto infecto, com um catre, uma mesa e um sofá. O sofá, velho, caindo aos pedaços, com as molas à mostra, só tem lugar para uma pessoa, sem qualquer conforto. Prolongando o quarto, um cubículo, com uma privada sem tampa. Em vez de uma corrente para puxar a válvula da descarga, um arame grosso. Puxado o arame, a água desce, lavando o vaso, mas fica pingando ininterruptamente. O dia inteiro, a noite inteira. Quando me aproximei do quarto, vi Juscelino sentado à mesa, com as mãos nas têmporas, olhando um letreiro que tomava o espaço do muro fronteiro e que diz: ‘O ótimo é apenas bom para a artilharia.’ Ao sentir meus passos, o presidente levantou a cabeça, mostrando o rosto deprimido, com fortes traços nas olheiras e vincos acentuados nos cantos da boca. Antes de levantar-se, apontou para o letreiro: ‘Já li aquela frase um milhão de vezes.’ E ouvindo o pingo d’água: ‘É com essa cantiga que adormeço.’”

Nove dias de martírio, tentativa de humilhação, maldade. Depois, prisão domiciliar, sob rigoroso controle, guardas militares à porta. Em 9 de janeiro de 1969, atestado assinado por três médicos confirmou que

o prisioneiro Juscelino Kubitschek de Oliveira era portador de arteriosclerose coronariana, hipertensão arterial, diabetes, gota, infecção urinária recidivante pós-operatória, rotura traumática do tendão de Aquiles esquerdo (em período de imobilização após tratamento cirúrgico), síndrome de depressão psíquica. Havia risco de vida. Precisava tratar-se. Dona Sarah apresenta novo pedido ao general Syzeno, este encaminha o assunto ao presidente Costa e Silva, que autoriza Juscelino a sair do país para tratamento.¹⁴²

Carlos Lacerda foi preso no dia seguinte ao AI-5, em casa, na praia do Flamengo, Rio, e conduzido ao quartel da Polícia Militar da rua Frei Caneca. Também tinha problemas de saúde. Entre outros, era pré-diabético, fazia dieta. Mesmo assim, fez greve de fome. Corria risco. Seu irmão Maurício conseguiu visitá-lo. Contou-lhe que a imprensa não dera nada sobre a greve de fome, que fazia um sol maravilhoso, as praias estavam cheias, o povo despreocupado. Arrematou assim: “Carlos, você vai morrer estupidamente. Quer fazer Shakespeare na terra de Dercy Gonçalves.”

Lacerda foi libertado no dia 21 de dezembro de 1968.

Em 30 de dezembro de 1968, o Conselho de Segurança Nacional suspendeu seus direitos políticos por dez anos. O próprio presidente Costa e Silva apresentou as acusações. Disse que Lacerda organizara a Frente Ampla, salientando “sua ação destruidora da Revolução”.¹⁴³

A partir do AI-5, grande número de jovens, especialmente estudantes, engajaram-se na luta armada, por eles vista como única alternativa de combate à ditadura. Muito idealismo, muita insensatez. Ou desespero? Luta fratricida, no contexto da Guerra Fria.

O AI-5 vigorou até 31 de dezembro de 1978. Dez anos e dezoito dias. Intimidou, feriu, atizou a violência. Oprimiu a sociedade, puniu arbitrariamente mais de 1.600 pessoas. Políticos, militares, burocratas, professores, profissionais liberais, membros do Judiciário, sindicalistas, trabalhadores,

estudantes. Cassou 113 mandatos de deputados federais e senadores, 190 de deputados estaduais, 38 de vereadores e trinta de prefeitos. E muito mais. Tancredo Neves: — O AI-5 é o instrumento mais repressivo que já existiu na civilização dos povos cultos.

Negócios de família

Faz tempo que as doenças prejudicam a atividade profissional e minam as finanças e a renda de JK. Muitas despesas, trabalhos remunerados intermitentes, redução do patrimônio, problemas financeiros. Nos três anos de exílio, conseguira rendimentos suficientes para sobreviver com dignidade. Vinham de conferências bem remuneradas em universidades e centros de estudos europeus e norte-americanos. Depois, em Portugal, da participação em firmas de construção de casas, apartamentos e hotéis. Definitivamente de volta ao Brasil, precisava de novo trabalho. Por razões econômicas e até de saúde. Não conseguia ficar ocioso. Precisava fazer coisas, muitas coisas. Ocupar-se da manhã até a noite. Era de sua natureza. Apesar das traições da saúde, ainda tinha bastante energia. Só se realizava completamente na ação.

Ainda em 1967, associado aos genros Baldomero Barbará, marido de Márcia, e Rodrigo Lopes, marido de Maria Estela, funda uma empresa financeira, a Desenvolvimento Nacional Sociedade Anônima (Denasa), sediada na avenida Nossa Senhora de Copacabana, Rio de Janeiro. Assume com entusiasmo o papel de empresário. Não demora, a financeira vira banco de investimentos – o Banco Denasa – e passa a funcionar na rua da Alfândega, centro do Rio.

O JK empresário é parecido com o da vida pública: inovador, moderno, disposto a correr riscos e a aceitar desafios. Um executivo, um empreendedor. Dele, em outubro de 1971:

“Que os homens de empresa abandonem os critérios tradicionais de gestão e se libertem do medo de perder o controle de suas

organizações, analisando e assimilando as vantagens do conceito moderno de empresa. Essa é, a meu ver, a grande decisão que se espera do empresariado nacional, para que ele assuma a função que lhe foi reservada nesse programa de desenvolvimento autônomo e baseado em recursos internos. Que ele ocupe efetivamente o seu lugar, antes que o Estado o faça.”¹⁴⁴

Decidiu deixar a Denasa ao saber da separação de Márcia e Barbará. Afastou-se definitivamente no final de 1975.

Admirações de JK

Nessa época, em visita a Juscelino, no apartamento de Ipanema, o escritor José Candido de Carvalho pediu-lhe que citasse as três principais personagens da história do desenvolvimento brasileiro. JK:

- Dom João VI, Mauá e Vargas.
- E explicou: Dom João, pela visão do Brasil que nascia; Mauá, pelo empurrão para a frente que deu no país; e o presidente Vargas, pelo sentido social de sua atuação. Três figuras que viram o Brasil além do seu tempo e vidas. Um rei, um empresário e um estadista.

Em 23 de novembro de 1972, o escritor Vicente Guimarães, o Vovô Felício, quis saber quais figuras mais o impressionaram quando político. Respondeu que eram muitas, mas destacou John Kennedy, De Gaulle, Salazar (embora discordasse de sua filosofia), Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Oswaldo Aranha e André Malraux.

E a maior afeição na política? JK, em 1976:

“O político a quem mais me afeiçoei foi o Pedro Aleixo, embora tenhamos seguido rumos diferentes, ele na UDN e eu no PSD. Nós nos tornamos amigos, mas amigos mesmo, quando fui deputado, em 1935, e ele era o líder de nossa bancada e depois o presidente da Câmara, em substituição a Antonio Carlos. A amizade continuou em Belo Horizonte e eu sou padrinho de um dos filhos dele,

o Sérgio. Durante o Estado Novo, todos os dias ele vinha à minha casa ou ia à casa dele. Sempre tínhamos uma prosasinha depois do jantar. Era um homem de espírito puro, eu tinha profunda admiração por ele. Eu o tomei como um bom padrão político.”¹⁴⁵

E um deputado admirável? Resposta na ponta da língua, também em 1976: “Ulysses Guimarães. Uma boa figura, rapaz inteligente, de postura, tem a coragem dosada, sem exageros, um bom líder. Muito meu amigo, poderia ter sido um grande ministro no meu governo.”¹⁴⁶

Cirurgia e sequelas

De novo o triste janeiro de 1969. JK volta aos Estados Unidos à procura do médico em que confia. Precisa controlar o diabetes, um dos problemas de saúde que enfrenta aos 66 anos. Médico bom, remédio ruim. Urologista e cirurgião renomado na juventude, o Kubitschek sexagenário recorria a doses de hormônios masculinos para ativar o vigor da libido, o apetite sexual. Isso não era incomum entre homens maduros. Não havia outro remédio. Usara, por exemplo, injeções de Testoviron, revigorante reforço de testosterona – a substância ativa – que melhorava a potência sexual e o aspecto físico.

Perigosa e traiçoeira maravilha. A reposição hormonal masculina tem alta correlação positiva com a aceleração do câncer de próstata e outros males. As indicações são restritas e exigem rigoroso controle médico-laboratorial.

No final de março de 1970, um susto. Diagnóstico de lesão de próstata, com indicação cirúrgica. É operado em Nova York, no New York Hospital. Três cirurgias seguidas, em apenas seis horas. As duas primeiras, por via endoscópica, evidenciaram a presença de células malignas. A última, extração total da próstata, foi uma tentativa radical de extirpar o câncer. Salva-lhe a saúde, mas deixa sequelas graves. Magoa seu corpo e sua alma. No nível de tecnologia e conhecimento médico-cirúrgico da

época, implicava o fim da atividade sexual e incontinência urinária. Para o médico Juscelino Kubitschek, algo compreensível. Para o homem JK, altivo e ativo, apaixonado pela vida, vocação de alegria, quase a morte. Fardo pesadíssimo. Mas seu espírito forte e criativo vai conviver dignamente com essa realidade e, o mais das vezes, até sublimá-la. Fortalecer outras razões de viver, lutar contra a depressão, buscar novos caminhos.

José Bolivar Brant Drummond, formado em 1934, amigo íntimo de Kubitschek, era seu médico em Belo Horizonte. Acompanhou tudo:

“No caso dele, ficou evidenciado que podia ser feita radioterapia. Mas optaram pela cirurgia radical e foi um desastre. Ele ficou na mesa de operação de cerca das dez da manhã até quatro da tarde. Além do risco que correu lá, na hora, ficou gravemente prejudicado, com incontinência urinária e outra sequela grave. Aquelas depressões que ele sofreu depois têm relação direta com tudo isso. (...) Ele tinha mais preocupação com a vida sexual do que com a saúde. Era um pouco indisciplinado nisso. Usava e abusava da reposição hormonal, que é uma faca de dois gumes. Desperta, mas de outro lado prejudica o organismo, especialmente a próstata. O uso de hormônio masculino apressou o surgimento da doença, estimulou o crescimento das células cancerosas. Avisei várias vezes. Mas não adiantava, ele tomava o remédio escondido.”¹⁴⁷

Duras perdas, severa queda da qualidade de vida, saúde ainda ameaçada. Perigo de propagação do câncer, mal de evolução quase sempre imprevisível. Como a maioria dos políticos de sua geração, JK detestava procurar médicos, tratar-se. E, apesar de médico, tinha horror de falar em suas doenças. Ainda o doutor Bolivar Drummond:

“Juscelino ficou curado. O câncer prostático dele foi operado no princípio. A operação era de hipertrofia prostática. Mas fizeram exames para verificar a verdadeira natureza da doença durante a cirurgia e aí apareceram células incidentais. Positivada a malignidade, optaram pela cirurgia radical. Ele não tinha metástase. Não houve metástase.”¹⁴⁸

Pane

Justiça se faça: a consolidação de Brasília como cidade e como capital federal deu-se no regime militar. Reconheceram a obra, mas não o fundador. Não permitiam nem que ele a visitasse. Em 1970, governo Médici, JK quase morreu por causa disso. Vinha de Minas a bordo de um monomotor Bonanza, com destino a Anápolis, Goiás. Coincidência e azar: o aviãozinho entra em pane exatamente nas proximidades de Brasília. Pressão do óleo muito alta, superaquecimento. Pode pegar fogo, explodir ou parar de funcionar. Apavorado, o piloto pede autorização para pouso de emergência. A torre pergunta o prefixo. Atendida, indaga se o ex-presidente Juscelino Kubitschek está a bordo. O piloto confirma, a permissão é negada. Mandam buscar Luziânia, a infinitos sessenta quilômetros. O piloto insiste, apela, explica que a situação é de alto risco. Lembra que as normas internacionais garantem preferência de voo a aviões em pane. Não adianta. A ordem é seguir em frente. Uma eternidade de quinze minutos depois, o Bonanza aterriza em Luziânia. É o auge dos anos de chumbo. JK e o piloto não têm nem como reclamar. Apesar do susto, mágoa e perplexidade, os dois dão graças a Deus.

Sempre-viva

Ano seguinte, 1º de maio de 1971, perda grave. Dona Júlia morre aos 98 anos, de infarto do miocárdio, em seus braços, em casa, em Belo Horizonte. Ele se ajoelha, debruça sobre ela, e chora mais de vinte minutos. Ninguém consegue retirá-lo. Exausto, trêmulo, finalmente consente. Dor de perda, de amor, de gratidão, de admiração. JK:

“Para ela, nunca deixei de ser o Nonô, o menino de Diamantina que ela havia educado com amor, mas com severidade. A ascensão política do filho, embora lhe causasse orgulho, nunca teve força para alterar-lhe os hábitos de modéstia e simplicidade. Nunca se hospedou em palácio e jamais entrou num automóvel presidencial. No

dia 1º de maio, ela fechou os olhos para sempre. Morreu tranquila e silenciosa, como sempre vivera. Assistíamos a um programa de televisão sobre Diamantina e, de súbito, ela se sentiu mal. Era o fim. Tive a oportunidade de estar presente, ao lado de meu cunhado Júlio Soares e de Sarah, e de poder segurar-lhe a mão quando a morte sobreveio. Um ramo de sempre-viva – flor nativa no velho Tijuco – foi colocada em seu peito. Deixou a vida, pois, como teria desejado: levando consigo um símbolo da cidade em que nasceu e que tanto amou.”

Ele a chamava de anjo protetor.

Como um fantasma

JK falava sério quando disse, ao deixar a Presidência da República, que queria ser fazendeiro em Goiás.

Carlos Heitor Cony: “Era ali que desejava viver o resto de seus dias, ali desejava morrer e ali ser enterrado: perto de sua cidade.”¹⁴⁹

Sexta-feira, 7 de janeiro de 1972, governo Médici, auge do regime autoritário. Por volta de meio-dia, um velho caminhão Ford, pintura desbotada, vindo de Luziânia, Goiás, roda sem pressa na BR-040, perto de Brasília. Pista molhada, muita chuva, visibilidade ruim. Ao lado do motorista, um maduro engenheiro agrônomo, está um irrequieto homem de uns setenta anos, magro, animadíssimo, de roupa cáqui, chapéu de palha na cabeça. Iam visitar uma fazenda próxima. Procuravam terras para comprar. Mas, num impulso, o passageiro resolve ir em frente, entrar em Brasília. Tem paixão pela cidade, está com saudade. Não a vê desde 3 de junho de 1964, mais de sete anos e meio.

Logo aparece, à direita, o Catetinho. Param, descem, andam em volta do palácio de tábuas quase perdido no cerrado, a trinta e três quilômetros do Palácio do Planalto. Um funcionário se espanta com aquele senhor lépido e falante, de chapéu, zanzando daquele jeito na chuva

fina, explicando tudo ao motorista. Os dois pegam de novo a estrada. Cerca de vinte quilômetros depois, a cidade. O homem se sente como um súdito romano das Gálias que vê pela primeira vez a Roma do primeiro século, com sua suntuosidade, palácios, centro do mundo civilizado. Mas o que ele enxerga agora são vastos espaços, muita luz e muito céu, muito verde na terra vermelha, arquitetura moderna e pouquíssima gente, quase ninguém, nas monumentais avenidas. Poucos pedestres, muitos carros. Pensa grande, talvez exagerado: “Brasília inexoravelmente se constituirá na sede da civilização latina no terceiro milênio. De Roma a Paris e à nossa capital, o rumo é um só.”

A chuva não para. Seguem para a Catedral, entram discretamente. Três beatas rezam junto ao altar. O homem repara em tudo, completamente deslumbrado. Não tinha visto a Catedral pronta. Sente-se como se, na Roma antiga, entrasse no Coliseu. Para ele, ela é o símbolo maior da grandiosidade de Brasília. Um marco de fé, antes de tudo. Senta-se. Demora na contemplação das grossas paredes de vidro e das estruturas de concreto. E, na paz daquele isolamento, rememora a própria vida. Pálpebras semicerradas, medita profundamente, avalia. Conclui que valeu a pena, apesar de tudo. Descem a Esplanada dos Ministérios, chegam à Praça dos Três Poderes. Param diante da entrada do Museu da Cidade. O homem arrepia-se ao ler a frase gravada na parede externa, ao lado da cabeça em pedra-sabão do criador de Brasília, 1,4 metro de altura, de 1960, esculpida por José Pedrosa: “Ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que desbravou o sertão e ergueu Brasília com audácia, energia e confiança, a homenagem dos pioneiros que o ajudaram na grande aventura.”

O coração dispara. Olha para cima e para a direita. Lágrimas se misturam com as gotas da chuva em seu rosto. Passam em frente ao Palácio do Planalto, seguem para o Palácio da Alvorada. A chuva não dá trégua. Perto da guarita, o homem admira o vasto e plano gramado e, lá longe, ao fundo, a construção paradoxalmente simples e monumental tão

criativamente arquitetada por Oscar Niemeyer. Harmoniosa, clara e suave, graciosa e diferente, parecendo levemente afastada do chão. As surpreendentes colunas, símbolo mais popular da cidade, quase logomarca. As paredes envidraçadas, a laje avançando além delas. Relembra o palácio por dentro. Os amplos salões, a biblioteca, os gabinetes, a intimidade residencial. Ao lado, a delicada capelinha. Manobram, voltam, resolvem passar pela avenida W3.

Na saída, olha para trás. Conclui que Brasília está muito bonita. É tomado por sensação de paz e tranquilidade, apesar dos dissabores e sofrimentos que tem vivido. Vem um sentimento quase bíblico, como o do semeador que, do alto de um penhasco, observa a seara. Mas vem também a sensação de que visitara uma cidade-fantasma. Amplos espaços vazios, poucas pessoas na tarde chuvosa. Não reconhecera ninguém nem havia sido reconhecido. Como se fosse um fantasma numa cidade real.

Uma semana depois, o irrequieto senhor de chapéu de palha, Juscelino Kubitschek de Oliveira, afirmou o seguinte:

“Fui combatido aos limites da resistência humana, quando me propus trazer a capital para o planalto. Atacaram-me com rancor e não me pouparam os insultos mais pesados. Aí está o que ficou de tudo: a sede do mundo moderno. Muita coisa se fez depois de mim.”ⁱⁱⁱ

Amava Brasília. Queria viver perto dela.

ⁱⁱⁱ Texto baseado em “Brasília não vê JK chorar”, do jornalista Carlos Chagas, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de 18 de janeiro de 1972, que reporta entrevista exclusiva de Juscelino em 17 de janeiro de 1972, por telefone. Chagas estava em Brasília e Juscelino na sede carioca do Banco Denasa. Ele carregava recorte da matéria em sua carteira de bolso.

Fazendinha JK

Em 1972, compra terras em Luziânia, cidade goiana a setenta quilômetros de Brasília, saída para Belo Horizonte e Rio. É o primeiro passo para a custosa e penosa formação da Fazendinha JK, de 308 alqueires goianos, de razoável potencial econômico, rica de água e de problemas. Encomenda o projeto da sede ao amigo Oscar Niemeyer. Não quer casa grande. Tem de ser moderna e simples. Situada a dezesseis quilômetros do centro de Luziânia, dará muitas dores de cabeça ao urbaníssimo e inexperiente dono.

Dizem os amigos que JK não sabia distinguir abóbora de melancia, bode de cabra, nem mesmo uma qualidade de laranja de outra. No final de 1954, governador de Minas e presidenciável, foi a Recife almoçar com o governador Etelvino Lins, no Palácio das Princesas. Três horas de tricô político depois, sai às pressas, de volta ao aeroporto dos Guararapes. Está atrasado. Precisa tirar logo do chão o surrado bimotor Beachcraft do governo mineiro. Na chegada, dá de frente com Assis Chateaubriand, o rei da imprensa brasileira, paraibano do mundo, que também vai para Belo Horizonte. Resolvem ir juntos.

Céu de brigadeiro, viagem tranquila. Bom de papo, Chateaubriand monopoliza JK. Coisas divertidas e também conversa séria. Brasil, eleições, um ou outro toque em interesses empresariais. Perto de Salvador, o jornalista pega no sono. Juscelino então pergunta ao coronel Affonso Heliodoro:

- Jegue é abóbora?
- Não, governador. Jegue é jumento. Abóbora é jerimum.
- Ah, então foi por isso que eu não achei graça nenhuma na piada do Chatô.

Três trechos do diário de JK:

“Em 20 de setembro de 1974 – Minhas contas, verdadeira calamidade. Uma loucura de gastos. Fiquei abafadíssimo. Há momentos em que não compreendo a minha vida. Luto com terríveis dificuldades financeiras, sofro com as injustiças e tenho de continuar vivendo. Para quê? Nossa Senhora que me ajude e tem ajudado.

Em 6 de dezembro de 1974 – A Fazenda JK está envenenando a minha vida. Não suporto as despesas. Continuo? As vibrações me incomodam.

Em 31 de dezembro de 1974 – Terminei em setembro a casa da Fazendinha JK. Saio endividado de 74 por causa da Fazenda JK.”

Um suplício. Mas, de qualquer modo, funciona como último refúgio do guerreiro. Naquela altura da trajetória, maior de setenta anos, parecia buscar sobretudo a paz. Concluída e equipada a casa, passa a cuidar mais de perto de suas terras. Divide o tempo com as atividades na Denasa.

Dedica-se inicialmente a prepará-la para a agricultura moderna e também para a pecuária. É lugar plano, bonito. A terra, ácida, exige correção. Cultivá-la requer custosa adubação e cuidados. Há colossais exércitos de formigas cabeçudas – aquelas grandes, equipadas com afiadíssima tesourinha de cortar plantas – e cupins, uma grande guerra. Muita cerca, currais, estradazinhas internas e barragens para fazer, eletrificar e um dia, quem sabe?, até telefone. JK faz questão de formar um grande pequeno lago, o maior ali possível. Adorava lagos, lagoas, rios, mar. Plantará milho, arroz, soja, feijão, batata-inglesa, arroz, cana-de-açúcar, abóbora, horta, capim *brachiarea*. Produzirá, também, algum gado, um pouco de leite, hortaliças, aves e ovos para autoconsumo.

A partir do final de 1975, desvencilhado da Denasa, concentra-se mais ainda na fazendinha. Passa a dar-lhe maior atenção e tempo. Tem problemas de relacionamento dentro de casa.

O invencível otimista Juscelino, mesmo mergulhado num redemoinho de investimentos agropecuários de minguada escala e raquítica taxa de

retorno, esforça-se na primeira etapa de formação de um cafezal de cinquenta mil pés. Consegue plantar cinco mil. Apostava tudo no potencial do cerrado. Antes de Brasília e da interiorização do desenvolvimento, costumava chamá-lo de “maior deserto fértil do mundo”. Mas não verá a primeira safra de café, em 1977.

De letra

Em 1964, no começo do exílio, alguns amigos íntimos se reuniram para examinar a situação de JK. Queriam identificar uma atividade profissional que lhe desse motivação, boa renda e condições de vida. Falaram em criação de empresa, escritório de representações comerciais e congêneres. Mas Adolpho Bloch, editor, discordou. Para ele, a melhor solução era que escrevesse suas memórias, fosse seu próprio biógrafo. O escritor Josué Montello apoiou e se dispôs a colaborar.

Desde então, Bloch passara a cobrar do amigo. Dizia que ele tinha um dever a cumprir com a história. Mas JK relutava. Temia que fossem vistas como ato narcisista. Mas acabou cedendo. Animou-se, arregaçou as mangas e iniciou o trabalho. Dele:

“Ao lhes dar começo, logo verifiquei que, no repassar de meu destino, subiam à tona de minha consciência as emoções de outrora, numa volta ao tempo perdido. E amigos, e companheiros, e seres queridos refluíam como poeira de ouro no raio de sol do fio das lembranças. Essa emoção do reencontro, só por si, valia o ato de recordar.”¹⁵⁰

Montello e JK, em Paris, iniciam a redação dos primeiros textos. Trabalham duro, apoiados pela infatigável Maria Alice Gomes Berengas. No Rio, o jornalista Caio de Freitas, redator da revista *Manchete*, velho amigo de Juscelino, dedicará quase cinco anos ao levantamento das atividades públicas e da vida pessoal de JK, desde a infância. Com sua volta definitiva, em 9 de abril de 1967, o projeto ganha mais força. Adolpho Bloch prepara

belo escritório para ele no edifício Manchete, na praia do Russel, Rio de Janeiro. Põe à disposição do amigo todos os meios necessários à execução da pesquisa e do projeto. Bloch:

“E as páginas começaram a surgir às centenas. O presidente lia e relia os trechos. Quando recebia provas para a revisão, ficava feliz. Seu testemunho para a História estava certo, mas, à medida que revia os originais, ele se mostrava cada vez mais generoso para com seus adversários. Muitas vezes me dizia: ‘Bloch, por que não perdoar essa gente?’”¹⁵¹

A edição final é de Carlos Heitor Cony, que esteve ao lado de JK durante sete anos, até a morte do ex-presidente. Ajudou a montar, editou o texto final.

Nasce *Meu caminho para Brasília*, em três volumes. Abrangem da infância de JK à passagem da Presidência da República a Jânio Quadros, em 31 de janeiro de 1961. Depois virá *Por que construí Brasília*, publicado em 1975. Todos pela *Bloch Editores*.

JK admirava Cony, confiava. Passou-lhe documentos, cartas, notas, apontamentos, depoimentos e observações. E conseguiu dele o compromisso de contar o período final de sua vida e obra, cumprido com a publicação do obrigatório *JK: memorial do exílio*, em 1982, igualmente pela *Bloch Editores*.

Nutria ambições literárias.

Imortal em Minas

JK era leitor seletivo, apaixonado pelas letras. Tomara gosto ainda criança, influenciado pelo querido e sistemático avô materno, Augusto Elias Kubitschek.

Sempre cultivou o hábito de escrever. Gostava, era quase um vício. Parece que a escrita era sua trincheira e refúgio, espaço privativo de sua

cabeça e coração. Talvez tenha sido um dos brasileiros que mais escreveu cartas. Do exílio, então, verdadeira avalanche epistolar. Não deixava ninguém sem resposta. Afável e generoso, expressava ternura e carinho. Queria que todos se sentissem especiais. E muitos eram mesmo. Da querida Naná, única irmã, até Tancredo Neves, amigo de todas as horas; do fiel motorista Geraldo Ribeiro ao antigo arqui-inimigo Carlos Lacerda; da bela Maria Lúcia Pedroso, grande amor final, a Dom Serafim Gomes Jardim, santo arcebispo de Diamantina. Centenas, talvez milhares de bilhetes e cartas pacientemente manuscritas. Vez ou outra, alguma datilografada. Impressiona o entusiasmo, paixão e dedicação de JK à pena.

Em fevereiro de 1974, candidata-se à cadeira nº 34 da Academia Mineira de Letras, que tem por patrono o inconfidente e poeta árcade Tomás Antonio Gonzaga. É a sucessão do doce e boêmio Nilo Aparecida Pinto, bom poeta neossimbolista, amigo pessoal de JK. Entusiasmado, sem medo da ditadura, Vivaldi Moreira, presidente da instituição, abraça a candidatura. Resolve sondar pessoalmente os outros 38 acadêmicos. Só encontra resistência num famoso e aguerrido udenista histórico. Vivaldi:

- Você vai votar no Juscelino, não é? Ele tem todas as credenciais.
- Desculpe-me, Vivaldi, mas não voto em pessedista.
- Mas trata-se de eleição para a nossa academia, não de disputa política.
- Tem razão, conte comigo. Agora, se fosse cargo público, votava contra. Você não acha esse Juscelino um péssimo político?
- É... Menino descalço de Diamantina, órfão de pai aos três anos, criado por viúva pobre, e chegou a presidente da República...
- Foi eleito, por unanimidade, em junho de 1974.

Anotação de JK no seu *diário*, em 3 de maio de 1975, dia de sua posse na AML, em Belo Horizonte:

“Terei de falar na posse da academia, preciso manter um tom firme que impressione a assistência. Burilei o discurso quanto pude. No bar, até 4h da manhã, comemorando a posse. Foi um cordão umbilical que estabeleci com a minha velha província.”

O cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta fez belo discurso de recepção. E JK também. Trecho:

“Este momento é dos mais altos em que já me vi alçado. Na viagem que inicio, não mais encontrarei a rasgarem a minha carne os espinhos que tanto me feriram só por ter porfiado em servir o Brasil e honrar a terra muito amada da minha Minas Gerais. A solenidade que ora vivemos tem para mim um toque mágico de reparação e de conforto.”

No meio de 1976, havia em nome de Juscelino na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 22 títulos de obras impressas, totalizando 3.352 páginas. Desde discursos como prefeito de Belo Horizonte a recentes livros de memórias.¹⁵²

Ficou mesmo feliz com o ingresso na Academia Mineira. É seu destaque no balanço de 1974, registrado no diário, em 31 de dezembro de 1974:

“Chegamos ao último dia. Se fizer um balanço, não houve acontecimentos dramáticos como nos anos anteriores. O que não encontro dentro de mim é a chama de esperança que me aqueceu sempre em todos os tempos em minha vida. O fato mais importante deste ano foi a minha eleição para a Academia Mineira de Letras.”

Danos e perdas

Junho de 1974 seria também o final da suspensão dos direitos políticos de Juscelino. A maldade fora formalizada em 8 de junho de 1964, governo Castello Branco. JK, apesar de cansado de guerra e perseguições, alimentava, em alguns momentos, a esperança de retomada das atividades políticas. Era o início do governo Geisel, circulavam rumores de

abertura política. Mas o que veio foi nova rasteira. A professora Maria Victoria de Mesquita Benevides conversou com ele nessa época, no Rio de Janeiro:

“Ele estava transtornado. Tinha acabado de saber que os militares haviam devolvido pela metade seus direitos políticos, cassados dez anos antes. Juscelino poderia votar, mas continuava inelegível. Foi um momento muito delicado, mas, como ele era um *gentleman*, me deu a maior atenção. Ficou fascinado com o fato de que, pela primeira vez, alguém se preocupava em estudar seu governo. (...) Ele estava absolutamente convencido de que voltaria à política, que, afinal de contas, era o mais importante em sua vida. Juscelino era aquilo que Aristóteles chamava de um animal político, em um excelente sentido da expressão.”¹⁵³

Dez anos de sofrimento e continuava excluído do exercício da política. Quase desesperador, sobretudo para ele, que desenvolvera tendência depressiva e acumulara assustador conjunto de perdas durante a ditadura: o mandato de senador por Goiás, os direitos políticos por dez anos, uma eleição presidencial quase certa em 3 de outubro de 1965, a liberdade de viver no Brasil, a única irmã e maior amiga, Naná; depois do AI-5, até mesmo a liberdade física; a adorada mãe, dona Júlia; o comando da Denasa, empresa que fundara e desenvolvera com os genros; grande parte do patrimônio e renda; a maioria dos que antes pareciam amigos; a harmonia conjugal; a vida sexual plena; a continência urinária; a saúde. E tudo isso, de perto ou de longe, vivendo e sofrendo intensamente a presença e as consequências da ditadura no Brasil.¹⁵⁴

Em 1974, final gregoriano da suspensão dos direitos de JK, o clima político ainda era pesado feito chumbo. Imprensa censurada, Congresso fraco, eleições indiretas, o chicote do AI-5 ameaçando estalar a qualquer momento, o poder real em mãos militares. O ambiente exigia coragem, atenção e habilidade. Nada de bravatas ou provocações inconsequentes. Era preciso combater o autoritarismo com inteligência. Dentro e fora dele.

Fazer política no Brasil era, de um lado, a adesão à ditadura ou então, de todos os outros lados, inclusive o de dentro, a arte de fazer tudo o que era possível pela democratização.

Anotação de JK no diário, em 8 de junho de 1974:

“Cumri os dez anos de miséria imposta a mim pela Revolução. Sou um ex-cassado. Fizemos uma sessão cívica, reli o discurso do dia da minha cassação. Bebemos uma garrafa de Presidente guardada há 12 anos.”

Tempos realmente bicudos. No seu primeiro dia de ex-cassado, o hábil e espirituoso político mineiro José Aparecido de Oliveira – ligado ao udenista Magalhães Pinto e ao radicalmente janista Jânio Quadros, mas também amigo de JK – encontra-se, por acaso, com um jornalista amigo, em Copacabana:

- Como se sente com o fim da cassação, Aparecido?
- Dez anos mais velho.

Única derrota eleitoral

Em outubro de 1975, estimulado por Josué Montello e outros admiradores, Juscelino se candidata à vaga deixada pelo amigo Ivan Lins na Academia Brasileira de Letras, cadeira nº 1. Cony:

“Bem verdade que não tinha obra literária que justificasse a pretensão, mas a academia, desde a sua fundação, em 1897, e seguindo o modelo da academia francesa, tinha abrigado pessoas ‘notáveis’ que se destacavam em outros setores que nada tinham a ver com a literatura, como o Barão do Rio Branco, Santos Dumont, Oswaldo Cruz e Getúlio Vargas – para citar os notáveis mais notáveis. Mas havia um clima favorável nos meios intelectuais, que reconheciam a necessidade de uma reparação ao ostracismo e às perseguições que JK vinha sofrendo. Contudo, logo se armou um esquema poderoso, que envolveria informalmente o próprio governo.”¹⁵⁵

Nessa época, a ABL negociava financiamento de instituição federal para a construção de prédio de 29 andares no terreno anexo ao de sua sede, doado pelo governo federal, na avenida Presidente Wilson, centro do Rio de Janeiro. Projeto importante: o edifício era essencial à independência financeira da academia. Conta Cony que a candidatura de JK, por ser ele político proscrito de projeção internacional, criou um problema: sua eleição poderia parecer um desafio ao governo militar. Assim, diversas correntes de dentro e de fora se uniram em torno da terceira tentativa do escritor goiano Bernardo Élis, de reconhecidos méritos literários.¹⁵⁶

Mais de quatro meses envolvido na desgastante e constrangedora campanha. Frequentar a academia, visitar os 39 acadêmicos votantes, apresentar-se, expor-se, mostrar a obra. Tudo pela indispensável maioria absoluta. Faz parte do jogo, mas é embaraçoso. Verdade que JK teve a ajuda de vários acadêmicos, como Josué Montello e Jorge Amado. E também de amigos bem relacionados no meio. Um deles, Renato Archer, avisou que a maior dificuldade não seria o concorrente Élis, mas o governo militar. Se Juscelino vencesse, o financiamento para a construção do prédio não se concretizaria. Dvidou: “Eles não vão me trocar por alguns blocos de concreto!”. E entrou fundo na guerra.

Quando há disputa, a campanha eleitoral para a ABL é das mais difíceis e desgastantes. Ao final, empolgado, JK considerava a eleição resolvida. Tinha 21 votos apalavrados e mais dois praticamente garantidos, se houvesse mais de um escrutínio. As ilusões eleitorais são ainda maiores que as de amor. Trechos do seu diário:

“6 de maio de 1975 – Parece-me que abri o caminho para a academia brasileira. Desejo sinceramente atingir esse último ponto na escalada. Preciso procurar o Austregésilo de Athayde.

21 de maio de 1975 – Fui à casa do Austregésilo de Athayde. Ele mostrou-se favorável à minha entrada para a academia, porém fulminou

minha candidatura à próxima vaga. Alegou que já entraram três elementos que não pertencem ao literário.

10 de junho de 1975 – *Jornal do Brasil* agressivo. Por que quero entrar na academia? Porque fiz discursos. Mas os discursos foram escritos por Josué, Chico Barbosa, Álvaro, que já estão na academia. Nota grosseira, será coisa do Austregésilo?

16 de junho de 1975 – O Athayde alega que o governo emprestou 180.000.000 à academia para a construção da sede e minha candidatura perturbará tudo. Sábado, disse quando me viu: 'A sua experiência não lhe ensinou a respeitar as lideranças?' A gente morre aprendendo, respondi.

23 de junho de 1975 – Com o Plínio Salgado à casa do Reale e ele antecipou que votaria em mim. Caí para trás. Senti um *relax* delicioso. O voto do Reale completa os 20 de que preciso para ganhar por um voto. Deus e mamãe me ajudaram. Irei a Belo Horizonte rezar no seu túmulo. O cursilho valeu.

26 de junho de 1975 – Deolindo me comunicou que votará em mim. A coluna JK se altera, 21 x 18.

28 de julho de 1975 – Austregésilo diz agora: 'A eleição de JK para a academia impedirá a presença do presidente da República em qualquer solenidade da instituição.'. Lá vai o discípulo de Assis Chateaubriand distribuindo peçonha contra mim.

27 de agosto de 1975 – O Golbery advertiu o Adonias sobre a minha eleição, considerando-a nociva.

2 de setembro de 1975 – Josué Montello contou que o Ney Braga telefonou-lhe de Brasília pedindo que se mantenha neutro no pleito da academia. Quer dizer, o governo esposa a candidatura de Bernardo, o comunista.”

Em 23 de outubro de 1975, na sede da ABL, a decisão. Primeiro escrutínio: empate de 19 a 19; segundo escrutínio: vitória de JK, mas faltou-lhe um voto para alcançar a maioria absoluta: 19 a 18; terceiro escrutínio: vitória de Bernardo Élis, por 20 a 18 votos, numa apuração que, conforme

Cony, “foi suspeita de manipulação, com troca de cédulas no terceiro escrutínio”.

Explica: “Não houve acusação frontal de manipulação de envelopes, mas a suspeita de que, na pressa e na emoção do momento, o presidente Austregésilo de Athayde tivesse trocado as sobrecartas.”¹⁵⁷

Em Minas, até hoje se discute se algum acadêmico mineiro ou pesse-dista traiu JK. Há três ou quatro nomes certos. Ou seja: não há certeza alguma.

Juscelino soube do resultado por telefonema de Josué Montello. Estava na casa da filha Maria Estela, cercado de amigos. Não passou recibo, não dramatizou. Disse apenas: “Perdi. Vamos virar essa página!”. Pediu música, convidou a filha para dançar.

Na verdade sentiu profundamente o golpe. Talvez nem tanto por ter sido a primeira derrota eleitoral de sua vida, mas pela perseguição do poder militar e, sobretudo, pela sucessão de perdas e sofrimentos sem fim que o mortificavam havia mais de uma década.

Dias depois aceitou convite do presidente Austregésilo de Athayde para almoço num restaurante do centro do Rio. Mas evitou que a conversa abordasse a eleição. Na despedida, disse a Athayde: “Presidente, sou entendido em matéria de eleições. Quando se perde, não se deve perguntar por quê.” E foi embora.

Registrou a decepção no seu diário, em 24 de outubro de 1975:

“Estou pulverizado por dentro. Pus muita fé na minha eleição. Desejava-a ardentemente, o prestígio que compensasse os imensos dissabores de 1964. Preciso levantar meu ânimo para não oferecer um espetáculo deprimente. Nunca imaginei que a derrota pudesse me ferir tanto.”

Elegante, cumprimentou Bernardo Élis pela vitória e compareceu à posse. Do acadêmico Evandro Lins e Silva:

“Foi um pleito renhido, e Bernardo proclamado vencedor. Só refiro esse episódio pela circunstância de Juscelino ter praticado gesto de fidalguia e delicadeza, que só enaltece a sua figura de homem civilizado, superior, sem ressentimento: compareceu à posse do antagonista, cumprimentou-o e foi ruidosamente aplaudido de pé.”¹⁵⁸

Planejava candidatar-se novamente.

Capítulo 17

A morte na curva da estrada

JK, no diário, sobre a virada de 1975 para 1976:

“Vimos nascer 1976. Sentia-me bem. Uma sensação de inutilização e de abandono dominava-me no instante supremo da mudança. O céu carregado de estrelas atraiu os meus olhos. O que procurava eu nos mundos infinitos que piscavam para mim? O que trará 76? Até a morte pode trazer.”

Sentia-se realmente bem ou era otimista até na tristeza? Comove o seu sentimento de inutilidade e de abandono, o pensamento perdido nas estrelas, o fatalismo que nelas via escrito, a hipótese da própria morte no ano que chegava.

Seus meses de 1976 serão dedicados sobretudo à fazendinha e refúgio de Goiás. Está cansado. Quer distância de problemas e do contencioso doméstico. Fragmento de texto do diário, em 8 de maio de 1976: “A atmosfera deixa-me deprimido, infeliz, com vontade de morrer.”

Em 18 de junho, uma alegria: recebe das mãos do presidente da União Brasileira de Escritores, Raimundo de Menezes, o troféu Juca Pato, por ter sido escolhido, com 171 votos, intelectual do ano. Além de solidariedade e reconhecimento, gentil tentativa de compensação pela derrota na ABL? Depois de saudado pelo próprio Menezes, Menotti del Picchia, Hernâni Donato e Octavio Frias de Oliveira, emocionou-se quase às lágrimas:

“Vejo agora que, a despeito das dificuldades por que passamos, há sempre uma luz nova e de intenso brilho clareando os nossos horizontes. Não dei lições de otimismo à nossa pátria. Minha tarefa foi mais simples: fiz que o Brasil acreditasse em si mesmo.”

De novo as contrariedades e a solidão. A fazenda é antes fuga do que projeto empolgante. Faltam ao dono raízes, costume, envolvimento, conhecimento, paixão, paciência. Ela não é desafio à altura da grandeza e dos sonhos dele. Falta dimensão, sobram atormentantes problemas. Há um rio de aborrecimentos e contrariedades. Desde pequenos furtos e pequenos fracassos até a negligência e despreparo da mão de obra e o custo abusivo de tudo, quando era para ele. Talvez pensassem que, além de fazendeiro inexperiente, fosse também um magnata, homem “podre de rico”, como se diz na roça.

A casa moderna de Niemeyer, o laguinho artificial, a capela no alto do morro, o modo de JK falar, de comer, de se vestir, de montar e andar a cavalo, tudo, mas tudo mesmo, denunciava seu arrivismo rural. E haja dinheiro e paciência, coitado! Alegria, mesmo, só quando a casa enchia de amigos.

Aos 73 anos, está fora de seu mundo. Sofre com o tédio, o isolamento intelectual e político. Sente falta da convivência diária com os velhos amigos, da vida social intensa, das atividades culturais, da agitação da cidade grande. Tenta, mas não consegue empolgar-se com a vida rural. Não tem nem mesmo cacoete de fazendeiro. No fundo, acha aquilo primitivo, triste, parado, sem graça. O violonista e cantor César Prates, amigo íntimo, companheiro leal de quase tudo, inclusive na fazendinha, explica:

“O Juscelino não era fazendeiro. Era dono de fazenda. Comprou pra poder vir a Brasília. Comprou barato. Não chega a 300 mil reais de hoje. Teve muita amolação, inclusive com um caseiro que roubava. Aquilo só deu aborrecimento. Chegava lá pensando em produzir e se distrair, mas só tinha aborrecimento. ‘Falta isso, falta aquilo, falta aquilo outro. Precisa disso, precisa daquilo.’ Sumiam coisas.”¹⁵⁹

Não combina mesmo com a roça. Aprecia sinceramente a natureza, mas pertence ao mundo urbano. Sua alma, motivações profundas e alegrias não são dali. Nunca foram. O local é escudo de privacidade, quase um

esconderijo, proteção contra convivências desagradáveis, instrumento de liberdade de movimentos e antídoto de ócio profissional.

Só mesmo outro homem urbano que também experimentou anacronicamente a opção pela roça sabe como vivê-la sozinho pode doer na alma e no bolso. Suas fotografias montado a cavalo, apesar da ternura que despertam, são estranhas, quase caricaturais. Ele contou como era seu dia a dia no Rio e na fazenda:

“Meu dia começa bem cedo, às cinco e meia da manhã já estou andando na praia. Ando quase dois mil metros todos os dias, sempre no mesmo trajeto. Depois vou trabalhar. Tenho sempre compromisso para almoçar, passo a tarde escrevendo e lendo até às seis horas, quando recebo meu professor de inglês, com quem tenho uma conversa diária para me manter em forma. Assistio ao jornal da tevê e depois vou jantar. Sempre tenho convites para jantar fora e até preciso limitar um pouco isso, porque toma muito tempo da gente. Nunca me deito antes da uma hora. Costumo passar o fim de semana numa fazendinha que tenho lá em Goiás, um lugar muito agradável, um sossego, céu muito estrelado, e eu fico lá à vontade, lendo muito. A minha vida é isso. Já não viajo muito, porque o que há de interessante no mundo eu já vi. Eu fiquei três anos exilado e senti tanta saudade do Brasil que hoje, quando fico fora uma semana, sinto que estou perdendo tempo.”¹⁶⁰

Luziânia, Goiás, final da tarde de 19 de agosto de 1976, quinta-feira. JK segue para Brasília. Hospeda-se com o primo Carlos Murilo Felício dos Santos, no Lago Sul. Ali tem roupas cuidadosamente guardadas num armário, incluindo ternos, gravatas e camisas sociais. Está desanimado e pensativo. A sensível Déa, mulher de Carlos Murilo, sobrinha de Israel Pinheiro, se assusta com a tristeza e palavras do amigo:

“Já fiz tudo o que tinha a fazer. Sou um homem realizado. Brasília aí está. É uma obra que ficará para sempre. O povo me trata com carinho. Mas sou realista. Meu tempo aqui na terra está acabando. Tenho o que de vida? Dois, três, cinco anos? Não gosto disso. A única coisa

que eu queria agora era morrer. Não tenho temperamento para esperar as coisas. Meu último desejo, realmente, seria ver o Brasil retornar à normalidade democrática. Mas isso vai demorar muito e eu quero ir embora.”¹⁶¹

Diz ainda: “Democracia neste país, só depois de minha morte.”

A solidão de Juscelino impressiona mais ainda nessa viagem. O que muitos consideram o melhor presidente brasileiro está ali sozinho, carregando mala e dores. Desde a brutal cassação de 8 de junho de 1964 sua vida era uma provação constante do corpo e da alma.

Sonha com sossego, mas não sabe ficar sozinho. E todos os dias, ao acordar, é o cidadão Juscelino Kubitschek de Oliveira quem está só diante do fardo doido e doído do passado e do peso descomunal do futuro sem esperança, sem projeto político, sem as principais alegrias da vida, sem graça. Nos últimos dias, nova preocupação. Dona Sarah estava decidida a se desquitar. Comunicara essa disposição durante jantar oferecido em seu apartamento, no Rio, a velhos amigos do casal, como Oswaldo Maia Penido, Aluysio Salles, Affonso Heliodoro. Motivo: o relacionamento de Juscelino e Maria Lúcia Pedroso.

E agora, JK? Ele sabe que, enquanto perdurar o atual estado de espírito, dona Sarah não vai ceder. Tem temperamento forte. É a natureza dela. Mas, nessa altura da vida, quase aos 74 anos, saúde fragilizada, ele considera a implosão formal do casamento um desastre desnecessário. Abre-se com Carlos Murilo. Acha péssimo para todos, inclusive para as filhas e respectivas famílias. Abalara-se com a separação de Márcia e Barbará um ano antes. Não quer incorporar a condição de desquitado à biografia de presidente da República, católico, antigo seminarista, filho de mestra Júlia. Era um valor muito forte na geração. No final de julho de 1976, na fazendinha, JK diz ao primo e amigo Ildeu de Oliveira que não vai mais voltar ao Rio de Janeiro. Assim: “Não passo mais do paralelo 20!”¹⁶²

O paralelo 20 é pouco depois de Belo Horizonte; Rio: 22°54'10”.

Anotação enigmática no diário, em 14 de julho de 1976:

“Sarah não queria que eu fosse ao Rio. Alega que uma criatura de Jacarepaguá não quer que eu vá ao Rio, um compromisso de três meses para o lançamento do livro *O governo JK*. (...) Estou na Fazenda JK. Se puder, ficarei aqui até a morte.”

Dias antes, rumores vindos de Belo Horizonte anunciaram sua morte na fazendinha, em Luziânia. Amigos e jornalistas correram para lá. Surpreso e risonho, propôs um brinde. “A ocasião merece, não é? Afinal, eu acabei de ressuscitar.”

Vida que vai. Problemas conjugais, pressão crescente, o tempo cada vez mais curto, um turbilhão emocional. Mesmo deprimido, sabe que tem de tomar uma atitude firme, agir. O casamento está em xeque. Médico, conhece a evolução das doenças. Atribui-se curto horizonte de vida. Apesar de ainda ter bastante energia, já perdeu quase tudo que ama fazer. No plano político, sabe que a democratização ainda demora. Que dificilmente sua saúde vai permitir que sobreviva à ditadura. Considera tímido e vagaroso o processo de liberalização desencadeado pelo governo Geisel. Percebe que o presidente não admite correr risco algum. E nada garante que a chamada “abertura lenta, gradual e segura” vá evoluir para a democracia.

Mesmo assim, alegrara-se com informações há pouco recebidas dos amigos Affonso Heliodoro e Carlos Murilo. Tinham sido procurados, separadamente, por pessoas ligadas ao governo federal, visando a eventual encontro seu com o presidente Geisel. Carlos Murilo recebera sugestão de reunião preparatória, reservada, na fazendinha. Concordara, autorizando-o a agendá-la para logo depois da viagem que faria a São Paulo. Acertaram, então, que seria na tarde de 25 de agosto de 1976, uma quarta-feira.

E a questão conjugal? Está decidido. Vai tentar preservar formalmente intacto o coração do núcleo familiar. Por formação, religião, tradição,

aparências, imagem, repercussões. E também, claro, por seu estado de saúde. Sente-se muito só. Recebe atenções, solidariedade, visitas. Mas todos os amigos têm seus compromissos, afazeres, problemas.

O passo seguinte exigirá que ultrapasse discretamente o paralelo 20. Precisa ir ao Rio de Janeiro. Questões profissionais, e também conversa com Maria Lúcia Pedroso. Rompimento? Dificilmente. As raízes e os sentimentos são muito profundos. Conversar o quê, então? Talvez tudo. Trocar ideias, confidências, planos. Tentar encontrar uma saída. Quem sabe seria melhor aguardar o fim da tempestade? Tem certeza de que dona Sarah, no fundo da alma, até pela intensa religiosidade, também prefere preservar o casamento.

Novamente Brasília, noite de 19 de agosto de 1976. JK confia a Carlos Murilo que vai ao Rio encontrar-se com Maria Lúcia. Pretende fazê-lo logo depois de visitar São Paulo, onde vai proferir palestra no dia seguinte, sábado, no Clube Nacional. Convite de antigos conselheiros da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), que completa 25 anos. Haverá jantar para cinquenta pessoas, inclusive ex-governadores, como Carvalho Pinto, Laudo Natel e Lucas Nogueira Garcez, de São Paulo.

Mete as passagens aéreas Brasília-São Paulo-Brasília no bolso do paletó e termina de fazer a mala. Põe muita roupa, inclusive ternos. Depois conversa com Carlos Murilo até duas da madrugada. Abre a alma. Diz que vai se fixar de vez na fazenda. Concentrar-se nela e num escritório em Brasília, no edifício Oscar Niemeyer. Pretende ler bastante, ver bons filmes, novelas de televisão, viver o melhor possível, dentro de suas limitações. Segundo Carlos Murilo, contou também que aproveitaria a viagem para visitar a fazenda do amigo Renato Costa Lima, presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC) durante seu governo. É na região de Resende, estado do Rio de Janeiro. Quer conhecer sua criação de gado pardo-suíço. Planeja investir em pecuária leiteira.

Brasília, manhã de sexta-feira, 20 de agosto de 1976. JK segue para o aeroporto. O primo Ildeu de Oliveira, bom amigo, lhe dá assistência. No saguão, reúne-se ao senador André Franco Montoro e ao deputado federal Ulysses Guimarães, do MDB paulista, velho amigo. Cumprimenta também o senador José Sarney e Marly, sua mulher. Estão todos no mesmo voo, da Vasp. Mau tempo obriga o avião a pousar em Viracopos, Campinas, atrasando em duas horas a chegada a São Paulo.

JK se hospeda na Casa da Manchete, no Jardim América, com o amigo Adolpho Bloch. Aí está também outro amigo, o escritor e jornalista Carlos Heitor Cony. É onde passa suas duas últimas noites. Em certos momentos, parece ansioso, estranho. Não é para menos. Muita pressa, muita pressão.

São Paulo, manhã de sábado, 21 de agosto de 1976. Por volta das dez horas, o presidente liga para o motorista Geraldo Ribeiro, no Rio, e pede que venha buscá-lo em São Paulo no dia seguinte. Conforme a filha de Geraldo – a advogada Maria de Lourdes Ribeiro –, Juscelino explicou que precisava chegar incógnito ao Rio e que não iria demorar. Pedira discrição, ninguém devia saber. Combinaram encontro às duas da tarde no quilômetro dois da Via Dutra, num posto de gasolina. Nesse telefonema, sempre segundo Maria de Lourdes, Juscelino disse ao amigo que queria levá-lo para morar em Goiás. Rindo, Geraldo respondeu que preferia Belo Horizonte, quase meio caminho entre o Rio e Brasília. Riram, divertiram-se. Coisa de velhos companheiros.

O presidente sai com Olavo Drummond, amigo pessoal, mineiro de Araxá, advogado, jornalista, homem público, procurador da República, poeta. Zanzam por São Paulo, visitam livrarias. Almoça com Adolpho Bloch. Despedem-se, Adolpho viaja para o Rio.

À noite, faz a palestra no Clube Nacional, focada em desenvolvimento e democracia. É muito aplaudido, tratado com carinho e admiração. Bons momentos.

Domingo, 22 de agosto de 1976. JK toma o café da manhã na Manchete. Depois, mais andanças com Olavo Drummond. Vão à casa de Fábio Andrada, filho do presidente Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Não estava. Seguem então para a casa de Sebastião de Almeida Ribeiro. Conversa sobre projeto de plantação de flores na fazenda de Luziânia. Em seguida, à residência de Ademar de Barros Filho. JK quer visitar seu afilhado de batismo, de quatorze anos. Ao sair, percebe fascinante cheiro de macarronada, velha paixão. Não resiste. Juntamente com Olavo, almoça com grande apetite e felicidade. Agradecem e saem.

Juscelino diz a Olavo que lhe telefona do Rio assim que chegar. E que, se alguém ligar, perguntando por ele, informe que voltou para Brasília. Preocupação com dona Sarah? Detalhe: a fazendinha não tinha telefone. Despedem-se com um abraço. JK entra num carro da Editora Bloch e vai embora.

Duas da tarde, quilômetro dois da Via Dutra. Juscelino acomoda-se no banco traseiro do Chevrolet Opala 1970 cinza-metálico de Geraldo Ribeiro. Acena alegremente para o motorista da Bloch, ao partir. Está bem alimentado, cansado, relaxado. Quer dormir um pouco.

Às 17h55, na curva do quilômetro 165, município de Resende, duas mortes medonhas. Desgovernado, o Opala atravessa velozmente o canteiro divisório, invade a contramão e é colhido por carreta Scania-Vabis da cidade de Orleães, Santa Catarina, placa ZR 0938, conduzida por Ladislau Borges, de 47 anos, que vinha do Ceará com trinta toneladas de gesso. No reflexo, Ladislau golpeia o volante para a direita, mas, por uma fração de segundo, não consegue evitar o choque. Esmagado e arrastado para fora da estrada, o Opala se transforma num amontoado de ferros retorcidos, vidros espatifados, assentos destruídos e ensanguentados. JK e Geraldo morrem instantaneamente. A tragédia abala e comove o país.

O povo leva

O corpo de JK é autopsiado no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro na madrugada de segunda-feira, 23 de agosto de 1976. Depois segue para a sede da Editora Bloch, na praia do Russel, Glória, onde é inicialmente velado. De manhã, mais de três mil pessoas, a pé, a família de JK de mãos dadas, à frente, acompanham o transporte do caixão até o aeroporto Santos Dumont. Daí seguirá para Brasília. Geraldo Ribeiro será enterrado em Belo Horizonte.

Ainda a manhã de 23 de agosto de 1976. O povo e os sinos de Diamantina choram o filho ilustre. Em Belo Horizonte, o governador Aureliano Chaves decreta luto de três dias. Em Brasília, o comércio fecha as portas. O Supremo Tribunal Federal hasteia a bandeira a meio pau. Também o Senado, por ordem de seu presidente, José de Magalhães Pinto, adversário político de Kubitschek. E embaixadas, algumas escolas, universidade, empresas.

No Palácio do Planalto, pouco depois de nove horas, o presidente Ernesto Geisel recebe os ministros da Justiça, Armando Falcão, e do Exército, Sylvio Frota. Também presentes os ministros da Casa: Golbery do Couto e Silva, do Gabinete Civil; Hugo de Abreu, do Gabinete Militar; e João Baptista de Oliveira Figueiredo, do SNI. Que tratamento o governo deve dar a JK? Sugere luto oficial de três dias.

Frota, linha-dura, discorda: “Sou contra qualquer homenagem do governo a esse homem. Era um contrarrevolucionário que foi cassado, punido pela Revolução. Posso informar a V. Exa. que a repercussão no Exército será negativa.”. Via JK como inimigo, e não como adversário. Geisel: “Eu sei, Frota, mas compreenda a posição do governo, que tem de ver o quadro geral. Honras militares, de modo algum. Também ponto facultativo, não. Mas luto oficial, devemos conceder.”.

Frota: “Presidente, não discuto suas ordens. Cumpro-as. Só quis dar-lhe uma opinião. Meu voto – repito – é contrário.”. Poucos minutos depois de uma da tarde a bandeira baixou a meio mastro.¹⁶³

No dia seguinte, o *Diário Oficial da União* publicou o decreto de luto oficial. Quem mandava no governo Geisel era Ernesto Geisel.

A capital para pela segunda vez. A primeira tinha sido em 17 de janeiro de 1959, Juscelino à frente, para se despedir do herói Bernardo Sayão, morto em ação nas entranhas da selva amazônica. Agora é o adeus ao próprio fundador.

É velado na Catedral. O povo toma conta, vigia tudo. Há missa de corpo presente, seguida de colossal procissão. Cenas de arrepiar. No final da noite, mais de 100 mil pessoas, em silêncio tumular – às vezes quebrado por coral de milhares de vozes a entoar a canção *Peixe Vivo*, o *Hino da Independência* e o *Hino Nacional* –, percorrem a pé o longo percurso até o Campo da Esperança. O caixão segue à frente, sobre caminhão do corpo de bombeiros.

Perto do cemitério, o povo pega o caixão e leva, enquanto canta e chora. JK é sepultado às 23h40 de 23 de agosto de 1976 na Área Especial nº 1, Praça dos Pioneiros, ao lado do amigo Bernardo Sayão, parceiro de sonhos. Cinco anos depois, seus restos mortais serão transferidos para o Memorial JK, construído na parte mais alta do Eixo Monumental.

As comendas cassadas em 1964 são devolvidas à família. Em 1980, o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo baixa decreto que revoga todas as punições impostas em governos anteriores. Completa-se a absolvição formal de JK, por crimes não cometidos. A reabilitação moral e política oficial, ainda que tardia.

Em 1981, 12 de setembro, dia do aniversário de Juscelino, com Sarah Kubitschek e família, o presidente Figueiredo e o governador do Distrito Federal, Aimé Alcebiades Lamaison, inauguram o Memorial JK, projeta-

do por Oscar Niemeyer. Construído em dezessete meses, compreende monumento, sala de pesquisa, museu, biblioteca e mausoléu, para onde foram transladados os restos mortais do presidente.

Deve-se esse monumento e centro de cultura principalmente ao trabalho e perseverança de dona Sarah. Ela obteve o apoio do presidente Figueiredo e do governador Lamaison. Além de toda a família, mobilizou amigos e admiradores do marido. Como Adolpho Bloch, Oscar Niemeyer, Honório Peçanha, Olavo Drummond, Affonso Heliodoro, Victor Nunes Leal, Sérgio Gomes de Vasconcelos, Francisco Carneiro, Dario de Souza Clementino, Almir Francisco Gomes, Lindberg Aziz Cury, Newton Egydio Rossi, Roberto Wagner Monteiro e muitos outros.

Sombras e suspeitas

Conforme a perícia técnica oficial, o carro se desgovernou ao ser tocado na traseira esquerda pelo ônibus de passageiros de prefixo 3148 da Viação Cometa, de São Paulo, placa HX 2630, dirigido por Josias Nunes de Oliveira, de 33 anos. Nasce o enigma da morte de Kubitschek. Acidente de estrada? Falha humana ou mecânica? Houve ou não o toque do ônibus? Crime político? Era o tempo da sinistra Operação Condor, organização secreta criada em 1974 por ditaduras do Cone Sul para afastar lideranças políticas adversárias. E ainda havia radicais atuando nas chamadas forças de segurança do regime militar.

A perícia oficial responsabiliza o motorista do ônibus pelo acidente. Josias nega, garante que o Opala não fez a curva. Foi duas vezes julgado e absolvido.

Para muitos, JK foi assassinado. Tiro no motorista, explosão de bomba ou sabotagem no carro durante parada em local próximo. Dona Sarah e a filha Márcia morreram acreditando em homicídio doloso. Em 1996, Serafim Melo Jardim, amigo e secretário particular de JK, com a colaboração do advogado Paulo Castelo Branco, de Brasília, tentou reacender a

questão. Foram ao local, fizeram dezenas de contatos, reviraram os autos, formalizaram pedido de reabertura. Conseguiram até a exumação do corpo do motorista Geraldo Ribeiro, em Belo Horizonte. Suspeita de bala na cabeça, que exame técnico não confirmou. As investigações cessaram em 22 de agosto de 1996, data da prescrição.

Processo arquivado, mas não as dúvidas. Em junho de 2000, a Câmara dos Deputados criou comissão para verificar as causas e as circunstâncias do acidente. Presidente: deputado Paulo Octávio Alves Pereira, casado com Anna Christina, neta de JK, filha de Márcia Kubitschek. Sete meses de trabalho, dezenas de depoimentos colhidos, muitas discussões e debates técnicos, repericiamento quase completo, simulações de hipóteses, viagens investigativas e de pesquisa ao Chile, Paraguai e Estados Unidos. Conclusão: acidente de estrada, mas JK estaria na agenda da Operação Condor.

Do escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, depois de acompanhar o assunto anos a fio, apurar, discutir e refletir exaustivamente sobre o acidente:

“Eu entrevistei as pessoas que fizeram o levantamento da delegacia de Resende. E um dos técnicos me disse o seguinte: precisaria haver vinte computadores de última geração para programar um acidente daquele tipo. De maneira que é mesmo insofismável que houve o acidente. Mas aí há um paradoxo: os indícios de que houve um crime são maiores que as provas. Agora, um acidente em si não se justificaria, porque o que matou o Juscelino, na realidade, foi a carreta que vinha na outra pista.”¹⁶⁴

Conclusões lógicas, compatíveis com as hipóteses, evidências e informações oficiais até agora conhecidas e anunciadas. Mas persistem dúvidas, sombras e suspeitas.

A morte de JK ainda busca um final.

CRONOLOGIA
BIOGRÁFICA DE JK

Cronologia biográfica de JK

- 1830 Chega ao Tijuco, depois Diamantina, o imigrante Jan Nepomuscky Kubitschek, bisavô materno de Juscelino, marceneiro, descendente de ciganos. Veio de Trebon, Tchecoslováquia, então parte do império austro-húngaro. Casa-se com Teresa Maria de Jesus.
- 1872 Nascimento do pai, João César de Oliveira, filho de Teófilo Gomes de Oliveira e Eufrosina Leonardo Ribeiro.
- 1873 Nascimento da mãe, Júlia Kubitschek, filha de Augusto Elias Kubitschek e Maria Joaquina Coelho.
- 1902 12 de setembro: nasce Juscelino Kubitschek de Oliveira, filho caçula de João César de Oliveira e Júlia Kubitschek.
- 1905 Morre seu pai, João César de Oliveira, de tuberculose, em Diamantina.
- 1914 Mesmo sem vocação religiosa, consegue matrícula no Seminário de Diamantina, dos padres lazaristas, único ginásio da cidade.
- 1919 É aprovado em 19º lugar em concurso para telegrafista dos Correios, em Belo Horizonte.
- 1921 Maio: nomeado telegrafista-auxiliar dos Correios, em Belo Horizonte. Trabalha à noite.
- 1922 Presta vestibular e começa o curso de medicina da Faculdade de Medicina.
- 1926 Numa festa beneficente, conhece Sarah Luísa Lemos, belo-horizontina de 1908, de tradicional e abastada família mineira, filha de Luisinha Negrão Lemos e do deputado Jayme Gomes de Souza Lemos.

- 1927 17 de dezembro: forma-se em medicina.
- 1928 Nomeado professor-assistente da Faculdade de Medicina. Divide consultório médico com o cunhado Júlio Soares. Trabalha na Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, no Hospital São Lucas e leciona.
- 1930 Abril: segue para Paris, onde realiza curso avançado de teoria e prática de urologia, sua especialidade médica.
- 1931 Ingressa na Força Pública de Minas Gerais, como oficial-médico. 30 de dezembro: casa-se com Sarah Luísa Lemos, no Rio de Janeiro.
- 1932 Serve em Passa Quatro, como capitão-médico da Força Pública de Minas Gerais, durante a Revolução Constitucionalista. Conhece e torna-se amigo de Benedito Valadares Ribeiro. Aproxima-se também do então coronel Eurico Gaspar Dutra, futuro presidente da República.
- 1933 Dezembro: nomeado chefe de gabinete do interventor federal em Minas, Benedito Valadares, político da confiança do presidente Getúlio Vargas.
- 1934 Elege-se deputado federal e constituinte pelo Partido Progressista. Terá discreta atuação parlamentar.
- 1937 10 de novembro, golpe e Estado Novo: perde o mandato de deputado federal, volta a Belo Horizonte e à medicina.
- 1940 16 de abril: nomeado prefeito de Belo Horizonte pelo interventor Benedito Valadares. Começa gestão renovadora e modernizante, que multiplica a escala de atuação da prefeitura. Transforma a cidade num canteiro de obras, ganha o apelido de Prefeito Furacão, cria novos bairros, asfalta e calça ruas e praças, completa a extensa avenida do Contorno, implanta o con-

- junto arquitetônico da Pampulha, considerado por Niemeyer o começo de Brasília.
- 1943 22 de outubro: nasce Márcia Kubitschek, primeira filha.
- 1945 Com a deposição do presidente Vargas, em 29 de outubro, deixa a prefeitura de Belo Horizonte. Participa, em Minas, da fundação do Partido Social Democrático, de que se torna secretário-geral. Elege-se deputado federal constituinte em 2 de dezembro.
- 1946 Assume o mandato de deputado federal constituinte. Estabelece-se no Rio de Janeiro. 21 de maio: em seu primeiro discurso na Constituinte, pede a mudança da capital para o interior. Não tem atuação destacada no Legislativo, mas desenvolve intensa atividade política no plano nacional e em Minas.
- 1947 Adoção de Maria Estela, de 4 anos.
- 1950 3 de outubro: candidato do PSD a governador de Minas, vence seu concunhado Gabriel Passos.
- 1951 31 de janeiro: assume o governo de Minas Gerais. Lança o binômio energia e transportes, foco principal de seu programa de ação. Início de governo desenvolvimentista, de gestão moderna e grandes conquistas e resultados, que revoluciona a administração estadual, projetando nacionalmente seu nome.
- 1954 Manhã de 24 de agosto: suicídio do presidente Getúlio Vargas. 25 de novembro: indicado candidato a presidente da República pelo Diretório Central do PSD.
- 1955 10 de fevereiro: Convenção Nacional do PSD homologa sua candidatura à Presidência da República. 3 de outubro: aliado ao PTB do vice João Goulart, elege-se presidente da República, com 36% dos votos. 11 de novembro: tem a posse assegurada por contra-golpe liderado pelo ministro da Guerra, general Henrique Lott,

- que depõe o presidente interino Carlos Luz e impede que o titular, João Café Filho, reassuma o cargo.
- 1956** 31 de janeiro: assume a Presidência da República. 1º de fevereiro: reúne o ministério, lança o audacioso Programa de Metas: 30 setoriais e a construção de Brasília, meta-síntese. É o primeiro passo de gestão revolucionária, que se destaca pelo exercício da democracia, promoção do desenvolvimento e modernização do país. Crescimento acelerado da economia, interiorização e integração nacional, construção de Brasília, industrialização, ampliação e fortalecimento da infraestrutura econômica e social, florescimento cultural, elevação da autoestima dos brasileiros.
- 1960** 21 de abril: inaugura Brasília, nova capital da República. Apoiava a candidatura do marechal Henrique Lott à Presidência da República, derrotada por Jânio Quadros. Perde também em Minas Gerais: José de Magalhães Pinto, da UDN, bate o pessedista Tancredo Neves.
- 1961** 31 de janeiro: passa o poder a Jânio Quadros. 4 de junho: elege-se senador por Goiás. 25 de agosto: renúncia de Jânio Quadros. 7 de setembro: posse do presidente João Goulart. 8 de setembro: formado o primeiro gabinete parlamentarista, sob a chefia de Tancredo Neves.
- 1963** 6 de janeiro: plebiscito aprova a volta ao sistema presidencialista de governo.
- 1964** 21 de março: indicado candidato a presidente da República, em Convenção Nacional do PSD. 31 de março: golpe militar depõe o presidente João Goulart e instaura forte regime autoritário. 11 de abril: vota no marechal Humberto de Alencar Castello Branco para presidente da República e em José Maria Alkmim para vice, em eleição indireta pelo Congresso. 3 de junho: faz belo, inflamado e contundente discurso no Senado em defesa da democracia.

- 8 de junho: o governo militar cassa-lhe o mandato de senador e suspende seus direitos políticos por dez anos. 13 de junho: parte para exílio de 976 dias na Europa e Estados Unidos.
- 1965 3 de outubro: seus amigos e antigos colaboradores Negrão de Lima e Israel Pinheiro vencem as eleições para governador da Guanabara e de Minas Gerais, respectivamente. 4 de outubro: chega ao Brasil, mas é hostilizado pelo poder militar, submetido a interrogatórios policiais. Volta ao exílio em 9 de novembro.
- 1966 10 de junho: chega ao Brasil para participar dos funerais de Maria da Conceição, a Naná, sua única irmã e maior amiga, morta no dia anterior. 19 de novembro: participando da Frente Ampla, assina com Carlos Lacerda a Declaração de Lisboa, pela paz, liberdade e retomada do desenvolvimento brasileiro.
- 1967 9 de abril: retorna definitivamente ao Brasil. Funda e dirige, com os genros Baldomero Barbará Neto e Rodrigo Lopes, a Desenvolvimento Nacional Sociedade Anônima (Denasa).
- 1968 13 de dezembro, a sexta-feira do AI-5: é preso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e depositado num cubículo do 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo-RJ.
- 1969 Janeiro: autorizado pelo presidente Costa e Silva, viaja aos Estados Unidos para tratamento de saúde.
- 1970 Problemas de saúde. Operação de próstata nos Estados Unidos.
- 1971 1º de maio: dona Júlia, a adorada mãe, morre em seus braços, em Belo Horizonte, aos 98 anos.
- 1972 Compra 308 alqueires de terra bruta em Luziânia, perto de Brasília, para formar a Fazendinha JK.

- 1974 Publica *Meu caminho para Brasília*, livro de memórias. Fevereiro: candidata-se à cadeira nº 34 da Academia Mineira de Letras. Junho: eleito membro da Academia Mineira de Letras.
- 1975 3 de maio: posse na Academia Mineira de Letras. 23 de outubro: perde eleição para a Academia Brasileira de Letras por dois votos. Segundo semestre: perturba-se e sofre com problemas conjugais e a separação de Márcia e Barbárá. Deixa a Denasa, dedica-se crescentemente à Fazendinha JK.
- 1976 18 de junho: recebe da União Brasileira de Escritores o troféu Juca Pato, por ter sido escolhido, em votação, intelectual do ano. 22 de agosto: morre em controverso desastre de carro no quilômetro 165 da Via Dutra, entre São Paulo e Rio de Janeiro. Noite de 23 de agosto: sepultado no Campo da Esperança, em Brasília, ao lado do amigo Bernardo Sayão Carvalho Araújo.
- 1980 O governo federal devolve suas comendas oficiais e declara nulos quaisquer processos punitivos que ainda corressem contra ele.
- 1981 12 de setembro, data em que completaria 79 anos: o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, presidente da República, ao lado de dona Sarah Kubitschek, inaugura em Brasília o Memorial JK, monumento e centro de cultura, onde estão seus restos mortais.

FRASES SOBRE JK

Frases sobre JK

“Nasceu Juscelino Kubitschek de Oliveira,
futuro presidente do Brasil!”

*João César de Oliveira, pai de JK,
caixeiro-viajante, em 12 de setembro de 1902.*

“Fora sua simpatia radiosa, seu espírito sempre alerta, sua alegria sadia, seu zelo pelos estudos, seu prodigioso coração – outros predicados não distinguiam aquele menino, vindo da casinha de porta e três janelas da rua do São Francisco, na Diamantina, dos outros meninos de sua turma.”

*Pedro Nava, escritor, médico,
colega de faculdade de JK.*

“Um desses raros homens que sabem fazer a História.
O futuro é que lhe dará a dimensão de estadista.”

*Afonso Arinos de Melo Franco, jurista,
professor, escritor, homem público.*

“Ele foi para a atividade pública o que Mauá representou para as atividades empresariais. Politicamente, ele está aberto a controvérsias. Como realizador dinâmico, ele foi uma figura inquestionável.”

Gilberto Freyre, sociólogo, professor, escritor.

“Juscelino, coitado, Deus o tenha em boa guarda, mas era uma calamidade.”

*Eugenio Gudin, engenheiro,
economista, homem público.*

“JK é o poeta da obra pública.”

*João Guimarães Rosa, escritor,
médico, diplomata.*

“Não sei como o Juscelino ainda quer isso aqui...”

*João Goulart, ainda presidente da República,
na tarde de 31 de março de 1964.*

“Seu Castello, temos que cassar o Juscelino.”

*Marechal Arthur da Costa e Silva, ministro
da Guerra do governo Castello Branco.*

“Brasília é uma construção como as de Guimarães Rosa. O que Rosa fez com as palavras Juscelino fez com as formas, no meio do deserto.”

*Afonso Arinos de Melo Franco, jurista,
professor, escritor, homem público.*

“Acho que o Juscelino leva ao entusiasmo pelo amor; à admiração pela afeição.”

*Afonso Arinos de Melo Franco, jurista,
professor, escritor, homem público.*

“Nos sete anos de trabalho em Brasília, guardo do presidente Juscelino Kubitschek apenas a lembrança de um homem cheio de entusiasmo, deseioso de fazer qualquer coisa importante para este país.”

Oscar Niemeyer, arquiteto, um dos fundadores de Brasília.

“Mais do que todas as suas grandes obras, o que o presidente Juscelino Kubitschek realizou foi a mudança de mentalidade do Brasil.”

José Sarney, presidente da República.

“O que Juscelino mais conseguiu, e daí o seu triunfo, foi canalizar, burilar, comandar, com amor e alegria, argúcia e pertinácia, parcelas vivas dos anseios nacionais.”

Teotônio Brandão Vilela, empresário, homem público, menestrel das Alagoas.

“Só mesmo Nonô seria capaz de realizar tudo isto.”

Dona Júlia Kubitschek, mãe de JK, na inauguração de Brasília.

“Nunca perdeu tempo em miúdas faxinas de ódio ou ressentimento. Construiu uma cidade e mudou o jeito deste país. É lendário e histórico. É JK.”

José Candido de Carvalho, escritor.

“Tenho visto muitos homens públicos compararem-se a Juscelino, mas ele foi único. Ele era o povo brasileiro, de tal maneira o assimilava em seu sofrimento, em sua inteligência, em sua esperança.”

*Aécio Neves, economista,
parlamentar, homem público.*

“Quem não quiser ser amigo de Juscelino deve ficar a pelo menos seis léguas de distância. O homem é uma pilha de simpatia humana.”

*San Tiago Dantas, jurista,
parlamentar, homem público.*

“Não obstante, ele deixou uma inflação de 25%, que não é nada comparada com essa de 200% [1984]. Mas com aquela inflação de 20%, ele realmente fez os cinquenta anos em cinco.”

Tancredo Neves, presidente da República.

“Um grande político. Juscelino Kubitschek era um homem preocupado com o desenvolvimento econômico. Nunca entrei no gabinete do presidente JK sem o ver ao telefone, aos gritos, cobrando a conclusão de uma ponte, a conclusão de uma estrada, a conclusão de uma grande universidade, de uma grande realização de desenvolvimento.”

Tancredo Neves, presidente da República.

“Nenhum desses governos foi tão cheio de conseqüências quanto o seu. A construção de Brasília e a conquista do oeste desviaram completamente o curso de nossa história e deram-lhe perspectivas até hoje não completamente avaliadas. E o admirável em Juscelino é que ele se conservou na ascensão, na glória, na queda e na adversidade dentro das mesmas qualidades de endurância, brandura, tolerância, alegria e bondade que tinham habitado o menino.”

Pedro Nava, escritor, médico, colega de faculdade de medicina de JK.

“JK foi um homem que fez coisas importantes, um homem doce.”

Tom Jobim, músico, compositor.

“Empossado na Presidência da República, JK promete fazer o Brasil saltar cinquenta anos em cinco. Não o fez. Quem o faria? Mas fez mais que qualquer outro para consolidar a democracia no plano político e promover o progresso econômico.”

Darcy Ribeiro, antropólogo, homem público, escritor.

“Homem excepcional, incapaz de uma perseguição,
de uma violência, de uma vingança. Perdoava
as pessoas, anistiava os culpados e detratores.
Mas depois foi por eles perseguido de forma
cruel, por inveja e despeito. Lançassem as urnas
eleitorais e ele teria voltado à Presidência com
a consagração de todo o povo brasileiro.”

Heráclito Fontoura Sobral Pinto, jurista.

“A partir de Juscelino, surge um novo
brasileiro. Aí é que está o importante, o
monumental, o eterno na obra do presidente.
Ele potencializou o homem do Brasil.”

*Nelson Rodrigues, jornalista,
escritor, dramaturgo.*

“Ninguém mais antipresidencial. Ele trouxe
a gargalhada para a Presidência. Os outros
presidentes têm sempre a rigidez de quem
ouve o Hino Nacional. Cada qual se comporta
como se fosse a estátua de si mesmo.”

*Nelson Rodrigues, jornalista,
escritor, dramaturgo.*

“Alegre como uma janela aberta.”

*Paulo Pinheiro Chagas, médico,
advogado, homem público, escritor.*

“Ele não dava em cima de mulher de ninguém.
Mulher é que vinha e dava em cima dele.”

*César Prates, violonista, cantor e
seresteiro, amigo íntimo de JK.*

“Como o senhor conseguiu construir esta cidade
em pleno regime democrático, presidente?”

*André Malraux, político e escritor francês,
ministro da Cultura da França.*

“Foi um golpe para mim. Como se eu tivesse perdido
um irmão. Nós nos conhecemos há 13 anos e,
desde então, no encontramos nas minhas inúmeras
viagens ao Brasil. Acaba de morrer uma grande
personalidade e estou profundamente sentido.”

*Alberto Sabin, cientista, médico,
benfeitor da humanidade.*

“É uma felicidade ser jovem neste país, presidente.”

*Fidel Castro, líder da revolução
cubana, Brasília, 1959.*

“Guardo a impressão de ter visto nascer um
monstro cujo coração e pulmões funcionavam
artificialmente, graças a processos de um
custo mirabolante. Em todo caso, se Brasília
sobrevive, a especulação vai se apossar dela.”

Simone de Beauvoir, escritora francesa.

“É fora de dúvida que a estrutura econômica do país se modificou profundamente e que o desenvolvimento passou a figurar como a mais prioritária das preocupações do governo.”

Mario Henrique Simonsen, engenheiro, economista, professor, homem público.

“Havia a sensação de que o triunfo pertencia a todos.”

José Honório Rodrigues, historiador.

“Juscelino Kubitschek é mais o começo do que o fim de um período.”

José Honório Rodrigues, historiador.

“A arrancada do desenvolvimento, a industrialização através da substituição de importações, com entrada de capital estrangeiro. O sonho de Juscelino motivou a criação de Brasília, numa perspectiva de integração nacional. Tudo num contexto democrático, com os partidos funcionando, a imprensa livre. E ele foi extremamente criticado.”

Maria Victoria de Mesquita Benevides, cientista política.

“A única realidade nacional é o perfil de Juscelino Kubitschek atarefado numa obra que ninguém lhe pode negar: a de providenciar botas de sete léguas para um gigante caminhar.”

Assis Chateaubriand, jornalista, empresário, empreendedor, homem público.

“O homem Juscelino, paradoxalmente extrovertido e tímido, sensível, inquieto, de uma invulgar e brilhante loquacidade, emérito pé de valsa e incomparável mestre de obras. Juscelino, este personagem esfuziante e entusiasta que, após ter sido covardemente abatido pela ditadura militar, transformou-se num ser amargo, deprimido, que somente na companhia de alguns amigos (e principalmente amigas) mais íntimos reencontrava um pouco da alegria, do entusiasmo, do incurável otimismo e da vontade de fazer que foram sempre as características mais marcantes do seu caráter.”

Joel Silveira, jornalista, escritor.

“JK sofreu tentativas de golpe, foi acusado de muitas coisas e chamado de ladrão. Depois de morto, foi reconhecido como um dos melhores presidentes do Brasil. Quero ser reconhecido em vida.”

*Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República.*

“O presidente Juscelino deve ser visto como o profeta que começou a preparar o Brasil para o século vinte e um.”

*Fernando Henrique Cardoso,
presidente da República.*

“No poder ou fora dele, acostumei-me a vê-lo cheio de entusiasmo e determinação, preocupado permanentemente com seus planos, a pensar neste país que ele tanto amou e tanto engrandeceu.”

Oscar Niemeyer, arquiteto, um dos fundadores de Brasília.

“Tenho oitenta anos. Privei com ele nos tempos áureos. Nunca vi um homem morrer tão infeliz.”

Guilherme Romano, médico que recolheu o diário de JK após o acidente fatal.

“É mesmo insofismável que houve o acidente. Mas aí há um paradoxo: os indícios de que houve um crime são maiores que as provas.”

Carlos Heitor Cony, jornalista, escritor.

“Daqui a dois mil anos, o único brasileiro a ser lembrado pelos seus compatriotas.”

Clóvis Salgado, médico, homem público.

“Ele passou a ser visto como o oposto da ditadura, dos desmandos, do anti-Brasil, dos militares que assaltaram e empolgaram o poder, estabelecendo a tortura monstruosa e a espantosa corrupção.”

Jorge Amado, escritor.

“Aquele Juscelino não é de nada!
Isso aí vai é desmoralizá-lo.”

Carlos Lacerda, jornalista, escritor e homem público, adversário e inimigo de JK, em 1956, sobre a construção de Brasília.

“Brasília é o mais caro monumento à insensatez e incompetência erigido até os dias de hoje.”

Carlos Lacerda, jornalista, escritor e homem público, adversário e inimigo de JK, em 1956, sobre a construção de Brasília.

“A marca mais forte de sua grandeza foi a imaginação. Era corajoso e ao mesmo tempo humilde. Pois esse homem cioso de seu destino, compenetrado daquilo que considerava uma espécie de missão, era humilde de coração.”

Carlos Lacerda, jornalista, escritor, homem público, amigo e aliado político de JK, em agosto de 1976.

“Pobre menino descalço de Diamantina que hoje pertence à História do Brasil. Agora você pertence à eternidade de uma nação. E à saudade de todos nós.”

Adolpho Bloch, editor, empresário, amigo de JK.

“Com imensa dor, tive a confirmação logo em seguida: perdera um irmão, um amigo. E o Brasil perdia um estadista.”

*Walther Moreira Salles,
empresário, homem público.*

“Se fosse paulista, queria uma estátua de Juscelino em todas as cidades. Afinal, ele foi o criador da São Paulo moderna.”

*Walther Moreira Salles,
empresário, homem público.*

“O homem de visão do Brasil. Uma das personagens políticas mais ricas dos últimos tempos, um homem que fez coisas impressionantes.”

*The New York Times, editorial
de 25 de agosto de 1976.*

“[A cassação] foi devida principalmente à obsessão do Juscelino de voltar à Presidência da República, desde a época em que saiu do governo, em janeiro de 1961.”

Ernesto Geisel, presidente da República.

“Tanto pedi a Deus que esse homem não morresse no meu governo!”

*Ernesto Geisel, presidente da
República, agosto de 1976.*

“O presidente Figueiredo respondeu-me que ele próprio fizera o inquérito sobre a vida passada de Juscelino e nada de sério encontrara a desabonar a honradez do ex-presidente da República.”

Saïd Farah, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (governo Figueiredo).

“Meu avô era um homem digno, determinado, que não alimentava ódio, mesmo dos seus mais implacáveis adversários.”

*Anna Christina Kubitschek
Pereira, neta de JK.*

“Como pode o peixe vivo/ Viver fora d’água fria?/
Como pode o peixe vivo/ Viver fora d’água fria?/
Como poderei viver,/ Como poderei viver,/ Sem
a tua, sem a tua,/ Sem a tua companhia?”

Voz do povo, carregando o caixão de JK nas ruas e praças do Rio de Janeiro e de Brasília, chorando e cantando para o líder morto.

“Nos seus instantes mais altos, ele foi capaz de ousar na escolha dos caminhos abertos.”

*Antonio Delfim Netto, economista,
professor, homem público.*

“Acho que o presidente será julgado quando se sedimentarem essas paixões pelo bem e pelos erros que ele praticou. Mas com certeza é mais fácil que ele seja julgado pela igreja de Deus, porque a igreja dos homens não perdoa o êxito alheio. E raramente pode perdoar aqueles que são os primeiros da sua geração, como ele foi.”

Jarbas Passarinho, militar, parlamentar, homem público, escritor.

“As cinco lições de Juscelino: pioneirismo na luta pelo desenvolvimento do Brasil, democracia, diálogo, entusiasmo e confiança em seus empreendimentos, tolerância e respeito para com os adversários.”

André Franco Montoro, advogado, professor, parlamentar, homem público.

“Foi um cidadão que, acima de tudo, amou a vida pública e a grandeza do Brasil.”

Ulysses Guimarães, advogado, parlamentar, homem público.

“Soube ser o mais querido e soube ser o mais injustiçado.”

Nelson Carneiro, parlamentar, homem público.

“Tinha a visão de um estadista e o dinamismo de um moço.”

Francisco Negrão de Lima, diplomata, homem público.

“Eu amava apaixonadamente esse homem!”

Sarah Kubitschek, mulher de JK.

“Se o povo quer levar o Juscelino, deverá fazê-lo.”

*Sarah Kubitschek, no
sepultamento do marido.*

“Ele não acabou. Explodiu, como uma estrela,
e a luz das estrelas mortas fica brilhando
no céu muito tempo depois que elas se
extinguem. Sua vida teve visão e dimensão.
Visão de Brasília. Dimensão do Brasil.”

*Afonso Arinos de Melo Franco, jurista,
professor, escritor, homem público.*

FRASES DE JK

Frases de JK

“Não vejo sentido nas vidas que se economizam, que se recusam a consumir-se na chama de um ideal.”

“Ressalto a honra que tenho em pertencer ao corpo legislativo de meu país. Sem parlamento não há democracia, não há liberdade.”

“Durante o meu governo, durante a minha vida, adotei uma filosofia básica: não tenho compromisso com o erro. Se errei, devo voltar atrás.”

“É muito difícil um homem sair de Diamantina, filho de uma viúva pobre, para chegar à Presidência da República.”

“Nunca fui capaz de alimentar malquerenças e muito menos de cultivar ódio.”

“Preferi olhar o Brasil na dimensão de seu futuro e prepará-lo em tempo para o dia de amanhã.”

“O Brasil vai viver cinquenta anos em cinco.”

“Sempre soube o que queria. Sempre soube querer. E isso explica Brasília.”

“A criação de Brasília, a interiorização do governo, foi um ato democrático e irretratável de ocupação efetiva do nosso vazio territorial.”

“Escolhi Brasília como o ponto alto de meu governo, porque estou convencido de que a nova capital representou um marco. Depois de sua construção, ninguém poderia duvidar de nossa capacidade técnica, do vigor de nossas indústrias nacionais ou da capacidade do trabalhador brasileiro. Brasília deixou atrás de si um passado de derrotismo e pessimismo e inaugurou uma nova era de autoconfiança e otimismo.”

“Na realidade, tudo o que sou, como cidadão, como brasileiro, como homem público, à minha mãe o devo.”

“Não aprendi a odiar.”

“Nunca deixei uma obra pela metade. O que projeto, faço.”

“Muita gente que não a conhece de perto se ilude com a Sarah, por vê-la assim, tão miudinha, tão sorridente, ninguém imagina a fortaleza que ela é. Uma rocha.”

“Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.”

“Os futuros intérpretes da civilização brasileira, ao analisar este período de nossa história, hão de deter-se com assombro ante a figura bronzeada desse titã anônimo que é o candango, herói obscuro e formidável da construção de Brasília.”

“Deixemos entregues ao esquecimento e ao juízo da história os que não compreenderam e não amaram esta obra.”

“A política parece que circula no sangue da gente, impregnando todos os tecidos.”

“Se há algo que posso louvar em mim mesmo é o fato de ter me mantido o mesmo homem, antes, durante e depois do poder.”

“Sou visceralmente democrata. Para mim, a liberdade é algo fundamental.”

“Deus poupou-me o sentimento do medo.”

“Não tenho medo da impressão que possa causar repetindo e reafirmando que a batalha do desenvolvimento nacional é a própria luta pela sobrevivência.”

“Não compreendo que uma nação possa viver apenas de estradas e pontes. Há uma coisa mais sutil, superior, que são as garantias constitucionais, as liberdades individuais.”

“Não queremos empréstimos que escravizam. Queremos investimentos. A nossa riqueza deve levar o suor do nosso trabalho.”

“Se o governo tem que ser exercido dentro das normas rígidas da economia, com desprezo da sensibilidade que só os políticos possuem, em vez de eleição para presidente da República, dever-se-ia fazer um concurso. O classificado em primeiro lugar ficaria com o comando.”

“O perdão é a marca da grandeza, sobretudo quando se tem em vista um objetivo mais alto.”

“Volto-me com piedade para os executores de minha liberdade política, porque sei quão frágeis são as tentativas de um regime de força no cenário tradicional da democracia brasileira.”

“Charme tem importância decisiva na vida política de um homem. As urnas são severas, as multidões exigentes e o eleitorado impaciente.”

“A glória do meu governo foi manter o regime democrático apesar de tudo, apesar de todas as tentativas, todos os esforços para derrubá-lo. Em quarenta anos de vida republicana, fui o único governo civil que começou e terminou no dia marcado pela Constituição.”

“Se houvesse caminho aberto, eu voltaria mesmo a pé para o Brasil.”

“A justiça de Deus, no meu caso, tenho-a comigo, na intimidade de minha fé.”

“Só quem atravessou o deserto sabe o quanto vale uma pétala d’água.”

“Faço hoje, incrivelmente, 72 anos. Sinto-me espiritualmente com a idade de 30. Nenhuma ferrugem na alma nem na vontade. As decepções, os sofrimentos da revolução não conseguiram quebrar a fibra íntima. Sinto-me ainda capaz de grandes aventuras, tais como Brasília. Compreendo os homens.”

“Se não tivesse feito Brasília rapidamente, ela nunca teria saído do papel.”

“Brasília, nestes anos tempestuosos que o destino me impôs, deprimia-me quando aí, por uma circunstância ou outra, tive que estar. Estou com a sensação de que Brasília não é mais minha. Não é como uma filha que se casa. É diferente. É pior.”

“O que se ouve é o grito de guerra da juventude rebelada contra uma sociedade injusta, arcaica, anacrônica e, sobretudo, repressora.”

“Creio na vitória final e inexorável do Brasil como nação.”

“Reivindico para mim a inclusão da palavra desenvolvimento no vocabulário político brasileiro.”

“Como valeu a pena!”

“Ninguém pode ter outro interesse se não o de que se consolide o regime de liberdade.”

“É inútil fechar os olhos à realidade. Se o fizermos, a realidade abrirá nossas pálpebras e nos imporá a sua presença.”

“Tudo se transforma em alvorada nesta cidade que se abre para o amanhã.”

“Hoje é o dia mais feliz da minha vida. O Congresso acaba de aprovar o projeto de construção de Brasília.”

“Meu sonho é viver e morrer em um país em liberdade.”

“Brasília é a demonstração inequívoca de fé na capacidade realizadora dos brasileiros, triunfo de espírito pioneiro, prova de confiança na grandeza deste país, ruptura completa com a rotina e o compromisso.”

“Não aceito o julgamento dos que agora me julgam. Só aceito o julgamento do povo, pois só nele reconheço o juiz de minhas ações.”

“Sou conciliador por natureza.”

“Sou um moderado e só por isso consegui superar todas as paixões.”

“Sei que nestas terras brasileiras as tiranias não duram; que somos uma nação penetrada pelo espírito de justiça.”

“Mas não é apenas no plano material que eu creio em nosso país. Creio também na generosidade, no amor à liberdade, no natural respeito à pessoa humana que distinguem a nossa alma coletiva, que caracterizam a personalidade brasileira.”

“O silêncio é a única arma de protesto de que disponho.”

“Numa hora de desalento e desânimo, em que a situação do país nos coloca nas pontas deste dilema: progredir ou perecer – orgulho-me de ter desfraldado em nossa pátria a bandeira do desenvolvimento nacional, na mais perfeita vigência do regime democrático.”

“Depois de eleito, quando houve um movimento contra minha posse, redigi o decreto de criação de Brasília, pensando: podem me derrubar, mas pelo menos cumpri com minha palavra.”

“A democracia não vive na aparência. A prática é que lhe compõe autenticidade.”

“Ultrapassada a fase do meu governo, nova luta se desencadeou contra mim, dessa vez selvagem e sem quartel. Não quiseram matar em mim o homem público. Foram além, tentando por todos os modos enterrar a minha honra dentro de um túmulo de calúnias. Mas não ficaram ainda satisfeitos com as arremetidas. No exílio, privado de tudo, rodeado apenas pela solidão que persegue o homem condenado a não voltar ao seu país, eles ainda continuam atirando as setas envenenadas de um ódio que amesquinha o Brasil. A minha passagem pelo Rio foi uma mistura de glória e de sofrimento. Quando não havia mais uma gota no cálice da amargura, puseram-me no avião e, de novo, me mandaram para a solidão deste segundo exílio.”

CADERNO
ICONOGRÁFICO

Caderno iconográfico



Figura 1 – Foto oficial do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961).



Figura 2 - Trabalhador, simpático, alegre e boêmio, João César de Oliveira, pai de JK, morreu de tuberculose aos 33 anos.



Figura 3 – Juscelino, o Nonô, e sua irmã Maria da Conceição, a Naná, amiga e confidente de vida inteira.



Figura 4 – Em 1914, o menino Nonô gravou as iniciais JK na tampa de madeira de sua carteira escolar no Seminário de Diamantina.

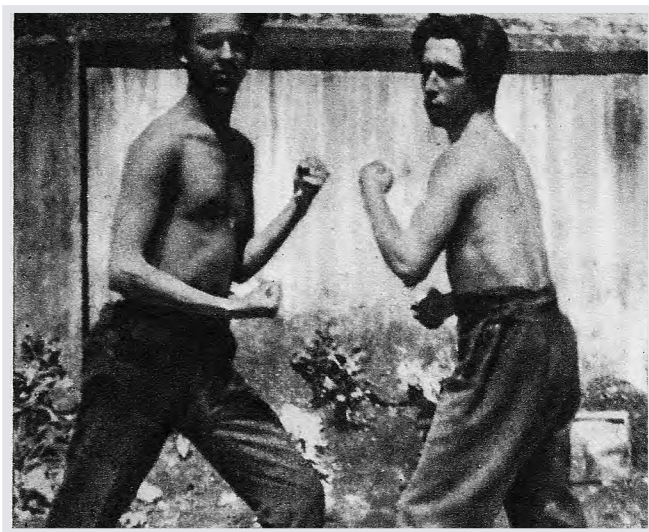


Figura 5 – Juscelino e José Maria Alkmim: juntos na luta desde meninos.

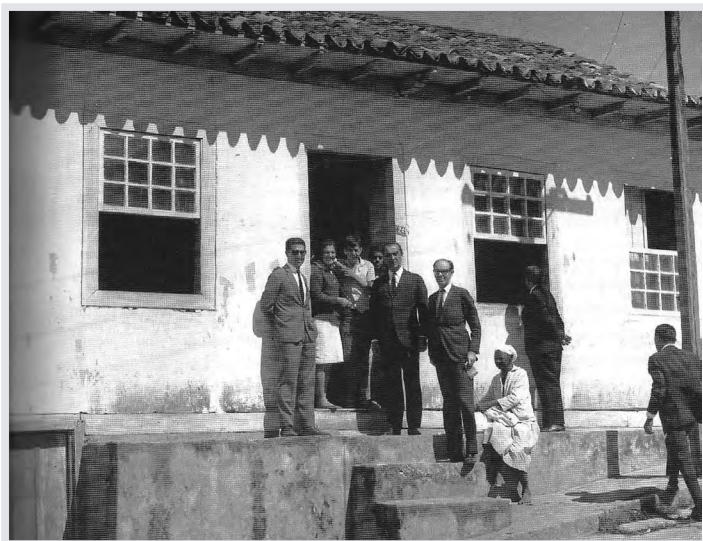


Figura 6 – Pedro Nava, colega de faculdade e amigo de JK: “Fora sua simpatia radiosa, seu espírito sempre alerta, sua alegria sadia, seu zelo pelos estudos, seu prodigioso coração – outros predicados não distinguiam aquele menino, vindo da casinha de porta e três janelas da rua do São Francisco, na Diamantina, dos outros meninos de sua turma”.



Figura 7 – Diamantina, 1916, Juscelino, 14 anos, seminarista: “Não tenho jeito para padre. Quero estudar para ser doutor.”.



Figura 8 - Juscelino Kubitschek de Oliveira, formatura em medicina, Belo Horizonte, dezembro de 1927.

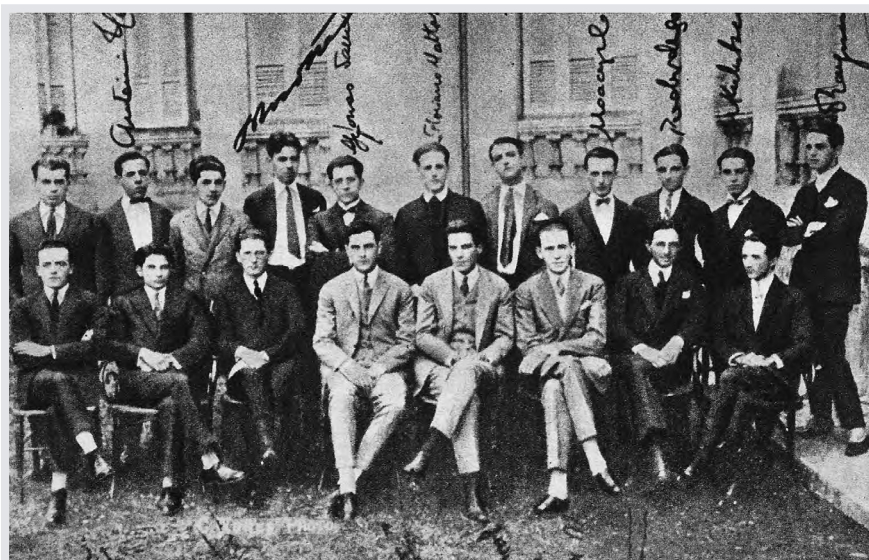


Figura 9 – Faculdade de Medicina, formandos de 1927. JK é o segundo, de pé, da direita para a esquerda.



Figura 10 – Paris, 1930: o célebre urologista Maurice Chevassu e seus alunos. JK é o segundo da última fila, da esquerda para a direita.



Figura 11 – Juscelino, primeiro à esquerda, capitão-médico na Revolução Constitucionalista de 1932: “No íntimo, nutria consideração pela causa de São Paulo e via, com angústia, o sofrimento do povo que havia lutado sozinho por uma Constituição.”.



Figura 12 – Doutor Juscelino, de gorro branco, Passa Quatro, Minas, Revolução de 1932: “Muitos deixavam-se levar, inertes, os braços caídos e a fisionomia contraída pela dor. Alguns já se encontravam em agonia.”.



Figura 13 – Deputado federal Juscelino Kubitschek: mandato abortado pelo Estado Novo de Vargas, em novembro de 1937.



Figura 14 – Belo Horizonte, 1943: o prefeito Juscelino (chapéu preto) visita obras da Pampulha. A seu lado, gravata escura, o arquiteto Oscar Niemeyer.



Figura 15 – Juscelino herdou do pai, João César de Oliveira, a paixão pelas serestas e pela dança. Ganhou o apelido de Pé de Valsa.



Figura 16 – Juscelino, deputado federal constituinte, 1946, em reunião do PSD.



Figura 17 – Os amigos Zé da Véia e Nonô, depois ministro da Fazenda José Maria Alkmim e presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira.



Figura 18 – Belo Horizonte, 12 de agosto de 1954: o presidente Getúlio Vargas abraça o governador Juscelino. Doze dias depois, o suicídio com um tiro no coração.



Figura 19 – Rio de Janeiro, Palácio Tiradentes, 10 de fevereiro de 1955, Convenção Nacional do PSD: JK candidato a presidente da República.



Figura 20 – Jataí, Goiás, 4 de abril de 1955, primeiro comício da campanha presidencial de Juscelino, anúncio da construção da nova capital: de caso pensado.



Figura 21 – Rio de Janeiro, Palácio do Catete, 1º de fevereiro de 1956, primeira reunião ministerial: liberdade de imprensa, anúncio do Conselho de Desenvolvimento e do Programa de Metas.



Figura 22 – JK na primeira visita ao local de construção de Brasília, 2 de outubro de 1956: pés no chão, sonho na cabeça.



Figura 23 – Primeira visita ao local de construção de Brasília, 2 de outubro de 1956: cafezinho na roça, de terno e gravata. Ao lado do presidente, o lendário engenheiro Bernardo Sayão.



Figura 24 – Brasília, primeira missa, 3 de maio de 1957, cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta: “Trampolim mágico para a integração da Amazônia à vida nacional.”.



Figura 25 – Do ateu Darcy Ribeiro: “Deus estava de muito bom humor quando reuniu JK, Israel Pinheiro, Niemeyer e Lúcio Costa para fazer Brasília.”



Figura 26 – Visita às obras de Brasília, abril de 1959, Fidel Castro a JK: “É uma felicidade ser jovem neste país, presidente.”



Figura 27 – Inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960, Praça dos Três Poderes: explosão de alegria dos candangos.

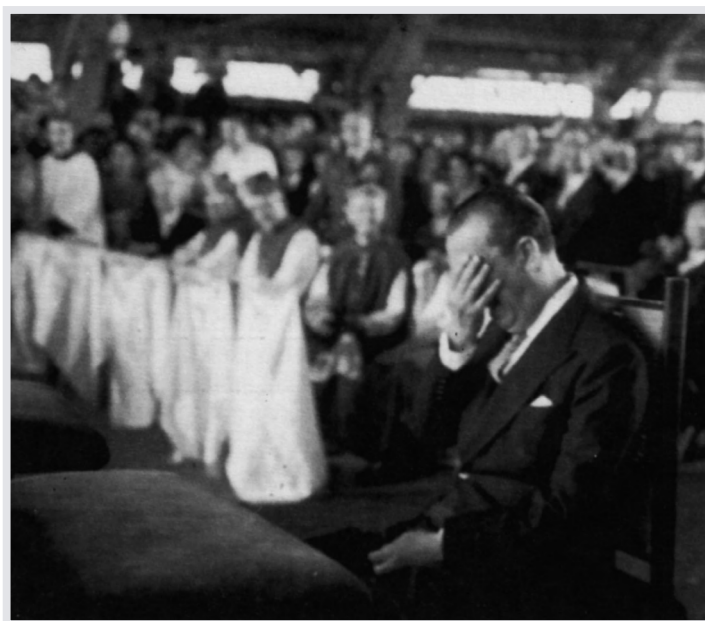


Figura 28 – Inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960: JK chora durante a missa.



Figura 29 – O visionário JK na inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960.



Figura 30 – Campanha da reeleição presidencial de JK em 1965 começou antes da posse do sucessor, Jânio Quadros, em 31 de janeiro de 1961.



Figura 31 – JK na campanha precoce da eleição presidencial que não houve.

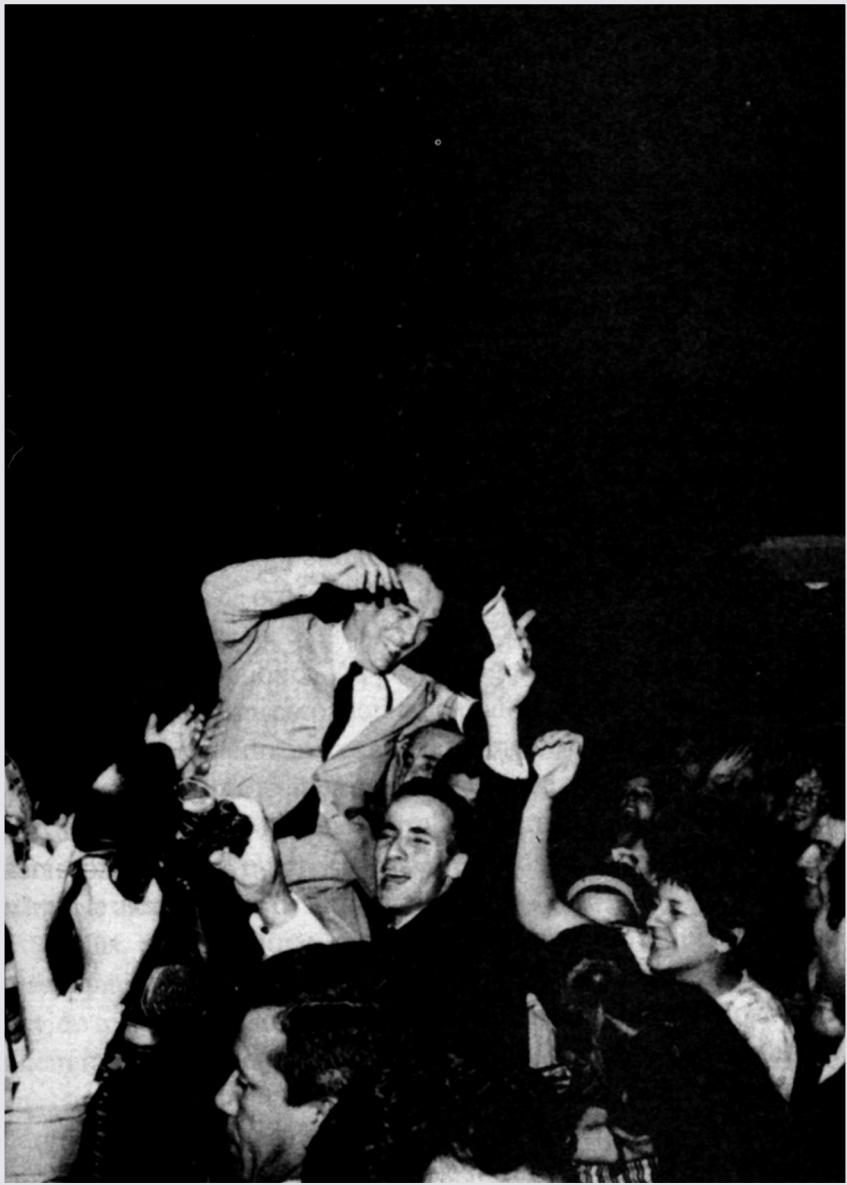


Figura 32 – JK na campanha de senador por Goiás, 1961.



Figura 33 – Congresso Nacional, 13 de julho de 1961: discurso de posse do senador JK.



Figura 34 – Brasília, 13 de julho de 1961, o senador Juscelino Kubitschek de Oliveira diante do Congresso Nacional.



Figura 35 – Brasília, 3 de junho de 1964, Senado Federal: desabafo democrático de JK contra a cassação anunciada.

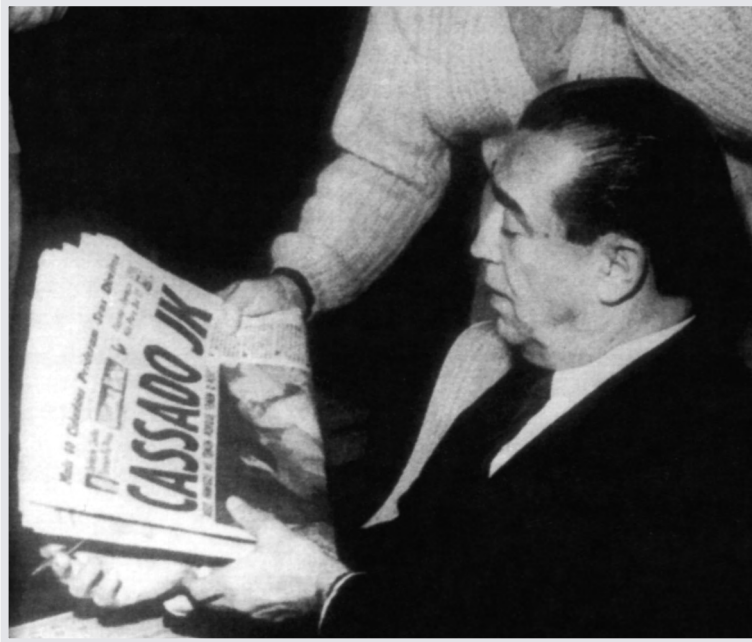


Figura 36 – Rio de Janeiro, 9 de junho de 1964: JK lê a manchete de sua cassação no jornal Última Hora.



Figura 37 – JK no exílio: motorista destreinado, luta para dirigir seu carro em Paris, para-lama amassado.



Figura 38 – JK e Carlos Lacerda em Lisboa, 19 de novembro de 1966: Frente Ampla pela democracia.



Figura 39 – Rio de Janeiro, 1965: JK deixa interrogatório policial. A seu lado, o deputado federal Tancredo Neves.



Figura 40 – JK se despede da mãe, dona Júlia: “Na verdade, tudo o que sou como cidadão, como brasileiro e como homem público à minha mãe devo.”.



Figura 41 – JK tirava os sapatos sempre que podia:
dor no dedo mínimo do pé direito.

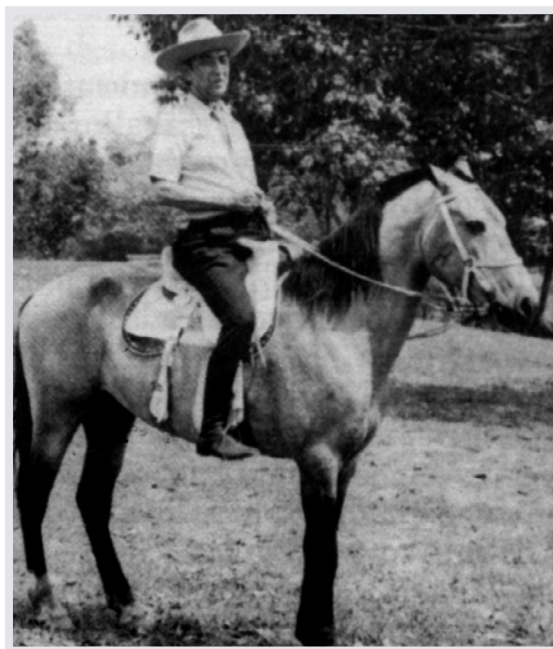


Figura 42 – Urbaníssimo, JK tentou virar fazendeiro em Luziânia, Goiás.



Figura 43 – Motorista Geraldo Ribeiro: amigo de JK até a morte.



Figura 44 – O que restou do carro em que JK viajava de São Paulo ao Rio: acidente de estrada?



Figura 45 – Brasília, 23 de agosto de 1976: a cidade para, chora e canta de dor e amor por JK.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COMARCA E MUNICÍPIO DE RESENDE

Av. Erasmo Braga,
RIO DE JANEIRO

2.º DISTRITO - VILA DE AGULHAS NEGRAS

Av. Nilo Peçanha, 71 - Telefone 1913

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

MARIA DA CONCEIÇÃO PRIMO BRAGA

Oficial do Registro Civil e Tabelião de Notas

ÓBITO N.º 077=

CERTIFICO, que às fls 175= do Livro N.º 12-C.= do Registro de Óbitos, foi feito hoje o assento de JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA * * * * * falecido aos de 22 de agosto de 1976 as 20:50 horas, em Rodovia Presidente Dutra - Km. 165 * * * * * de cor branca * * * * *, sexo masculino, profissão médico * * * * * natural de Diamantina - Est. Minas Gerais, domiciliado av. Atlântica nº 2038/701 - Rio - RJ, * * * * * e residente no domicílio * * * * * com setenta e cinco anos de idade, estado civil casado * * * * * filho de JOÃO CESAR DE OLIVEIRA * * * * * natural do Est. de Minas Gerais * * * * *, profissão falecido * * * * * e de JULIA KUBITSCHKE * * * * * natural de Est. de Minas Gerais * * * * *, profissão falecida * * * * * e residentes em * * * * * Foi declarante o sr. José Arimatéia de Souza * * * * * sendo o atestado de óbito firmado pelo médico legista (assinatura ilegítima) * * * * * que deu como causa-mortis Esmagamento da cabeça - ACIDENTE - * * * * * O sepultamento foi feito no Cemitério de Brasília - DF. * * * * *

Observações: O obituado deixou viúva D^a. SARAH KUBITSCHKE, 2 filhas maiores e bens a inventariar. * * * * *

O referido é verdade e dou fé.
Agulhas Negras, 23 de AGOSTO de 1976.

1.ª Via - Isenção de Selos
(art. 31 do Dec. 4.057 de 9-11-34)

Maria da Conceição Primo Braga
O Oficial

Figura 46

Crédito das figuras

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHG-DF)

Figuras 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42 e 45.

Arquivo Público do Distrito Federal (APDF)

Figuras 6, 13, 15, 18, 22, 23, 25, 26, 29, 32, 41, 43 e 44.

Arquivo do Autor

Figuras 4, 30, 31 e 46.

2^a PARTE

Discursos e outros documentos

Discursos



Na Constituinte de 1946, sobre a transferência da capital.

20 de maio de 1946

Fonte: *Diário da Assembleia*, 21 de maio de 1946, p. 1964.

O SR. JUSCELINO KUBITSCHEK – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre representante.

O SR. JUSCELINO KUBITSCHEK – Sr. Presidente, há mais de meio século, cogita-se da possibilidade de transferir a capital federal para o interior do Brasil. Razões inúmeras alicerçam o ponto de vista dos que assim pensam. As imensas regiões do interior e a força de uma decisão política que transferisse para o seu meio o centro vital da administração brasileira passariam a constituir imediatamente um elemento novo de profunda significação econômica e social; na rota do progresso do Brasil o grande sonho de se recuar a fronteira econômica do Brasil, levando-a para regiões que ainda hoje aguardam uma nova epopeia de

bandeirantes, foi o fator decisivo que acalentou, durante gerações sucessivas, o propósito de se vitalizar o sertão brasileiro, plantando no coração da pátria um centro poderoso de irradiação cultural, econômica e social. Por imposição da vontade nacional é esta a terceira vez que se reúne no Brasil uma Assembleia Constituinte, no decurso de menos de um século. Dentro dela tem vindo bater o sopro da aspiração de todos os brasileiros.

Nas duas primeiras, a de 1891 e a de 1934, a questão da mudança da capital federal foi estudada com interesse e carinho. Todos sentiam a necessidade de se deslocar o eixo econômico do Brasil, situado numa estreita faixa litorânea, com evidente desencorajamento ao progresso do imenso território que apenas adormecido aguarda apenas o toque de sentido, de estímulos novos e fecundantes.

Na Constituição de 1891, no seu art. 3º, estabelece-se:

“Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal.”

Idênticos propósitos animaram os constituintes de 1934, que no art. 4º das Disposições Transitórias estabelecia:

“Será transferida a capital da União para um ponto central do Brasil. O presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob instruções do governo, procederá a estudos das várias localidades adequadas à instalação da capital federal.”

O Sr. José Bonifácio – O local naturalmente indicado para capital federal é a cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

O SR. JUSCELINO KUBITSCHEK – Estamos quase de acordo.

“Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à

mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um estado.”

Nessa Assembleia, o assunto já foi focalizado pelo ilustre senador Sr. Pedro Ludovico, que aduzindo considerações razoáveis sugeriu a mudança da capital federal para o estado que tão nobremente representa. Estando próximo o momento em que se vai manifestar o Plenário sobre o anteprojeto constitucional afigura-se-me oportuno trazer ao conhecimento dos Srs. Representantes, pedindo sua inserção nos anais desta Casa, um magnífico trabalho de autoria do engenheiro Lucas Lopes, atual secretário da Viação do estado de Minas Gerais.

O Sr. *Pedro Ludovico* – O trabalho do engenheiro Lucas Lopes é interessantíssimo, pois estuda todos os aspectos daquela região que, aliás, conheço muito bem.

O SR. JUSCELINO KUBITSCHEK – Nele, além de sugerir a mudança da capital para o Pontal do Triângulo Mineiro, são estudados os variados aspectos do problema e apontada uma solução que, de acordo com os estudos realizados por aquele eminente técnico, satisfaz o ponto de vista esperado pelos partidários da ideia da mudança da capital.

O Sr. *Gabriel Passos* – É realmente notável, mas parece que abrange um território excessivo para a localização do Distrito Federal. O território poderia ser menor.

O SR. JUSCELINO KUBITSCHEK – Ele inclui no seu projeto três municípios no Triângulo Mineiro. Ora, esses três municípios ficariam de tal maneira presos à influência da nova capital que seriam, fatalmente, absorvidos. Daí o aumento da área correspondente ao Distrito Federal.

Não darei conhecimento à Assembleia da íntegra do trabalho de S. Exa. porque uma leitura melhor esclarecerá. Sucinto e claro, enriquecido em mapas ilustrativos, a Memória sobre a Mudança do Distrito Federal

é um documento que deve ser meditado por todos aqueles que desejarem tratar do assunto.

São estas considerações que me levam, Sr. Presidente, a solicitar a inserção do referido trabalho nos *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*.

(O orador envia à Mesa o seguinte requerimento:)

“Requeiro a inserção nos Anais da Assembleia do incluso trabalho do engenheiro Lucas Lopes sob o título Memórias sobre a Mudança do Distrito Federal, visto se tratar de assunto de interesse nacional, pertinente à matéria constitucional.

Rio, 20 de maio de 1946. – Juscelino Kubitschek.”

· JK ·

Saudação ao presidente González Videla, do Chile.

27 de outubro de 1946

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, 28 de junho de 1947, p. 3079-3080.

O SR. JUSCELINO KUBITSCHEK – Sr. Presidente González Videla, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Ministro das Relações Exteriores do Chile, Srs. Representantes do Poder Legislativo do Chile, Srs. Ministros de Estado, Srs. Deputados,

Neste recinto augusto, embalado pelas tradições do civismo brasileiro, vêm se esbater vozes e pensamentos que traduzem os anseios profundos da nação.

De índole liberal, o Brasil amanheceu sob o signo da liberdade e as raízes que lhe trouxeram a primeira seiva se alimentaram na viril energia dos desbravadores.

Como imensa muralha continental, debruçou-se sobre o Atlântico de praias extensas, marcando, com o recorte caprichoso de sua orla marítima, a posse de um mundo que iria desafiar a têmpera audaz dos colonizadores.

O despertar deste novo celeiro da humanidade veio no bojo de naves portuguesas.

Vivia o mundo a epopeia de Sagres.

Do pequeno ninho alçavam voo os grandes sonhos dos descobrimentos.

A rudeza do solo novo, o mistério das selvas sombrias e a hostilidade das tribos guerreiras amalgamaram resistências e heroísmos e desse cenário trepidante surgiu a raça que se vai apossando lenta, mas seguramente, das superfícies que, pela extensão e grandeza, aguardam ainda em vários pontos o tropel da civilização.

Outras naus corajosas prosseguiram a jornada para o sul e em passos de arrojo ciclópico contornaram a extremidade do continente “na mais audaciosa aventura que a humanidade conheceu”.

Atlântico e Pacífico encontravam as suas águas ao influxo da iniciativa criadora do mesmo povo.

Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães arrancavam às luzes de um mundo desconhecido as terras do Brasil e do Chile, com vinte anos, apenas, de diferença.

Eram dois irmãos que nasciam e que, descendentes da mesma estirpe, percorreriam juntos a rota de seus destinos, tendo a latejar-lhe nas artérias o mesmo sangue, em ritmo de recíproca amizade.

Como duas imensas sentinelas que tentassem devassar o mistério dos oceanos e atrair a flor de uma civilização longínqua, perfilaram-se a valente Araucânia no Pacífico e a Bahia poética, no Atlântico.

Pela origem comum do descobrimento, as nossas pátrias, Sr. Presidente Videla, trilharam caminhos paralelos ao forjarem a sua nacionalidade.

Alguns séculos se interpuseram entre o descobrimento e a independência.

As lutas que o generoso povo chileno sustentou para conquistar um lugar no quadro das nações enchem páginas que exaltam as lendas do seu país.

Todas as terras que compõem o continente americano foram descobertas dentro de um mesmo ciclo e com intervalos de pequenos períodos.

Rudes e selvagens, nenhum sentimento de hospitalidade floria no coração dos habitantes primitivos.

Pelo caminho do Estreito de Bhering, em épocas remotas, desceram as primeiras legiões humanas para a conquista do continente que se estendia de um polo a outro.

Durante milênios a terra pertenceu-lhes e, como vivessem mergulhados no mais denso isolamento, receberam os conquistadores europeus como a inimigos implacáveis.

Árdua e dura, no setor do Chile, foi a peleja contra os araucanos, então senhores do país.

Gastão da Cunha, em lapidares expressões, referindo-se ao Chile, dizia:

“Nele a Geologia explica a História; aquele trecho da América somente poderia ser habitado por um povo varonil, lutador e valente.

Assim o foi sempre desde o drama da conquista.

Em nenhuma parte deste continente foi mais tenaz e mais prolongada a luta com o dono primitivo do país e o conquistador teve que enfrentar uma raça cujo sangue podia correr em suas próprias veias.

Tudo ali conspira para dar ao homem uma feição especial; a cordilheira, a terra e o mar.”

Senhores de uma bravura indômita dominaram, porém, a terra e os homens, lutando até contra os próprios elementos, férteis em surpresas e agressivos em destruir, por estremecimentos periódicos do solo, o fruto de longos e pertinazes esforços.

Uma conquista, o novo mundo preza, entretanto, acima de tudo: a liberdade.

Herança abençoada, é a semente que o nomadismo do íncola espalhou por todos os caminhos da América, fazendo-a brotar do solo como as árvores, sem peias, nem fórmulas, mas resistentes e invencíveis.

Os antepassados de V. Exa., Sr. Presidente, palmilharam as ínvias encostas das cordilheiras geladas, sofreram o exílio e a morte, mas, através de anos de peleja, escreveram epopeias que poucas histórias conhecem: a marcha de San Martin, pelos desfiladeiros de Aconcágua, e a perseverança heroica de Bernardo O’Higgins, que ferido em combate declarou: “Não me resta senão um braço; com ele porém decidirei a sorte da pátria.”

E, aureolado pela glória e pelo sacrifício, o Exército Libertador esmagava em Chacabuco as tropas do rei da Espanha e assinava em Maipu, a 5 de abril de 1818, a Independência do Chile.

Quatro anos mais tarde, apesar do sacrifício que impunha à casa reinante de Portugal, D. Pedro, às margens do Ipiranga, em assomo de rebeldia e sugestionado pelo clima americano de liberdade, proclamava a Independência do Brasil.

Descobertos ao mesmo tempo, independentes em datas quase idênticas, o Brasil e o Chile jamais conheceram estremecimentos em suas relações.

Sentinelas alertas do mesmo ideal, os dois povos do Atlântico e do Pacífico, embora separados por acidentes geográficos, comungaram sempre na ânfora da fraternidade americana.

Os acontecimentos humanos revelam, invariavelmente, a constância das forças morais como fator decisivo na relação pacífica dos povos.

Há pouco mais de um século, ainda em plena fermentação das guerras de independência na América Latina, Monroe pregava a doutrina que lhe tomou o nome, segundo a qual qualquer tentativa de intervenção de estados europeus contra países americanos seria considerada como manifestação hostil para com os Estados Unidos.

Era o primeiro dique erguido às ambições ilegítimas que visavam escravizar, em proveito próprio, povos indefesos.

Sob a égide dessa atitude generosa da grande nação arrefeceram os apetites estranhos, e as unidades americanas, libertas de tutela, retomaram o ciclo de seus destinos, em busca de progresso e de civilização.

A constante moral de respeito à soberania de todos os povos criou no Novo Mundo uma atmosfera de culto ao Direito, impondo-se como doutrina sagrada.

Se algumas guerras ensanguentaram o solo americano, inúmeros conflitos se resolveram dentro desse espírito, mediante arbitramentos.

Se os sul-americanos apresentam características diversas, uma tendência é uniforme e constante em todos: a política de concórdia e de aproximação.

Roosevelt, cujo nome adquiriu dimensões universais, pela profundidade de sua atuação, reavivou o pan-americanismo, deixando na evocação vigorosa de sua vida, altas lições de solidariedade continental.

A nação que tem, agora, a honra excelsa de hospedar o presidente da heroica terra chilena orgulha-se de ostentar em sua evolução jurídica

uma linha invariável de respeito ao Direito e na esfera internacional um decidido empenho de estreitar sempre, e cada vez mais, “como se fosse uma única pátria continental”, laços de confiança que unem os países americanos.

As Constituições brasileiras deste e do século passado rezam, em seus textos, numa continuidade inalterável de pacifismo, que o Brasil “só recorrerá à guerra se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito e em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro estado”.

Aí está uma síntese grandiosa do pensamento brasileiro forjado não apenas pelos seus altos expoentes, mas cultivado, sinceramente, no meio da própria massa popular.

Não foram vozes isoladas que avivaram a consciência nacional, apontando-lhe esta atitude como rumo decisivo de nossa orientação.

De um extremo a outro da imensa pátria, milhões de homens curvados sobre o solo, na faina agrícola, tangendo rebanhos pelas planícies verdes, lutando nas cidades por entre o fumo das máquinas e a canção das sirenes, buscaram, nas tradições de sua formação, a inspiração cristã da paz, e dessa forma se esculpiu no espírito de cada brasileiro esta convicção inabalável de que se deve banir a guerra e de que as fronteiras que nos limitam com outros povos são apenas convenções geográficas e nunca elementos de separação.

Convênios e conferências das quais participaram nossos países estão assinalados por esta pregação, cujo sentido de fraternidade encontrou em nosso meio apóstolos que, pela força dessa ideia, ultrapassaram o âmbito nacional e se impuseram ao conceito do universo.

Rui Barbosa, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Afrânio Peixoto de Melo Franco, entre outros, escutam na imortalidade a que se recolheram a

cadência progressiva dos ideais pelos quais viveram e de que fizeram um evangelho.

O hóspede ilustre que neste momento a nação reverencia, por intermédio de seus líderes representantes, encontra ambiência à compreensão de sua nobre atitude e de seus propósitos pan-americanistas.

No almoço de despedida que lhe oferecem o Clube Militar de Santiago há dias passados, declarava textualmente S. Exa.: “parto para o exterior levando em meu espírito o propósito de aproximar cada vez mais os povos da América”.

A terra brasileira refloresce para receber quem tão alto eleva o pensamento.

A mensagem de fraternidade que V. Exa., Sr. Presidente Videla, traz, pessoalmente, ao Brasil, marcará uma etapa fulgurante na política secular seguida pelas nossas pátrias, cuja ligação afetiva inspirou ao diplomata patricio uma sentença perenemente registrada na história de nossas mútuas relações: “Não existe eco na vida daquela nacionalidade que não repercuta na alma brasileira como sons que se irmanam.”

V. Exa., no desempenho da alta missão de representante de seu país, junto ao nosso governo, já aqui deixara traços inapagáveis de sua passagem.

O cavalheirismo de sua mocidade, a compreensão aguda dos problemas internacionais, o senso vivo da trepidação da hora que passa talharam-no perfeito expoente das mais puras e altas virtudes do cidadão americano.

Os brasileiros acompanharam com interesse a marcha ascendente de sua vida pública.

E, quando a nobre nação chilena o elevou à mais alta magistratura, sentimos que as muralhas e cordilheiras interpostas entre nós nada mais

eram que traços de união a ligar o destino comum das duas grandes pátrias.

Os lutadores que, como V. Exa., nasceram nos caminhos ásperos do trabalho não tardam muito em saber que só uma força é capaz de guiar uma nação: a vontade soberana do povo.

Com este V. Exa. conviveu desde que o destino lhe abriu os olhos na aprazível região de La Serena, onde, por entre as dificuldades de uma juventude de imenso labor, abriu-se-lhe o espírito aos sonhos que a vida se encarregaria de realizar.

Terra feliz essa de La Serena! Ao lado do berço de um futuro presidente da República, outro já se aninhara na glória inextinguível de produzir uma das grandes cantoras do gênio latino, Gabriela Mistral, cuja imaginação, aureolada pelo esplendor de voos divinos, conquistaria com o prêmio Nobel renome mundial para si e para sua pátria.

Mal acabamos de varrer as pesadas nuvens da guerra e outras começam a se formar sob o azul do céu, apenas entrevisto.

A responsabilidade dos homens que têm a seu cargo direção de nações é grande e cada vez mais inquietante.

V. Exa. assistiu, como ministro de seu país, na França, aos horrores da capitulação e aos sofrimentos da derrota.

Viu a gloriosa capital estelar do mundo latino curvar-se, como flor batida pelos temporais, para em seguida erguer-se, impelida pela sua bravura e pela multissecular história de seus heroísmos, na esplêndida reação dos degaulistas.

O seu espírito pouco acostumado à luta desde a juventude bebeu ensinamentos que orientam agora a atenção de V. Exa. no cenário do novo mundo.

O político é, como o militar, um observador das situações perigosas.

Os postos que V. Exa. ocupou na política de sua terra e nas missões em que a representou, deram-lhe vista panorâmica sobre os acontecimentos que dominam a atualidade.

Eleito deputado aos 32 anos, na irrequieta curiosidade de seu espírito começava a amadurecer a suprema preocupação de todos os homens públicos de nosso continente: trabalhar infatigavelmente pela paz.

Aos 39 anos, ministro na França, viu com os próprios olhos a tragédia que abateu a Europa; aos 42, embaixador no Brasil, fundiu o próprio anseio pacifista da sua pátria às tradições inalteráveis de nossa política de entendimento.

Aos 45, eleito senador, identificou-se de tal modo às aspirações de seu generoso povo que, ao galgar, com 47 anos apenas, o posto de presidente da República, Chile e América do Sul saudaram o seu advento como a vitória da mocidade a serviço da fraternidade americana.

A cordial atitude de V. Exa. deixando a pátria para uma peregrinação cujo objetivo fundamental é estreitar ainda mais os povos da América eleva-o à galeria dos expoentes continentais.

Unidos indissolúvelmente sob um pensamento que condene a guerra, exerceremos poderosa pressão moral sobre os acontecimentos universais e influiremos decisivamente para estabelecer a tranquilidade dos povos.

O Brasil recebe o peregrino dessa jornada fraterna com o coração aberto e, a estas saudações, junta igualmente uma expressão cordialíssima de boas vindas ao Sr. Deputado Fernando Maya, ilustre presidente do Partido Radical que, representante do parlamento da nação amiga, aparece-nos como encarnação desse largo espírito de cooperação democrática de que os nossos países se fizeram pioneiros.

Infatigável nos seus propósitos conciliatórios, o Brasil se empenha, agora, em restabelecer a harmonia no solo do nobre e heroico povo do

Paraguai e preza aos céus que o êxito coroe os esforços que eliminarão o último vestígio de inquietação no continente.

Honrado por uma escolha que me sensibiliza extremamente, aqui estou para dizer a V. Exa., em nome dos representantes do povo brasileiro, que, dentro de sua trajetória histórica, o Brasil permanecerá fiel à condenação dos processos de violência e na ressonância de aspirações que sempre nos vincularam à pátria de V. Exa. prosseguiremos juntos na rota de respeito aos elevados objetivos de aproximação continental.

As bandeiras chilenas e brasileiras que abençoam este recinto, ostentando uma a estrela solitária que lembra altos desígnios de concórdia cristã e outra um punhado de astros que evocam paisagem jamais sacudida por ambições de conquista, entrelaçam-se para enviar aos corações das duas pátrias uma mensagem de suprema confiança no ideal de paz e de justiça universal.

· JK ·

Diplomação no Tribunal Superior Eleitoral

27 de janeiro de 1956

Fonte: KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. Discursos proferidos no primeiro ano de mandato presidencial, 1956.

Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

Recebendo das mãos de V. Exa., Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, os diplomas de presidente e vice-presidente da República, experimentamos uma sensação ao mesmo tempo de júbilo e de terrível responsabilidade. O júbilo vem de ter tido desenvolvimento pacífico e legal a crise brasileira; quanto à temerosa responsabilidade, estão na consciência de todos os inúmeros problemas que tem de enfrentar quem vai governar este país.

Jubilosos estamos, Sr. Ministro Presidente, porque de agora em diante sabemos melhor, por uma extraordinária experiência vivida, o quanto é difícil desrespeitar a lei; aprendemos todos nós como é poderosa a força da justiça, a que todos devemos submeter-nos, desde os mais graduados aos mais humildes.

Sentimo-nos confortados e tranquilos com a nossa consciência, Sr. Ministro Presidente e Srs. Ministros, não por nos vermos alçados agora à posição de já chefe de governo, mas por termos sido, em toda a campanha – cujo epílogo é a proclamação e diplomação a que este egrégio Tribunal acaba de proceder –, simplesmente, mas sem desfalecimentos, defensores da lei, homens que não deixaram de confiar um só instante nas leis de seu país.

Não duvidamos, mesmo nas horas mais difíceis, que o nosso país estivesse amadurecido suficientemente para que as regras e fundamentos da moral e do direito resistissem a toda sorte de desregramentos da paixão. O ato de hoje, neste Tribunal, fortalece o princípio de que não vinga mais entre nós o arbítrio e de que a lei é forte. Só se podem incluir, aliás, no número dos países civilizados aqueles em que as regras do jogo político são invioláveis, depois de aceitas. Só se podem considerar de fato constituídos em nação os povos para os quais a lei é objeto de acatamento, de limitação de sentimentos bruscos em perigo de desgoverno.

Não é apenas a nós, Sr. Presidente e Srs. Membros desta alta Corte, a quem consagram V. Exas. supremos magistrados da República brasileira; o que se consagra aqui, também e muito mais, é a vontade popular, fonte de toda a autoridade nas democracias. O que proclama este Tribunal é a submissão à vontade do povo; o que defende o ato de hoje é a confiança e a esperança popular na lei.

Nesta hora solene, queremos reafirmar que pretendemos construir toda a nossa autoridade na obediência à lei e a nada mais aspiramos. Da

lei não nos afastaremos um só momento, sob qualquer pretexto. Toda a nossa segurança virá sempre da lei.

Agradeço em meu nome e em nome do eminente companheiro Dr. João Goulart a V. Exas., Srs. Ministros, o exemplo de isenção, de imparcialidade, de rigorosa austeridade dado ao país. O segredo do equilíbrio e do prestígio deste Tribunal, a que a civilização brasileira deve mais um grande serviço, reside em duas virtudes fundamentais – a prudência e a altivez, que caracterizam os magistrados brasileiros. São V. Exas. prudentes, cautelosos, invariavelmente atentos na defesa da Justiça e do direito.

Não nos cabe agradecer o ato desta hora. O que devemos fazer é felicitar o Brasil por ter a serviço da vontade de seu povo homens como os que compõem o Tribunal Superior Eleitoral: homens do valor, das qualidades morais e da dedicação à causa pública de V. Exas.

E usando desta oportunidade, que é o marco final de uma caminhada áspera e terrível, queremos mais uma vez reafirmar o nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o interesse da pátria, tão necessitada, nesta hora, de desvelo, de cuidado e de trabalho.

Sentimo-nos mais do que nunca animados do ardente desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira.

Pedimos a Deus que nos inspire e nos dê o sentimento da grandeza de nossa missão.

· JK ·

Recepção da faixa presidencial

31 de janeiro de 1956

Fonte: KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Discursos proferidos no primeiro ano de mandato presidencial*, 1956.

Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

Sr. Presidente,

Agradeço a honra imensa do gesto protocolar de V. Exa. transmitindo-me a faixa da Presidência da República. A sua passagem por esta Casa ficará assinalada nos anais da história do Brasil como um dos instantes mais altos da vida cívica deste país. A sua tradição ficará imorredoura nos fastos da vida política do Brasil como uma hora solar para a democracia e para as liberdades em nossa pátria. Congratulando-me com o Brasil por este ato em que se consolida definitivamente a democracia em nossa pátria, quero, Sr. Presidente, trazer-lhe neste instante a palavra de agradecimento de milhões de brasileiros que viram na sua atuação a garantia mais eficaz para a consolidação da paz, da liberdade e da democracia.

· JK ·

Tradição e cultura, Academia Brasileira de Letras.

28 de junho de 1956

Fonte: *Diário Oficial*, Seção I, 29 de junho de 1956, p. 12610.

Na fachada deste edifício, no pedestal da estátua de Machado de Assis, fizestes colocar, senhores acadêmicos, esta inscrição harmoniosa, extraída de um dos poemas de vosso patrono: “Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.”

Ao passar, pela primeira vez, diante de vossa Casa, detive-me na leitura e na meditação dessas palavras, e comigo mesmo considerei a extrema sabedoria do belo verso machadiano.

Se é verdade, como quer um moralista, que o exercício da vida se resume na crescente provisão de máximas e provérbios que o mundo nos ensina a cada instante, as palavras de vosso patrono, que pusestes na base de mármore do seu bronze, correspondem a um lema perfeito, perenemente oferecido à reflexão dos transeuntes. Porque, na verdade, através da consagração acadêmica, é esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

No confronto da glória política, da glória militar, da glória científica, da glória artística e da glória literária, é desta última que depende, no testemunho e no julgamento da palavra escrita, a sobrevivência dos grandes nomes na memória da humanidade.

Aquiles, com a sua coragem, e Ulisses, com a sua astúcia, nada mais significariam para nós se Homero não os houvesse cantado no verso de suas epopeias.

Há poucos dias, na admirável conferência que proferiu no Gabinete Português de Leitura um de vossos confrades e chefe de minha Casa Civil, acadêmico Álvaro Lins, ao estudar o sentido e a genialidade da obra camoniana, levou-nos a refletir que, mais do que a grande expressão da épica moderna, *Os lusíadas* correspondem à consolidação literária das glórias de Portugal “por mares nunca de antes navegados”.

A campanha de Canudos apagar-se-ia na distância do tempo se não houvesse transitado pelo cenário da luta a exaltação genial de Euclides da Cunha, para extrair do entrechoque do fanatismo sertanejo e da ordem constituída as páginas definitivas e exemplares de *Os sertões*.

A palavra escrita, que se transfigura em arte, é que atenua e corrige a ação corrosiva do tempo e da eternidade sobre o efêmero.

Esta academia, longe de ser uma instituição meramente ornamental, é a mais alta expressão nacional da dignidade, da inteligência brasileira no culto dos valores literários.

O que tendes realizado, senhores acadêmicos, como labor individual e como obra coletiva, sedimentou admiravelmente o prestígio desta Casa como corporação de mestres.

Basta que se considere, numa visão de conjunto, a bibliografia opulenta dos membros da academia para logo se verificar que, na operosidade de Rui Barbosa, de Machado de Assis, de Joaquim Nabuco, de Sílvio Romero, de Euclides da Cunha, de Alberto de Oliveira, há uma espécie de cordilheira andina, numa imponente sucessão de culminâncias intelectuais de que vos orgulhais conosco.

Moldada sob a inspiração das glórias da academia francesa, a academia brasileira, nos cinquenta e nove anos de sua existência, tem comprovado não desmerecer do seu modelo, sem deixar de ser autenticamente nacional, pela valorização constante de nossas peculiaridades literárias, sociais e linguísticas.

A grande lição das academias é que aqui o passado deve estar presente na forma do respeito à tradição.

A velha lição goethiana de que a regra e a disciplina são instrumentos de liberdade, encontra neste altiplano a sua aplicação perfeita e natural.

A academia não está a serviço da rebeldia, que ainda não pôde dar a medida de sua grandeza construtiva, e sim dos valores consagrados, que a sociedade já assimilou.

A chamada revolução modernista, que travou uma de suas grandes batalhas no salão da academia, tem entregue a esta Casa, no volver do tempo, os seus chefes e os seus anjos rebelados.

Na famosa página em que fez o elogio de José Bonifácio, Rui Barbosa observou que, “entre nós, a vocação literária, em geral, é suspeita aos homens que fazem profissão da carreira pública”.

Creio que longe vai esse equívoco, plenamente desfeito no mundo de nossos dias... E o próprio Rui, com a sua vocação de homem de letras e a sua atuação de homem público, há de ter contribuído, de modo significativo, para desfazer a interpretação errada de que o escritor, pelo fato de escrever, escapa ao mundo da ação, que se exige no exercício da vida pública.

A academia brasileira, além de constituir um cenáculo de puros homens de letras, é uma assembleia de grandes homens públicos, e que se contam entre os mais eminentes de nosso país.

Presumo que, no curso de toda a sua história, que é em grande parte a nossa história republicana, a academia, pela atuação destacada de seus pares, jamais deixou de participar da vida política e da vida administrativa do Brasil. E não faz ainda uma semana que o ministro Aníbal Freire, ao empossar-se como chanceler da Ordem Nacional do Mérito, acentuou pertencerem aos quadros acadêmicos os seus ilustres antecessores naquele alto posto, de acordo com uma tradição que eu tenho a satisfação de haver mantido por um ato de meu governo.

Ao anuir ao convite da academia, para aqui encerrar a Semana do Livro que tive a honra de instituir e que anualmente se iniciará, por minha decisão, na data do nascimento de Machado de Assis, quero afirmar-vos que em mim sempre encontrareis a compreensão e apoio a que naturalmente vos credenciais com a relevância de vosso labor e de vossos títulos.

Considero do meu indeclinável dever, na chefia do governo, com a soma de recursos ao meu alcance, amparar o povo e prestigiar as suas elites.

Não obstante a severa política de compressão de despesas a que estamos obrigados por força da crise financeira que o país atravessa, jamais deixei de assistir, com as providências de minha alçada, os reclamos da cultura brasileira nas suas mais diversas manifestações. Se não pequei pela liberalidade, também não incorri na poupança excessiva. No amparo às artes e às ciências, nestes cinco meses como chefe de Estado, penso já haver feito sentir que os valores do mundo da cultura sempre estarão na órbita de minhas cogitações como presidente da República. Assim procedendo, nada mais faço do que atender a uma inclinação natural de meu espírito – a mesma inclinação que me levou a dar especial impulso, como prefeito de Belo Horizonte, à solução moderna dos problemas arquitetônicos e urbanísticos da capital mineira e que invariavelmente me orientou, como governador de estado, na maior difusão das escolas de nível superior, no estímulo às vocações artísticas, na proteção à pesquisa científica, na criação da biblioteca pública, no convívio dos homens de ciência e dos homens de letras, entre os quais encontrei alguns de meus amigos mais diletos e de meus auxiliares mais competentes e dedicados.

E quero deixar nos registros desta Casa, como testemunho escrito de meu propósito de colaborar convosco na benemerência de vossos labores, o decreto que aqui irei assinar e que vos permitirá, através da regulamentação de uma lei que conta mais de meio século, a indispensável difusão das publicações acadêmicas.

A língua portuguesa falada no Brasil aqui encontrou a sua adequada uniformidade gráfica, que disciplinou a escrita em todo o território nacional. Em breve, com a assistência que receberéis dos poderes públicos, daqui sairá o dicionário que a nação espera de seus mestres e que será certamente para nós a mais abalizada codificação acadêmica do belo e rico idioma que recebemos de Portugal.

E de tudo quanto fizerdes em prol da cultura brasileira e da maior glória desta Casa, apenas desejo como recompensa a oportunidade de meus aplausos aos vossos próprios triunfos.

· JK ·

Ao Congresso das Assembleias Legislativas do Brasil

18 de novembro de 1956

Fonte: *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 20 de novembro de 1956, p. 52.

É uma oportunidade que considero muito honrosa poder falar-vos hoje, quando se encerram os trabalhos deste Congresso das Assembleias Legislativas do Brasil.

Só posso felicitar-vos por este encontro, que me parece apenas já ter tardado demais. Há muito deveriam ter-se entendido os elementos que formam as câmaras de deputados dos estados.

O presente congresso não se assemelha aos outros muitos que se verificam continuamente e oferecem ensejo para viagens e trocas de ideias. O vosso conclave corresponde a uma necessidade urgente e direi mesmo inadiável; o Brasil se ressentia da falta de uma harmonização de pontos de vista por parte dos que legislam para as diversas partes que formam o nosso todo.

O Brasil é quase um continente, é um país que apresenta aspectos os mais diferentes e contraditórios; é uma nação numerosa, com regiões extremamente dessemelhantes, mas é, acima de tudo, na sua benéfica variedade geográfica, um todo, uma unidade, e que assim deve comportar-se e conduzir-se.

Cada um de vós aqui reunidos representa uma parcela de interesses, um ponto de vista particular que procura a solução de certa espécie de problemas que se impõem, de maneira prioritária, à vossa atenção, mas

todas essas parcelas de interesses que encarnais devem forçosamente somar em favor do Brasil.

A solidariedade entre os estados brasileiros não pode ser um ato de boa vontade, uma disposição ou mesmo uma atitude passiva: quer o queiramos, quer não, o nosso país é um só, é uma só alma, um só corpo – somos uma fraternidade, uma família, e só poderemos crescer, desenvolver-nos, e até mesmo sobreviver, unidos tal como nascemos.

A grandeza de nossa destinação é fruto de nossa unidade. Chamem a essa unidade como quiserem: será um milagre, ou o resultado de circunstâncias fortuitas; filha do acaso ou obra de sábios e patriotas, de heróis bandeirantes e pioneiros – mas não importa a explicação da fortuna deste grande país, deste grande complexo, que congrega raças diversas, climas os mais antagônicos, mas que respira de uma só maneira, que vibra, que sente, que reage de acordo com uma só e única consciência, e isso de tal maneira que os interesses de uma parte são ou devem ser os interesses de outra, pois tudo se comunica, tudo é uma só coisa.

Nação do tamanho da nossa nação, com tantas dificuldades, nação que suporta o peso da cruz de seu desenvolvimento, nação em formação, em estado de criação – deparando com problemas novos todos os dias –, força é que se entendam, que se conheçam, que se ouçam os representantes do povo nas Assembleias dos estados. O próprio regime federativo reclama essa união, para um melhor e mais harmônico funcionamento. Sois delegados de toda a nação, estais em contato mais íntimo com a realidade das mais diversas regiões do Brasil, deveis conhecer por isso mesmo intimamente os problemas de conjunto, porque se impõe que marchemos todos reunidos e que cessem as profundas dessemelhanças de condições de vida entre os estados da União.

Vossa tarefa, congressistas aqui presentes, é imensa; não poderá mesmo ser cumprida por uma só geração. Mas ela precisa ser iniciada

o mais breve possível. É uma tarefa que consiste principalmente na renovação de nossa mentalidade política. Temos de alcançar uma objetividade, que ainda nos falta e que é nos povos o sinal do amadurecimento, da posse da total compreensão e domínio dos seus problemas. Se existe pobreza extrema em certas regiões brasileiras, grande parte da culpa deve ser atribuída à falta de objetividade e ao alheamento em que vivemos todos, durante tanto tempo, de qualquer preocupação tecnológica.

Ressalvando as exceções honrosas e prevenindo-nos contra o prejuízo das generalizações – temos de confessar que a mentalidade política brasileira não primou por objetividade. Fomos até mesmo grandes e denodados na defesa dos princípios e doutrinas, na afirmação de nossa personalidade nacional, na solução de problemas humanos difíceis, como o da superação dos preconceitos raciais, com a generosa e bela solução do problema do trabalho escravo e a instituição de garantias devidas à dignidade da pessoa humana.

Mas, de uma certa forma, ao mesmo tempo em que nos afervoramos em debates sobre direitos e conquistas da democracia, que vibramos com as grandes causas universais, parecíamos um tanto esquecidos de fundar as bases do nosso desenvolvimento, de atuar no planejamento de nosso futuro, de nos prepararmos para dirigir e até mesmo para compreender o surgimento deste Brasil que aí está, ainda desordenado, mas inequivocamente apresentando sinais de engrandecimento, de fortalecimento, de importância.

Faltou-nos preparação para o desenvolvimento; nas carreiras liberais, os jovens preferiram sempre, em grande proporção, o estudo do Direito. A tônica de todas as reivindicações era a de maior espaço para a libertação política total; apenas o município, o injustamente censurado espírito municipal, impunha aos seus líderes e representantes algumas providências concretas indispensáveis, como pontes, serviços de água,

uma ou outra estrada, grupos escolares; enfim, o pouco que permitisse viver com modesta decência. Mas não se passava disso. Não havia – pelo menos não me lembro de ter havido durante o tempo de minha formação – a convicção de que o Brasil necessitava desenvolver-se para sobreviver, de que se impunha uma planificação e de que o primeiro dever do administrador é prever tudo, inclusive as crises provocadas pela aceleração dos ritmos de crescimento do país.

Tive o prazer de verificar, examinando as razões que ditaram a vossa reunião, a parte importante que destes à fundação de uma política de desenvolvimento econômico do Brasil, estabelecendo os princípios de uma orientação de base.

Minha convicção ardente, Srs. Deputados presentes neste Congresso, é de que não há nenhuma parte desta pátria inabilitada para o enriquecimento e em que seja impossível promover o desenvolvimento e a prosperidade. A pobreza, a miséria mesma de que certas regiões de nossa terra são vítimas, decorre de uma incompreensão trágica e de má interpretação da realidade. Não há estado brasileiro que esteja fadado, condenado a ser eternamente parente pobre na família. A objetividade, ajudada por uma técnica de primeira ordem, reduzirá as diferenças e as desigualdades, estabelecendo um novo alento, melhorando o nível de vida em toda parte.

Não há terra pobre que resista aos modernos processos de tratamento, não há região do Brasil que não sirva para uma ou outra espécie de cultura; não há muro de miséria ou pobreza que se oponha a tratores, irrigação e adubos, a estradas férreas ou rodovias, ao impacto de geradores elétricos, aos investimentos reprodutivos, à colaboração de elementos progressistas, indistintamente nacionais ou estrangeiros, estes últimos trazendo-nos uma fecunda experiência capaz de poupar longos anos de atraso. Não há miséria ou pobreza que resista ao desejo de integrar a nossa terra numa posição de destaque internacional.

Deveis ser, Srs. Deputados, os arautos, os paladinos, os militantes de uma grande causa – a causa que nos incumbe defender, que é a da guerra de extermínio ao subdesenvolvimento. Como para a geração que viveu os últimos anos de nosso império a razão de ser era limpar o Brasil da mancha escravista, a nossa causa, a vossa causa é o deixarmos de ser país subdesenvolvido.

Temos uma tarefa comum, uma causa comum, que transcende de muito o âmbito dos partidos. Esta causa visa a pôr fim à vergonha de sermos uma das nações de mais baixa produtividade no mundo, de contarmos com uma grande parte do povo brasileiro prisioneira do maior e mais negro desconforto, excluída até mesmo do número dos denominados consumidores, pois nada pode comprar, a não ser o indispensável e insubstancial alimento para pôr na boca.

A causa da miséria abandonada é também a da liberdade e da independência nacional.

Peço-vos que me ajudeis sempre a lutar pelo Brasil, que a todos pertence e não a determinado grupo ou partido. Ajudai-me a modificar a mentalidade infelizmente ainda reinante, a impor uma noção mais justa e mais legítima de Estado. Ajudai-me na luta contra o empreguismo. Não é possível que a verba de pessoal acabe devorando todos os orçamentos da União, dos estados e municípios, paralisando todas as atividades úteis ou mesmo as indispensáveis. Assim nada poderá ser feito em favor do povo. Ajudai-me ajudando a promover o trabalho e a iniciativa privada que ativa e faz render as riquezas em estado de imobilidade potencial. Ajudai-me finalmente na obra de reerguimento nacional.

O que vos quero propor é que esta reunião seja o marco de um entendimento nacional suprapartidário, no que toca à solução dos problemas fundamentais, e o início de uma nova era de maior compreensão das aflições e dificuldades nacionais.

De volta aos vossos estados e às vossas tarefas de legisladores, que todos aqui presentes se tornem campeões da mesma convicção – de que não há maior e mais estrito dever do que o de apagar do nome do Brasil o qualificativo de país subdesenvolvido.

É contra o subdesenvolvimento que nos devemos unir e promover um campo de entendimento que faça recuar mesmo as faixas políticas nacionais mais divergentes.

Com a esperança de que poderei contar com o vosso auxílio, quero exprimir todo o apoio do meu governo ao espírito que vos reuniu neste congresso.

Saudando o governador do estado, Dr. Jânio Quadros, e os ilustres deputados congressistas, manifesto a certeza que tenho de que voltarão para os seus estados levando a magnífica impressão que nos causa o progresso e o desenvolvimento de São Paulo, orgulho do Brasil, modelo do que devem ser no futuro as demais unidades da federação, quando tivermos atingido o nível de crescimento que almejamos, e encontrado realmente o nosso destino.

· JK ·

Mensagem aos jornalistas e radialistas de São Paulo

19 de dezembro de 1956

Fonte: Presidência da República – coleção Discursos Presidenciais.

Não serei um campeão da causa da democracia, como a vossa generosidade o proclamou, mas sou e serei sempre – e disso me orgulho – um servidor, um soldado dessa causa.

Pela preservação dos direitos políticos dos brasileiros e da liberdade democrática, não trepidei em enfrentar uma onda de brutalidade, em suportar sofrimentos, trabalhos e canseiras que hoje posso recordar

com tranquilidade, mas que me custaram suportar, dentro da linha de inflexível serenidade que me impus.

Deus ajudou-me a não perder, nos piores momentos, a compostura e a dignidade, a não provocar ódios, mas não me deixar intimidar por eles.

Recordo-me agora de alguns transes em que as dificuldades pareciam insuperáveis, em que a conspiração contra o regime legal dava a impressão de dominar todos os setores de nossa vida pública. Revivo certos instantes passados, e entre eles o dia em que discurssei no Partido Social Democrático, seção do Distrito Federal, comprometendo-me a não deixar tombar a bandeira que a Providência, bem mais do que os meus méritos, me colocara nas mãos. Sobre os ombros de alguns companheiros fiéis e dedicados, que nesta hora relembro e saúdo comovidamente, que jamais me faltaram, e sobre os meus ombros, sobre a nossa fraqueza, enfim, pesou, num certo momento, o destino das instituições, da legalidade e, vale dizer, da liberdade em nossa pátria.

Agradeço à proteção divina não ter hesitado, nem mesmo nas horas mais amargas, no que deixou de ser uma pretensão, uma aspiração e uma campanha política, para transformar-se numa causa, no cumprimento de um dever cívico, num imperativo de honra.

Não faltei à democracia, é verdade; encontrei assistência e socorro em forças ponderáveis a serviço da lei moral. Mas não posso aceitar o título que conferis de Campeão da Causa da Democracia. Esse título, de direito, não me cabe, não é meu, manda a justiça que ele seja atribuído a quem de direito. Bem mais do que eu, resistiu, portou-se à altura das suas conquistas e dignidades, o próprio Brasil, representado pela consciência intacta da maioria de seus filhos. Tivesse-me faltado o país, qualquer resistência teria sido inútil. Num dado momento, posso, como o personagem shakespeariano, ter sido dono do meu próprio destino, mas jamais seria dono do destino do nosso país se tivéssemos ficado sozinhos, meus companheiros e eu próprio. Quem demonstrou estar

segura de sua consciência, incorruptível na sua fé, decidida e firme em ser livre – foi a nação brasileira. Ao Brasil é que devemos homenagear e proclamar, com maiores razões, campeão da causa democrática. Do Brasil nos vieram os estímulos de que necessitávamos; do Brasil recebemos todos a lição exemplar de que as forças da civilização, do direito e da justiça estão atentas e vigilantes.

Agradeço aos representantes da imprensa paulista a distinção que me deram atribuindo-me o título de campeão da democracia e oferecendo-me a oportunidade de reafirmar perante o bravo povo de São Paulo, cuja consciência cívica louvo neste instante, os princípios que inspiraram a minha campanha política em defesa da ordem, da liberdade, da democracia e da lei, princípios que são uma constante do meu espírito e que não deixarão nunca de orientar a minha conduta de homem público.

Sinto-me feliz em ver que os homens da imprensa reconhecem no presidente da República as mesmas qualidades de que se honrava de ser paladino o candidato; sinto-me feliz em ser reconhecido, na chefia do governo, como um soldado da democracia.

À imprensa paulista, que saúdo calorosamente, evocando as suas lutas em prol da liberdade, cabem também os louros dessa vitória, que é minha pela generosidade de vossa escolha, mas que na verdade se inscreve legitimamente entre os feitos gloriosos do povo brasileiro, na sua emocionante história, que é uma demonstração eloquente de sua fibra, de sua capacidade de lutar em defesa dos valores de nossa civilização e das conquistas do espírito humano.

Aproveito o ensejo para afirmar-vos que continuo onde sempre estive e que o meu desejo de navegar em mar tranquilo, em evitar escolhos e perigos, não me desviará da rota que me tracei, e que visa a trabalhar e servir da melhor maneira a pátria livre que temos de legar aos nossos descendentes.

· JK ·

Inauguração de Brasília

21 de abril de 1960

Fonte: *Presidência da República*.

Não me é possível traduzir em palavras o que sinto e o que penso nesta hora, a mais importante de minha vida de homem público. A magnitude desta solenidade há de contrastar por certo com o tom simples de que se reveste a minha oração.

Dirigindo-me a todos os meus concidadãos, de todas as condições sociais, de todos os graus de cultura, que, dos mais longínquos rincões da pátria, voltais os olhos para a mais nova das cidades que o governo vos entrega, quero deixar que apenas fale o coração do vosso presidente.

Não vos preciso recordar, nem quero fazê-lo agora, o mundo de obstáculos que se afiguravam insuportáveis para que o meu governo concretizasse a vontade do povo, expressa através de sucessivas Constituições, de transferir a capital para este planalto interior, centro geográfico do país, deserto ainda há poucas dezenas de meses.

Não nos voltemos para o passado, que se ofusca ante esta profusa radiação de luz que outra aurora derrama sobre a nossa pátria.

Quando aqui chegamos, havia na grande extensão deserta apenas o silêncio e o mistério da natureza inviolada. No sertão bruto iam-se multiplicando os momentos felizes em que percebíamos tomar formas e erguer-se por fim a jovem cidade. Vós todos, aqui presentes, a estais vendo agora, estais pisando as suas ruas, contemplando os seus belos edifícios, respirando o seu ar, sentindo o sangue da vida em suas artérias.

Somente me abalancei a construí-la quando de mim se apoderou a convicção de sua exequibilidade por um povo amadurecido para ocupar e valorizar plenamente o território que a Providência Divina lhe reservara. Nosso parque industrial e nossos quadros técnicos apresentavam

condições para traduzir no betume, no cimento e no aço as concepções arrojadas da arquitetura e do planejamento urbanístico modernos.

Surgira uma geração excepcional, capaz de conceber e executar aquela “arquitetura em escala maior, a que cria cidades, e não edifícios”, como observou um visitante ilustre. Por maior que fosse, no entanto, a tentação de oferecer oportunidade única a esse grupo magnífico, em que se destacam Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, não teria ela bastado para decidir-me a levar adiante, com determinação inflexível, obra de tamanha envergadura. Pesou, sobretudo em meu ânimo, a certeza de que era chegado o momento de estabelecer o equilíbrio do país, promover o seu progresso harmônico, prevenir o perigo de uma excessiva desigualdade no desenvolvimento das diversas regiões brasileiras, forçando o ritmo de nossa interiorização.

No Programa de Metas do meu governo, a construção da nova capital representou o estabelecimento de um núcleo em torno do qual se vão processar inúmeras realizações outras, que ninguém negará fecundas em consequências benéficas para a unidade e a prosperidade do país.

Viramos no dia de hoje uma página da História do Brasil. Prestigiado, desde o primeiro instante, pelas duas Câmaras do Congresso Nacional e amparado pela opinião pública, através de incontável número de manifestações de apoio, sinceras e autenticamente patrióticas, dos brasileiros de todas as camadas sociais que me acolhiam nos pontos mais diversos do território nacional, damos por cumprido o nosso dever mais ousado; o mais dramático dever.

Só nos que não conheciam diretamente os problemas do nosso *hinterland* percebemos, a princípio, dúvida, indecisão. Mas no país inteiro sentimos raiar a grande esperança, a companheira constante em toda esta viagem que hoje concluímos; ela amparou-nos a todos, a mim e a essa esplêndida legião que vai desde Israel Pinheiro, cujo nome estará perenemente ligado a este cometimento, até ao mais obscuro, ao

mais ignorado desses trabalhadores infatigáveis que tornaram possível o milagre de Brasília.

Em todos os instantes nas decepções e nos entusiasmos, levantando o nosso ânimo e multiplicando as nossas forças, mais do que qualquer outro amparo ou guia, foi a Esperança valimento nosso. Um homem cujos olhos morreram e ressuscitaram muitas vezes na contemplação da grandeza – aludo, novamente, a André Malraux – viu em Brasília a Capital da Esperança.

Seu dom de perceber o sentido das coisas e de encontrar a expressão justa fê-lo sintetizar o que nos trouxe até aqui, o que nos deu coragem para a dura travessia, que foi a substância, a matéria-prima espiritual desta jornada. Olhai agora para a Capital da Esperança do Brasil. Ela foi fundada, esta cidade, porque sabíamos estar forjada em nós a resolução de não mais conter o Brasil civilizado numa fímbria ao longo do oceano, de não mais vivermos esquecidos da existência de todo um mundo deserto, a reclamar posse e conquista.

Esta cidade, recém-nascida, já se enraizou na alma dos brasileiros; já elevou o prestígio nacional em todos os continentes; já vem sendo apontada como demonstração pujante da nossa vontade de progresso, como índice do alto grau de nossa civilização; já a envolve a certeza de uma época de maior dinamismo, de maior dedicação ao trabalho e à pátria, despertada, enfim, para o seu irresistível destino de criação e de força construtiva.

Deste Planalto Central, Brasília estende aos quatro ventos as estradas da definitiva integração nacional: Belém, Fortaleza, Porto Alegre, dentro em breve o Acre. E por onde passam as rodovias vão nascendo os povoados, vão ressuscitando as cidades mortas, vai circulando, vigorosa, a seiva do crescimento nacional.

Brasileiros! Daqui, do centro da pátria, levo o meu pensamento a vossos lares e vos dirijo a minha saudação. Explicai a vossos filhos o que

está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade-síntese, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que nos hão de julgar amanhã.

Neste dia – 21 de abril – consagrado ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, ao centésimo trigésimo oitavo ano da Independência e septuagésimo primeiro da República, declaro, sob a proteção de Deus, inaugurada a cidade de Brasília, capital dos Estados Unidos do Brasil.

(Refeito, ele anota longa mensagem num caderno pomposamente intitulado Livro de Ouro de Brasília. Fragmentos:)

“Politicamente, Brasília significa a instalação do governo federal no coração mesmo da nacionalidade, permitindo aos homens de Estado uma visão mais ampla do Brasil como um todo e a solução dos problemas nacionais com independência, serenidade e paz interior. (...) Na primeira História do Brasil que se escreveu, a de frei Vicente do Salvador, nos primórdios do século XVII, já observava o seu autor que a colonização se fazia como a de caranguejos, agarrados ao litoral. Euclides da Cunha acrescentava profeticamente, no limiar do século vinte, que o drama político e sociológico do Brasil continuaria a ser a separação, com disparidade de estilos de vida entre o litoral e o interior, como se fôssemos duas nações dentro de uma nação. Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.”

(Esse trecho final está gravado no mármore da parede externa do Museu Histórico da Cidade, junto à efígie dele na Praça dos Três Poderes, coração de Brasília.)

· JK ·

Transmissão de cargo ao presidente Jânio Quadros

31 de janeiro de 1961

Fonte: Memorial JK, Brasília.

Exmo. Sr. Presidente Jânio Quadros,

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o comando da República para o qual foi escolhido pela maioria do povo brasileiro. Ao fazê-lo, quero repetir o que reiteradamente tenho dito, depois que se verificou nítida a vitória eleitoral de V. Exa. – o meu desejo de que seja feliz em seu governo.

Tenho, neste momento, como razão maior de orgulho, poder entregar a V. Exa. o governo da República em condições mui diversas daquelas em que o recebi, no tocante à estabilidade do regime. Está consolidada, entre nós, a democracia e estabelecida a paz que todos esperamos duradoura.

· JK ·

Posse no Senado Federal

12 de julho de 1961

Fonte: Diário do Congresso Nacional, Seção II, 13 de julho de 1961, p. 1290.

O Sr. Presidente – Por cessão do nobre senador Alô Guimarães, dou a palavra ao nobre senador Juscelino Kubitschek.

O SR. JUSCELINO KUBITSCHEK – (*Lê o seguinte discurso:*)

Srs. Senadores,

Desejo, antes de outras palavras, expressar os meus agradecimentos ao povo goiano, que, atendendo à generosa iniciativa dos partidos políticos do progressista estado que hoje me orgulho de representar nesta

Casa, houve por bem julgar-me, por significativa votação, digno da investidura que neste momento recebo.

Devo aos meus amigos de Goiás – cuja fidelidade quero proclamar e cujo sentimento de solidariedade para com o homem fora do poder merece que eu exalte devidamente; devo ao eleitorado que tudo me deu, quando nada podia receber de mim, a todos eles devo aquilo de que mais precisava, nesta hora de minha vida pública – esta tribuna livre do Senado de onde me será facultado explicar-me sempre que necessário e, o que importa mais do que tudo, defender as ideias, os princípios, as teses que no meu entender estão ligados ao nosso próprio destino nacional. Não me movesse a intenção de lutar pelo que julgo de capital importância para a nossa pátria, e teria cedido à tentação de dar por encerrada a minha vida pública. Minha presença aqui é o epílogo de uma longa luta íntima, de um verdadeiro diálogo interior. Já atingira a Presidência da República; esforçara-me em cumprir promessas bem mais do que podia, do que me preveniam as advertências; do que me indicava a prudência traduzida pelos conselhos dos que achavam ter eu adquirido o direito de cuidar um pouco mais de minha saúde, posta a duras provas por um esgotante trabalho durante quase um decênio à frente da administração do meu estado natal de Minas Gerais e da nação brasileira. Se aqui estou a falar-lhes, se disputei uma eleição ao Senado da República – na qual não economizei forças visitando quer os centros mais populosos, quer os lugares mais distantes de menor densidade demográfica da terra goiana – é porque me convenci de não ter soado ainda a hora ambicionada de tornar-me simples espectador de nossa vida republicana; é por não ter podido resistir aos que me pediam que continuasse na luta, aos que para mim se voltavam a dizer-me que muito havia para fazer; que a tarefa estava longe de dar-se por concluída; que a democracia necessitava da colaboração de todos para firmar-se; e que a batalha pelo desenvolvimento, que mal se iniciara no Brasil, se expunha ao perigo de incompreensões e negações de alguns

prestigiosos teóricos cuja visão vedava considerar a grandeza do Brasil e a conseqüente magnitude de seus problemas.

Não deixará de chegar o momento em que, dissipadas as vozes dissonantes, cessadas as ásperas polémicas, silenciados pelo esquecimento os ressentimentos oriundos do entrechoque de paixões – se tornará mais lúcida a consciência de que agiram bem aqueles que não se detiveram na decisão em dar ao Brasil uma infraestrutura que permitiria a construção de um grande país, o seu reajustamento e reequilíbrio econômico e, o que é primordial neste momento do mundo, a aceleração de nosso desenvolvimento. Nenhuma razão é mais forte do que a nossa obrigação de andarmos mais depressa para não sermos condenados definitivamente àquela já mencionada retaguarda incaracterística em que se arrastam os países sem destino.

A necessidade da aceleração do desenvolvimento, a urgência do desenvolvimento é uma contingência da hora que atravessamos, tão particularmente perigosa para os países nas condições do nosso – de imensas proporções geográficas, com sensível e grave desnível de fortuna entre as diversificadas regiões que o compõem.

Não acho oportuno examinar agora as razões que me levaram a imprimir um caráter consentâneo com a premência dos meus objetivos no campo econômico e financeiro. Quero apenas reafirmar que creio hoje, mais do que ontem, ter andado de acordo com a prudência e o supremo interesse da nacionalidade emitindo não dinheiros, mas 20 mil quilômetros de estradas, 320 mil veículos automotores; 1 milhão e 300 mil toneladas, a mais, de aço em lingotes; mais de 2 milhões de toneladas de cimento; emitindo volume incomparavelmente maior de petróleo, fertilizantes, metais não ferrosos, emitindo Furnas, Três Marias, a indústria pesada, a naval, a de tratores, a química de base; emitindo, enfim, a infraestrutura que delimita a época de nosso progresso lento, condicionado, do tipo colonial, marcando o início da era de nossa soberania econômica. Essas

emissões foram o preço que pagamos para imprimir novo rumo ao Brasil e possibilitar a solidificação de sua unidade. Tivesse o meu governo evitado criar as bases do desenvolvimento; não houvesse optado pela industrialização do Brasil numa hora em que tínhamos de nos decidir pelo rumo a tomar; tivesse eu deixado de enfrentar dificuldades e problemas de algumas partes do Brasil que ainda pelo seu atraso e abandono davam a impressão de viver as primeiras horas da criação – não tivesse assumido tantos riscos e, transcorridos os cinco anos de meu governo, não teria a compensadora oportunidade que agradeço à Providência de passar ao meu sucessor não um país decadente ou falido, mas em marcha integrada na sua finalidade de tornar-se uma nação desentrevada, com perspectivas magníficas pela frente, nação restabelecida na confiança internacional pelas demonstrações de vitalidade que ofereceu ao mundo. Tivesse o meu governo permanecido paralisado pelo medo de agir, preso a uma política econômico-financeira internacional que parece objetivar a manutenção do privilégio de as nações desenvolvidas se fazerem cada vez mais ricas e, em contrapartida, dificultar o impulso criador das que se veem obrigadas a defender a própria existência independente através de uma enérgica política de crescimento, expansão, enriquecimento; tivesse o meu governo, Sr. Presidente, permanecido inativo contemplando as selvas, negando aos habitantes das zonas desprotegidas e pobres a promoção de condições para o trabalho – trabalho que é reconhecidamente um direito de cada homem –, tivesse eu ficado a ver escoarem-se tranquilamente os cinco anos de meu mandato, e não haveria, sem dúvida, suscitado tanta polêmica, despendido tantos esforços, mas faltado a meu dever diante das novas gerações e do grande Brasil que há de vir, sejam quais forem os obstáculos que se lhe oponham.

Já tive ocasião de dizer, Sr. Presidente, que poderia apresentar uma série de argumentos, de números, de provas que dariam base mais formal ao que estou asseverando agora. Basta-me, entretanto, nesta hora em que inicio a minha ação no Senado, reafirmar que o Brasil merece

que o olhemos de maneira mais ampla e que lhe poderia ser fatal submetê-lo a um ritmo desenvolvimentista lento.

Dou graças a Deus por ter feito com que no meu governo soasse a hora da partida para novos rumos. Dou graças a Deus por ter encontrado amparo na fé e na compreensão do povo. Não foi fácil realizar a obra que levamos a efeito. O auxílio de fora foi escasso – excetuada a colaboração de algumas empresas privadas. Enfrentamos ainda a indiferença norte-americana. A nação pioneira, que tanto admiramos, nem sempre, através de seus agentes oficiais, aceitou com simpatia que avançássemos o sinal que têm os pobres no estado de pobreza. O esforço despendido – salvo com reduzidas ajudas – foi todo ele de brasileiros, de nós próprios. Encontramos técnicos e operários; encontramos recursos humanos para dar início à nossa revolução pacífica, para dar emprego à energia de nossa gente – que não se resignava a permanecer de braços cruzados enquanto a natureza violenta, transbordante, impunha a sua lei em grande parte do território pátrio. Outros povos se vinham tornando mais atualizados e condutores deste tempo; os espaços siderais começavam a ser desvendados e percorridos pela criatura humana; a tecnologia aumentava progressivamente a produtividade, permitindo que os bens de consumo satisfizessem a um número sempre maior. Desgraçadamente, as atividades que visavam a destruição também se multiplicavam. Leste e Oeste investiam somas fabulosas nos seus engenhos destruidores, acumulando possibilidades de uma guerra de extermínio. E enquanto isso tudo se verificava, devíamos pacientemente esperar; não tínhamos sequer o direito, sem que gritassem – loucura! –, de rasgarmos a selva ou construir pontes para permitir que os frutos do duro e probo labor do nosso homem, e também ele próprio, circulassem no território da pátria comum; nem o de aumentar o nosso potencial elétrico, retificar e estabilizar o curso dos rios, nem estimular a industrialização. Mandava a regra do jogo econômico-financeiro estabelecida pelo capitalismo desumano que

nos limitássemos a lidar exclusivamente com matérias-primas e outros produtos primários. E enquanto assim nos mantivéssemos – quietos, resignados –, Sr. Presidente, lograríamos o prêmio de exportar cada vez mais e ganhar cada vez menos; isto sem falar na suprema felicidade de vermos nossos produtos naturais suplantados pelos frutos da tecnologia, pelos milagres da química e da física moderna.

Felizmente, a obediência aos comandos que nos impunham recesso, sonolência, perigosa passividade, não foi seguida, acatada, considerada justa e compreensível. E não só materialmente tocamos nos pontos críticos de nossa estrutura para fortificá-los, como recebemos e seguimos as inspirações de um novo espírito afirmativo, e nos deixamos contaminar pela ambição mais nobre, pelo sopro da revolução do desenvolvimento em que se contém o objetivo de libertar os brasileiros de uma pobreza crônica, pobreza que vem mantendo milhões de patrícios nossos, de homens como nós – os mais heroicos e os mais desamparados dos brasileiros – numa sujeição total, numa trágica e inqualificável estagnação.

Aqui estou, Sr. Presidente, para confessar a minha parte de culpa nessa revolução do nosso tempo, nessa insubmissão a cânones e preconceitos que impediam a marcha do Brasil para uma nova etapa de sua existência. Sou réu confesso dessa trama libertária. E foi por assim considerar-me que abandonei o repouso no estrangeiro e vim submeter-me ao julgamento dos meus concidadãos no pleito livre que se verificou em Goiás e me conferiu a honra de ser um dos senadores da República. E não apenas em Goiás ouvi sentenciarem os meus mais qualificados juízes. Ao pisar o querido solo brasileiro – a encantadora e admirável cidade do Rio de Janeiro – absorveram-me os cariocas de maneira calorosa e inesquecível. Visitando o meu estado natal – Minas Gerais – multiplicaram-se também, traduzidas pelos aplausos populares, as provas de que não traí nem faltei aos votos dos mineiros que tanto contribuíram para fazer-me presidente da República. E em São

Paulo ainda mais reconfortantes foram as demonstrações de que o povo julgou não o ter eu decepcionado. Exatamente em São Paulo – onde obtive, no pleito de 1955, uma votação insignificante – foi que, há poucos dias, inesperadamente recebi uma das mais espontâneas, comovedoras e generosas consagrações de minha vida de homem público.

Quero prometer ao povo, mais uma vez, que não o decepcionarei, não lhe faltarei com o meu apoio, a minha solidariedade, a minha viva atenção e até mesmo o meu sacrifício. Peço que me escuse, Sr. Presidente, peço que me escusem os eminentes senadores por lembrar eu próprio o que ocorreu na minha volta ao Brasil. Bem sei que essas manifestações não se dirigiam a minha pessoa, mas espelhavam a maneira de o povo brasileiro exprimir a sua decisão de não se deter na marcha empreendida pelo Brasil para a conquista do lugar que merece no mundo. Não fui eu o aplaudido, mas a revolução do desenvolvimento. E, além disto, e tanto quanto essa revolução da vontade de vencer e expandir-se, o que a opinião nacional reflete nas suas manifestações é a determinação de continuar livre, de que seja consolidada a meta democrática que em meu governo se levou a efeito. Exaltando um homem descido do poder, sem nenhuma situação oficial, a quem nada mais é dado oferecer, a fidelidade do cidadão anônimo mas consciente consagrava uma política de concórdia, de tolerância, de paz, de garantias constitucionais, de obediência à lei, de respeito ao adversário, mesmo dos mais inclementes, de paciência em dirimir conflitos, de resistência a todas as seduções. E aplaudiu a isenção, a imparcialidade com que um político presidiu a um pleito em que estava em jogo não só o seu partido, mas muitas e caras afeições pessoais. O que o povo consagrou não foi – bem o sei – a minha pessoa, mas toda uma conduta de respeito ao juramento e aos compromissos de acatar os direitos políticos, a vontade soberana das urnas, as instituições que devem permanecer intocadas na sua liberdade porque representam a conquista de nossa maioria como nação.

Vejo, Sr. Presidente, que começo a alongar-me mais do que era minha intenção neste primeiro pronunciamento, que desejei afirmativo mas sucinto, e ainda não me referi aos rumos que irão nortear minha conduta nesta Casa. Também em tal sentido procurarei ser breve.

Em primeiro lugar serei fiel e vigilante no que toca ao binômio democracia e desenvolvimento que orientou a minha administração e a direção política que segui de maneira inflexível. Estou decidido a colaborar em tudo aquilo que se ligue ao progresso e à solidificação das liberdades públicas e franquias democráticas. Espero não ser necessário combater qualquer espécie de atentado a essas duas aspirações da nação, mas não hesitaria em contribuir com o meu protesto e vigilante zelo se alguma ocasião se apresentasse menos tranquila, ou se ameaça houvesse ao que reputo de fundamental importância para o bom nome e a prosperidade nacional.

Creio que é também de meu dever dizer alguma coisa acerca da política internacional do Brasil. Dediquei muita atenção a essa política. Fui incansável partidário de um entendimento que favorecesse a criação de um ambiente propício à paz entre os povos. Na minha administração se realizaram negociações para o início de um intercâmbio entre o Brasil e países de que estávamos até então inteiramente separados. Recebi inúmeros chefes de Estado. Bateu-se a política externa de meu governo pela independência e autodeterminação dos povos, mas atribuí sempre um valor muito particular ao nosso continente. De acordo, e em harmonia com as demais nações americanas, pareceu-me que tinha chegado a hora de estabelecermos um diálogo franco e honesto com os Estados Unidos, que se mantinham distantes de sua família regional e a ela desatentos, dando-nos um tratamento que levava o então senador Kennedy a dizer, em discurso famoso, que éramos considerados pela grande República do Norte uma espécie de fundo de quintal. A urgente necessidade de procedermos a um exame de consciência a respeito do pan-americanismo, a criação de uma nova política para a nossa família regional, tudo isso constituiu

o fundamento da Operação Pan-Americana, movimento histórico indestrutível que meu governo deixou em pleno processo de Revolução, depois da inegável vitória de princípios e do reconhecimento da procedência de nossas teses na conferência de Bogotá. A Operação Pan-Americana era tão oportuna e os acontecimentos que a inspiraram tão prementes que os Estados Unidos tiveram de abandonar o seu alheamento para com as nações latino-americanas, e adotá-la, muito embora sob a denominação de “Aliança para o Progresso”. Mas que importa tudo isso, se as ideias nasceram de fato da Operação Pan-Americana? Não nos preocupa a manutenção de um nome que a história diplomática do continente já consagrou. O que defenderei aqui, e em toda parte, é a luta que a OPA propôs, é a presença ativa do Brasil na política deste hemisfério, é a união das Américas para um desenvolvimento harmonioso e conjugado, indispensável à nossa preservação regional e à democracia. Nesta minha primeira presença em tão alta tribuna, Sr. Presidente, reafirmo a minha fidelidade à política americanista que caracterizou o meu governo.

Não posso terminar sem ressaltar mais uma vez a honra que tenho em pertencer ao corpo legislativo de meu país. Sem parlamento não há democracia, não há liberdade. Não esqueço que devo esta posição, tão dignificadora, aos eleitores goianos e aos partidos que me apoiaram. A uns e outros reitero o meu agradecimento, assumindo o compromisso de fazer o que está na minha própria vocação, que é dedicar-me incansavelmente ao trabalho.

Que as minhas derradeiras palavras sejam de profundo reconhecimento ao povo de Brasília. Daqui parti, no término do meu mandato, cercado de calorosa solidariedade da mais jovem e famosa cidade do Brasil. O último adeus que recebi ao sair para o estrangeiro foi o desta cidade que vi desde a hora em que sobre o seu chão generoso se ergueu a primeira estaca, desta cidade que amei quando era apenas uma aspiração e uma esperança. Guardarei, enquanto me consentir a memória das coisas terrestres, a lembrança de tantas mãos amigas que se estendiam para

o gesto de despedida, mãos de gente minha, na quase totalidade mãos de trabalhadores que deram ao mundo um exemplo de tenacidade, de energia, de vontade obstinada, fazendo nascer a nova capital do Brasil, obra irreversível que força alguma deterá, ou destruirá.

Destas mãos amigas, os mesmos acenos afetuosos que saudaram a minha partida se repetiram hoje, no meu regresso.

Meus agradecimentos são, portanto, extensivos à calorosa manifestação que hoje recebi, e desejo com eles abranger todos os homens públicos e cidadãos de todos os pontos do Brasil que aqui vieram trazer-me sua solidariedade. A Assembleia do Estado da Guanabara, num gesto cordial para com o ex-presidente, aqui veio trazer o apoio daquela maravilhosa cidade, líder intelectual e cultural do Brasil.

Quero também manifestar o meu reconhecimento à Assembleia do Estado do Rio – a velha província fluminense que foi o celeiro mais avançado das nossas tradições republicanas, pela representação que aqui mandou. Reitero à Assembleia de Goiás o agradecimento que hoje lhe fiz na cidade de Goiânia, por se ter feito representar nesta solenidade, cativando-me com gesto tão cordial. Agradeço ainda à Câmara Municipal de Goiânia e aos deputados da Assembleia do meu estado, Minas Gerais, aqui presentes e que me trouxeram o abraço fraterno do povo mineiro.

Aos ilustres senadores que, em magníficas orações, me trouxeram a saudação desta nobre Casa do Congresso, saudação que constitui o mais alto galardão da minha vida pública, senadores Filinto Müller, Benedito Valadares, Barros Carvalho, Lima Teixeira, Argemiro de Figueiredo e Victorino Freire, a todos, neste instante, traduzi meu profundo agradecimento.

· JK ·

Contra a adoção da Emenda Parlamentarista

2 de setembro de 1961

Fonte: *Diário do Congresso Nacional, Seção II, 3 de setembro de 1961, p. 1923.*

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Não posso deixar de fixar a minha posição de senador da República e o meu estado de espírito no momento em que voto contra a instalação do regime parlamentarista em nosso país. Em primeiro lugar, reitero agora que, se tivesse dependido de minha vontade, a Constituição teria sido respeitada, assumindo o poder presidencialista o cidadão João Belchior Marques Goulart, eleito em pleito livre exatamente para o fim de substituir o presidente da República nos seus impedimentos, ou assumir o governo em sua falta definitiva. Antes, lutei com todo o ardor pelo respeito à legalidade quando eu próprio representava essa legalidade. Não posso omitir-me ou renegar agora minhas convicções. Não passaria eu de um legalista em causa própria se mudasse de ponto de vista ao sabor de circunstâncias e caprichos de uma conjuntura.

O mesmo raciocínio, a mesma coerência, a mesma consciência da sinceridade que devo ao meu país no respeito a mim mesmo levam-me a não votar pela extinção do regime presidencialista. Continuo a crer, apesar dos pesares, que o regime presidencialista é o que está mais de acordo com a nossa realidade e com os nossos interesses.

Nada me parece mais melancólico em nossa futura paisagem política do que privar-se o povo de escolher de modo direto o seu presidente. As últimas campanhas presidenciais haviam adquirido um aspecto educativo e altamente cívico. Os candidatos e o povo travavam diálogo em praça pública, debatiam os mais graves problemas nacionais. O povo brasileiro – mesmo naquela parte constituída de criaturas esquecidas e sem voz nas decisões, marcadas e amortecidas pelas dificuldades de vida – passou a indagar o que dele queriam e a formular, depois de longo silêncio, as suas queixas, as suas reclamações e as suas aspirações.

A democracia é fruto de longa paciência e não há resultados a recolher imediatamente. Poderia aduzir neste momento muitas e as mais fundadas razões que me levam a ver com apreensão o estabelecimento do parlamentarismo em nossa pátria e entre elas a do perigo da instabilidade do governo. Em nenhuma nação se torna mais imperiosa a necessidade de segurança, de firmeza, de continuidade administrativa do que no Brasil. Mas esses problemas funcionais do regime em vias de ser adotado no Brasil são secundários se tivermos presente que fazemos uma transformação da nossa estrutura política sob pressão militar. Não é porque estejamos todos convencidos de que o novo regime há de melhorar o país, mas para resolver uma crise momentânea, que enveredamos pelo desconhecido, que adiamos a crise para agravá-la, talvez de forma irremediável, amanhã.

Compreendo as razões dos que pensam diferentemente de mim neste momento. Entretanto, minhas convicções calcadas na realidade brasileira levam-me a negar o meu voto à emenda que está sendo apreciada nesta hora dramática. Só o povo pode decidir sobre o seu próprio destino. Mudar o regime, adotar instituições novas sem consulta ao povo, é um erro. Ele é o único, no regime democrático, capaz de fixar as normas de nossa vida política. O povo não foi ouvido. O povo não sabe o que foi decidido no atropelo dessas votações realizadas em 24 horas. A mudança é fruto de uma pressão inaceitável no regime que praticamos. Esta a razão fundamental por que voto contra. Fico fiel ao povo – aos seus mandamentos, ao seu voto, que foi dado pelo presidencialismo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, justificando o meu voto de fidelidade ao regime presidencialista.

· JK ·

Convenção do Partido Social Democrático, candidato a presidente da República.

21 de março de 1964

Fonte: *Correio da Manhã*, 22 de março de 1964.

Honrado com a indicação do Partido Social Democrático para concorrer às próximas eleições, na qualidade de seu candidato à Presidência da República, quero agradecer aos meus nobres correligionários tão alta demonstração de confiança e afirmar-lhes que a bandeira, a mim entregue neste momento, há de ser a bandeira da vitória a 3 de outubro de 1965.

Esta convocação contém uma ordem e um desafio. Ordem de meu partido a que não posso dizer não, porque ele constitui parcela substancial do povo, que nunca me recusou seu apoio; desafio a toda a nação para que se continue a obra que há oito anos iniciamos, de soerguimento do Brasil.

A glória de dirigir esta nação já a recebi de meus compatriotas, e achase tão próxima no tempo que ainda sinto as ressonâncias.

Há exatamente dez anos, a esboçar-se a luta pela sucessão presidencial, ergueram-se as forças da reação para tentar impedir a normalidade do processo democrático. Criaram-se tão graves dissensões na vida brasileira que o presidente Vargas foi levado ao sacrifício da própria vida.

Nesse ambiente de consternação nacional, pela morte do grande líder, cabia-me apaziguar as dissensões, restituir a concórdia à família brasileira e acelerar o ritmo de nosso progresso.

A situação em que se encontrava o país no início do meu governo obrigou-me a pronta opção.

A queda do valor dos produtos primários no mercado exterior, a começar pelo café, determinava, pela carência de divisas, uma redução drástica das importações e, assim, impedia a aquisição até de máquinas e equipamentos destinados à mobilização do trabalho nacional.

A explosão demográfica brasileira, da ordem anual de dois milhões de seres, impunha a criação imediata de novos empregos.

A par disso, diante do surto inflacionário que se verificava no país quando me empossei e que se tem intencionalmente omitido, a solução proposta pelos economistas ortodoxos era esta: sustar o desenvolvimento. Mas sustar o desenvolvimento significaria deixar sem emprego, e famintos, milhões de brasileiros, e colocar o país a um passo da convulsão social.

Não hesitei, então, um só instante em partir para a industrialização intensiva, único meio de alcançar a nossa emancipação econômica.

Promovi a revolução industrial brasileira.

Por um confronto internacional do desenvolvimento do Brasil, no período do meu governo, à luz de trabalho recente do Conselho Nacional de Economia, verifica-se que, tomando o número 100 como índice básico em 1955, nosso país elevou esse índice para 197 em 1960, enquanto o Japão alcançava 179, a Rússia 149, o México 134, a França 133 e a Alemanha Ocidental 126, o que significa ter o Brasil alcançado o mais alto índice de desenvolvimento do mundo em relação à sua realidade econômica, no período do meu governo.

Entreguei o governo com o balanço comercial equilibrado. E foi justamente nesse equilíbrio que se fundamentaram os acordos de reescalonamento obtidos no exterior.

Iniciei, com a Sudene, a recuperação econômica do Nordeste. E os resultados estão aí, com o fato de a renda *per capita* do Nordeste, que era a mais baixa do mundo, estar hoje com aceleração superior à da

renda média nacional. Encontrei o Nordeste recebendo ajuda e assistência – entreguei o Nordeste ao meu sucessor construindo estradas e levantando indústrias.

Iniciei o povoamento e a ocupação do Oeste brasileiro. Brasília foi o marco desse impulso de ocupação do nosso território. Afirmou-se que era um escândalo a construção de uma cidade no deserto. Respondi que o escândalo não estava na cidade, mas no deserto. E o povo brasileiro confirmou que estava certa a orientação do meu governo. A partir da marcha dos candangos, cem mil nordestinos estão caminhando anualmente para o Oeste – e hoje o incremento da população naquela região é o mais alto do país.

O aumento do produto interno nacional do meu governo foi da ordem de 5 bilhões de dólares. E está hoje refletido no fato de que já construímos cerca de um milhão de veículos no Brasil – sendo, nesta data, de mais de cinquenta por cento o índice de veículos nacionais trafegando em nossas ruas e estradas.

A importância da indústria mecânica pesada está evidenciada em recente estudo da Cepal, que, ao estimar o custo do reequipamento do Brasil até 1970, de geração de energia, aço, cimento, papel e refino de petróleo, no montante de 873 milhões de dólares, reconheceu que 87% desse equipamento, ou seja, 725 milhões de dólares, podem ser fabricados no país.

A resposta àqueles que me acusavam de ter elevado o dólar ao custo de 200 cruzeiros está sendo dada pelos duzentos mil operários das onze fábricas de automóveis, dos doze estaleiros e das mil e trezentas fábricas de autopeças, que estão produzindo, anualmente, cerca de US\$ 800 milhões de manufaturas básicas nacionais.

Furnas impediu o colapso dessa produção.

Três Marias, que represou sete vezes o volume d'água da Baía da Guanabara, fez com que Minas disponha, hoje, de superavit de energia elétrica.

As sementes da Cosipa, cujo primeiro laminador vem de ser inaugurado, juntamente com as primeiras unidades de laminação de Ferro e Aço de Vitória, para serem abastecidas com aço da Usiminas, evidenciam que as *trinta metas* do meu governo não limitaram seus efeitos ao período terminado em 1960.

Sacudi o país com a maior concentração de máquinas de que se tem notícia neste continente. E essas máquinas, contrariando a previsão dos céticos e aceitando os desafios da natureza, abriram estradas, represaram a água, domaram rios para novas usinas, ampliaram a indústria siderúrgica e fizeram surgir fábricas e estaleiros. E a fim de deslocar o eixo de nossa civilização para o centro geográfico do território nacional – sonho dos Inconfidentes, aspiração do Patriarca da Independência, projeto de sucessivos governos e mandamentos de nossa Carta Magna – erguemos no Planalto Central a nova capital, com operários brasileiros, urbanistas brasileiros, engenheiros e arquitetos brasileiros.

Centro do sistema rodoviário, destinado a ligar as cinco regiões do país – Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste –, Brasília tornou-se desde logo um núcleo da unidade nacional e revelou esta perigosa dissociação, que não deve subsistir: o Brasil próspero dos centros urbanos e o Brasil rural, que se debate na pobreza, na incultura e na enfermidade, já impaciente por libertar-se deste males aviltantes.

Considero uma das iniciativas mais importantes de meu governo esse encontro do Brasil consigo mesmo, primeiro passo para que a civilização se distribua harmonicamente em todo o território nacional. Que a nossa consciência de cidadãos, num futuro próximo, não mais se humilhe com a dolorosa evidência de que é pela miséria que o homem do campo se distingue do homem da cidade.

E toda essa obra de governo foi realizada com a emissão de somente 132 bilhões de cruzeiros em 5 anos, menos do que os 146 bilhões de cruzeiros emitidos em consequência da crise de agosto de 1961, que tanto intranquilizou o país.

O impacto do surto industrial alterou várias estruturas da nossa economia. A política do desenvolvimento e da penetração alcançou as zonas rurais. Daí esse anseio em corrigir o acentuado contraste entre as duas regiões e assegurar o equilíbrio da estrutura social brasileira, sem o qual ficaria comprometida a própria sobrevivência do regime democrático.

Como consequência natural e inevitável dessa política surgiram as reformas de base, agora reclamadas.

A reforma agrária está hoje incorporada ao contexto das plataformas autenticamente democráticas. A Igreja – pela palavra de Pio XII e, sobretudo, de João XXIII e Paulo VI – fez sentir ao mundo cristão que já não é mais possível manter a paz entre os homens sem a prática da verdadeira justiça social, que deve ter entre os seus instrumentos um novo estatuto da terra.

Não é de agora que me preocupo com este magno problema. Está na primeira Mensagem que enviei ao Congresso Nacional a minha definição: “A política da reforma agrária” – afirmava eu nesse documento, a 15 de março de 1956 – “escudada nos princípios constitucionais do distributivismo econômico, objetiva fundamentalmente propiciar aos trabalhadores agrários o acesso à propriedade, de modo que se evite a proletarianização das massas rurais e se anulem os efeitos antieconômicos e antissociais da exploração da terra.” E concluía eu:

“Acredito que toda medida tendente à efetivação da reforma agrária no país deverá ser precedida de debate construtivo em que se confrontem e ponderem os argumentos de todas as classes interessadas. A prudência ditará as normas acertadas. Não deve, entretanto,

constituir pretexto para a postergação indefinida da solução de um dos mais sérios problemas do desenvolvimento nacional.”

Oito anos depois dessas palavras, julgo de meu dever conclamar os meus correligionários para que retirem a reforma agrária do terreno da agitação e da polêmica, e a examinem à luz da razão e dos interesses superiores do povo.

Dirijo-me particularmente aos meus companheiros do Congresso Nacional, no sentido de unirmos os nossos esforços e encontrarmos solução imediata para esse problema.

O Congresso, sempre fiel à sua alta missão, tem tido a sabedoria para encontrar caminhos pacíficos para as crises mais graves.

Em 1955, quando as paixões ainda conservavam o calor das divergências extremadas, foi o Congresso que evitou a guerra civil. Em 1961, quando as mesmas paixões se reacenderam, com as mesmas perspectivas trágicas, novamente o Congresso ofereceu ao país uma lição de prudência e de concórdia, com a posse pacífica do presidente.

Estou certo de que o Congresso Nacional, também agora, alcançará resolver o problema da reforma agrária, assegurando ao país progresso e paz e a continuidade das nossas instituições democráticas.

A reforma agrária, com o seu duplo caráter social e econômico, é inevitável. Ela não pode consistir somente numa redistribuição da terra, nem apenas em melhoria de créditos e maior assistência técnica. Tem de abranger ambas as coisas. Tem de levar à extinção do latifúndio improdutivo, para que se possa estabelecer na terra, e fazê-la produzir, uma classe de lavradores, hoje numerosa, que não dispõe de terra própria nem pode adquiri-la.

Também entendo que dois outros pontos devem ficar claros e certos: a reforma não poderá ser implantada simultaneamente em todo o território nacional, mas terá de ser programada regionalmente, como foi

em outros países democráticos, com prévio aparelhamento de recursos financeiros e técnicos para assegurar o seu êxito; e as desapropriações inevitáveis não deverão alcançar a pequena e a média propriedade, nem as terras ocupadas com lavouras, rebanhos, ou reservas florestais.

Desse modo, ficarão afastados dois riscos: o das desapropriações desordenadas, sem sistema, inspiradas às vezes por critérios políticos; e a injusta extensão, a quem vem produzindo, de qualquer medida só justificável quando a propriedade, por falta de cultivo, deixa de contribuir para a riqueza do país.

No estudo da reforma agrária, o nosso partido adotou soluções já registradas nos anais da Câmara e com as quais estou de acordo. Nelas estão equacionados os vários aspectos do problema, inclusive o da reforma constitucional, na qual não se permita, em caso algum, que a desapropriação tenha o caráter de confisco e deixe de assegurar o direito de propriedade.

Cabe também uma palavra sobre a questão dos arrendamentos, já objeto das cogitações do Congresso. Grande parte da produção agrícola brasileira procede de terras arrendadas, onde infelizmente dominam ainda as formas antieconômicas e injustas da “meação”, da “terça”, e mesmo do trabalho não remunerado, hoje banidas de todas as nações civilizadas.

Impõe-se uma lei geral sobre arrendamentos que crie máximos legais de renda e dê ao arrendatário rural, enquanto trabalhe e produza, o direito, já assegurado ao inquilino comercial, de obter a renovação do arrendamento. Quanto à aplicação do estatuto do trabalhador rural, promoverei os meios de auxiliar o homem do campo, no que respeita a salário mínimo, salário-família, assistência hospitalar, afastando assim as dificuldades que se opõem ao seu cumprimento.

O que desejo afirmar, sobretudo, é que a reforma agrária não será instrumento de luta social, nem de perseguição política, mas de concórdia

e de colaboração. Com ela chamaremos a participar do mercado interno milhões de brasileiros que hoje vegetam nos campos, sem poder de consumo, e amanhã serão consumidores para as indústrias nacionais, contribuindo assim para o seu fortalecimento. Com ela marcharemos para a racionalização da agricultura, complemento indispensável da industrialização do país, e nos prepararemos para a grande procura de alimentos, inevitável nos próximos anos, com o crescimento da população.

Tranquelize-se o fazendeiro, tranquilize-se o proprietário, tranquilize-se o trabalhador rural. Tranquilizem-se, enfim, todos os brasileiros: um governo reformista não quer dizer um governo ameaçador e subversivo, sobretudo quando se considera o passado do candidato e a sua fidelidade aos ideais democráticos, jamais traída.

As reformas se farão sem que ninguém precise cuidar da própria defesa, porque o governo zelará pela paz social nos campos e não se afastará dos critérios legais que forem estabelecidos. A extinção do latifúndio improdutivo e a reforma dos arrendamentos abrirão aos trabalhadores rurais o caminho da redistribuição da terra da mesma forma por que se cumpriram outras transformações sociais no Brasil – sem sangue, sem desordem, sem ressentimentos, sob o império da lei e da ordem e em consonância com os princípios cristãos do nosso povo.

Desde o início de minha vida pública, optei pelos ideais progressistas.

Quando as forças reacionárias combatiam a Petrobras, incluí-me entre os mais ardorosos defensores dessa grande obra nacionalista. E, ao fim de minha administração, a produção da empresa, que era de cinco mil barris diários, subiu a cento e dez mil.

Ainda na Mensagem em que me defini em favor da reforma agrária, também me pronunciei em favor da reforma administrativa, da tributária, da universitária. O déficit habitacional, nas áreas urbanas e rurais, constitui objeto de minhas cogitações naquele documento. Em 14

de maio de 1956, tive ocasião de declarar publicamente que estavam sendo estudadas prioritariamente as reformas de base e de estrutura, entre as quais a reforma eleitoral, a administrativa, a agrária, a da previdência social e a do crédito rural. Dois fatores, entretanto, retardaram a execução de algumas: a necessidade de seu amadurecimento na consciência nacional e a circunstância de que se constituíram resultante da política de desenvolvimento.

Da criação parcial da nossa infraestrutura, das obras pioneiras que transformaram a fisionomia do país, surgiu a necessidade das reformas de base. Por isso mesmo, o quinquênio 61-65 teria de ser, inevitavelmente, o quinquênio das reformas, como o quinquênio 55-60 havia sido o quinquênio dos problemas de base, e como o quinquênio 66-70 terá de ser o quinquênio da Agricultura, com a integração do campo na maturidade do desenvolvimento brasileiro.

Coordenado em sessenta metas o meu novo programa administrativo, irei expô-las na televisão, no rádio, nas assembleias, nas escolas, nas fábricas, nos sindicatos, nos comícios populares, para, num debate franco e direto, tirar a valiosa contribuição que o povo me pode dar.

Asseguro à nação que as novas metas de meu plano de governo não serão inflacionárias; destinar-se-ão, ao contrário, a criar a riqueza e, conseqüentemente, promover o bem-estar social.

As perspectivas que se abrem para o quinquênio 66-70 são bem mais promissoras do que as do período 55-60. A tarefa do administrador no futuro quinquênio deverá orientar-se em três direções: corrigir os desequilíbrios, minorar as tensões e realizar as reformas estruturais indispensáveis à fase da marcha para a maturidade em que ingressou a economia brasileira.

Não me seria possível, neste discurso, enumerar e analisar todas as metas que me proponho alcançar no próximo quinquênio, pedindo apenas permissão para salientar, entre tantos objetivos que vão desafiar a

capacidade do meu governo, o angustiante problema social do nosso déficit habitacional. Construirei três milhões de unidades residenciais, facilitando ao povo a sua aquisição. Essas unidades somar-se-ão aos quinze milhões que atualmente existem e dos quais treze milhões já estão ocupados por seus proprietários. Proporei que seja criado o Ministério da Habitação e a instituição de um fundo especial para a construção de casas populares.

Entendo que devemos aplicar a área de participação do povo brasileiro no processo eleitoral, para torná-lo mais representativo desse mesmo povo. Tenho recebido muitos apelos de todos os pontos do país no sentido de que essa participação seja extensiva aos setores de nossas Forças Armadas, dele injustamente excluídos. E aqui associo a minha voz a essas vozes, principalmente depois que, por um contato mais estreito com as classes proscritas desse direito, nelas encontrei o amadurecimento político e cultural de que a nação não pode prescindir.

Meus companheiros do PSD,

O Partido Social Democrático tem uma dobrada responsabilidade nesta hora histórica. Cabe-lhe também o encaminhamento das reformas, como força política integrante da maioria parlamentar; mas também lhe cabe uma posição de vigilância, a fim de que não se opere a subversão da ordem.

Esta convenção nacional revigora em mim o propósito de defender os altos interesses do povo brasileiro, que assim deseja paz, desenvolvimento e reformas, sem abdicar de suas tradições democráticas e cristãs. Partimos para uma campanha cívica da qual depende o futuro do Brasil como nação democrática. Para ela convoco todos os meus compatriotas: as mulheres brasileiras, de todas as classes e condições; as massas trabalhadoras, a que proporcionei novas oportunidades com as realizações do meu governo e a cujas reivindicações serei sempre sensível; os candangos de Brasília, vindos de todos os pontos do território nacional, homens

simples que confiaram em mim e de cujas mãos vi surgir a nova capital; os homens do Centro, beneficiados com a instalação do parque industrial; os nossos irmãos do Sul, a que se estendeu o asfalto das estradas, assim como os homens do Norte, para os quais foram abertas as rodovias de integração nacional; os bravos nordestinos, para os quais foi criada a Sudene; os habitantes do Oeste, outrora isolados, hoje plenamente integrados em nossa comunidade; os católicos e membros das demais comunidades religiosas, que também lutam pela paz social e pela elevação do nível de vida de nossas populações.

Dirijo-me aos homens da livre empresa, aos intelectuais e artistas; aos profissionais liberais, aos funcionários públicos e autárquicos, aos estudantes, aos jornalistas, aos que trabalham no comércio, na indústria e nas empresas de crédito, a todos aqueles, enfim, que nos seus escritórios, nas suas fábricas e nas suas oficinas, nos seus gabinetes de estudo, desejam a nação unida, próspera e cristã. Dirijo-me aos cidadãos que, vindos de outras pátrias, trouxeram o seu concurso para o aprimoramento do nosso progresso. Dirijo-me às polícias militares, que abnegadamente têm o encargo de assegurar a tranquilidade no interior do país. Dirijo-me, finalmente, às nossas gloriosas Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica, fiéis ao compromisso de honra de defender a lei e a ordem, e que zelam dia e noite para que o Brasil se mantenha coeso e nunca seja destruído pela subversão e pela tirania.

Sei que esta convocação será respondida por todo o país. E aqui vos repito, como lema de nossa campanha, a advertência daquele bravo parlamentar paulista que, a 28 de abril de 1879, exatamente neste lugar, chamava a atenção dos nossos patrícios para que não confundissem a bandeira da reforma com a reforma da bandeira.

Na campanha política de 55, quando as forças da reação, que a si mesmas atribuíam o monopólio da vigilância cívica, se uniram para interromper a marcha da democracia no Brasil, tentando impedir que o

atual presidente João Goulart e eu exercêssemos os mandatos que o povo nos confiara, a nação colocou-se prontamente a nosso lado, na defesa da Constituição e do Congresso. Tanto eu como o meu nobre companheiro, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, soubemos manter a fé no Brasil democrático, e a 31 de janeiro de 56 o ato de nossa posse converteu-se numa autêntica apoteose da legalidade.

A chama legalista que sinto palpitar na alma brasileira, onde quer que me encontre, dá-me a convicção de que atingimos a maturidade política sonhada pelos fundadores do Império, consolidada pelos instauradores da República, apurada nos embates da Revolução de 30, confirmada com sangue da revolução constitucionalista de São Paulo, e por fim incorporada ao patrimônio do povo nos sucessivos prélios democráticos.

Este povo, que lutou para ter o direito à liberdade, não cederá jamais aos que tentarem golpear as instituições e lutará com intrepidez para que nesta terra não vingue a tirania nem se rasgue a Constituição.

Fala-se muito hoje em radicalizações. Também radicalizado estou. Intransigentemente radicalizado na defesa das nossas instituições e no respeito aos direitos humanos. Inflexivelmente radicalizado na luta pela sobrevivência da democracia em nosso país.

Sinto-me com autoridade para falar-vos nesta linguagem. Posso proclamar-me, sem modéstia, um democrata autêntico. Os brasileiros sabem que o sou. Jamais tive outras raízes que não aquelas que me vinculassem à democracia plena. Os cinco anos do meu governo atestam de modo irrefragável a minha conduta de homem público. Não preciso de lições de comportamento democrático. Aprendi-as na infância, não as esqueci na juventude, nem as deslembrei homem feito. Que essas lições sejam dadas aos que já quiseram travar a marcha do processo democrático com o impedimento da posse dos eleitos e preconizaram a implantação de regimes de exceção. Que essas lições sejam dadas aos que não encontram outra motivação para as suas pregações senão

conclamar à desordem. Mas não a mim, que não preciso industrializar o anticomunismo para com isso encher o meu alforje eleitoral.

Meus correligionários,

Tenho diante de mim a imagem do Brasil. Pessedistas de todos os municípios, vereadores, prefeitos, deputados, senadores, ministros de Estado, vice-governadores e governadores, membros de diretórios nacionais e regionais aqui se reúnem sob a presidência do nosso preclaro companheiro, o deputado Ernani do Amaral Peixoto, a quem não só o nosso partido, mas também o país, devem serviços de tão valia que o colocam definitivamente entre os nossos mais respeitáveis homens públicos. A todos rendo as minhas homenagens.

Antes de terminar estas palavras, seja-me permitido também expressar o meu profundo agradecimento, pelo belo discurso com o qual me saudou, ao eminente deputado Ranieri Mazzili, a cuja sabedoria e visão política os seus pares têm feito justiça, de forma inédita, nos anais do Parlamento brasileiro.

Não poderia também deixar de lembrar a honrosa solidariedade que recebi do Partido Rural Trabalhista, o primeiro a lançar e a registrar a minha candidatura, e cujo programa tanto se identifica com o plano fundamental do meu governo que me proponho realizar.

A última batalha da campanha que neste momento se inicia será travada a 3 de outubro de 1965. E a 31 de janeiro de 66, com a vitória de nosso partido, hastearemos no Planalto Central, sob as bênçãos de Deus, a bandeira que me é entregue nesta cerimônia cívica.

Vamos para esta jornada animados por dois propósitos: o do desenvolvimento, com as reformas necessárias, e o da legalidade. Eles não se opõem; conjugam-se. A exortação que vos dirijo agora é para conclamar-vos a que sustentemos nossa posição legalista com serena firmeza e inflexível determinação, a fim de dissipar-se a atmosfera de exaltação

irracional que ameaça submergir o país numa crise sem precedentes. Levantaremos intransponível muralha ao vendaval de insânia desencadeado pelos extremistas da direita e da esquerda, para que se não ensanguente o solo generoso da pátria. Não permitamos que a nação seja arrastada a esse duelo inglório. Repudiemos sem vacilações o comunismo, que jamais logrará empolgar nosso povo livre e cristão. Repudiemos, igualmente, o reacionarismo intolerante em que se acastelam os falso salvadores da democracia. O Brasil não precisa de salvadores, e sim de soluções.

Vamos para as reformas, mas sob o império absoluto da lei! Vamos para as reformas sim, mas com integral acatamento aos poderes constituídos! Vamos para as reformas sim, mas sob o signo radioso da Cruz! Vamos para as reformas sim, mas sem desordens, sem motins, sem violência, sem sangue, como é da índole e da tradição brasileiras.

Fiquem, pois, advertidos os reacionários e agitadores de todos os matizes: não nos encontrarão como aturdidos espectadores de seus desvarios, e o clamor dos pregões sediciosos não conseguirá sufocar a nossa voz e a nossa mensagem, que é de paz, de trabalho e de justiça. Ao dilema absurdo – estagnação ou revolução – opomos o lema Progresso e Liberdade!

Nem os meus mais acirrados adversários poderão negar que em toda a minha vida pública sempre cumpri milimetricamente os compromissos firmados com o povo.

Em 1961, satisfeitas as promessas da campanha de 55, entreguei uma nação confiante no seu extraordinário progresso econômico e orgulhosa da sua democracia; uma nação em que o extremismo da direita estava tão desmoralizado que o governo podia ter a generosidade de anistiar os responsáveis pelos seus últimos estertores; uma nação em que ninguém se atrevia a dizer-se comunista, não por medo de qualquer reação

violenta, mas pelo simples constrangimento de afrontar a opinião pública e a consciência democrática nacional.

Posso afirmar, portanto, agora, que em 1970, ao fim do meu próximo mandato presidencial, os 120 milhões de brasileiros de então serão donos de um país em que estará estabelecida plenamente a atmosfera de paz e de ordem.

Nos estados da região centro-sul do país a aquisição de alimentos, de remédios, de livros escolares, de vestuários, de moradia e de transporte não será mais este drama angustiado com que se defrontam os chefes de família e as donas de casa. Os portos estarão reaparelhados, e não haverá racionamento de energia, pois o trabalho de construção de usinas elétricas será incessante, dia e noite, prosseguindo nos domingos e feriados. Não haverá petróleo escondido no solo, pois as sondas da Petrobras não serão paralisadas por manobras antinacionais, nem por agitações políticas. Não haverá safras perdidas à margem das estradas, nem equipamentos imobilizados nas fábricas.

Voltará a implantar-se no Brasil aquele ritmo de trabalho conhecido como ritmo de Brasília.

O Nordeste será um grande núcleo industrial e agrícola. O Oeste e a Amazônia serão ocupados definitivamente. As fronteiras geográficas do país coincidirão com as fronteiras do trabalho nacional.

Em 1970, a reforma agrária já estará incorporada à história do país como uma nova página de evolução social e progresso econômico, escrita sem violência e sem desordem. Não haverá analfabetos e a queda do índice de mortalidade infantil terá sido a mais gloriosa das minhas novas sessenta metas. Não haverá nem aventureiros políticos aglomerados às portas dos quartéis pretendendo diluir o espírito de disciplina e de patriotismo das Forças Armadas. Em 1970, o Brasil será não apenas a maior nação católica do mundo, como também o primeiro país a atingir o desenvolvimento econômico realizando a justiça social

e mantendo intangíveis os direitos humanos e as liberdades democráticas. Em 1970 ninguém se atreverá a anunciar que o Brasil está sujeito a essa ou àquela potência, porque o nosso país será também uma grande potência, realizando-se, assim, os sonhos de muitas gerações, recebendo a paga de tanto sacrifício e de tanta coragem. Com este sentimento de esperança é que iniciamos agora a nossa marcha para as urnas e para a vitória em 65.

· JK ·

Em defesa da democracia e de seus direitos políticos

3 de junho de 1964

Fonte: *Diário do Congresso Nacional, Seção II, 4 de junho de 1964, p. 1476.*

O SR. JUSCELINO KUBITSCHEK – Sr. Presidente, na previsão de que se confirme a cassação dos meus direitos políticos, que implicaria na cassação do meu direito de cidadão, julgo de meu dever dirigir, desta tribuna, algumas palavras à nação brasileira. Faço-o agora para que, se o ato de violência vier a consumir-se, não me veja eu privado do dever de denunciar o atentado que, na minha pessoa, vão sofrer as instituições livres.

Não me é lícito perder uma oportunidade que não me pertence, mas pertence a tudo o que represento nesta hora.

Julgo, sem jactância, ser este um dos mais altos momentos da minha vida pública. Comparo-o ao instante em que recebi a faixa presidencial, depois de uma luta sem tréguas contra forças de toda ordem, inclusive as da calúnia, que em vão tentaram deter a vontade do povo brasileiro. Naquela ocasião assumi, perante a minha própria consciência, a determinação de não me deixar guiar por ressentimentos ou por mágoas, por mais justas que fossem.

Perante Deus, perante o povo, diante desta Casa posso afirmar que, presidente da República, durante cinco anos zelei pela paz do Brasil, não autorizando, não permitindo, não pactuando com qualquer atentado à liberdade de quem quer que fosse e agindo sempre com dignidade administrativa. Neste momento, sinto uma perfeita correlação entre a minha ação presidencial e a iníqua perseguição que me estão movendo. É que a mesma causa continua viva, a mesma causa da defesa das instituições livres pela qual lutei. É essa causa que me transforma agora em vítima preferida da sanha liberticida que tenta marcar e manchar uma revolução feita para salvar-nos da tirania comunista. Sou ainda o mesmo cidadão; ontem detentor do governo, chefe constitucional das Forças Armadas, aquele que amparou e promoveu os seus mais ferrenhos adversários; hoje, um homem desarmado, sem possibilidades de reação material, mas disposto a reagir com a energia, a determinação, a coragem dos que combatem para cair de pé.

Não tenho de que me defender. Pela própria mecânica do ato institucional aos fulminados não é dado acesso às peças acusatórias. Voltam-se, assim, os revolucionários do Brasil, contra as mais sagradas conquistas do Direito. Não sei exatamente do que me acusam; só recolhi boatos e murmúrios de velhas histórias já desfeitas e desmoralizadas por contestações irretorquíveis.

Já a nação vive sob os efeitos do terror. E aqui expresso a minha solidariedade aos que estão sofrendo processos de inquirição que lembram os momentos mais dramáticos por que passou a humanidade.

Se me forem retirados os direitos políticos, como se anuncia em toda parte, não me intimidarei, não deixarei de lutar. Do ponto de vista de minha biografia, só terei do que me orgulhar desse ato. Lamento apenas que a nação, através do partido que recentemente me indicou para as eleições de 65, sofra essa vil afronta. Mas essa mesma afronta terá

reparação certa pelas urnas, ao primeiro ensejo, com qualquer outro nome pessedista.

Por que, então, Sr. Presidente, é o caso de perguntar-me, se me deveria envaidecer de tão grande privilégio – o de ser o alvo principal da luta antidemocrática – por que me invade neste instante uma tristeza das mais terríveis por que já passei em toda a minha acidentada vida pública? Essa tristeza nasce, sem dúvida, de que, se por um lado me oferecem uma oportunidade de glória, por outro lado ferem o nosso país, humilhando na minha pessoa a nossa civilização, degradando-nos no conceito das demais nações livres e fazendo da revolução algo que merecerá o repúdio de todos os democratas do mundo.

É com esse terrível sentimento de pesar que espero a consumação da iniquidade que anunciam para breve. Meu voto, aqui, já serviu para eleger o atual presidente da República, em cujo espírito democrático confiei; mas meu sacrifício, exigido pelo ódio e pela incompreensão, servirá para ajudar numa nova luta em favor da paz e da dignidade do povo brasileiro. Mais uma vez tenho nas mãos a bandeira da democracia que me oferecem neste momento em que, com ou sem direitos políticos, prosseguirei na luta em favor do Brasil. Sei que nesta terra brasileira as tiranias não duram; que somos uma nação humana penetrada pelo espírito de justiça. Homem do povo, levado ao poder sempre pela vontade do povo, adianto-me apenas ao sofrimento que o povo vai enfrentar nestas horas de trevas que já estão caindo sobre nós. Mas delas sairemos para a ressurreição de um novo dia, dia em que se restabelecerão a justiça e o respeito à pessoa humana.

O ato das forças tirânicas que ameaçam apossar-se da Revolução, de banir-me da vida pública terá consequências que dificilmente poderão ser previstas. Sabe Deus que não as desejo, pois não me fez o Criador para desejar o mal a quem quer que seja, e muito menos a meu país, como não me fez para destruir, e sim para construir. Mas, querendo-o

eu ou não, a semente da injustiça, do arbítrio, da maldade, da crueldade, da violação da pessoa humana, do desrespeito, medrará, crescerá, dará frutos, e depois, como tem acontecido invariavelmente, o castigo chegará, levando tudo de vencida. Infelizmente não serão apenas os maus semeadores que recolherão as tempestades negativas, mas também este pobre povo, vítima dos erros dos seus dirigentes.

Repito, o golpe que na minha pessoa de ex-chefe de Estado querem desfechar atingirá a vida democrática, a vontade livre do povo. Não me estão ferindo pessoalmente, mas a todos que se julgam no direito de escolher a quem desejam escolher para presidir o seu destino. Esse ato é um ato de usurpação, e não ato de punição. Será um ato de traição às promessas da Revolução que oferecia uma oportunidade a todos os brasileiros de colaborarem na obra comum de reconstrução do país. Muito mais do que a mim cassam os direitos políticos do Brasil.

Dirijo-me, agora, de maneira particular, aos países estrangeiros, aos meus amigos do exterior, à opinião pública internacional para dizer-lhes que não julguem o meu país por este ato inspirado no ódio. Quero pedir-lhes que confiem não apenas na capacidade de recuperação do Brasil no plano econômico, mas também nas grandes reservas morais do nosso país. Não nos julguem por este ato deplorável de fraqueza política, de uma parte dos cidadãos armados para a defesa nacional e que se voltam contra seus homens públicos, oferecendo um tão injusto quanto bárbaro retrato do Brasil aos observadores do mundo exterior. Não somos nós, brasileiros, esses decapitadores ávidos de mergulharem nas vidas alheias, no que elas têm de mais inviolável, para oferecer à degradação pública os seus homens de Estado, os que lutaram pelo engrandecimento do seu país. Estamos apenas atravessando uma hora difícil! Mas este é um país democrático, que repele os extremismos de qualquer natureza. Não nos julguem apenas por um ato, é o que peço a todos os que nos contemplam de fora, neste momento em que me

elevam uns poucos acima de mim mesmo pela discriminação do ódio e pela cegueira criminoso.

Diante do povo brasileiro quero declarar que me reinvisto de novos e excepcionais poderes neste momento para a grande caminhada da liberdade e do engrandecimento nacional.

(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado.)

· JK ·

Declaração após a cassação do mandato

8 de junho de 1964

Fonte: HELIODORO DOS SANTOS, Affonso. JK: exemplo e desafio.

Brasília: Thesaurus Editora, 2005.

No instante em que a iniquidade se consuma e me obriga ao silêncio, cassando-me o mandato de senador conferido pelo bravo povo goiano e retirando-me os direitos políticos, quero pedir aos brasileiros que não se deixem um só momento impressionar com as calúnias e as mentiras que os inimigos jurados da democracia certamente hão de continuar atirando sobre mim.

Saibam os brasileiros que daqui por diante só não lhes falarei, e só não me defenderei, se fizerem silenciar a minha voz.

Estou pagando, nesta hora em que o meu destino se confunde com a sobrevivência da democracia em nossa pátria – e isto me consola de tantos sofrimentos –, estou pagando o crime de ter lutado pela independência econômica de meu país; o crime de ter governado isento de ódios, como presidente de todos os brasileiros que fui; o crime de não ter perseguido a quem quer que seja; o crime de ter dado ao Brasil uma dimensão, interna e externa, jamais sentida em toda a nossa história

republicana; o crime de ter proporcionado a esta nação cinco anos de paz, de garantias constitucionais, de cuidados administrativos; o crime maior de ter feito nascer no coração dos brasileiros a esperança e o sentimento de grandeza.

Minha atitude diante da agressão a que me submetem é de serena tranquilidade. Sei que o tempo confundirá os meus inimigos gratuitos, sufocará os ódios e restaurará a justiça, agora duramente espezinhada.

Sei que os meus inimigos me temem, porque temem a manifestação do povo, e assim, com esse ato brutal, me afastam do caminho das urnas, única manifestação válida num regime verdadeiramente democrático.

Nada me constrangerá tanto como a impossibilidade, pela violência, de defender a minha honra e a conduta de meu governo. Isto poderá talvez verificar-se por alguns momentos, mas não para sempre. É a lição da História. De uma ou de outra maneira, encontrarei forma de enfrentar os meus algozes, silenciado pela tirania restarão documentos irrefragáveis, restará a reparação que a História oferece, dignificando os que forem sacrificados pela má-fé, pela incompreensão, pelo ódio.

Confio o meu destino às mãos do povo brasileiro, desse povo a quem tudo devo, desse povo que me tirou da obscuridade e me levou à Suprema Magistratura da Nação. Creio no meu povo e no meu país; creio na glória do castigo imerecido e no repúdio dos castigadores odientos.

Não me arredarei da luta em favor da democracia. Serei mais eficaz e mais ardente agora, quando já não está em jogo a minha pessoa.

Este ato não marcará o fim do arbítrio. O vendaval de insânias arrastará na sua violenta arrancada mesmo os meus mais rancorosos desafetos. Um por um, eles sentirão os efeitos da tirania que ajudaram a instalar no poder.

Qual a origem dessa fixação obsessiva com que o governo dá prioridade à cassação de meu mandato e de meus direitos políticos sobre tarefas graves da administração?

Que temor é este da minha sobrevivência política? É o temor que se apodera de todos os usurpadores das liberdades fundamentais da pessoa humana. É o temor do pronunciamento popular através do sufrágio universal; é o temor da força da própria democracia.

Volto-me com piedade para os executores da minha liberdade política, porque sei quão frágeis as tentativas de um regime de força no cenário tradicional da democracia brasileira.

Não aceito o julgamento dos que agora me julgam. Só aceito o julgamento do povo, pois só nele reconheço o juiz das minhas ações.

Encerro estas palavras com um agradecimento às manifestações de solidariedade e de carinho que venho recebendo de todo o país, de todas as classes sociais, mas principalmente dos humildes, daqueles que jamais se aproximaram de mim nas horas de fastígio.

As vigílias cívicas dos anônimos me reconfortam e me compensam fartamente dos esforços e das canseiras de todos esses anos de luta.

É ainda com uma palavra de amor a esta terra, de reconhecimento aos meus amigos e de esperança na redenção do Brasil que, afastado da vida pública de meu país, me disponho a encarar, face a face, se preciso for, os autores dessa ignomínia.

· JK ·

Posse na Academia Mineira de Letras

3 de maio de 1975

Fonte: Academia Mineira de Letras.

Sr. Presidente da Academia Mineira de Letras, minhas senhoras, confrades e amigos meus,

Parte de minha vida ocupei-a nas tribunas de meu país e de várias nações que me dispensaram a honra de convocar-me para discussões de palpitantes problemas.

O uso sistemático do avião que me transformara num piloto honorário ensejou-me, em horas que se multiplicaram por milhares, cruzar os espaços do Brasil e do mundo. Uma das circunstâncias de que me envaidecia vinha do fato de ter, quando governador, visitado todos os municípios mineiros, totalizando àquela época quatrocentos e cinquenta.

Pude, assim, dirigir-me aos meus patrícios dos quatro ângulos do nosso território.

Lógico, pois, que diante de tão ilustre assistência me apresentasse seguro e confiante.

Todavia eis-me intimidado.

Em vez do rumor das manifestações populares, contemplo os confrades que me ouvem com atenção. Homens de talento que deslindaram os segredos do vernáculo, apossaram-se da técnica de escrever e, desfazendo com audaciosa agilidade as ciladas da sintaxe, coligiram as mais primorosas produções literárias de Minas.

Em verdade nunca admiti, mesmo quando iluminando lonjuras faiscavam as lâmpadas da minha imaginação, pudesse eu privar do vosso convívio, preenchendo neste recinto, onde refulge o gênio de minha terra estremecida, o lugar que generosamente resolvestes outorgar-me e de que sinceramente tanto me ufano.

Sem exagero, eu vos afirmo que me sinto, neste ambiente em que vossa fidalguia me recebe, com a esperança de um iniciado, como se a minha admissão nesta cobiçada convivência fosse o primeiro triunfo na mágica escalada com que Deus prodigalizou os meus passos.

Polido pelo sofrimento, purificado pelo exílio, que, segundo Nietzsche, eleva e enaltece, aqui se abre para mim outra jornada, semelhante àquela em que pude conceder o perdão e a anistia, aspirações imanentes de paz que vicejam entre os que na cidade do humanismo cultivam as formas da compreensão e da tolerância.

Se bati à vossa porta, senhores acadêmicos, foi porque a tanto me impeliram motivos ponderáveis, com raízes nos idos de minha juventude, quando a curiosidade intelectual porfiava em hipnotizar-me.

Acostumei-me ao manuseio dos livros. Com que intensidade me absorviam, rasgando ante meus olhos deslumbrados panoramas que se estendiam muito além do berço natal.

A paixão pela leitura assaltou-me na Diamantina de minha adolescência, onde o futuro já se delineava áspero e desafiador. Percebi, num lampejo, que só pelo estudo ser-me-ia possível quebrar as algemas que me impediam o acesso a horizontes mais largos.

Quando rapazes da minha geração, pelos passeios da Capistrana, segundo os costumes de antanho, namoravam de longe as moças, resguardadas nas sacadas ou treliças dos sobradões antigos, eu me isolava num modesto quarto da ladeira de São Francisco, buscando, nos compêndios, as armas para as lutas que me aguardavam.

Li muito, li bastante. Em qualidade e em quantidade.

As derivantes da biblioteca, no quadro sisudo do velho Tejuco, pareciam divergências de um mesmo tronco inseparavelmente entrelaçadas: o júri e o púlpito.

O júri, no ardor dos debates, ora emocionantes, ora rudes, onde a voz se expandia estremeçando o pretório, dominava-me, e as locuções vibrantes repercutiam nos meus ouvidos como lições de retórica.

O púlpito, empolgado por pregadores notáveis, espalhava pelo vão das naves, nas prédicas das novenas ou nos sermões das missas, as centelhas do verbo entremeadas do latim eclesiástico, tão caro ao nosso gosto. Perdido entre os fiéis, deixava-me seduzir pela ressonância das frases, na sua cadência, no seu ritmo.

Hoje, balanceando os elementos que se impregnaram na minha carreira, concluo que o aprendizado da mocidade fixou a minha admiração pelo discurso, fator indispensável ao sucesso de uma vocação política.

Vi decorrer minha existência no palco barulhento das praças urbanas, cercado de multidões, falando eu próprio centenas de vezes durante as campanhas em que me empenhei. Nunca, porém, iniciei tranquilo uma oração.

O medo de enfrentar o auditório gelava-me.

Não saberei dizer como dominei o susto ao ter de pronunciar em Diamantina o improviso que marcou a primeira e difícil etapa que me levou às culmínias do poder. Inesperadamente divisei-me com uma pequena e curiosa aglomeração que se acotovelava na modesta estação ferroviária para dar-me boas-vindas após os sacolejos de quinze horas através das paisagens encantadoramente agrestes que anunciam a chegada. Júlio Mourão, famoso advogado, ali estava para transmitir-me as saudações da velha urbe. A Deus roguei coragem.

Passei os olhos pelo cenário que se desdobrava morro abaixo, coroadado de eucaliptos que ondeavam verdes cabeleiras batidas pelas cores do sol poente. O crepúsculo providencialmente transportava-me aos dias de jovem, e os ensinamentos de Vieira, de Ruy e de Monte Alverne, que naquela época já me tinham revelado o néctar da eloquência,

ajudaram-me e pude desatar a língua que desatada ficou por várias décadas, proporcionando-me levar a todas as vastidões do Brasil o evangelho da liberdade, transcendente imposição que me transmitiu o venerando burgo.

Narrei-vos o pequenino episódio de minha primeira experiência, porque, vós outros, caros amigos, ao conceder o beneplácito à minha candidatura, pontuastes a minha assiduidade ao calor das tribunas, como se identificásseis nesta tendência o meu enquadramento no mundo das Letras. Enamorado da palavra tenho sido e o serei sempre discorrendo daquele que lhe atribuiu a finalidade de ocultar o que pensamos.

Caríssimos consócios,

Perfeitamente entrosada na melhor de nossas tradições é a Casa que hoje, por entre as galas deste momento, passa a ser também minha.

O Brasil tem a sua história literária ligada às academias que surgiram há mais de dois séculos como acanhados grêmios onde os trovadores, na ausência do prelo, apresentavam suas composições, ingênuas ou maliciosas.

O hábito não se perdeu e com apuro foi, paulatinamente, espalhando-se por todos os núcleos, para mais tarde vicejar e atingir o apogeu quando as minas das Gerais se exauriam. Escasseavam as pepitas, os veios vorazmente esgotados transformavam-se em fios de ruínas. Da fantástica riqueza, pouco, muito pouco, a não ser no tesouro das igrejas, sobrava para a capitania. Integral a retração econômica.

Todavia a chama não se apagara. Aedos dos maiores enchiam os ares com a suavidade de seus cantos.

Não me furto ao prazer, sempre renovado, de recordar os arcades.

Precursor do romantismo, um, pela amargura da sorte, pela harmonia de sua harpa e pela capacidade de amar, se distinguiu: Tomás Antônio Gonzaga, o patrono ilustre desta cadeira. Será desnecessário recordar-

-lhe a obra, que faz parte do nosso melhor acervo, figurando em todas as antologias.

O Imortal, vós o conheceis.

O Poeta continua vivo no coração de todos os apaixonados.

Decorridos tantos anos de sua morte, eu quero revê-lo nesta rara oportunidade sob outro aspecto, próprio dos inconformados, dos que não voltam as costas à dor alheia. Não é apenas o bardo singular, o cavaleiro das etiquetas, que sabe declamar com elegância nos salões aristocráticos de Vila Rica.

Aprofundando-lhe a biografia, feição outra e mais nobre se sobressai: a solidariedade com as classes desfavorecidas. Nem a base nitidamente helênica, nem o cargo que exerce lhe desviam a preocupação com as camadas desprotegidas. Esposa-as com simpatia e no-lo diz: “Aos bons no gabinete o peito abria; Na rua a todos como iguais honrava.”

Aceitando que de todas as virtudes o heroísmo é a que mais fascina, sua concepção do herói, que antecede à de Carlyle, aproxima-se da filosofia de Platão, quando define a justiça como a suprema meta do espírito.

“O ser herói, Marília, não consiste
em queimar impérios: move a guerra,
Espalha o sangue humano,
E despoeva a terra
Também o mau tirano.
Consiste o ser herói em viver justo:
E tanto pode ser herói o pobre
Como o maior Augusto.”

Senhores,

As teorias renovadoras do término do século XVIII inscreviam-se dentro de um sistema que foi, como o sabeis, o iluminismo, ensaiado ou pelo menos vislumbrado nos últimos anos da centúria precedente.

Para insinuar-se no exclusivismo da realeza os burgueses rodeavam os governos e grupos de iluministas atuavam com eficácia.

Os conceitos radicais, a preocupação então em voga da igualdade, desaguavam num sorvedouro que os impressos e folhetins divulgavam.

Inevitável nas Américas a repercussão e Gonzaga, universitário de Coimbra, estava a par da revolução que lentamente se caldeava.

Eis, senhores, a atmosfera em que viveu Gonzaga, eis, em rápida análise, as sementes da Inconfidência, objetivo audacioso que o sangue do “animoso Alferes”, como a inimitável Cecília Meireles denomina o Tiradentes, transformou numa trágica e bela motivação.

Admitido serem de Gonzaga as impávidas Cartas Chilenas, sob o pseudônimo de Critilo, desancando a grotesca figura do Fanfarrão Minésio, fica admiravelmente delineado seu perfil de revolucionário. Porque elas desafiam as Ordenações, desdenham a sagrada autoridade real, e se afirmam como um grito da alma brasileira clamando pela emancipação.

Não existe, penso eu, depoimento mais autêntico sobre o que foi o período colonial e explicam de certo modo a sua participação nas aventuras da conspiração e por que deixou-se arrastar pelo movimento. Para a vitória, para a prisão ou para o degredo.

Não é a Inconfidência um capítulo propriamente da Independência. É mais. Uma profissão de destemor e de renúncia na multimilenar batalha pela liberdade, escopo único da civilização.

Às naturais razões de felicidade íntima que experimento, acrescento outra: de abrigar-me doravante sob a égide daquele que incluiu no programa inovador da conjura a mudança da sede do governo para o interior da nação. Desejo que no “assento etéreo”, onde pervaga a sua memória, colha a homenagem vigorosa dos homens que reviveram a sua fantasia criadora para edificar no Planalto a Cidade da Esperança.

Meus senhores,

Dois nomes dignificaram a poltrona na qual hoje me emposso: Mendes de Oliveira e Noraldino Lima.

Mendes de Oliveira, primeiro ocupante e um dos fundadores da instituição, mereceu-a como prêmio porque ninguém foi mais alto do que ele na glorificação do soneto. Grave, cerimonioso, tratou-o como flor que demandasse toda sorte de esmeros. Burilador inexcelsível, amante da musicalidade, buscou a perfeição. Seu nome permanecerá como mestre e paradigma.

Noraldino Lima, bem me lembro. E com agradáveis recordações. Conheci-o quando de meu regresso da Europa, onde fora aperfeiçoar-me em medicina e passei a trabalhar sob suas ordens, exercendo as funções de cirurgia da Caixa Beneficente da Imprensa Oficial.

Os contatos de então converteram-se posteriormente em amizade que resistiu aos abalos que sacudiram o Brasil nos últimos decênios. Diretor da Imprensa Oficial, secretário do governo, deputado federal, coube-lhe tudo com que Minas poderia galardoar um filho predestinado, inclusive a chefia do governo.

Noraldino Lima, no entanto, jamais se desviou de sua rota.

Bipartia-se entre os deveres impostos pela coisa pública e o lazer que consumia na preparação de peças definitivas. Colega meu o foi na representação federal de Minas e até nos pareceres exarados no silêncio das comissões parlamentares observava o mandamento escorreito da linguagem, numa atenta vigilância. Não errarei, presumo, ao afirmar que seu pendor natural se concentrava nas pugnas intelectuais com uma variante para o magistério, duas facetas luminosas da mesma e invariável altura que só pode ser atingida pelos eleitos do ideal.

Senhores acadêmicos,

Ao suceder a um dos mais categorizados expoentes do Parnaso, numa sequência reservada exclusivamente a seus frequentadores, insisto em confessar que entre todas as manifestações da inteligência a que mais me fere e me toca é a poesia.

Se é verdade que jamais tive a ventura de compor rimas, menos vero não será que delas tenho cuidado com zelos de jardineiro. Antes de Hesíodo, antes do Píndaro também, *poiesis* não era apenas o verso em si, já então significava aquele que faz ou, mais precisamente, aquele que é autor.

Por isso os homens de ação, os que planejam, inventando, construindo para o amanhã, não seriam de todo estranhos ao paraíso das musas.

De certa maneira posso garantir-vos – e suplico não vejais nisto o mínimo laivo de vaidade – que concebi e fiz executar projetos que são monumentos imperecíveis, sem dúvida criações poéticas, pela graça e pela concepção artística.

Nem de outro modo pensava Pompidou, recém-falecido presidente da França que em seu impressionante trabalho de pesquisa *Anthologie de la poésie française* assim textualmente se manifesta: “Na verdade os versos não são senão uma das múltiplas expressões possíveis da poesia.” Poema que a luz do sol aquece, e que as estrelas incansadamente velam, seja-me lícito dizer-vos, é o conjunto arquitetônico da Pampulha, que revestiu a paisagem de uma tonalidade universal.

Epopéia – quem ousará negá-lo? – é Brasília, com os alexandrinos escorrendo do suor escaldante dos candangos, imortalizando nas estrofes de cristal a capacidade desafiadora de nossa gente.

Meus amigos,

Na noite em que fostes à casa de meu cunhado, Júlio, cujo desaparecimento recente me feriu profundamente, participar-me, na presença de Sarah, Maria Estela, Márcia, Barbará, Rodrigo, Beatriz, Fernando e de vários companheiros, a aceitação unânime de meu nome por esta academia, declarei-vos que havíeis feito um homem feliz.

Surpresas diversas surgiram nas encruzilhadas dos caminhos que percorri, ao longo de uma existência ora triunfal, ora dramática, porém dedicada integralmente ao Brasil.

O destino concedeu-me alegrias e compensações, entre as quais esta de conviver doravante convosco, senhores acadêmicos. Tenho a lamentar, entretanto, a dolorosa ausência de Pedro Aleixo, Martins de Oliveira, José Oswaldo de Araújo, que ainda aqui se encontravam quando também com os seus votos se abriram para mim as portas deste novo lar.

Senhores acadêmicos,

Colorido especial, num contorno que transcende pela significação e pela ternura, é a presença nesta solene sessão da santa e excelsa pessoa de um dos maiores vultos contemporâneos do Brasil, um dos grandes príncipes da Igreja, o purpurado sem mácula, amado e querido por todos, o cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta.

Num gesto de extrema bondade, senão de humildade, que bem lhe define a excelência do espírito, o fulgor de sua alta formação, aquiesceu, no acolhimento generoso só possível nos grandes, em deslocar-se de Aparecida do Norte e vir a esta Casa apresentar-me as saudações da academia.

Há seres designados para as magnas realizações, destes que parecem ficar sempre sob os cuidados especiais do destino, fadados a marcar definitivamente o tempo em que vivem.

O cardeal Motta é sem dúvida um desses homens escolhidos e esta foi a impressão que me deixou quando eu, então terceiranista de medicina, o conheci.

Nunca mais o esqueceria.

Suas palavras gravaram-se na minha lembrança, identificando qualquer coisa de sublime que irradiava de sua alma, toda ela consagrada ao amor e ao bem.

Era ele coadjutor do boníssimo monsenhor Pinheiro e desenvolvia a intensidade de sua ação em benefício das pequeninas órfãs do Asilo São Luís da Serra da Piedade, por entre colinas e morros, no anonimato dos cerros humildes, lugar que penso seria o preferido por S. Ema., se o serviço de Deus não o houvesse indicado para outros misteres e não lhe tivesse reservado a púrpura cardinalícia.

Procurava esconder a bondade que lhe reluzia dos olhos e aquele momento, o do nosso primeiro encontro, sobre o qual tantos lustros caíram, tantas décadas sedimentaram, não mais se apagou da minha memória.

Vi, percebi – e vo-lo digo com toda a convicção – que aquele homem, dono de tamanha determinação íntima, ali, no Asilo de São Luís da Serra da Piedade, não lograria isolar-se.

Não sei como a ciência explica estas premonições, estes pressentimentos que antecipam anúncios que não deciframos. Todavia o porvir deslindou o nosso encontro: o padre Motta, auxiliar de um asilo de pequeninas órfãs, seria o bispo de Diamantina, o arcebispo de São Luís do Maranhão, um nume da Igreja, membro do Sacro Colégio Cardinalício, cardeal de São Paulo, o maior centro brasileiro e uma das maiores cidades do mundo, e a ele caberia, transformando sonhos em realidade, celebrar a primeira missa do Planalto.

As palavras que pronunciou na histórica solenidade, ouvidas por homens que vinham das selvas e dos primores da civilização, tiveram a

centelha significativa daquelas com que, séculos antes, na deserta praia de Porto Seguro, o frei Henrique Soares, bispo de Coimbra, anunciou a alvorada de um novo continente.

As honrarias e distinções que tem exercido não conseguiram, no curso de sua fecunda existência, calar em D. Carlos Motta a genuína vocação evangélica, aquela mesma primitiva inclinação que o levou a buscar o seminário, que o transportou para a solidão do Asilo São Luís da Serra da Piedade.

O sacerdócio tem em S. Ema. um sentido amplo que é de proporcionar o bem, de mitigar o sofrimento e de encaminhar para o amor de Deus as forças maiores da fé. Por isso, na ânsia de cumprir um ideal que nascia de seu íntimo, escreve em 22 de março de 1964 a Paulo VI rogando-lhe o transfira da majestática arquidiocese de São Paulo para a de Aparecida, a cuja obra social e religiosa quer inteiramente dedicar-se.

Já 9 anos antes, aos 11 de novembro de 1955, o cardeal Motta dera início à construção da nova basílica, consagrada à Mãe de Deus, e que seria para nós, brasileiros, o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida.

A pequenina imagem de cor negra encontrada em 1717 no rio Paraíba, por venturosos pescadores, desde logo milagrosa e venerada a partir de 1745, na Capelinha de Coqueiros, é hoje a Padroeira do Brasil, no trono de glória da basílica que D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta ergueu com a devoção dos primeiros apóstolos.

Aparecida do Norte, depositária de nossas esperanças, é dos maiores polos católicos do mundo, para onde se dirigem os peregrinos animados do mesmo impulso que movia por terras e mares os cruzados na sua pureza.

É aí, na colina paulista, que se fez sentir todo o poder missionário daquele mineiro de Serra da Piedade que traz com sua presença o brilho imarcescível a esta noite memorável.

Senhores acadêmicos,

Venho, depois de exaustiva peregrinação, substituir aquele que foi o amigo sincero, o colaborador eficiente, o místico timidamente escondido na concha de sua modéstia: Nilo Aparecida Pinto.

Lírico essencial, só poderei evocá-lo dentro da dimensão preferida em que viveu: a religião e o verso. Senhor de intensa capacidade imaginativa, resistiu ao impacto dos que queriam destruir o soneto e fugiu do Modernismo quando este era a moda, a coqueluche, o galpão rumoroso em que vinham explodir vozes outras, tocadas algumas pela luz de uma inspiração indestrutível, tais como Menotti del Picchia, Carlos Drummond, Oswald e Mário de Andrade.

Tampouco se filiou ao Simbolismo, que, sucedendo ao Parnasianismo, vinha proclamar, na expressão de Verlaine, que a poesia é música de palavras.

Simbolismo e Parnasianismo despontaram juntos pela segunda metade do século passado, definindo-se ambos como estilos que guardariam a essência fundamental de uma emoção, mas que Baudelaire, o gênio das vigílias criadoras, bandeando-se para o Simbolismo, iria transformá-lo em novo credo. Corte gloriosa participou da constelação simbolista que iluminou os novos rumos, destacando-se com vigor astros que formaram o singular triângulo que ostentava em cada vértice figuras do porte de Verlaine, Rimbaud e Mallarmé.

Se o Simbolismo não triunfou, se não se impôs com a ênfase do Parnasianismo, viveu no Brasil, mercê da celestial predestinação de Alphonsus de Guimaraens, o lume tutelar desta Casa.

Na campa em que dorme o sono de imortal, na augusta e heráldica Mariana, fui como governador levar-lhe as homenagens de Minas Gerais.

Então repercutiram pelos ares, na voz inolvidável de outro poeta, e dos maiores, Augusto Frederico Schmidt, as orações de ternura que borbulhavam de nossa admiração.

1922: um ano em todo o mundo, um marco no Brasil. Liberdade de expressão, liberdade de expansão – e a Semana de Arte Moderna de São Paulo levanta galhardamente o pendão da reforma.

Os grupos que neste estado preferiram os caminhos novos tiveram em Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Martins de Almeida os líderes que os defenderam na trincheira denominada *A Revista*, por eles fundada. Em Cataguases se apoiavam na publicação intitulada *Verde*, sob a orientação de Rosário Fusco, Henrique de Resende e Ascânio Lopes. Belo Horizonte, inaugurada nos fins do século precedente, ainda se mantinha fiel à tradição acadêmica e só mais tarde seria definitivamente conquistada pelo Modernismo, ao introduzir na sua arquitetura conservadora a audácia da Igrejinha da Pampulha, acalentando o gênio de Portinari, o traço revolucionário de Niemeyer, a concepção atrevida de Burle Marx, buscando todos, na simplicidade das linhas, a forma dinâmica da beleza.

Tem raízes nessa época o encontro que, como prefeito de Belo Horizonte, realizei, reunindo aqui organizadores da rebelião paulista, para discutirmos, na cidade dos frondosos ficus, a inquietação que lavrava pelo mundo e que afinal viera acampar na quietude do arraial Del Rey.

Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Di Cavalcanti, Niemeyer, Santa Rosa, Sérgio Milliet e outras preeminentes figuras que acenderam a labareda de 1922 na Pauliceia, acorreram ao meu convite.

Durante uma semana debatemos os pontos incandescentes que fizeram ruir o gasto arcabouço das escolas anteriores do Romantismo ao Modernismo, passando com archotes incendiários pelo Realismo, Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo.

Menotti del Picchia, que tenho a ventura de contar entre os meus mais diletos amigos, e que povoara a minha imaginação de adolescente em Diamantina, com a beleza de Juca Mulato, preparara-me, quase que inconscientemente, para aceitar num crescendo de surpresas a onda reformadora que de acordo com o pensamento de Paulo Prado ousava mudar não apenas “as ideias inspiradoras da poesia”, como também libertá-la da camisa de força do soneto, incapaz na sua opinião de definir o “baralhamento da vida moderna”.

Menotti del Picchia ampliava a reação, afirmando: “Queremos libertar a poesia do presídio canoro das formas acadêmicas.”

A segunda Semana da Arte Moderna, como a crismaram os jornais mineiros de 1942, conseguiu aquecer o ambiente. Inconformados iconoclastas quebraram alguns cânones estabelecidos e, invadindo o recinto da exposição, inutilizaram telas expostas pelos pregoeiros da nova torrente que irrompia com ímpeto arrasador.

Está com Márcia, minha filha, como relíquia desse “entrevero”, um quadro de Santa Rosa, cortado de alto a baixo pelo fio de uma navalha, revelando nesta cicatriz a intolerância que caracterizou as primeiras contestações dos tradicionalistas.

Minas dos contrastes e dos extremos, assimilando o futuro sem se desgarrar do passado, altivamente vaidosa do Aleijadinho, de Athaide, dos seus compositores barrocos e de seus Arcades, aceitava aos poucos a marcha vitoriosa do Modernismo.

Por onde andaria Nilo Aparecida, por aquelas calendas? Se é verdade que em Nilo Aparecida se acusam as características principais do Parnasianismo, nem sempre ele se deixa escravizar e alguns de seus versos contrariam os postulados técnicos impostos pela doutrina.

Olegário Mariano, percebendo a perfeição parnasiana de seus trabalhos, com sua autoridade de poeta e de príncipe, o elevou ao nível em

que se situa a trindade sagrada, constituída por Bilac, Raimundo Corrêa e Vicente de Carvalho.

Sem favor, o cantor das sinfonias capixabas revela-se digno, sob qualquer prisma, de figurar ao lado da impecável maestria de Augusto de Lima, sonhando nostalgicamente com os sinos, os campanários, os cerros de Vila Nova de Lima, “mais formosos de longe que de perto.”

Não o terá sido, bem o sei, um parnasiano ortodoxo, capaz de sacrificar o motivo às exigências da forma, mas inegável que o perfilhou por ser mais condizente com seu temperamento.

Se tratou com enlevo o verso em si mesmo, na sua contextura, não o fez com uma suntuosidade que sufocasse a inspiração. Assim, via com certo ceticismo engalfinharem-se diversas correntes. Julgava Nilo Aparecida, numa compreensão muito própria do poeta nato, que todas as conclusões eram válidas porque defendiam concepções de beleza.

Nilo Aparecida é uma presença na cultura brasileira e foi por seu valor próprio, pela grandeza inegável de sua poesia que ele transpôs as nossas montanhas para repercutir em todo o território da pátria, sempre querido, sempre respeitado, necessário em todas as estantes.

De fato, há qualquer coisa de sublime no seu estro, porque não o vulgariza, nem o emprega no louvor de teses secundárias. Ao contrário, mantém acesa a chama voltada toda ela para temas que fogem à banalidade.

Mesmo na trova, na simples quadra, tão ao gosto de nossa gente, escolhe o quarteto que invariavelmente se projeta com uma suave comunicação.

Dotado de todos estes predicados, pode ele, por certo, permanecer indiferente às transmutações que sacudiram o Brasil desde o início do século. Por isso Nilo não cabe dentro da indicação linear de uma Escola. Ultrapassa-a, vence-a e pode, portanto, conservar-se fiel a si

mesmo na agitação dos tempos em que desenvolveu a sua potencialidade poética. Apegado às recordações da meninice, compõe versos nos quais esse período transparece, envolto numa aura de sensibilidade contagiante. É assim que, de forma quase indireta, recorda a própria infância:

“Com o olhar resignado das crianças,
E a alma ainda leve, ao termo das fadigas,
Vejo na tarde as minhas terras mansas
Amadurando as últimas cantigas.”

Familiares em Nilo Aparecida, mesmo antes da celebridade, os traços indicadores da imortalidade que neste cenáculo receberam a chancela da consagração. Êmulo de Gonzaga, orgulha-se de seu lirismo:

“Sou lírico, nasci de ignotas dores,
E a lua, suave mãe dos trovadores
Amamentou minha ventura escassa.”

Meu camarada, dos mais queridos, a um tempo em que não ousaríamos antever o futuro, gravou em *Música da fonte*, no intervalo de uma das serenatas com que embalávamos os noturnos silêncios da jovem capital em 1948, esta dedicatória: “Ao querido amigo, Juscelino Kubitschek, expressão da inteligência e da cultura de Minas, afetuosa homenagem do Nilo Aparecida Pinto.”

Ao traçar oferenda tão sinceramente sentida, quis ele, penso hoje, avulzar para o futuro a cordial afeição que nos unia.

Guardadas as proporções das paragens a que atingiu e do humílico admirador que dele tenho sido, persistiu entre nós uma afinidade no modo de interpretar a essência do belo em toda a sua radiosa sedução.

Triste por natureza, suas confissões trazem sempre um pouco da melancolia que torna evocativas as cenas que já se diluíram nos caminhos percorridos.

“Fonte que eu escutei, quando menino,
Ficaste tão distante, e ainda te escuto:
Não como outrora – porque amargo é o fruto
Em que se abriu a flor do meu destino.”

Poeta dos mais completos, seu legado é precioso e abundante e tanto mais produz, mais se aperfeiçoa, adquirindo o artesanato a transparência de levíssima porcelana.

Ei-lo: *Meu coração em cantigas, Canção da amargura sem fim, Lua dos conflitos, Roteiro do deslumbramento, Poesias escolhidas, Música da fonte, Rosa de Sharon, Sol do abismo, Reino interdito e Sonetos* – este laureado com o Prêmio do Pen Club do Brasil.

Entre as ostentações e a fidelidade à flama que o aquece, opta pelo país dos simples, inatingível como a lendária Canaã, mas que num arroubo vislumbra, na renúncia dos que vivem pela emoção:

“Ah! se eu fora pastor num reino que imagino
E onde um dia florisse o meu sonho de amor,
Viveria contigo, à mercê do destino
Na solitária paz de uma cabana em flor.”

Não descrê que a felicidade, com todo o seu mistério, virá um dia, e na esperança dos afortunados ouve-a pousando na árvore de sua vida:

“Sinto que vais chegar: abro-te a porta.
Ouço, agora, teu passo cristalino
No lajedo dos astros, e imagino
A tua lenda azul na noite morta.”

Minhas senhoras, meus amigos,

Li algures, em páginas que hoje não saberia localizar com precisão, mas estou certo de que em Keyserling, a interpretação das amizades ou a causa por que se ligam os entes humanos através de elos que nos dão a impressão de ter existido antes de nosso nascimento.

Coincidências de afinidades, semelhança de preferências, uma identidade geral.

Antes de encontrar pessoalmente Nilo Aparecida, admirava-o pela enternecida beleza de seus sonetos e relendo-o, agora, sinceramente rejubilo-me de haver usufruído de sua convivência.

Companheiros o fomos, errantes pelas sombras consteladas desta encantadora cidade, porque em nós habitava a alma boêmia das madrugadas, essa boêmia escusável que se refugia no conchego da amizade, dos que se satisfazem com a escala de um violão, com um verso a cair como a estrela que foge num rastro de luz, na voz aveludada de uma noite de cantos e encantos.

Sem outra preocupação a não ser a poesia, só ele saberia celebrar a pureza das nossas festas, falando dos astros, da poeira da Via Láctea, dos jardins, dos lírios que a brisa acariciava:

“Em meu jardim noturno, onde flutua
A alma errante dos lírios prisioneiros
A unção do luar, religiosa e nua,
Desce transfigurando os jasmineiros.”

Diante de tal delicadeza, Mário Matos, pássaro que cantava na crista das altas cordilheiras, exclama surpreso: “Há qualquer coisa do orvalho da manhã na frescura de seus versos.”

Homem sério, temperamento esquivo, amante da solidão, achou no misticismo o clima que lhe exaltava o espírito.

“Sonhei com a Virgem Maria,
– No céu, num trono de flores,
Nossa Senhora aplaudia
O canto dos trovadores.”

De olhos erguidos para o alto, sua inquietação se esvai, certo dos espaços eternos da bem-aventurança.

Lembra Alphonsus de Guimaraens quando se enamora de Nossa Senhora na sua belíssima *Rosa de Sharon*.

Porque a Virgem Maria rutila na sua poesia não só na sua simbólica encarnação, mas na forma de um culto de ardente apaixonado. E a Senhora livra-o dos pesadelos, das longas noites mal dormidas, na insônia em que as horas não andam. Há um encantamento que o deslumbra: a certeza de que verá Nossa Senhora no Paraíso e, enquanto espera este instante divino, vai a Aparecida do Norte para maior exercício da sua crença. Quer a Senhora no céu, mas já a sente na terra. Muitas vezes, bem me lembro, preocupava-me a indiferença de Nilo Aparecida diante dos problemas da vida: só lhe valia o essencial e essencial era só a poesia.

Toda a sua existência se circunscreveu na singeleza, na predestinação de uma conduta afeita aos livros que lhe foram o vinho e o pão.

Lisonjeia-me saber que fui dos amigos em que mais confiou. Apesar disso, tendo a subsistência garantida apenas por uma precária situação de redator da *Folha de Minas* e sendo eu um dos amigos a ele mais chegados, numa época em que exercia o cargo de prefeito de Belo Horizonte, jamais qualquer coisa me pediu, insinuou ou permitiu que pedissem por ele.

Por isso o surpreendi nomeando-o para a Biblioteca Municipal desta cidade em 1945.

Nilo sorriu agradecido, dizendo-me que os amigos o esperavam. Supus tratar-se de alguma homenagem a que gostaria de aderir, mas os amigos a que se referia eram os livros. A roda da vida conduziu-me ao Palácio da Liberdade e sem demora o convoquei.

Ali quantas vezes não suavizou o peso de minhas tarefas aparecendo no meu gabinete, por entre as vagares das funções, com versos que o assaltavam, ainda frescos da tinta com que os escrevera.

Nada, porém, interferiu nos nossos hábitos, e as noites de Belo Horizonte estrelavam de novo nas anteauroas de nossa alegria, senhoras de nosso afeto.

Eleito presidente da República, não o liberei, e no dia seguinte à minha posse já o tinha, rente a mim, numa posição de confiança no Palácio do Catete. Daí o levei para Brasília, onde ao meu lado continuou. Expirado o meu mandato, que integralmente cumpri, apesar das crises, juntos deixamos o Planalto, e Nilo veio assumir no Rio o cartório para o qual eu o havia nomeado.

Vidas entrelaçadas sem dúvida as nossas, galhos da mesma árvore, folhas do mesmo galho.

Senhores acadêmicos,

Sete anos são passados, mas não me esqueci, nem esqueceram os que viram e ouviram Guimarães Rosa na Academia Brasileira de Letras, em sua posse, que as pessoas não morrem, ficam encantadas. Eu estava lá na academia. Um dos raros discursos de Rosa. De minha parte quero dizer que assimilo o sentido das palavras de Guimarães Rosa e, como tal, Nilo Aparecida Pinto está encantadamente vivo na nossa saudade, porque, se a saudade machuca, é também a mais nobre e adequada moldura para a recordação.

Não desceria desta tribuna sem antes consignar de público uma referência de admiração, de apreço e de muita amizade ao presidente

desta Casa, meu fraternal amigo e confrade Vivaldi Moreira, em quem, nestes longos anos de crescente afeição, tenho identificado um dos valores mais positivos da inteligência brasileira.

Ensaísta merecidamente festejado, publicista privilegiado, homem de leituras aprofundadas, pesquisador incansável, todas as suas atividades consagram-se à propagação de uma cultura que nele tem um de seus artífices mais escrupulosos.

Senhores,

Parece-me que a noite vai adentrando e quase me esmaga sob o peso das horas extraordinárias que vivi. Tendo exercido a suprema magistratura de meu país, a nada mais poderia aspirar, nem maiores emoções seriam capazes de abalar a minha sensibilidade. No entanto, este momento é dos mais altos em que já me vi alçado.

Quando me era dado exercer um ato de benevolência, sentia-me intimamente contente. Agradeço a Deus o dom de me haver permitido recolher os frutos da escassa seara que pude plantar. Idêntico sentimento palpita, por certo, no espírito dos Imortais que me elegeram. Na viagem que inicio não mais encontrarei a rasgar a minha carne os espinhos que tanto me feriram só por ter porfiado em servir o Brasil e honrar a terra muito amada de minha Minas.

A solenidade que ora vivemos tem para mim um toque mágico de reparação e de conforto.

Acolhendo-me, praticastes uma ação de infinita generosidade. Tão bela que me parece filtrada de um dos versos de Nilo e, sendo tecida com a substância de vossa alma, ficará no crédito desta Casa assinalando um dos atos superiores de vossa grandeza.

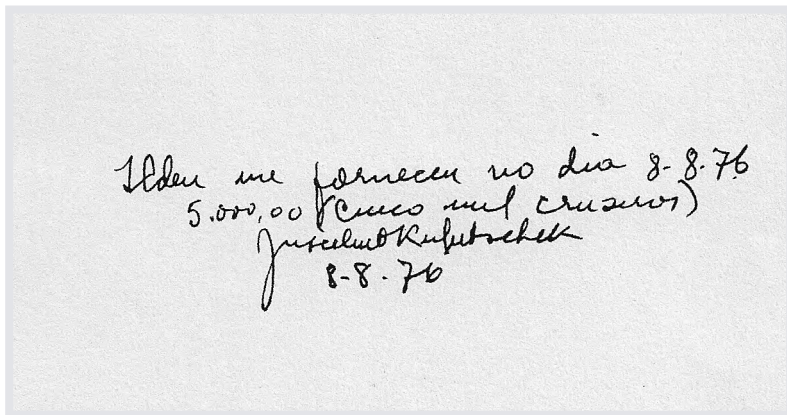
Sei que compartilharia com tal gáudio aquela que me educou e que lá do céu, contemplando a vitória do filho, bendirá a Deus a ventura de lhe haver permitido trazer da legendária Diamantina até esta soberana

Academia Mineira de Letras o menino pobre que lutou sem tréguas,
para algum dia merecer esta “glória que fica, eleva, honra e consola.”

· JK ·

Outros Documentos

Seleção entre 1952 e 1996



Um dia do governador Juscelino Kubitschek

Julho de 1952

Fonte: *Quatro anos no governo de Minas Gerais (1951-1955)*.

Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1959, p. 383.

“O dia medido do governador de Minas: café, na mesa, às sete horas da manhã, já com os auxiliares de gabinete à minha frente, lendo-me papéis e submetendo-os a assinatura; audiências públicas ou com autoridades, que nunca se iniciam depois das oito e nunca terminam antes das 13 horas, quando não vou para a mesa do almoço às duas e às três da tarde, e sempre com quatro a dez pessoas, dos lados e na frente, a me dizerem que aquela ponte está caindo, que a professora tal precisa ser aumentada, que os comunistas estão dando tiros em Uberlândia, que os soldados da polícia estão sem botinas e que reclamam uma estrada para Montes Claros. Depois, mais audiência e despachos até a hora do jantar, após o qual, para variar, mais despachos e audiências. Por volta das onze horas da noite é que o palácio começa a ficar um pouco vazio e só então posso ter a calma e a tranquilidade para me fechar num gabinete, com um ou

dois auxiliares, e ir até as duas e as três da manhã estudando planos e projetos, discutindo a política geral da administração e assentando diretrizes para o futuro.”

Isso, em Belo Horizonte. Em viagem, contudo, não é mais branda a rotina do governador. Ele próprio cita a viagem feita à cidade de Campos Gerais, onde, desde as dez da manhã até as cinco da tarde, além das solenidades de que participou e das homenagens que recebeu, atendeu, “de papel e caneta na mão”, delegações e prefeitos de onze municípios vizinhos, esgotando um bloco de notas.

Viajando, o governador Kubitschek procede ao reconhecimento concreto dos problemas e pode determinar a adoção de providências urgentes para desafogo de crises e solução de emergências. Em agosto de 1952, por exemplo, ele percorre, em trinta dias, vinte e um municípios, e dessa viagem nascem nove grupos escolares novos, três escolas reunidas, sete postos de higiene, seis pontes novas, e daí surgirão também projetos de rodovias e de serviços de eletricidade, financiamentos para obras de utilidade pública, subvenções para asilos, hospitais, colégios, associações esportivas.

“Mas não considero ainda a vantagem principal de minhas viagens pelo interior do estado esse trabalho de fundar grupos escolares, semear postos de saúde, decidir da construção de pontes e estimular as instituições de caridade, de cultura ou de educação física. Nem o é ainda o cumprimento de tarefa penosa das longas audiências públicas, que dou na sala de visitas dos que me hospedam, nos gabinetes dos prefeitos ou mesmo nas encruzilhadas das estradas, e durante as quais desfila por meus ouvidos angustiados todo o rosário dos dramas particulares, apertando o coração de quem, como eu, bem compreende, porque as conheceu de perto, todas as contingências da vida dos que nascem pobres numa terra onde a falta de transportes, de eletricidade e de outros elementos de progresso os priva de qualquer oportunidade de esperar. Não são esses os benefícios maiores que resultam das viagens do

governante para a marcha da administração pública. De alcance muito mais amplo para os interesses do estado é a visão de conjunto que elas proporcionam ao chefe do governo, permitindo-lhe abranger panoramicamente os problemas diversos, identificá-los em sua hierarquia de importância ou de premência, distinguir-lhes os entrelaçamentos complicados e pegar o fio da intricada meada em que eles se apresentam, de forma a discernir com acerto os empreendimentos e iniciativas de mais largo raio de ação. Ou seja, aqueles que, por seus efeitos de base, por seus resultados de natureza fundamental e coletiva, venham de imediato ou mais tarde contribuir para a efetivação dos demais e acelerar o fenômeno do enriquecimento geral.”

· JK ·

Prestação de contas aos mineiros

31 de janeiro de 1955

Fonte: *Quatro anos no governo de Minas Gerais (1951-1955)*.

Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1959.

Em 31 de janeiro de 1955, na comemoração do quarto aniversário de sua administração, o governador Juscelino Kubitschek declarou seu horror à grandiloquência, num balanço do que fez em quatro anos:

“Não fiz nenhuma saída homérica nem trabalho de Hércules, mas na verdade aproveitei razoavelmente o meu tempo; e a oportunidade que os vossos votos, para governar este estado, me ofereceram, eu a utilizei, ajudado pelos meus admiráveis colaboradores. E aí estão aos vossos olhos, povo mineiro, diante dos olhos dos meus detratores, os frutos e a seara aproveitada.

O que a minha administração fez em Minas Gerais foi apenas o indispensável, o inadiável, o justo, o estritamente necessário. Não podíamos continuar sem potencial elétrico, vendo fugir cada vez mais as nossas oportunidades, prejudicados por um erro trágico de interpretação da realidade mineira. Não tínhamos condições

naturais, base física, para sermos um simples estado agrícola; a nossa geografia não o permitia. Não podíamos resignar-nos à miséria de sermos exportadores de minérios, o que é um comércio de pobreza. Urgia que fundássemos em Minas, para termos abertas as portas do dia de amanhã, uma indústria baseada nas nossas matérias-primas. Não se tratava de fazer um bonito, de entrar em competição com ninguém, mas de realizar obra de salvação, de urgência, de socorro à economia mineira. Essa obra, graças a Deus, está feita.”

Numa sumária prestação de contas, ele assinala o poder energético aumentado de 200.000 para 605.000 quilowatts, dos quais 255.000 construídos diretamente pelo estado e o restante pela iniciativa privada, com apoio efetivo da administração; não apenas os dois mil quilômetros de boas estradas prometidos pelo candidato de 1950, mas bem mais que isso: três mil quilômetros; realizações de verdade em domínios fundamentais estão lançadas em começos de 1955, como o aproveitamento dos fosfatos de Araxá e a indústria frigorífica de Carreira Comprida; em 1951, as escolas primárias contavam com 650.000 crianças matriculadas: as matrículas de 1955 ascendem a um milhão e cem mil crianças; além dos centros de saúde encontrados em 1951, o governador deixa em funcionamento mais 160.

“Não guardei a moeda que me destes, meus coestaduanos, escondida no fundo da terra, nem a atirei fora; na medida em que me foi permitido, fi-la render e multiplicar-se.”

Em 31 de janeiro de 1955, Kubitschek é o candidato do Diretório Nacional do Partido Social Democrático à Presidência da República. A concentração pública de Belo Horizonte, nessa mesma data, é como que uma primeira cerimônia de despedida do governador, que encerra assim seu discurso de 31 de janeiro de 1955:

“Sou um legítimo homem do povo. O povo sabe, reconhece, não necessita que lhe repitam que sou um homem do povo. Não é por

política que sou um homem do povo, mas porque vim do povo; conheço por dentro, e não por ouvir dizer, o que se passa com as classes mais desfavorecidas, cujos direitos farei respeitar de qualquer forma, ao mesmo tempo que, se for o caso, saberei lembrar-lhes os seus deveres. Não tenho medo de dizer a verdade ao povo e, como posso falar sinceramente, enfrentarei os demagogos nos seus próprios domínios, apenas usando da minha arma, a verdade. Aqui, entre vós, nesta hora, sinto-me contente, fortalecido na minha esperança, revigorado nos meus propósitos, convencido de que não é em vão, mas para o bem, que tenho enfrentado ameaças e insídias com o ânimo sereno. Não recuarei do meu propósito, não fugirei ao meu dever. Olharei de frente, sem arrogância mas com firmeza, o meu destino, certo de que me amparais, encorajais e protegeis, povo de minha terra natal.”

· JK ·

Não ao continuísmo: nota oficial.

Abril de 1960

Fonte: Ministério da Justiça.

Apesar da minha nunca discutida formação democrática, a oposição, sentindo o terreno lhe fugir sob os pés, insistia na tecla do continuísmo. Em face da insistência, fiz divulgar por intermédio do Ministério da Justiça uma nota oficial que atirou a última pá de cal nos arreganhos legalistas dos tradicionais conspiradores.

“Quase todos os que atualmente acusam o presidente da República de golpista em 1955 pregaram o ‘estado de emergência’, a revolução e o golpe, antes e após as eleições. Pretenderam, àquela época, não somente subtrair ao então governador de Minas Gerais o direito de candidatar-se, como também, depois de eleito, conspiravam contra o regime e tentaram impedir-lhe a posse. Em duas palavras: a maior parte dos ‘legalistas’ de hoje é constituída pelos golpistas de ontem, que mudam de atitude segundo suas conveniências em

cada momento. O que não mudou, nem mudará, é a posição do Sr. Juscelino Kubitschek, que agora, como no passado, defende a pureza dos ideais democráticos. O presidente da República não aceita e não aceitará outra solução que não seja simplesmente esta: no dia 31 de janeiro de 1961, transmitirá o cargo ao seu sucessor, livremente escolhido pelo voto da maioria do povo.”

· JK ·

Carta de despedida ao povo brasileiro

Janeiro de 1961

Fonte: COUTO, Ronaldo Costa. Brasília Kubitschek de Oliveira. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010, caderno iconográfico.

Ao aproximar-se o término do meu mandato, venho manifestar-lhe, de modo especial, o meu reconhecimento pelo seu patriótico apoio à luta que travei para conduzir a pleno êxito a causa do desenvolvimento nacional.

Sinto-me satisfeito em poder proclamar que, na Presidência da República, não faltei a um só dos compromissos que assumi como candidato. Mercê de Deus, em muitos setores realizei além do que prometi, fazendo o Brasil avançar pelo menos cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo. Pude ainda, através da Operação Pan-Americana, despertar as esperanças e energias dos povos americanos para o objetivo comum do combate ao subdesenvolvimento. E todo esse esforço culminou no cumprimento da meta democrática, quando o nosso país apresentou ao mundo um admirável espetáculo de educação política que me permite encerrar o mandato num clima de paz, de ordem, de prosperidade e de respeito a todas as prerrogativas constitucionais.

Sejam quais forem os rumos da minha vida pública, levarei comigo, ao deixar o honroso posto que me confiou a vontade popular, o firme

propósito de continuar servindo ao Brasil com a mesma fé, o mesmo entusiasmo e a mesma confiança nos seus altos destinos.

Juscelino Kubitschek

Brasília – 1961

· JK ·

Testamento de Juscelino Kubitschek de Oliveira

29 de maio de 1962

Fonte: CONY, Carlos Heitor. JK: memorial do exílio. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1982.

Saibam quantos este público instrumento de testamento virem que no ano de 1962, aos 29 dias do mês de maio, nesta cidade do Rio de Janeiro e em meu cartório do 23º Ofício de Notas da Justiça do Estado da Guanabara, sito à avenida Presidente Antônio Carlos, 641-B, perante mim, Márcio Barcukel de Souza Braga, tabelião, compareceu o Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, cidadão brasileiro, casado, médico e atualmente senador da República, residente nesta cidade, à rua Delfim Moreira, 952, apartamento 201, pessoa conhecida como a própria por mim, tabelião, e pelas cinco testemunhas especialmente convocadas para este ato adiante nomeadas, qualificadas e assinadas, sendo estas igualmente de mim tabelião conhecidas, de que dou fé, bem como de encontrar-se o testador em aparente e bom estado de saúde e em seu perfeito juízo e entendimento, segundo meu parecer e das testemunhas, pelo acerto e segurança com que respondeu as perguntas que lhe dirigi assim como o presente testamento será anotado no distribuidor competente no prazo da lei.

E, perante as mesmas testemunhas, pelo testador me foi dito em língua nacional que espontaneamente e sem nenhum constrangimento, coação ou induzidamente resolvera fazer este seu testamento ora revogando todo e qualquer outro por ele feito anteriormente a fim de

prevalecer somente este na forma da lei e a fim de determinar as disposições de sua última vontade para valer após seu falecimento pelo que compareceu a este cartório e à minha presença para ditar este seu testamento, o que fez com voz alta e clara e da seguinte maneira.

Declarou-me que nasceu em Diamantina, estado de Minas Gerais, aos treze dias do mês de setembro do ano de 1902, sendo filho de José César de Oliveira e de D. Júlia Kubitschek, sendo seu pai já falecido; que é casado pelo regime de comunhão de bens com D. Sarah Luiza Lemos Kubitschek de Oliveira, que também se assina Sara Kubitschek; de cujo matrimônio resultou uma única filha, nascida aos 22 do mês de outubro do ano de 1943 e de nome Márcia Kubitschek; que, de acordo com a Lei 3.133, de 8 de maio de 1957, adotou como filha a menor Maria Estela Kubitschek, conforme escritura lavrada em notas do 15º Ofício, desta cidade, às fls. 7 do livro 623 em data de 7 de agosto de 1957; que a não ser estas duas filhas nenhum outro descendente possui o testador; que usando da faculdade que lhe concede o artigo 1.721 do Código Civil Brasileiro deixa à sua referida filha adotiva todos os bens que por lei possa o testador livremente dispor, de sorte que, em caso de sua morte, sejam as suas únicas herdeiras, em perfeita igualdade de condições a sua filha legítima e a sua mencionada filha adotiva; que para seus testamentários e inventariantes nomeia em primeiro lugar a sua esposa D. Sarah Luiza Lemos Kubitschek de Oliveira e em segundo lugar Francisco Geraldo Longo, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade, para servirem sucessivamente um e na falta ou impedimento do outro, mantida a ordem da nomeação e dando-os por abonados em juízo ou fora dele, independentemente da prestação de fiança ou caução e marcando-lhe o prazo de um ano para o cumprimento destas disposições de última vontade.

Finalmente declarou o testador que desta forma tem concluído o seu testamento e pede a todos em geral e à Justiça do país que o cumpram e façam cumprir como nele se contém e declare. De como o disse, dou fé

e tendo o testador me pedido que eu lhe lavrasse em meu livro de notas neste instrumento o fiz de acordo com o seu ditado, na sua presença e na das testemunhas, fazendo perante todos ele testador a declaração solene de que tem este seu testamento por bom, firme e valioso a todo o tempo de que dou fé.

E depois de lido o inteiro teor deste instrumento, em voz alta por mim tabelião ao testador e às cinco testemunhas presentes ao ato do princípio ao fim, foi pelo testador confirmada a sua vontade pelo que vai assiná-lo com as testemunhas a saber:

Affonso Heliodoro dos Santos (serventuário de Justiça), coronel Lima Romualdo Teixeira, Dr. Sérgio Valle Marques de Souza (engenheiro civil), Antônio Carlos da Costa de Carvalho (advogado), Cyro Suarez (comerciante), todos domiciliados nesta cidade.

Certifico que as testemunhas são idôneas, assim como porto por fé haverem sido cumpridas todas as formalidades legais, inclusive as determinadas no artigo 1.632, números 1 a 4 do Código Civil Brasileiro e bem assim que o testamento foi inscrito neste meu livro de notas de acordo com as declarações orais do testador na minha presença e na das cinco testemunhas instrumentárias do que dou fé.

· JK ·

Requerimento nº 761, senador Juscelino Kubitschek

6 de dezembro de 1962

Fonte: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=89783

Senado Federal

Secretaria-Geral da Mesa

Atividade Legislativa – Tramitação de Matérias

Impresso em 19/02/2010 14:34h

Sistema de Tramitação de Matérias – RQS 00761 / 1962 1

Identificação da Matéria

REQUERIMENTO Nº 761, DE 1962

Autor: SENADOR Juscelino Kubitschek

Ementa: Solicitando autorização do Senado para, atendendo ao convite da Organização dos Estados Americanos, proceder à revisão da situação interamericana.

Data de apresentação: 06/12/1962

Situação atual:

Indexação da matéria:

Indexação: REQUERIMENTO, SOLICITAÇÃO, AUTORIZAÇÃO, SENADO, CORRELAÇÃO, CONVITE, (OEA).

Sumário da Tramitação

Tramitação encerrada

TRAMITAÇÕES (ordem ascendente de data)

06/12/1962

Ação: Leitura.

Publicação em 07/12/1962 no DCN2 Página(s): 2624.

· JK ·

Nota de JK à nação

25 de maio de 1964

Fonte: Folha de S. Paulo, 26 de maio de 1964, p. 5.

RIO, 25 (FOLHA) – O senador Juscelino Kubitschek distribuiu hoje à nação o seguinte manifesto:

“Venho suportando em silêncio, com o pensamento voltado para a consolidação das instituições democráticas, a atoarda crescente de um esquema de calúnias e difamações montado contra mim por meus adversários políticos.

Em face dessa onda de agravos, sinto-me no dever de dirigir-me à nação.

Repito o que já disse em outro momento difícil de minha vida: Deus poupou-me o sentimento do medo.

Exerço a compreensão dos pontos de vista e mesmo das paixões alheias, mas tenho um limite, que me é traçado pela obrigação de proteger e defender o meu conceito de homem e a minha honra pessoal.

Chegou a hora

Como sei esperar que amainem as tempestades para prosseguir viagem, sei muito bem como e quando devo enfrentá-las. Espero em Deus que não cometa erro se afirmar aos brasileiros democratas e aos homens de boa-fé de todos os quadrantes do país que chegou a hora de fazer face aos que, mais do que a mim, querem amesquinhar na minha pessoa as tradições democráticas do povo brasileiro e o próprio renome do Brasil. Chegou a hora de dizer que não recuarei em hipótese alguma. Não me intimidarei. Não deixarei de lutar, como um homem cuja força repousa apenas na identificação com os ideais de ponderável parte da opinião nacional.

O processo terrorista que escolheram os meus adversários políticos não é indicado para obter de mim qualquer renúncia. Pelo terror não me levarão a uma desistência, negação ou covardia. Quem exerceu a Presidência da República, governando seu país com justiça exemplar, trabalho e perseverança, sabe que o dever

lhe impõe continuar a conduzir a sua vida sem capitulações e hesitações vergonhosas.

Fidelidade

Sempre respeitei sem discrepância todos os que me fizeram oposição. Governei com aguçado sentido de que o Brasil não me perdesse. Presidi as eleições como um juiz e passei por fim o cargo ao meu sucessor, que era também o candidato oposicionista e meu adversário. Se há algo que definiu, do ponto de vista político, a minha presidência, foi a fidelidade ao regime, a lealdade com que defendi as instituições e resguardei a paz da família brasileira.

Lutei sem descanso, sem interrupção, pela independência econômica desta nação. Com o desenvolvimento, evitei que medrasse no meu período de governo a subversão comunista. E, quando a infiltração extremista ameaçava o nosso continente, impulsionei o pan-americanismo, lançando a Operação Pan-Americana, e cultivei todas as amizades tradicionais externas do Brasil.

Essa preservação das normas democráticas e dos princípios cristãos do povo brasileiro continuará sendo a constante da minha vida pública. Poderão os meus adversários políticos, pela violência, confundir alguns espíritos menos avisados, mas jamais conseguirão anular o que realizei e apagar o meu passado. Meu julgamento, o povo já o fez e estou certo de que está desejoso de fazê-lo novamente ao primeiro ensejo.

É só por isso que se movem contra mim os meus detratores. Não procuram eles atingir apenas um candidato, mas golpear o próprio regime democrático.

Fique certa, entretanto, a nação de que não deixarei acusações sem resposta. E de que saberei, de uma ou de outra maneira, cumprir o meu dever.”

· JK ·

Entrevista do ministro Costa e Silva contra JK

26 de maio de 1964

Fonte: Folha de S. Paulo, 27 de maio de 1964, p. 3.

“Levantando-se contra a iminente e total comunização do país, o povo brasileiro exerceu direito, que é inerente a todos os povos, no sentido de assegurar sua sobrevivência cultural dentro dos padrões que lhe são marcados” – afirmou o ministro da Guerra, general Costa e Silva, durante entrevista que concedeu ontem à noite a uma cadeia nacional de rádio e televisão.

(...)

Sobre o manifesto do Sr. Juscelino Kubitschek, assim se pronunciou o ministro, depois frisando que falara em seu nome: “O pronunciamento do Sr. Juscelino Kubitschek, pela violência de linguagem e mesmo certo sentido de desafio, para mim, parece-se muito com aquele discurso do Sr. João Goulart, no dia 30, em que ele... Não direi mais nada. Já disse tudo.”.

(...)

· JK ·

Decreto de cassação do mandato e dos direitos políticos do senador Juscelino Kubitschek de Oliveira

8 de junho de 1964

Fonte: Diário Oficial, Seção I, Parte I, 8 de junho de 1964.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

DECRETO DE 8 DE JUNHO DE 1964

O presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do artigo 10 do Ato Institucional de 9 de

abril de 1964 e tendo em vista a indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolve

Cassar o mandato legislativo e suspender os direitos políticos por dez anos do senador Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Brasília, 8 de junho de 1964; 143º da Independência e 75º da República.

H. Castello Branco
Milton Soares Campos

· JK ·

Carta de JK a Tancredo Neves

9 de agosto de 1964

Paris 9 8-64
Meu caro Tancredo
Devia-lhe uma palavra de agrada-
cimento desde o dia de meu embarque no
Rio Santos - um bem que a sua foi a
última mão que apertei antes de me
dirigir ao avião. Naquele instante
de brutalidade a sua presença confortou-
me. Aliás, o que caracteriza bem a sua
personalidade é a intrepidez com que
enfrenta as suas e as adversidades dos
amigos - muito obrigado a você. Com
o Carlos Murilo conversei muito sobre o
que se passa hoje, nesse infeliz Brasil
Creio, porém, que a democracia não é apenas
aquela flor-luísia a que se refugia o mau
hebra. Ela tem força para se levantar, sobre
tudo porque sobramos homens, como você, que
a poderão irrigar mantendo-lhe o vigor para
novos arrancados. Meu grande abraço a Roseleia. E
acima o meu mais afetoso e dedicado abraço

Meu caro Tancredo,

Devia-lhe uma palavra de agradecimento desde o dia de meu embarque no Rio. Lembro-me bem que a sua foi a última mão que apertei antes de me dirigir ao avião. Naquele instante de brutalidade a sua presença confortou-me. Aliás, o que caracteriza bem a sua personalidade é a intrepidez com que enfrenta as suas e as adversidades dos amigos. Muito obrigado a você. Com o Carlos Murilo conversei muito sobre o que se passa, hoje, nesse infeliz Brasil. Creio, porém, que a democracia

não é apenas aquela flor tenra a que se referia o Mangabeira. Ela terá força para se levantar, sobretudo porque sobraram homens como você que a poderão irrigar, mantendo-lhe o vigor para novas arrancadas. Um grande abraço a Risoleta e deixo o meu mais afetuoso agradecimento. Juscelino.

· JK ·

Telegrama de Sobral Pinto, advogado de JK, ao presidente Castello Branco.

5 de outubro de 1965

Receba os meus cumprimentos respeitosos. Formulo apelo patriótico, sereno e nobre ao chefe das Forças Armadas da República brasileira no sentido de fazer cessar, imediatamente, procedimento irregular dos coronéis encarregados de IPMs que, a pretexto de fixar responsabilidades criminais inexistentes, praticam atos que estão transformando a vida do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira num verdadeiro inferno, por haver, como é de seu direito legítimo e constitucional, retornado à sua pátria. Atente V. Exa. para o fato de ter sido o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira presidente da República, tal como V. Exa. o é hoje, havendo, portanto, ostentado o título de superior hierárquico dos coronéis que atualmente o incomodam. Atos desrespeitosos que atingem presentemente o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, antes de ferirem a sua pessoa, desprestigiam o cargo de presidente da República por ele exercido. Não pode V. Exa. esquecer ter sido eleito pelo Congresso Nacional, com a colaboração leal e sincera do chefe incontestável do PSD, seu sucessor na chefia do Estado brasileiro. A roda da fortuna é caprichosa. Amanhã V. Exa. poderá sofrer atentados e desrespeitos iguais aos que está sofrendo, neste instante, o criador de Brasília e o construtor da Belém-Brasília, esteios e portadores da civilização ao território interior, até então

abandonado e esquecido. Denuncio a V. Exa., como Primeiro Magistrado da Nação, este procedimento intolerável: mal o ex-presidente da República desce as escadas do avião, é imediatamente intimado por coronéis, seus antigos subordinados, a comparecer, nesse dia, cinco horas depois, ante um desses coronéis, para sofrer, durante horas, um interrogatório insignificante. Idêntica intimação recebe, nessa mesma ocasião, para comparecer às 8 horas do dia seguinte a outro interrogatório, que se prolonga por horas, também feito por outro coronel antigo subordinado seu. Na noite desse mesmo dia de retorno à pátria, o ex-presidente da República é novamente intimado para comparecer, na manhã de hoje, à presença deste segundo coronel, a fim de sofrer novo interrogatório insignificante e improcedente. Enquanto isso, o primeiro coronel divulga na imprensa matutina nota declarando que vai interrogar durante dez dias seguidos o ex-presidente da República, permitindo-se afirmar que o ex-chefe de Estado pode ser preso a seu requerimento pelo comandante do I Exército, o que representa atentado à Constituição Federal, afronta ao Supremo Tribunal Federal e desrespeito à prerrogativa do poder supremo da nação que a pessoa do ex-presidente possui, mesmo quando fora da função. Estou certo de que V. Exa., informado destes graves acontecimentos que ora denuncio, porá termo a tais arbítrios, que ferem e desprestigiam a autoridade do chefe supremo das Forças Armadas da nação. Queira aceitar as homenagens do seu compatriota esperançado, Sobral Pinto.

· JK ·

Telegrama-resposta do presidente Castello Branco a Sobral Pinto, assinado por Luís Viana Filho, ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

6 de outubro de 1965

Havendo recebido, ontem à noite, o seu telegrama referente ao tratamento que tem sido dado ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, incumbiu-me S. Exa. de esclarecer ao eminente advogado o seguinte: o Sr. Juscelino Kubitschek, embora tendo exercido o comando supremo das Forças Armadas, nos termos da Constituição, não está incluído na hierarquia militar, acrescentando que o fato de ter os direitos políticos suspensos, conforme punição imposta de acordo com a legislação vigente, não lhe poderá outorgar regalias e privilégios. Nessas condições, a convocação para depor na medida considerada necessária é absolutamente legal, devendo processar-se de acordo com as normas a que estão sujeitos todos os brasileiros. Quanto aos caprichos da roda da fortuna, que todos sabem versátil, o Sr. Presidente da República, além de submeter-se à sua proverbial fiscalização, pede sempre a Deus que o ajude a não roubar o povo nem trair a segurança da nação. Atenciosas saudações, Luís Viana Filho.

· JK ·

Degravação livre de depoimento de JK dez anos depois da cassação do mandato de senador e suspensão de seus direitos políticos.

8 de junho de 1974

Fonte: Arquivo do autor.

Locutor – No momento em que as novas gerações começam a despertar para a vida política, no momento em que um sentimento de

participação toma conta da mente e do coração de cada brasileiro, neste momento é preciso abrir os registros da história e lembrar a figura imortal de um brasileiro de verdade, nascido e formado na escola política de Minas Gerais: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esta fita é uma homenagem não apenas a JK, ao seu pensamento, à sua coragem e ao seu patriotismo. É antes uma homenagem ao Brasil.

Em 8 de junho de 1974, exatamente dez anos depois da cassação dos seus direitos políticos, Juscelino manifestou-se a respeito. Ao lembrar episódios que precederam ou sucederam o golpe militar e ao falar sobre os seus anos de exílio, mais uma vez JK impressiona pela firmeza, pela sinceridade, pela postura de estadista e maior presidente que o país já elegeu em sua história.

JK – Estamos aqui reunidos, um grupinho de amigos, no décimo aniversário da minha cassação. Foi um fato político que há dez anos abalou o Brasil e o Rio de Janeiro especialmente. A cidade se orientou em direção à minha casa e nós tivemos lá manifestações de todas as espécies, as mais carinhosas e emocionantes, as mais vibrantes. Estávamos exatamente neste momento, às 19h50, na expectativa que a todos impressionava e eu me encontrava no meu quarto, rodeado de dezenas, de centenas de amigos; a casa estava completamente invadida. Sarah estava ao meu lado, Odete estava ao meu lado no momento em que Negrão de Lima, vindo de um outro quarto onde existia um rádio, chegou e me disse: o rádio acaba de anunciar o decreto do governo com a sua cassação. Eu tranquilamente respondi: “Imaginava que esse ato viesse amanhã.” Eles anteciparam 24 horas. No mesmo instante houve uma mobilização total na cidade do Rio de Janeiro. Uma multidão se reuniu na frente da minha casa. Essa multidão chorava, aplaudia. Cenas da maior emoção. Quando, numa certa altura, chegou um grupo de lacerdistas, que quis perturbar a manifestação. Estabeleceu-se então um conflito, e os lacerdistas foram derrotados rapidamente e expulsos para a praia, restabelecendo-se ali apenas a convivência dos milhares

de amigos que estavam reunidos diante da minha casa. O telefone batia de minuto em minuto. Coisa curiosa como a ausência de uma liderança impressiona e emociona seus partidários, porque eu atendi telefonemas das pessoas mais ilustres e mais modestas do Rio e do Brasil, que choravam convulsivamente ao telefone. E eu pude, tempos depois, sentir a importância de se perder um líder político. Eu estava nos Estados Unidos e muito desejoso da escolha do Robert Kennedy para a Presidência da República. Nos diversos contatos que eu havia tido com ele, tinha certeza de que iria, com as suas decisões, com a sua defesa intransigente do princípio da liberdade, levantar todos aqueles do continente americano que defendiam a mesma tese, mas que, por falta do apoio devido de um grande líder continental, não encontravam ressonância nem para suas ideias, nem para suas palavras. Na véspera de eu deixar os Estados Unidos – dentro de dez dias ele iria à Califórnia para as eleições preliminares que decidiriam efetivamente se ele seria ou não candidato à Presidência da República –, eu me encontrei com ele no quarteirão próximo ao meu hotel. Ele estava em companhia de sua senhora e eu disse a ele: “Senador, amanhã eu parto dos Estados Unidos e estamos na espera dos resultados da eleição da Califórnia, que, nós temos certeza, será favorável ao senhor, porque precisamos de um líder neste continente que aumente as esperanças dos que querem lutar pelos princípios democráticos.” Robert Kennedy me disse: “Presidente, pode ir tranquilo. Parece que serei vitorioso mesmo na Califórnia. E serei intransigente na defesa desses princípios.” A eleição na Califórnia foi num domingo. No dia seguinte, eu me levantei cedo, como é do meu hábito. Às sete horas eu estava me barbeando, com um rádio do lado, para escutar os resultados da eleição na Califórnia, favoráveis ao Robert Kennedy. Mas, logo em seguida, uma voz entrou com uma notícia trágica: o senador Robert Kennedy fora vítima de um atentado. Recebera uma bala no centro da testa, mas ainda estava com vida. Para um médico, como eu, não havia a ilusão de que ele não morreria com ferimento dessa natureza. Durante três dias, senti a

mais profunda tristeza, porque percebi claramente que não o teríamos mais, neste continente, como líder para defender as ideias de liberdade e de democracia que estimulariam os que desejavam lutar pelos mesmos princípios.

De modo que aí pude realmente verificar que, no dia da minha casação, aquelas notícias, aqueles telefonemas angustiosos que recebi de todas as partes, com pessoas soluçando ao telefone, era por isso. Porque perder o poder político realmente representa a perda de uma esperança, a perda de um princípio. Afinal, ninguém pode viver sem se orientar por grandes ideias. Mas, assim que vi esse microfone, eu desejei dizer algumas palavras e foram estas que aqui vou repetir para o rádio, a fim de gravá-las:

“No instante em que a iniquidade se consuma e me obriga ao silêncio, cassando-me o mandato de senador conferido pelo bravo povo goiano e retirando-me os direitos políticos, quero pedir aos brasileiros que não se deixem um só momento impressionar com as calúnias e as mentiras que os inimigos jurados da democracia certamente hão de continuar atirando sobre mim. Saibam os brasileiros que daqui por diante só não lhes falarei, e só não me defenderei, se fizerem silenciar a minha voz. Estou pagando nesta hora em que o meu destino se confunde com a sobrevivência da democracia em nossa pátria e isso me consola de tanto sofrimento. Estou pagando o crime de ter governado isento de ódios como presidente de todos os brasileiros que fui. O crime de não ter perseguido a quem quer que seja. O crime de ter dado ao Brasil uma dimensão interna e externa jamais sentida em toda a história republicana. O crime de ter proporcionado a esta nação cinco anos de paz, de garantias constitucionais, de cuidados administrativos. O crime maior de ter feito nascer no coração dos brasileiros a esperança e o sentimento de grandeza. Minha atitude diante da agressão a que me submetem é de serena tranquilidade. Sei que o tempo confundirá os meus inimigos gratuitos, sufocará os ódios e restaurará a justiça, agora duramente espezinhada.

Sei que os meus inimigos me temem, porque temem a manifestação do povo, e assim, com esse ato brutal, me afastam do caminho das urnas, única manifestação válida num regime verdadeiramente democrático.

Nada me constrangerá tanto como a impossibilidade, pela violência, de defender a minha honra e a conduta de meu governo. Isto poderá talvez verificar-se por alguns momentos, mas não para sempre. É a lição da História. De uma ou de outra maneira, encontrarei forma de enfrentar os meus algozes. Silenciado pela tirania, restaram documentos irrefragáveis. Restará a reparação que a História oferece, dignificando os que forem sacrificados pela má-fé, pela incompreensão, pelo ódio.

Confio o meu destino às mãos do povo brasileiro, desse povo a quem tudo devo, desse povo que me tirou da obscuridade e me levou à Suprema Magistratura da Nação. Creio no meu povo e no meu país; creio na glória do castigo imerecido e no repúdio dos castigadores odientos.

Não me arredarei da luta em favor da democracia. Serei mais eficaz e mais ardente agora, quando já não está em jogo a minha pessoa. Esse ato não marcará o fim do arbítrio. O vendaval de insânias arrastará na sua violenta arrancada mesmo os meus mais rancorosos desafetos. Um por um, eles sentirão os efeitos da tirania que ajudaram a instalar no poder.

Qual a origem dessa fixação obsessiva com que o governo dá prioridade à cassação de meu mandato e de meus direitos políticos sobre as tarefas graves da administração?

Que temor é este da minha sobrevivência política? É o temor que se apodera de todos os usurpadores das liberdades fundamentais da pessoa humana. É o temor do pronunciamento popular através do sufrágio universal, é o temor da força da própria democracia.

Volto-me com piedade para os executores da minha liberdade política, porque sei quão frágeis as tentativas de um regime de força no cenário tradicional da democracia brasileira.

Não aceito o julgamento dos que agora me julgam. Só aceito o julgamento do povo, pois só nele reconheço o juiz das minhas ações.

Encerro estas palavras com um agradecimento às manifestações de solidariedade e de carinho que venho recebendo de todo o país, de todas as classes sociais, mas principalmente dos humildes, daqueles que jamais se aproximaram de mim nas horas de fastígio.

As vigílias cívicas dos anônimos me reconfortam e me compensam fartamente dos esforços e das canseiras de todos esses anos de luta.

É ainda com uma palavra de amor a esta terra, de reconhecimento aos meus amigos e de esperança na redenção do Brasil que, afastado da vida pública do meu país, me disponho a encarar, face a face, se preciso for, os autores dessa ignomínia.”

Essas foram as palavras que pronunciei imediatamente após a minha casação. Elas tiveram uma grande repercussão e, no dia seguinte, o deputado Renato Azeredo pronunciou magnífico discurso na Câmara dos Deputados em que inseriu, para que ficasse guardado nos anais do Congresso, essa declaração feita na minha casa, logo depois do ato do governo. Quem estivesse presente ou quem procurar recompor e reconstituir o que era a atmosfera daqueles dias sabe o que representam essas palavras. O pânico dominava o país, todo o mundo apavorado com o governo. E, logo em seguida, a minha casa cercada de polícia, com as metralhadoras voltadas para a minha sala e para os meus quartos. Eu levei vários dias debaixo dessas ameaças. No andar de baixo, morava o embaixador da Espanha. Ele me procurou, dois ou três dias depois, e me disse: “Presidente, o senhor não pode ficar aqui no seu apartamento. Eu moro no apartamento do andar de baixo e estou assistindo ao perigo que o senhor e a sua família estão correndo. Saia.” E as meninas não me abandonaram nenhum instante, com muita coragem, com muita decisão e com a solidariedade que há de ficar escrita, sempre, nas minhas melhores recordações. Mas disse ao embaixador: “Como vou eu fazer?”. Disse o embaixador: “O senhor tem que sair do Brasil e o governo espanhol manda convidá-lo para que vá para a Espanha. Está aqui o telegrama do governo em que diz que todas as portas da Espanha estão abertas para recebê-lo com grande honra.”

Dias depois, seguia eu para o exílio, onde passei três anos. Depois desses três anos voltei para o Brasil. Recomecei a minha vida de trabalho e, procurando absorver-me totalmente em outras atividades, acabei realizando uma profecia que eu mesmo fiz, no Palácio da Alvorada. Os jornalistas me perguntaram: “O que vai fazer o senhor depois que deixar o governo?”. Respondi: “Vou ser fazendeiro no Planalto Central.”. Levei catorze anos para cumprir a minha palavra. Hoje, aqui estou. E essa fazenda tem me dado pretexto para voltar aqui, a Brasília. Para acompanhar mais de perto o trabalho e o esforço que esta cidade representa no sentido da conquista deste Brasil ainda tão abandonado e tão deserto na região amazônica. Não vou prosseguir mais nessas considerações, que não poderia deixar de fazer dez anos depois de tanto sofrimento. Sei bem o que passei nessa fase, nos três anos de exílio, nas perseguições constantes de que fui alvo. Eu sei muito bem o que valeram esses dez anos. E graças a Deus estou eu aqui na casa do Carlos Murilo, que, ainda ontem, lia para mim um discurso que pronunciou na Câmara, que é um modelo de bravura, de correção e de lealdade. Estamos aqui na casa de Carlos Murilo e dessa minha querida, extraordinária hospedeira, que é a Déa. E agora, quando Sarah chegou, Odete, César Prates, Joffre, Maurício, Eliete, Ildeu e os nossos dois amigos aqui de Brasília... É para mim tão agradável estar numa roda pequena dessa, sentindo que eu tive a resistência humilde, digna, a resistência de um homem que nunca se curvou diante das ameaças que lhe fizeram. Que resistiu a tudo, enfrentou uma revolução sozinho e desarmado. Revolução que procurou transformar sua imagem completamente e que fez da maneira mais cruel, da maneira mais terrível, o esforço para apresentá-lo ao país de maneira diferente do que ele tinha sido. Mas hoje, há poucos momentos, nós estávamos num café em Brasília, onde todo o mundo me vinha pedir autógrafos – crianças, adultos e velhos –, e eu senti que esse trabalho da revolução foi realmente inútil e que o povo respondeu, como eu disse nestas palavras, julgando-me com o seu generoso acolhimento. Eu estou hoje muito feliz, nesta pequenina roda

em que nos encontramos. Vim especialmente a Brasília para sentir, no cenário das lutas mais intensas que travei no meu governo, a comemoração de uma data que, em vez de ser, como eles queriam, o opróbrio, representa para mim uma glória e uma redenção.

· JK ·

Artigo de Carlos Lacerda sobre JK

23 de agosto de 1976

Fonte: Folha de S. Paulo, 24 de agosto de 1976.

Quando fui a Lisboa apertar a mão do exilado que combatera quando ele estava no poder, sabia que teria de esperar algum tempo até que chegassem a compreender a razão do nosso gesto de entendimento civilizado e democrático. Estes dias, estarrecido – pois minha capacidade de me assombrar com a estupidez é ilimitada –, assistia a utilização do aniversário da renúncia do Jânio Quadros à Presidência pelos que pretendem convencer o povo de que a democracia no Brasil é impossível.

Além da deformação de fatos, da deturpação odienta de intenções e episódios, com o visível propósito de provocar maiores divisões, a moral dessa indecente comemoração parece ter sido esta: “Viu? O único presidente eleito pela oposição democraticamente não conseguiu governar e teve de renunciar!”. Parece que se pretende convencer os brasileiros de que o país só vai para a frente se não for perturbado pelo fantasma da democracia – que tira o sono de Macbeth. Assistia-se, estes dias, às cabriolas dos contorcionistas da História para fazer crer que a democracia é impossível.

O acidente em que morreu o presidente Juscelino repõe a verdade perante a nação. Pois recorda, brutalmente, que, no Brasil, Juscelino foi a prova de que a democracia, tanto quanto necessária, é possível. Seus erros não foram maiores do que os que são praticados pelos que

renegaram seus compromissos com a democracia. Seus acertos, sim, foram muito maiores. Na desgraça, ele cresceu. E na própria morte deixou uma lição, a de que é impossível, isso sim, substituir líderes autênticos por praticantes da arte de adular e das astúcias banais de que qualquer intrigante é capaz.

Juscelino teve o que mais falta faz a um país em qualquer tempo, e muito mais nas suas horas difíceis: um toque de grandeza. Ele foi grande na generosidade. Ele soube perdoar, soube esquecer. Com toda a força na mão, as Forças Armadas à sua disposição, seus inimigos emudecidos e ameaçados, ele pediu ao Congresso que desse anistia aos que de armas na mão se rebelaram contra o seu governo. Combatê-lo foi difícil, precisamente porque ele, em vez de se vingar, procurava compreender. Mais fácil foi se tornar seu amigo no exílio, quando o abandonaram tantos dos que hoje se converteram a uma revolução que infelizmente tornaram necessária mas estão tornando insuportável porque, afinal, contraria a melhor vocação do povo brasileiro.

A vocação para a liberdade – que foi uma das vocações de Juscelino. A vocação para a tolerância, que ele praticou até excessivamente, mas com a qual se engrandeceu em vez de se amesquinhar. A vocação de apreço pela inteligência.

Certa vez ele disse que Deus o privara do sentimento do medo. Poderia ter acrescentado que também o privou da capacidade de invejar e de odiar. Sua cordialidade era tão brasileira, que faz desejar não tenha morrido com ele essa característica, entre todas a melhor, do povo donde saiu o filho de D. Júlia.

O clima de intriga e difamação, os renitentes resíduos de ódio e prevenção beneficiaram os mesquinhos, os covardes e os adulões. Não beneficiam, porém, o povo como um todo. Nem há como invocar patriotismo para implantar o ódio como princípio e a divisão como fim. Juscelino terá dado provas de quanto um líder democrático é capaz de

errar e de dar certo. Mas, sobretudo, provou que a existência de líderes democráticos é indispensável a um país. De líderes que acreditam no valor da liberdade, na utilidade da divergência. Celebram-no por ter feito Brasília. Mas há que celebrá-lo ainda mais por ter demonstrado aos brasileiros que a democracia é possível. E, desde que possível, indispensável.

Agora, exatamente nesta hora, foi como se a morte fosse o discurso que não pôde fazer. Marcado pela coragem jovial, a generosidade cordial e a tolerância, que é o mais difícil dos sinais de grandeza de um homem de Estado.

Por isso, se me honro de ter mantido a oposição no cumprimento do dever que se impôs, o de alertar para os erros e se preparar para substituí-los, honro-me ainda mais de ter sido seu amigo quando já não podia dar nada, senão compreensão e respeito, que de sua parte não me faltaram.

Ainda acredito que, afinal, chegarão a compreender a razão de nosso entendimento. É um processo lento de compreensão, tumultuado pela adulação, pela inveja, pelas intenções maliciosas e pelas astúcias traiçoeiras com as quais uma nação é capaz de ser paralisada, mas não defendida. Nenhuma nação se defende com quem não acredita na sua mais profunda vocação. A vocação do brasileiro é eminentemente de cordialidade e de confiança. Um povo guiado pela prevenção não consegue aquela união que comporta divergências, mas exige, antes de tudo, compreensão. Juscelino provou que a democracia era possível. Tratava-se de defendê-la, aperfeiçoando-a. Não suprimindo-a, nem disfarçando a sua destruição com uma retórica sedizante e fastidiosa. Ele, que foi hábil sem ser ingênuo, vivo sem ser traiçoeiro, foi fiel aos seus compromissos – vários dos quais o levaram à desgraça política. Mas foi sobretudo fiel à sua vocação.

Será tão difícil aprender-lhe a lição, agora que ele já não mete medo? Ou ainda se terá medo da sua aliciante simpatia, da sua firme decisão de confiar no poder da ação? Se não existe esse medo, é fácil demonstrá-lo aplicando sua lição: reunir os brasileiros. Restabelecer a fraternidade entre eles. Rechaçar as seduções corruptoras da adulação e da lisonja, assim como as tentações da cólera e das prevenções sistêmicas. A liberdade comporta riscos. Mas o maior risco da liberdade consiste em negá-la aos outros e tomá-la toda apenas para si.

O povo enganou-se menos, apesar de tudo, na escolha dos que iam representá-lo do que a escolha feita pelos que afastaram o povo dessa decisão por julgá-lo incapaz e se julgarem mais capazes do que ele. Enquanto tudo ia no melhor dos mundos, essa usurpação parecia, até a muitos, tolerável; a alguns, indispensável. E agora? Agora se compreenderá a falta que faz um líder democrático experimentado, como foi Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Não adianta adulterar os fatos da história recente nem tentar ignorá-los. Vem a brutalidade da morte e obriga a recordá-los não apenas na sua expressão passageira, mas no seu significado mais profundo. Toda vida que se extingue deixa uma lição. Haverá nas de Juscelino aspectos negativos – também estes não aprendidos, pelo visto e sabido. Mas o positivo é mais duradouro e mais importante, até porque mais raro. Na vida e obra de Juscelino o aspecto positivo que não deve ser renegado nem pelos que serviram ao seu governo nem pelos que, afinal, não conseguiram muito mais do que repetir as suas metas e adotar o seu tema favorito – o desenvolvimento.

A lição que Juscelino deixa é a de que é possível desenvolvimento com liberdade. E do exílio, da cassação; em suma, da derrota, também fica uma lição: se de fato se quer bem ao país e se respeita o povo, não há rancor nem ressentimento capaz de conter o impulso de união e a necessidade do entendimento.

O povo não viu Juscelino anistiado. Isso não impediu que o consagrasse. Não será essa, então, a maior lição que ele deixa aos seus sucessores? Não é preciso concordar para conviver. Mas até para discordar é preciso conviver. Urge restabelecer entre os brasileiros a confiança e o ânimo, abalados por tantos equívocos. Nada é mais fácil de dirigir do que um povo desconfiado. Ninguém se engana mais do que os que se consideram infalíveis.

· JK ·

JK por Celso Lafer

24 de agosto de 1976

Fonte: Folha de S. Paulo, 24 de agosto de 1976, p. 3.

Na análise de um governo sempre cabe fazer três perguntas: “Quem participou?” “Como funcionou?” “E qual foi a direção que imprimiu a um país no exercício de uma função hierárquica de gestão da sociedade?”

JK foi eleito num período da história brasileira assinalado pela ampliação da participação e pela extensão da cidadania. A dinâmica deste processo, ele a entendeu, no plano político, como uma responsabilidade para com a democratização do Estado e, no plano econômico, como uma obrigação no sentido de aumentar o nível geral de vida, através da expansão das possibilidades de consumo e do crescimento do emprego.

Coerente com o seu diagnóstico, que via o problema brasileiro como uma crise de puberdade, JK promoveu política e economicamente o desenvolvimento do país. Politicamente, impulsionou a democratização, estimulando com admirável tolerância o livre exercício da palavra viva e vivida no espaço público da vida brasileira. Economicamente rompeu o nó da concepção de um país de produtos agrícolas por vocação hereditária, através de uma vigorosa política de industrialização.

Em 1955, os índices do produto real agrícola e industrial eram respectivamente 129,8 e 162,4, e em 1961 atingiram 167,9 e 289,2. Esta transformação estrutural se traduziu numa taxa média de crescimento do PIB durante o quinquênio da ordem de 7% e num crescimento da renda real *per capita* de cerca de 3,8%. Estes resultados contrastam favoravelmente com os dos quinquênios anteriores e também com as projeções da época, que eram pessimistas e que previam dificuldades para o período. Como foi possível esta mudança na probabilidade dos resultados? Esta pergunta leva à segunda resposta na série das indagações propostas no início deste artigo.

O governo JK funcionou bem e foi capaz de traduzir objetivos e resultados. Este sucesso deriva da racionalização da ação do Estado, produto do planejamento. De fato, o Programa de Metas foi a primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil. O segredo desta experiência, no plano político, foi a inteligente utilização de estímulos e incentivos que viabilizaram a orientação do investimento a partir de um diagnóstico que culminou a informação existente com uma racionalidade superior que levou em conta a interdependência da economia como um todo. Os conceitos de ponto de estrangulamento interno e externo, o de pontos de germinação e o de demanda derivada permitiram a identificação das metas de energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e também a meta-síntese, que foi a construção de Brasília.

No plano operacional a chave do sucesso do Programa de Metas foi o funcionamento de um núcleo administrativo para onde foram canalizadas as competências e os poderes necessários para a implementação dos objetivos governamentais. BNDE, CPA, grupos executivos, Cacex, Sumoc, Carteira de Câmbio contornaram a inoperância do Estado pelo controle que tiveram das áreas de incerteza vitais para a execução do Programa de Metas, canalizando os investimentos públicos e privados através da liberação dos fundos vinculados do orçamento, dos

estímulos fiscais e creditícios, das licenças de câmbio e de exportação e dos avais, na medida em que as propostas se enquadravam no contexto dos objetivos governamentais. O exercício desta imaginação criadora do plano operacional, lado a lado com a imaginação política que assegurou, no plano da participação, a estabilidade pela tolerância democrática, dão os vetores do direcionamento do governo JK. Isto leva à derradeira resposta às indagações deste artigo.

O conselheiro Saraiva dizia em discurso na Câmara dos Deputados, em 10 de agosto de 1960:

“Por mais que me custe expor-me a ser tido por homem de pouco juízo, eu não hesitaria nunca em alistar-me no número dos loucos que nutrem a grande e generosa ambição de ver o país cortado de caminhos, de vias férreas, de canais, embora tudo isto nos desequilibrasse o orçamento e nos fizesse dever dezenas e dezenas de milhares de contos de réis... Por muito tempo a nossa escola há de ser tida como menos sensata por aqueles que elevam a prudência à ordem de primeira virtude, sem se recordar de que ela não tem merecimento senão como o corretivo da expansão demasiada da atividade humana... Quero pertencer à escola dos loucos, porque tenho a certeza de que a dos prudentes nada fará senão trazer o expediente em dia.”

Ao governo JK este texto se ajusta como uma epígrafe. JK não cuidou apenas do expediente, mas transformou com o seu talento o país e criou com a sua generosidade um paradigma no exercício da gestão pública da sociedade brasileira difícil de imitar, que faz com que, ao se olhar o seu túmulo mal fechado, ele pareça sob o signo da História, aos seus conterrâneos, ainda maior do que vivo.

Celso Lafer, PhD pela Universidade de Cornell, EUA, professor universitário, homem público, empresário, membro da Academia Brasileira de Letras.

Artigo de Adolpho Bloch sobre JK

24 de agosto de 1976

Fonte: Revista Manchete nº 2.534, Rio de Janeiro, fevereiro de 2006.

Nos últimos 13 anos fomos companheiros inseparáveis. Não havia um dia em que não falássemos. Ele era o meu mestre e amigo. Admirava a sua inteligência, o seu caráter e a sua personalidade. O seu coração não abrigava o ódio, apenas a alegria de servir ao próximo.

Ainda há pouco, sabendo que Amália Lucy, filha do presidente Geisel, estava sendo operada, ele me pedia notícias diariamente, pois conhecia a minha amizade com o professor Ackerman. Ficou feliz com o bom resultado da operação.

Na última quinta-feira, 19 de agosto, telefonou-me de Brasília pedindo que passasse dois ou três dias em seu sítio em pleno cerrado goiano. Disse-lhe que tinha necessidade de estar em São Paulo. Ele se lembrou de um convite do ex-governador Lucas Garcez para jantar no Clube Nacional. Convidei-o para passar comigo os dois dias em nossa casa de São Paulo. O seu avião, que devia pousar às 10 horas em Congonhas, foi obrigado a descer em Viracopos às 11 e meia. Ele logo me avisou que chegaria um pouco atrasado para o almoço. No trajeto para a capital, teve como companheiros os deputados Ulysses Guimarães e Franco Montoro. O almoço foi agradável. À tarde, leu um pouco e descansou. À noite, tive uma surpresa. Não sabia que ele acompanhava as telenovelas. Achava-as muito bem-feitas e de alto nível.

Mandei servir um chá e depois saímos para ouvir um pouco de música no bar do Hotel Hilton. Mais tarde, fomos ao Hippopotamus. Estava repleto. Muitos vieram cumprimentá-lo. Ele dançou algumas vezes. Sentia-se feliz. Voltamos para casa, fomos para a cozinha. Beliscou algumas frutas – como era de seu hábito. No dia seguinte, de manhã cedo, a mesa do café estava posta. Ele comentou: “Meu Deus, quanta coisa boa tem essa terra!”

Fomos ao salão para ler os jornais do dia. O terrorismo na Argentina e os terremotos nas Filipinas eram as principais notícias. JK se mostrou preocupado com o índice de nossa inflação. Disse-me que quando ela passa de 50% dá para pensar.

Para todas as perguntas que eu lhe fazia sobre os problemas nacionais, as suas respostas eram imediatas e positivas. Ele gostaria de provar que o cerrado pode ser transformado em celeiro do mundo.

Olavo Drummond veio buscar-nos para almoçar na casa de Aldo Nolte, que recebia outros convidados. Foi uma tarde simpática. JK perguntou ao dono da casa se os alemães ocidentais não gostariam de se unir aos alemães orientais. Muito ponderado, Aldo respondeu que talvez 60% aprovassem a unificação, mas a Inglaterra, a França e a Itália não tinham nenhum interesse nessa medida. Além disso, a *troika* imperialista possui as tropas do Pacto de Varsóvia. Comentei então que a libertação da Alemanha Oriental não poderia ser um fato isolado. Todas as colônias do Kremlin aguardam o dia feliz de sua independência.

Amizade eterna

Eu tinha de voltar ao Rio e já passava das 5 horas da tarde. JK fez questão de me acompanhar até o aeroporto. Conversou sobre a publicação de seus novos livros de memórias, que estão em fase de acabamento. Em Congonhas, saltou do carro, me abraçou fortemente e colou o seu rosto no meu. Era impossível imaginar que aquela seria a última vez que estávamos juntos.

No domingo, pouco antes das 8 horas da noite, o seu genro Rodrigo Lopes me telefona perguntando se eu sabia de algum desastre com o presidente na Rio-São Paulo. Respondi que era impossível, porque ele deveria estar indo para Brasília. Mal desliguei o aparelho, Mário Tamborindeguy telefonou-me de Resende, comunicando um desastre

no Km 165 da Rodovia Dutra. Haviam encontrado no carro acidentado alguns documentos de JK e de Geraldo Ribeiro, seu motorista.

Fiquei emocionado. Era absurdo. Duas semanas atrás, também recebera notícias alarmantes a respeito do meu querido amigo. Mas o telefone não parou mais. Com imensa dor, tive a confirmação logo em seguida: perdera um irmão, um amigo. E o Brasil perdia um estadista. Pobre menino descalço de Diamantina que hoje pertence à História do Brasil Grande. Carlos Lacerda e outros amigos vieram me visitar.

A amizade que me ligava a JK é eterna agora. Fui a seu escritório no 11º andar do edifício Manchete. Vi a sua mesa de presidente, a sua cadeira de presidente, a sua presença de presidente. O seu gabinete será o primeiro museu JK.

São 5 horas da manhã. Acabo de chegar de Brasília. Estou debruçado sobre o papel, para lhe dar o meu adeus. Há 33 horas não ouço a sua voz. Acompanhei-o até o fim da jornada. Vi milhares de pessoas soluçando no Rio e em Brasília. Acredito que 110 milhões de brasileiros sentimos a sua falta. Sua memória é sagrada para mim. Meu caro presidente, meu caro amigo: agora você pertence à eternidade de uma nação. E à saudade de todos nós. À D. Sarah, à Márcia, Maristela e Rodrigo, a seus filhos e à minha afilhada Anna Christina, a minha sincera amizade.

Gostaria de transcrever aqui o pensamento que dediquei ao presidente Juscelino Kubitschek no seu primeiro livro editado por mim: “A vida só é digna de ser vivida quando se faz algo pela vida em vida.”

· JK ·

Homenagem póstuma do deputado Tancredo Neves a JK

Novembro de 1976

Fonte: DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.).

Tancredo Neves: sua palavra na história. Belo Horizonte: Fundação Tancredo Neves, 1988, p. 127.

Sr. Presidente, deputado Célio Borja, meus colegas, integrantes da Mesa da Câmara, Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores,

No elogio fúnebre de De Gaulle, no seu inimitável Quando os Carvalhos se Abatem, o talento literário de Malraux nos narra cena simples e comovente que presenciou, quando, em Columbey-les-deux Eglises, era dado à sepultura o corpo do grande herói francês. Uma fila de fuzileiros navais, eretos e firmes, apresentava armas ao cortejo que desfilava, contendo uma multidão que atrás de si se apinhava. Eis que do meio dela se destaca uma mulher do povo, uma pobre camponesa de xale preto, humilde e triste, que, dirigindo-se a um daqueles militares, com voz altiva e enérgica, reclamou: por que não me deixam passar? – a ordem é para todos, foi a resposta ríspida e seca. Malraux, que assistia ao diálogo, pousou a sua mão no ombro do marinheiro e ponderou: “deixe-a passar. O general ficaria satisfeito. Ela fala como a França.”. Fazendo meia-volta, sem pronunciar uma palavra, sem mexer um só músculo, ainda apresentando armas e abrindo um claro, por ele penetra, coxeando, aquela francesa obscura e anônima. Nesse episódio Malraux sentiu e viu, através de estranho e misterioso simbolismo, um apresentar de armas à França eterna, miserável e fiel.

Esse o sentimento que de todos se apoderou na tarde e noite do último 23 de agosto, quando contemplamos, nesta capital, aquela imensa massa humana que se agitava no seu seio e se espriava ao longo das suas ruas e avenidas, aguardando horas a fio, respeitosamente, o instante de prestar a sua última homenagem ao presidente, ao servidor do povo, ao amigo de todos, que, horas antes, a morte tragicamente

nos arrebatara. Ela resumia, na sua consternação, a alma de quase cento e dez milhões de brasileiros, espalhados na vastidão do nosso território, que, naquela mesma hora, tomados da mesma emoção, unidos na mesma dor, carpiam o líder excepcional, cujo desaparecimento colocava em destaque a lição digna e luminosa de sua vida, tecida no estudo, no trabalho, na bondade e na inquebrantável fidelidade aos valores perenes da pátria.

Houve em cada lar uma prece, em cada face uma lágrima, em cada coração um voto de pesar e de saudade.

É que Juscelino Kubitschek de Oliveira pertencia àquela rara estirpe do herói de Sófocles na Antígona: “não viera para partilhar o ódio, mas para distribuir o amor.”

As nacionalidades dependem muito de sua configuração física, dos acidentes imprevisíveis e incontroláveis de sua formação, dos entes telúricos que lhes vincam a índole e a vocação, mas não há notícia na história de que nenhuma delas se haja transformado em nação poderosa, digna e culta sem a presença de condutores clarividentes e proféticos, de guias seguros e carismáticos, de líderes sábios e generosos.

São os predestinados que, com as suas mãos fortes e rígidas, sabem argamassar as virtudes e os defeitos do seu povo para torná-lo viril e dinâmico e que, com olhar fito no futuro, rasgam nos horizontes a perspectiva iluminada do seu destino.

Deles, mercê de Deus, está repleta a nossa história. Desde aquelas páginas encantadoras de beleza e heroísmo escritas pelos missionários jesuítas, passando pela epopeia das bandeiras, em que os Garcias, os Raposos, os Bartolomeu Bueno e os Fernão Dias balizaram os limites de nossa geografia, revogando o Tratado de Tordesilhas, a golpes de bravura, tenacidade e audácia, até chegar aos sonhos de liberdade de Tiradentes e Frei Caneca, que o Príncipe resoluto e impetuoso concretizou, cunhando a bela e estupenda legenda de nossa Independência.

Deles, e dos maiores, foi Pedro II, que, nos quatro decênios do seu reinado, estruturados na luta, no sacrifício e na austeridade, permitiu que a espada conciliadora de Caxias fundisse a unidade moral, política e territorial de nossa pátria; a Vasconcelos e a Honório Hermeto plantar e consolidar as nossas instituições livres; ao Visconde do Rio Branco e a Paulino de Sousa fixar as diretrizes de nossa política externa; e a Mauá empreender as primeiras tentativas de nosso processo de emancipação econômica, enquanto Nabuco, Patrocínio e a princesa Isabel nos redimiam da vergonha extrema da escravidão.

Crescemos, fortalecemo-nos e nos dignificamos sempre na linha da generosidade cristã, no respeito ao Direito, no culto da liberdade sem a qual as nações se transformam em imensos campos de concentração e os povos se estiolam no medo, na covardia e na mediocridade.

Com o advento da República, Ruy Barbosa retoma a defesa dos princípios fundamentais da nossa História. Com o seu gênio político, o seu verbo potente e a intrepidez do seu caráter, galvaniza a alma nacional alertando contra as deformações da força, os perigos da violência e a insensatez do arbítrio, deixando-nos a lição imortal, que penetrou a consciência da nação e nela se cristalizou, do respeito ao voto soberano do povo, do acatamento às decisões dos tribunais íntegros e livres, da submissão à lei e, acima de tudo, do horror a todas as formas de tirania, que se extravasam sempre na intolerância, na opressão e no fratricídio.

A Primeira República – e o afirmo sem nenhum demérito para os ilustres varões que a presidiram com honra e patriotismo – foi Ruy Barbosa. Quando ele morre, ela também se exaure e perece, extinguindo-se num melancólico crepúsculo de vil e apagada tristeza.

Irrompe 1930, uma alvorada redentora, uma clarinada de fé e civismo, uma mensagem de esperança em todos os corações, trazendo, no bojo dos acontecimentos de um mundo convulsionado e em crise, a figura

consular de Getúlio Vargas, que, com a fascinação de sua forte personalidade, haveria de dominar o cenário histórico do seu tempo.

O voto secreto e a Justiça Eleitoral, a Petrobras, Volta Redonda e Elektrobras, a Força Expedicionária Brasileira e os seus feitos heroicos e, por fim, a renovação social do Brasil são vigorosas e definitivas dimensões de cultura, força e grandeza, que se acresceram ao patrimônio de nossa civilização.

Eclode a guerra, qual um dilúvio apocalíptico de sangue, fogo e ferro, como se fora um imenso e insaciável Molock, de fauces hiantes, a devorar implacavelmente os alicerces de uma civilização perempta, que se avelhantara e se degenerara na impiedade, no egoísmo, na mentira e na injustiça.

Em meio a esse cataclismo gerado no ventre dos conflitos ideológicos, quando o mundo, dilacerado, parecia naufragar, desarvorado, em meio à hecatombe, os numes tutelares da pátria convocam Juscelino Kubitschek de Oliveira para comandar-lhe os destinos.

Não vou traçar a biografia esquematizada do grande brasileiro. Outros já o fizeram com a acuidade e o brilho de que eu não seria capaz e muitos outros ainda o farão. Limitar-me-ei, apenas, a assinalar que de todas as etapas de sua existência irradia-se uma mensagem que enobrece e dignifica a vida: do menino pobre de Diamantina, vem-nos a fé no futuro; do jovem que atravessava as madrugadas debruçado sobre um aparelho telegráfico, remonta a confiança no trabalho; do médico humanitário, fica-nos o amor ao próximo; e do estadista, a lição indelével da servidão cega à Constituição, da dignidade humana elevada à santidade de um dogma, o culto à liberdade, metamorfoseado em religião, que não se apostata impunemente.

Prefeito de Belo Horizonte, oprimido pela angústia dos recursos financeiros, supre, com imaginação e inteligência, a deficiência dos meios,

fazendo da então acanhada e obscura capital sertaneja um centro de trabalho intenso, de estudos sérios e de desenvolvimento artístico.

A urbanização e o embelezamento da Pampulha, com a sua primorosa e pioneira igreja, são, hoje, expressões universais do poder criador de artistas, desconhecidos na época, mas hoje consagrados mundialmente, que atendem aos nomes de Lúcio Costa, Niemeyer, Portinari e Santa Rosa.

Era um novo Midas, transformando em ouro, ao toque do seu talento privilegiado, o cascalho duro e informe daquela cidade triste e desconfiada.

Governador de Minas, na sucessão dos dias, meses e anos de um labor incessante, caracterizou-se pela nobre ambição de tudo fazer para eliminar e reduzir o sofrimento do povo, dando-lhe educação, trabalho, hospitais, estradas e energia. Não postergou a tradição, mas a ela não se escravizou. Revolucionou, renova, inova, constrói e destrói, conseguindo milagres verdadeiramente surpreendentes com o seu binômio: energia e transportes. E de tal forma se houve no Palácio da Liberdade que o volume das suas realizações e as proporções extraordinárias da sua obra projetaram-no em todos os recantos do Brasil, que passou a ver no governador de Minas um homem público lúcido, presente e atuante, dos maiores do seu tempo.

A sua caminhada para o Catete foi uma epopeia, uma batalha sem tréguas, uma travessia desassombrada por terreno minado, que a qualquer outro teria levado ao desânimo, menos a ele que possuía a fibra indomável de um gladiador.

A campanha que os adversários lhe impuseram foi das mais duras, ásperas e virulentas. No rádio, na imprensa escrita, na televisão, nas tribunas parlamentares, nada lhe foi poupado. Não houve expediente, dos mais torpes aos mais desumanos, que não fosse posto em prática. Era um deliberado acender de fogueiras. Vetos, cédula única, maioria

absoluta, a intimidação no devassar impiedoso e inescrupuloso da sua intimidade, mas ele, nem mesmo no paroxismo da luta, quando mais cortantes eram as contumélias, mais contundentes as injúrias, mais infamantes as calúnias, se deixou atormentar pela paixão ou pela irascibilidade, não admitindo sequer pudesse perder a linha de sua elevada compostura e, como aquele mar que Xerxes chicoteou, manteve-se imperturbável, impassível, tranquilo com a sua consciência, intimorato com o seu coração.

Todos nos lembramos dos primeiros dias do seu governo. O estado de sítio amortalhava a nação, como medida extrema para conter o delírio dos inconformados e impedir a proliferação das conspirações do derrotismo impenitente. A nação sangrando e dividida em campos nitidamente caracterizados. Crise econômica, crise política, crise militar. Os mais otimistas vaticinavam: governo agitado, legalidade ameaçada.

Eis que se revela o estadista, em toda a sua plenitude, e o gênio político, na força de sua capacidade. Os que dele esperavam vinditas e represálias se surpreenderam e se decepcionaram. Suspende, por iniciativa própria, no mesmo dia de sua posse, o estado de sítio, restaura as franquias legais, devolve à imprensa e aos instrumentos de comunicação os veículos da liberdade. Cinco anos de trabalho, de estabilidade, de prática ileso da democracia. A paz interna, a prosperidade, Legislativo e Judiciário intocáveis na sua majestade, imprensa solta e o prestígio internacional que ele consegue através da subordinação inapelável à voz das urnas e da diuturna vigilância e zelo na observância do exercício dos sagrados direitos do homem.

Seria fastidioso descerrar as monumentais realizações de Juscelino Kubitschek de Oliveira na Presidência da República. E não apenas fastidioso, de todo desnecessário, porque elas estão gravadas, em letras de fogo e para sempre, na gratidão nacional. Mas não se pode falar de

Juscelino Kubitschek de Oliveira sem falar de Brasília, o que seria uma omissão imperdoável.

Concepção nacionalista dos primórdios de nossa História, devaneio dos Inconfidentes, visão alucinada do Patriarca, sonho de inspiração divina de D. Bosco, mandamento imperativo de todas as nossas Constituições – haveria de encontrar, no garimpeiro de Diamantina – sonhador, temerário e ousado – as mãos ciclópicas para plantá-la e chantá-la nas regiões abandonadas do nosso planalto central, como âncora da nacionalidade a lhe apontar, permanentemente, os horizontes sem fim da esperança.

Lutou e muito sofreu para construí-la. Teve que enfrentar pressões externas e internas insuportáveis. E quando se viu só com a sua determinação, apelou para o candango, em cujos músculos, como num mirífico avatar, se alojara o arrojo dos bandeirantes.

Já se disse que as catedrais medievais não teriam sido levantadas se a fé católica, viva e forte, não morasse no espírito dos seus obreiros. De Brasília, parodiando, poder-se-á dizer o mesmo: ela teria sido um fracasso oceânico, um himalaia de frustrações, se o coração ardente do candango, com todas as suas veras, não se sintonizasse com a fé, a coragem e a decisão de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Brasília foi, no passado, o seu desafio, hoje é a sua afirmação e, amanhã, há de ser o marco eterno de sua glória.

Esta bela capital é o cadinho onde se acrisolam as essências mais puras da nacionalidade, a forja imensa onde se retemperam as energias da brasilidade, a mais alta realização artística de uma raça, o imponente e imperecível monumento erguido à fé, à energia e à capacidade criadora de um povo.

Cassaram-no, é verdade. Baniram-no da vida pública. Os vilipêndios que atormentaram os últimos anos de sua existência não o abateram e nem o diminuíram; ele cresceu no coração do povo. Na sua humildade

cristã ele encontrou as forças da altivez e da honra para enfrentar e suplantar as maquinações do ódio.

Os interrogatórios inquisitoriais não demoliram o seu ânimo. As ameaças do terror não o amedrontaram. Mas, no exílio, ele se entibiu e sofreu. A saudade da pátria distante e o temor de que não pudesse mais revê-la angustiavam-no e penetravam no seu coração como uma agonia. De Nova York ele escreve a um amigo palavras repassadas de desalento e amargura. Ouçamo-lo:

“O dia de Natal amanheceu triste. São duas horas da tarde e a noite já cobriu a cidade. Não se veem senão as luzes fosforescentes dos carros e dos anúncios. Ontem tive surpresa comigo mesmo. À noite, por volta das sete horas, senti uma solidão mortal. Não conseguia atender a telefonemas sem quebrar a emoção, porque esta me impedia de falar. Uma tristeza pesada, brutal, dolorosa invadiu-me. Por que está acontecendo isto comigo? Nova York é uma cidade constituída de rinocerontes de aço. À noite há muita luz que sai dos olhos dos animais, mas que em nada altera o panorama da solidão.”

O exílio é o preço que os grandes homens pagam para conseguir um lugar no coração da História. Eles são supliciados antes de serem glorificados, como ainda há pouco, na sua notável oração, dizia desta tribuna o insigne colega Brígido Tinoco. Demóstenes amargou-o por ter escrito a Oração da Coroa, o mais terrível libelo contra os tiranos e o liberticídio. Cícero, cuja cabeça decepada, colocada no rosto do fórum romano, continua sendo, através dos séculos, o mais veemente protesto contra os delírios da força e as insânias da truculência, também o padeceu. Napoleão, que traçou com a ponta da sua espada o mapa do mundo, na sua época, encontrou em Santa Helena os seus momentos de maior dignidade espiritual e a mais elevada sublimação de sua personalidade. Chateaubriand e Victor Hugo foram compelidos a comungar a hóstia do ostracismo, sem que, em nenhum instante, a sua imortalidade fosse amesquinhada.

Mas, por que buscar tais exemplos em outras histórias e em outros povos, se os temos entre nós não menos nobres e nem menos belos?

Exilados foram os Andradas, que nos deram a Independência. Pedro II, o mais conspícuo de todos os brasileiros, desterrado, morreu longe da pátria, com o coração esvaçado pelas ingratidões e a alma ulcerada de desenganos. O Visconde de Ouro Preto e Silveira Martins cobriram-se de honras no degredo. Ruy Barbosa e Epiácio Pessoa se avultaram em dignidade e heroísmo quando o preferiram a se acomodarem com o perjúrio da Constituição e o império da violência. Siqueira Campos, o herói sem medo e sem mácula; Washington Luís, o caráter inamalgável; Otávio Mangabeira, o liberal generoso e idealista; Arthur Bernardes, a encarnação da honra, são constelações fulgurantes de civismo que, na expatriação, nos deram o exemplo de que todo sacrifício é pequeno quando celebrado com ardor patriótico, no altar da pátria.

O exílio era o toque que faltava para compor a imagem histórica de Juscelino Kubitschek de Oliveira, a moldura de ouro de sua radiosa personalidade, o píncaro resplandecente de sua empolgante trajetória.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, seja-me permitido, antes do término desta alocução que os sentimentos me vão ditando e que pronuncio por honrosa incumbência da Direção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, que eu quebre, de leve, o protocolo solene desta magna e histórica sessão da Câmara dos Deputados para dirigir uma palavra à Exma. Sra. D. Sarah Kubitschek de Oliveira, que, nestes dias tristes, nos surpreende com a inexpugnável fortaleza do seu espírito. O preclaro presidente Juscelino Kubitschek, estilista primoroso, como prosador e notabilíssimo orador, nunca, ao que me conste, em qualquer fase da sua vida, buscou o ritmo e a rima para expressar suas emoções. Sei, porém, que talvez o único verso de sua lavra e, se não o único, sem dúvida, o mais belo, ele o compôs para a sua incomparável consorte, companheira dedicada, no esplendor e no tormento, e o fez gravar numa

placa, que afixou na sua fazenda de Luziânia, em reconhecimento do muito que lhe devia em encorajamento, ternura e amor. É singelo, mas de emocionante beleza: “Solar de Dona Sarah, que com exemplar dignidade foi primeira-dama de Belo Horizonte, de Minas, do Brasil e é desta casa.”

Mais não se poderia dizer de dama tão ilustre, em cuja personalidade, sedutora e harmoniosa, se enastram todas as delicadezas do coração e a resistência inflexível do caráter da mulher brasileira.

Este discurso já vai longe, urge terminá-lo.

Falando pela última vez no Senado da República, onde se orgulhava de representar o bravo estado de Goiás, e quando dúvida já não mais havia da sua proscricção iminente, Juscelino Kubitschek de Oliveira sentenciou:

“Mais uma vez tenho nas mãos a bandeira da democracia que me oferecem, neste momento em que, com ou sem direitos políticos, prosseguirei na luta em favor do Brasil. Sei que nesta terra brasileira as tiranias não duram; que somos uma nação humana penetrada pelo espírito de justiça. Homem do povo, levado ao poder sempre pela vontade do povo, adianto-me, apenas, ao sofrimento que o povo vai enfrentar nestas horas de trevas que já estão caindo sobre nós. Mas delas sairemos para a ressurreição de um novo dia, dia em que se restabelecerão a justiça e o respeito à pessoa humana.”

Esse dia começou a alvorecer com a sua morte. Do fundo da sua tragédia, ele ainda conseguiu que a alma brasileira – inconformada e democrática – rompesse a reclusão e viesse para as ruas. Foi o seu último encontro com o povo e esse encontro foi apoteótico, triunfal e consagrador.

Assistimos à antecipação do seu julgamento histórico, à sua entronização no Panteão da Pátria, o ato público patético, solene e majestoso de revogação de todas as injustiças e agravos que os ódios e as paixões lhe irrogaram.

Ele foi um predestinado que soube cumprir com grandeza a sua missão. Ilustrou, enriqueceu e elevou a sua pátria. Dignificou o seu povo. Prestigiou e fortaleceu as nossas instituições democráticas. Preservou e opulentou o patrimônio dos nossos princípios sagrados. Sonhou, lutou e sofreu para reduzir entre nós a área dos miseráveis e apaziguar o espírito revoltado dos que têm fome e sede de justiça.

Outro assim, para repetir o vate andaluz, tardará muito tempo em nascer.

Diante do seu vulto, que a morte transfigura e ilumina com os clarões da imortalidade, elevando-o aos páramos onde se encontram os espíritos protetores da Nacionalidade, outras palavras não encontro para encerrar esta oração senão aquelas que o gênio de Shakespeare, na mais famosa de suas tragédias políticas, colocou nos lábios de Marco Antônio, ao contemplar o cadáver mutilado de Brutus:

“Dos nobres, era o mais nobre. A sua vida era pura. Os elementos que compunham o seu ser de tal forma nele se conjugavam, que a Natureza inteira poderia levantar-se e bradar ao universo: aqui está um Homem!”

· JK ·

JK por Sarah Kubitschek

4 de fevereiro de 1996

Fonte: Memorial JK, Brasília.

Conheci Juscelino numa tarde festiva no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Belo Horizonte. A vida da mulher de um político da entregadura de Juscelino não é fácil. Procurei acompanhá-lo, participar ativamente da carreira política dele. Não foi uma vida fácil, sobretudo para aquela que sentia a responsabilidade pesando sobre seus ombros. Procurei dar uma participação honesta, perseverante e digna.

Quando Juscelino foi prefeito de Belo Horizonte, não houve eleição. Juscelino foi indicado para o cargo por seu amigo Benedito Valadares, que, naquela época, era interventor, e não governador. Procurei dar minha modesta contribuição, embora não tendo ainda um conhecimento maior do que fosse a participação da mulher na política.

Na eleição para governador, meu cunhado, Gabriel Passos, era o candidato da oposição. Foi uma situação profundamente delicada. Sentia pelo Gabriel Passos uma total e irrestrita admiração. Minha irmã Amélia e eu respeitávamos os nossos maridos. Fizemos questão de trabalhar para ambos sem, todavia, permitir que essa delicada situação interferisse na nossa família, desfazendo laços sólidos de uma mútua e grande admiração.

Como primeira-dama de Minas Gerais, dediquei-me muito à Assistência Social. Era meu dever participar, não diretamente, mas de forma tal que redundasse em apoio a Juscelino no cargo de governador. Já na campanha para a Presidência da República, foi uma batalha terrível. O antigo Distrito Federal era reduto da oposição a Juscelino, e seu principal adversário tinha todas as chances de vencer no Rio de Janeiro. Daí a resolução de Juscelino de tomar para si o trabalho da campanha em todos os outros estados, ignorando a então capital do país. A campanha foi tão feroz e agressiva que nem mesmo o meu lar foi respeitado.

Naturalmente revoltada, tomei a resolução de participar diretamente da campanha, fazendo-a nas ruas. Convoquei as mulheres, pois sabia de antemão que o senso de responsabilidade das mulheres me daria uma total cobertura. Foi, incontestavelmente, um sucesso o trabalho dos comitês femininos. O resultado foi surpreendente. Todos, no meio político do Rio de Janeiro, achavam que Juscelino chegaria em quarto lugar naquela cidade. Eram quatro candidatos. Qual não foi a surpresa quando Juscelino ganhou o segundo lugar no Rio, graças ao entusiasmo com que as mulheres realizaram seu trabalho nos comitês femininos.

Criei as Pioneiras Sociais quando Juscelino era ainda governador de Minas Gerais. Foi uma criação feliz. Encontrei em todas as camadas sociais apoio e entusiasmo. Era o meu binômio: Saúde e Educação. Dessa forma, encontrei todas as portas abertas para realizar o que achava indispensável fazer para assistir às camadas mais carentes da sociedade.

Todos sabem que Juscelino gostava de casa cheia, mesa farta. Não era fácil conciliar os afazeres de primeira-dama com os deveres de mãe de família, de dona de casa, de primeira-dama e de esposa de um político de prestígio que, por temperamento, gostava de estar sempre cercado de numerosas pessoas. Como era de se prever, a privacidade ficava bastante atingida. Juscelino sempre foi uma pessoa de bom humor. Quer em casa, na intimidade, quer fora do ambiente familiar.

Quando Juscelino morreu, o Brasil chorou. O povo sentiu que perdia um grande líder e um homem de capacidade invulgar. Os anos se passaram – e o povo não o esquece. O pesar com a sua ausência é sincero e grande. Se ele ainda estivesse vivo, estaria contribuindo para tornar o Brasil um país forte, independente e feliz, onde a esperança teria o seu lugar de destaque.

Durante a minha vida, ocupei vários palácios: o da Liberdade, o das Mangabeiras, o do Catete, o das Laranjeiras, o Rio Negro, o Catetinho, o da Alvorada e o dos Despachos. De todos eles, o que mais profundamente me marcou foi o Catetinho. Construção modesta, realizada em apenas 10 dias para ser a residência do presidente durante a construção de Brasília. Era a arrancada para o futuro. O início de uma nova era para um grande destino. Dali, para aqueles que tinham visão, estávamos plantando o início de uma cidade que seria reconhecida no mundo inteiro pela beleza e arrojo de sua arquitetura e seu traçado inédito, que somente gênios como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer poderiam conceber. Foi um privilégio acompanhar essa epopeia.

Depois de tudo que vivi e a que assisti enquanto JK foi presidente, não ousaria aceitar nenhum cargo político. Para mim, bastam as lembranças que guardo religiosamente no meu espírito. O privilégio de conviver numa época de tanta grandeza e inédita em realizações seria suficiente para me sentir plenamente realizada.

Um mês após a morte de Juscelino, fui com Maria Estela ao escritório de Niemeyer. Falei-lhe da minha pretensão e ele prontificou-se logo a fazer o projeto do memorial. Eu queria um museu que não fosse estático, mas dinâmico como era o Juscelino. Imediatamente, saí procurando um terreno em Brasília, na companhia de Carlos Magalhães. Procurei até à exaustão, quando recebi dos órgãos do governo a informação de que, para a família Kubitschek, terreno em Brasília, nem vendido. Vi meus sonhos se desfazerem. Uma semana após minha primeira conversa, o Oscar apresenta-me, em seu escritório, o projeto e as plantas da futura obra. Foi um momento de grande emoção para mim e para ele, porque, naquele instante, lembramo-nos de quando Juscelino lhe pediu o projeto da Pampulha, em Belo Horizonte.

Três anos depois do projeto e das plantas já prontos, recebo um telefonema de Niemeyer dizendo que havia sido procurado por um grupo de parlamentares sugerindo que ele projetasse um panteão a ser erguido na Praça dos Três Poderes. Niemeyer dizia-me, então, que o projeto de um memorial para Juscelino poderia ser realizado no conjunto do futuro panteão. Não fiquei entusiasmada, pois não era bem o que desejava. Dois dias depois dessa conversa telefônica, estava eu sozinha, vendo televisão, quando surgiu no vídeo a imagem do nosso amigo Sílvio Caldas. Eu ignorava o que ele tinha em mente quando falara com o presidente Figueiredo. Acontece que, numa conversa do César Prates, velho amigo de Juscelino, com o cantor e seresteiro, foram comentados os problemas por mim encontrados para a obtenção do terreno em Brasília para a construção do memorial. A primeira pergunta do Sílvio Caldas foi: “Presidente, D. Sarah está numa luta terrível para achar um

terreno para construir o Memorial JK. O senhor faria uma doação para ela realizar o que deseja?”. Ele prontamente disse: “Farei com muito prazer.”. E Sílvio Caldas: “E, se ela quiser vir aqui, o senhor a receberá?”. Disse o presidente: “Com muita honra.”. E assim ficou selada a sorte do Memorial JK. O presidente Figueiredo foi generoso e elegante doando o melhor terreno, que fica muito bem situado e tem grande valor histórico, pois é o lugar onde foi celebrada a primeira missa de Brasília.

Nesse mesmo dia, marquei, bem no estilo de Juscelino, a sua inauguração para o dia 12 de setembro de 1981. Não contava ainda com a ajuda de ninguém, mas tinha certeza de que o povo brasileiro também comungava comigo nesse gesto de gratidão ao seu grande líder. A partir daí, a luta foi grande. Os recursos foram surgindo: governadores, prefeitos, empresários e o povo acorreram e atenderam aos meus apelos. E hoje o memorial está aí, para perpetuar a imagem histórica de Juscelino, reverenciar sua memória e divulgar seus ideais de liberdade, democracia e bem-estar social para o povo brasileiro.

· JK ·

NOTAS

Notas

- 1 Maria Victoria de Mesquita Benevides, *Depoimento de JK ao CPDOC*, p. 1.
- 2 Francisco de Assis Barbosa, *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*, p. 147.
- 3 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, p. 21.
- 4 Maria Victoria de Mesquita Benevides, *Depoimento de JK ao CPDOC*, p. 3 e 6.
- 5 Vicente Guimarães (Vovô Felício), *Nonô, o menino de Diamantina*, p. 89-91.
- 6 Maria Victoria de Mesquita Benevides, *Depoimento de JK ao CPDOC*, p. 9.
- 7 *Ibid.*, p. 11.
- 8 *Ibid.*, p. 12.
- 9 *Ibid.*, p. 12.
- 10 *Ibid.*, p. 14.
- 11 Maria Estela Kubitschek Lopes, *Simple e princesa*, p. 44.
- 12 Francisco de Assis Barbosa, *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*, p. 357.
- 13 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, p. 168-169.
- 14 *Ibid.*, p. 197.
- 15 *Ibid.*, p. 196.
- 16 Plínio de Abreu Ramos, *O PSD mineiro*, p. 160.
- 17 Francisco de Assis Barbosa, *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*, p. 363-364.
- 18 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, p. 212.
- 19 *Ibid.*, p. 213.
- 20 *Ibid.*, p. 216.
- 21 *Ibid.*, p. 234.

- 22 Ibid., p. 221.
- 23 Maria Victoria de Mesquita Benevides, *Depoimento de JK ao CPDOC*, p. 55-56.
- 24 Ibid., p. 66.
- 25 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, p. 247-248.
- 26 Ibid., p. 240-241.
- 27 Maria Victoria de Mesquita Benevides, *Depoimento de JK ao CPDOC*, p. 73.
- 28 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, p. 318-319.
- 29 Ibid., p. 349.
- 30 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 61-62.
- 31 Ibid., p. 15.
- 32 Ibid., p. 17.
- 33 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, p. 355.
- 34 Geraldo Mayrink, *Juscelino*, p. 29.
- 35 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 21.
- 36 Depoimento de Oscar Niemeyer ao autor, em 29 de dezembro de 1999.
- 37 Plínio de Abreu Ramos, *O PSD mineiro*, p. 118-119.
- 38 *Revista Fatos e Fotos Gente* nº 785. Brasília, 5 de setembro de 1976, p. 62.
- 39 Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva, *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*, p. 113.
- 40 Lúcia Hipólito, *O PSD de Minas Gerais: um estilo de política*, p. 4394.
- 41 Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva, *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*, p. 122.
- 42 Ibid., p. 109.
- 43 Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, p. 57.
- 44 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, p. 320.

- 45 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 121.
- 46 Depoimento de Rondon Pacheco ao autor. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010.
- 47 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 144.
- 48 Revista *Fatos e Fotos Gente* nº 785. Brasília, 5 de setembro de 1976, p. 62.
- 49 Entrevista de Manuelzão ao autor, Andrequicé, Minas Gerais, 1991.
- 50 Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva, *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*, p. 222.
- 51 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 238-239.
- 52 Depoimento de Paulo Pinheiro Chagas ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 30 de março de 1977.
- 53 Revista *Fatos e Fotos Gente* nº 785. Brasília, 5 de setembro de 1976, p. 62.
- 54 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 211 e 219.
- 55 Francisco Iglésias, *Trajетória política do Brasil*, 1995, p. 269.
- 56 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 218-219.
- 57 *Ibid.*, p. 223.
- 58 Memórias de Affonso Heliodoro dos Santos.
- 59 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 226-228.
- 60 Revista *Status*, São Paulo, 27 de maio de 1976, p. 17.
- 61 Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, p. 41-45.
- 62 Boris Fausto, *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, p. 189.
- 63 Mauro Santayana (org.), *A política como razão: as ideias e o tempo de Tancredo Neves*, p. 1.
- 64 Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva, *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*, p. 277-278.
- 65 Marly Silva da Motta, *Teotônio Vilela*, p. 28.

- 66 Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, p. 45 e 58.
- 67 Depoimento de Rondon Pacheco ao autor. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010.
- 68 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 318.
- 69 *Ibid.*, p. 365.
- 70 *Quatro anos no governo de Minas Gerais (1951-1955)*, p. 383-388.
- 71 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 364.
- 72 Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 10 de setembro de 2009.
- 73 Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 23 de outubro de 2010.
- 74 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 462-463.
- 75 Depoimento de Paulo Pinheiro Chagas ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 30 de março de 1977.
- 76 Ernesto Geisel, *Ernesto Geisel* [depoimento ao CPDOC], p. 121.
- 77 Carlos Lacerda, *Minhas cartas e as dos outros*, p. 153
- 78 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, p. 455.
- 79 *Idem.*
- 80 Depoimento de Roberto de Oliveira Campos ao autor, 18 de dezembro de 1999.
- 81 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Por que construí Brasília*, p. 300.
- 82 *Revista Isto É*, edição nº 1.577, especial 12, dezembro de 1999, p. 11.
- 83 Boris Fausto, *História concisa do Brasil*, p. 236.
- 84 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Cinquenta anos em cinco*, p. 315-316.
- 85 *Ibid.*, p. 332-333.
- 86 *Ibid.*, p. 335.

- 87 Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, p. 47.
- 88 Francisco de Assis Barbosa, *Os anos de Juscelino*, p. 211.
- 89 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Cinquenta anos em cinco*, p. 452.
- 90 *Ibid.*, p. 453.
- 91 *Ibid.*, p. 284.
- 92 *Ibid.*, p. 410-411.
- 93 *Ibid.*, p. 424-425.
- 94 *Ibid.*, p. 453.
- 95 Roberto de Oliveira Campos, *A lanterna na popa: memórias*, p. 387.
- 96 Geraldo Mayrink, *Juscelino*, p. 71.
- 97 Francisco Iglésias, *Trajectoria política do Brasil*, 1993, p. 269 e 273-274.
- 98 Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 27 de outubro de 2010.
- 99 Eliézer Penna, Goiânia, 23 de setembro de 2008.
- 100 Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 27 de outubro de 2010.
- 101 Carlos Lacerda, *Minhas cartas e as dos outros*, p. 223.
- 102 Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, p. 59.
- 103 Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 27 de outubro de 2010; Carlos Heitor Cony, *JK: memorial do exílio*, p. 67-68.
- 104 Carlos Heitor Cony, *JK: como nasce uma estrela*, p. 129-130.
- 105 Depoimento de Rondon Pacheco ao autor. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010.
- 106 Ernesto Geisel, *Ernesto Geisel* [depoimento ao CPDOC], p. 177-178.
- 107 Lira Neto, *Castello: a marcha para a ditadura*, p. 286.
- 108 *Folha de S. Paulo*, São Paulo, terça-feira, 26 de maio de 1964, p. 5.

- 109 *Folha de S. Paulo*, São Paulo, quarta-feira, 27 de maio de 1964, p. 3.
- 110 Aspásia Camargo et al., *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*, p. 476-477.
- 111 Affonso Heliodoro dos Santos, JK: exemplo e desafio, e depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor, em Brasília, 8 de setembro de 2010.
- 112 Idem.
- 113 Lira Neto, *Castello: a marcha para a ditadura*, p. 285-289.
- 114 Roberto de Oliveira Campos, *A lanterna na popa: memórias*, p. 726-727.
- 115 Depoimento de Carlos Murilo Felício dos Santos ao autor. Brasília, 2 de novembro de 2010.
- 116 Maria Estela Kubitschek Lopes, *Simples e princesa*, p. 135.
- 117 Affonso Heliodoro dos Santos, JK: exemplo e desafio, p. 189-191.
- 118 Ernesto Geisel, *Ernesto Geisel* [depoimento ao CPDOC], p. 177-178.
- 119 Aspásia Camargo et al., *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*, p. 480.
- 120 Maria Estela Kubitschek Lopes, *Simples e princesa*, p. 135.
- 121 Affonso Heliodoro dos Santos, JK: exemplo e desafio, p. 193-206.
- 122 Revista *Veja*, edição nº 1495, 14 de maio de 1997. *Veja* contou as citações nas 450 páginas do Diário de JK.
- 123 Revista *Status*, São Paulo, 27 de maio de 1976, p. 12.
- 124 Josué Montello, *O Juscelino de minhas recordações*, p. 240-241.
- 125 Carlos Heitor Cony, JK: memorial do exílio, p. 104.
- 126 Ibid., p. 98.
- 127 Aspásia Camargo et al., *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*, p. 480.
- 128 Carlos Heitor Cony, JK: memorial do exílio, p. 106 e 141.
- 129 Affonso Heliodoro dos Santos, JK: exemplo e desafio, p. 200.
- 130 Depoimento de Maria Alice Gomes Berengas no documentário franco-brasileiro *JK no exílio*, de julho de 2010, escrito por Bertrand Tesson e

- Carlos Alberto Antunes Maciel, dirigido por Bertrand Tesson e Charles Cesconetto. O autor deste livro também participou desse documentário.
- 131 Idem.
 - 132 Depoimento de Maria Estela Kubitschek ao autor. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2011.
 - 133 Documentário franco-brasileiro *JK no exílio*, op. cit.
 - 134 Serafim Jardim e Bruna Teixeira, *Onde está a verdade?: depoimento aos jornalistas mineiros Luiz Carlos Bernardes e Orlando Marques Pinto Leite*.
 - 135 Affonso Heliodoro dos Santos, *JK: exemplo e desafio*, p. 217.
 - 136 Carlos Heitor Cony, *JK: memorial do exílio*, p. 120-121.
 - 137 Carlos Lacerda, *Minhas cartas e as dos outros*, p. 250-253.
 - 138 Idem.
 - 139 Carlos Heitor Cony, *JK: memorial do exílio*, p. 128.
 - 140 Ernesto Geisel, *Ernesto Geisel* [depoimento ao CPDOC], p. 177-178.
 - 141 Luiz Fernando Mercadante, *20 perfis e uma entrevista*, p. 128-129.
 - 142 Carlos Heitor Cony, *JK: memorial do exílio*, p. 132-135.
 - 143 John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*, p. 577.
 - 144 Carlos Heitor Cony, *JK: memorial do exílio*, p. 142.
 - 145 Revista *Status*, São Paulo, 27 de maio de 1976, p. 12.
 - 146 *Ibid.*, p. 11.
 - 147 Depoimento do médico José Bolivar Brant Drummond ao autor. Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2001.
 - 148 Idem.
 - 149 Carlos Heitor Cony, *JK: memorial do exílio*, p. 141.
 - 150 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, p. 9.
 - 151 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, orelha.
 - 152 Revista *Veja*, edição extra, 25 de agosto de 1976, p. 23.

- 153 Revista IstoÉ nº 720, São Paulo, 18 de setembro de 2002.
- 154 Trecho parcialmente baseado em Carlos Heitor Cony, JK: memorial do exílio, p. xv.
- 155 Carlos Heitor Cony, JK: como nasce uma estrela, p. 143.
- 156 Ibid., p. 145-146.
- 157 Ibid., p. 145-146.
- 158 Evandro Lins e Silva, discurso de posse na Academia Brasileira de Letras.
- 159 Depoimento de César Prates ao autor. Brasília, 30 de janeiro de 2001.
- 160 Revista Status, São Paulo, 27 de maio de 1976, p. 12.
- 161 Depoimento de Carlos Murilo Felício dos Santos ao autor. Brasília, 13 de janeiro de 2000.
- 162 Depoimento de Ildeu de Oliveira ao autor. Brasília, 19 de janeiro de 2001.
- 163 Cf. Elio Gaspari, *A ditadura encurralada*, p. 303-311.
- 164 Entrevista de Carlos Heitor Cony ao jornalista Boris Casoy, programa *Passando a Limpo*, da TV Record, levado ao ar em 2000 e repetido em 21 de janeiro de 2001.

ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviaturas e siglas

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABL	Academia Brasileira de Letras
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-5	Ato Institucional nº 5
AML	Academia Mineira de Letras
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BB	Banco do Brasil S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Cacex	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí
Codi	Centro de Operações de Defesa Interna
Cosipa	Companhia Siderúrgica Paulista
CPA	Conselho de Política Aduaneira
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

Dasp	Departamento Administrativo do Serviço Público
Denasa	Desenvolvimento Nacional S.A.
Deops	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DF	Distrito Federal
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
Doc. cit.	Documento citado
DOI-Codi	Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
DPF	Departamento de Polícia Federal
Ecemar	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
Eceme	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
Emfa	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
Eximbank	Export-Import Bank
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FGV	Fundação Getulio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
Frimisa	Frigoríficos de Minas Gerais
GEB	Guarda Especial de Brasília
GO	Goiás
IBC	Instituto Brasileiro do Café

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipes	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
Novacap	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
Olas	Organização Latino-Americana de Solidariedade
Op. cit.	Obra já citada
OPA	Operação Pan-Americana
Org.	Organizador
Paeg	Programa de Ação Econômica do Governo
Para-SAR	1ª Esquadilha Aeroterrestre de Salvamento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Polícia Especial do Exército
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
PFL	Partido da Frente Liberal

PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PR	Partido Republicano
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido de Representação Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RJ	Rio de Janeiro
RM	Região Militar
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SNI	Serviço Nacional de Informações
SP	São Paulo
SQS	Super Quadra Sul
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar

Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Sumoc	Superintendência da Moeda e do Crédito
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesco	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Unicamp	Universidade de Campinas
Usaid	United States Agency for International Development
Usiminas	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo
Vasp	Viação Aérea São Paulo

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário histórico-geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001.

ALMEIDA, Kléber; MANSUR, Gilberto. Juscelino Kubitschek: entrevista. *Status*, São Paulo, n. 18, jan. 1976.

ALMINO, João. *Cidade livre*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010.

ALVES, Henrique L. *Juscelino Kubitschek: o construtor de Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1983.

ARAÚJO, Fernando. *Juscelino Kubitschek: o médico*. Belo Horizonte: Gráf. Líthera Maciel, 2000.

ARAÚJO, Léa Sayão Carvalho. *Meu pai, Bernardo Sayão*. 5. ed. Brasília: Senado Federal, 1994.

BADARÓ, Murilo Paulino. *José Maria Alkmim: uma biografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1977.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

_____. Os anos de Juscelino. In: Quadros, Jânio da Silva; Melo Franco, Afonso Arinos de. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Ed., 1967. cap. 7.

BELOCH, Israel; FAGUNDES, Laura Reis (coord.). *Brasil, Brasília e os brasileiros*. Rio de Janeiro: Memória Brasil; Brasília-DF: Fund. João Pinheiro, 2002.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Depoimento de JK ao CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1976.

_____. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão externa destinada a esclarecer em que circunstância ocorreu a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, em 22 de agosto de 1976, e acidente rodoviário ocorrido na rodovia Presidente Dutra, quilômetro 165, no município de Resende. *Relatório final*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. São Paulo: Folha de S. Paulo; Publifolha; Zero Hora, 1997.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. *A política externa do governo Kubitschek*. Brasília: Thesaurus, 1996.

CAMARGO, Aspásia et al. *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CAMPOS, Manoel França. *Brasília: terceiro marco*. Rio de Janeiro: São José, 1960.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fund. Assis Chateaubriand, 1999.

CARONE, Edgar. *A República liberal: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1985.

CARPEAUX, Otto Maria. *A batalha da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *A renúncia de Jânio*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. *Retratos e fatos da história recente*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

CASTELO BRANCO, Paulo. *A morte de JK*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

CATALDO, Beth et al. *Brasília aos 50 anos: que cidade é essa?* Brasília: Tema Editorial, 2010.

CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. *JK desperta BH (1940-1945): a capital de Minas Gerais na trilha da modernização*. Belo Horizonte: Annablume Ed., 2010.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

_____. *113 dias de angústia*. Porto Alegre: L&PM, 2. ed., 1979.

_____. *O Brasil sem retoque*. A história contada por jornais e jornalistas: 1808-1964. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

CHAGAS, Carmo. *Política: arte de Minas*. São Paulo: Carthago & Forte, 1994.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1977.

CONY, Carlos Heitor. *JK: como nasce uma estrela*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

_____. *JK: memorial do exílio*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1982.

_____. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. LEE, Anna. *O beijo da morte*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2003.

_____. *Quem matou Vargas*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974.

CORRÊA, Marcos Sá. *Oscar Niemeyer*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

COSTA, Lucio. Brasília revisitada. In: *Brasil. DISTRITO FEDERAL. Leis etc. Decreto nº 10.829, de 1987. Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, n. 194, 1987. Anexo I.

_____. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Maria Elisa (org.). *Com a palavra, Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

COSTA, Virgílio. *Apresentação de Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal, 2009.

COTRIM, Márcio. *O outro lado do concreto armado*. Brasília: Thesaurus, 1987.

COUTO, Ronaldo Costa. *A saga da construção de Brasília. Veja*, São Paulo, n. especial: 50 anos – o nascimento de uma nação, nov. 2009.

_____. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010.

_____. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.

_____. *Tancredo vivo: casos e acaso*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1995.

COUTO, Sóter. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.

CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1894.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

_____. *Dossiê Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1985.

DENYS, Odylo. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DOURADO, Autran. *Gaiola aberta: tempos de JK e Schmidt*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Castello Branco: o presidente reformador*. Brasília: EdUnB, 1983.

FALCÃO, Armando. *Geisel: do tenente ao presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

_____. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

FERREIRA, Argemiro. Confissões de JK: entrevista. *Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 375, 3 set. 1976.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

FORMIGA, Marcone. *Resumo da ópera: jornalismo, entrevistas*. Brasília: Dom Quixote; Verano, 1996.

FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil e Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1968.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GEISEL, Ernesto. *Ernesto Geisel: [depoimento ao CPDOC]*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

GIKOVATE, Moisés. *Brasília: uma realização em marcha*. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

GONÇALVES, Nélio Cerqueira. *J Kasos e Kasos sem J*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

GUDIN, Eugênio. *Para um Brasil melhor*. Rio de Janeiro: Apec Ed., 1969.

GUERRA, Jacinto. *JK: triunfo e exílio*. Brasília: Thesaurus, 2005.

- GUIMARAENS, Cêça. *Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- GUIMARÃES, Vicente. *Nonô: o menino de Diamantina*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1976.
- GUTEMBERG, Luiz. *Ulysses Guimarães: Perfis Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.
- HAYDT, Humberto. *JK: mitos e metas*. Rio de Janeiro: Ed. Gráf. Lagunilla, 1963.
- HIPÓLITO, Lúcia. *O PSD de Minas Gerais: um estilo de política*. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. v. 5, p. 4394.
- _____. *PSD de raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Trajectoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- _____. *Trajectoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- JARDIM, Serafim; TEIXEIRA, Bruna (coord). *Onde está a verdade?: depoimento aos jornalistas mineiros Luiz Carlos Bernardes e Orlando Marques Pinto Leite*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *De Nonô a JK: a história do menino que transformou o Brasil*. Diamantina, MG: Casa de Juscelino; Governo de Minas, 2010.
- KOIFMAN, Fábio (org.). *Presidentes do Brasil*. São Paulo: Cultura, 2002.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *A escalada política*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1976. (Meu caminho para Brasília, v. 2).
- _____. *A experiência da humildade*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1974. (Meu caminho para Brasília; v. 1).
- _____. *A marcha do amanhecer*. São Paulo: Bestseller, 1962.
- _____. *Cinquenta anos em cinco*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978. (Meu caminho para Brasília, v. 3).

_____. *Diário: 450 páginas de anotações manuscritas pessoais do período novembro de 1973 a agosto de 1976.*

_____. *Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento.* Belo Horizonte: Liv. O. Nicolai, 1955.

_____. *Por que construí Brasília.* Brasília: Senado Federal, 2000.

KUBITSCHKE LOPES, Maria Estela. *Simples e princesa.* São Paulo: Arx, 2006.

LACERDA, Carlos. *Depoimento.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

_____. *Minhas cartas e as dos outros.* Brasília: EdUnB, 2005.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas: processo de planejamento e sistema político no Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002.

_____. *Paradoxos e possibilidades.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira.* São Paulo: Augurium Ed., 2005.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

LIMA, Valentina da Rocha; RAMOS, Plínio de Abreu. *Tancredo fala de Getúlio.* Porto Alegre: L&PM, 1986.

LISPECTOR, Clarice. *De corpo inteiro.* Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. *Para não esquecer: crônicas.* São Paulo: Siciliano, 1992.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República do Catete.* Petrópolis: Vozes, 1989.

LUZ, Clemente. *Invenção da cidade.* Brasília: Ebrasa, 1967.

MALRAUX, André. *Discours au Brésil.* Rio de Janeiro: Funarte, 1998.

MARTINS, Kao. *Rouco de tanto ouvir: as tramas de Benedito.* Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 1992.

MAYRINK, Geraldo. *Juscelino.* São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Recortes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

MELO FILHO, Murilo. *Testemunho político*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1997.

MENDONÇA, E. Roberto. *JK: cidadão do Brasil, perfil do estadista*. Brasília: [s.n.], 2002.

MERCADANTE, Luiz Fernando. *20 perfis e uma entrevista*. São Paulo: Siciliano, 1994.

MIRANDA, Wander Melo. *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.

MONTELLO, Josué. *Diário da noite iluminada: 1977-1985*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

_____. *O Juscelino Kubitschek de minhas recordações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MORAES, José. *Juscelino: o homem, a candidatura, a campanha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

MOREIRA, Neiva. *Brasília: hora zero*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

MOREIRA, Pedro Rogério Couto. *Bela noite para voar*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005.

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

_____. *Teotônio Vilela*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1996. p. 28.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Juscelino Kubitschek: audácia, energia, confiança*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1988.

NERY, Sebastião. *Grandes pecados da imprensa*. São Paulo: Geração Ed., 2000.

- _____. *A nuvem: o que ficou do que passou*. São Paulo: Geração Ed., 2009.
- NETO, Geneton Moraes. *Dossiê Brasil: as histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1997.
- NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.
- NEVES, Tancredo de Almeida. *Tancredo Neves: sua palavra na História [discursos]*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1988.
- NIEMEYER Soares Filho, Oscar Ribeiro de Almeida. *As curvas do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- _____. *Diante do nada*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- _____. *Meu sócia e eu*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- _____. *Minha arquitetura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- _____. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Teixeira de (org.). *Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo*. Belo Horizonte: Mercado Comum, 2008.
- OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *O Congresso em meio século*. Brasília: Plenarium, 2005.
- ORICO, Osvaldo. *Brasil: capital Brasília*. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1961.
- _____. *Confissões do exílio: JK*. Rio de Janeiro: F. Alves Ed., 1977.
- PAVIANI, Aldo (coord.). *Brasília: ideologia e realidades, espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985.
- PENNA, José Oswaldo Meira. *Quando mudam as capitais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- PERALVA, Osvaldo. *Brasília: patrimônio da humanidade, um relatório*. Brasília: MinC, 1988.

PINHEIRO NETO, João. *Juscelino: uma história de amor*. Rio de Janeiro: Mauad, 1994.

PRATES, César. *Do Catetinho ao Alvorada*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.

QUADROS, Jânio; MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Editores, 1967.

Quatro anos no governo de Minas Gerais: 1951-1955, síntese das realizações do governador Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959. p. 383-388.

PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

RAMOS, Plínio de Abreu. *O PSD mineiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

REIS, Milton. *A trajetória do poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. *Mestiço é que é bom*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

RIEDINGER, Edward Anthony. *Como se faz um presidente: a campanha de JK*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SANTAYANA, Mauro (org.). *A política como razão: as ideias e o tempo de Tancredo Neves*. Belo Horizonte: Autêntica Ed.; Fund. Tancredo Neves, 2010.

_____. *Tancredo: o verbo republicano*. Belo Horizonte: Autêntica Ed.; Fund. Tancredo Neves, 2010.

SANTOS, Affonso Heliodoro dos. *JK: de Diamantina ao Memorial*. Brasília: Thesaurus, 2010.

_____. *JK: exemplo e desafio*. Brasília: Thesaurus, 2005.

_____. *O Memorial JK: um monumento e centro de cultura*. Brasília: Verano, 1996.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 6. ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1998.

SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. 4. ed. Brasília: Linha Gráf. Ed., 1999.

_____. *O militante da esperança e a história de Brasília*. Brasília: Ed. Brasília, 2004.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Desenvolvimento e democracia: 1956-1960*. São Paulo: Ed. IstoÉ, 1998. (Coleção História da República Brasileira).

SILVEIRA, Joel. *A feijoada que derrubou o governo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

SIMÕES, Josanne Guerra. *Sirênico canto*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TAMANINI, Lourenço Fernando. *Memória da construção*. Brasília: Royal Court, 1994.

TEIXEIRA, Ib. O custo-Brasília. *Conjuntura econômica*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 5, p. 25-30, maio de 1996.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital: marítima ou interior?* Brasília: Thesaurus, 1978. (Coleção Memória do Brasil; v. 5).

VASCONCELOS, José Adirson de. *Conhecendo e compreendendo Brasília*. Brasília: [s.n.], 1969.

VAZ, Alisson Mascarenhas. *Israel: uma vida para a história*. Rio de Janeiro: Vale do Rio Doce, 1996.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

- VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- VIANA FILHO, Luiz. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: Bibliex; J. Olympio, 1975.
- VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil*. São Paulo: Ed. Globo, 2004.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.
- WALTERS, Vernon A. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.
- WERNECK, Humberto. *Juscelino Kubitschek: o tocador de sonhos*. São Paulo: Fund. Odebrecht, 2002.

Outras fontes

Jornais

- Brasília em Dia*, Brasília.
- Correio Braziliense*, Brasília.
- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro.
- Diário da Assembleia*, Rio de Janeiro.
- Diário de Notícias*, Rio de Janeiro.
- Estado de S. Paulo*, São Paulo.
- Folha de S. Paulo*, São Paulo.
- Gazeta Mercantil*, São Paulo.
- Hoje em Dia*, Belo Horizonte.
- Jornal da Comunidade*, Brasília.
- Jornal de Brasília*, Brasília.
- Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro.
- Le Monde*, Paris.

O Estado de Minas, Belo Horizonte.

O Globo, Rio de Janeiro.

Pasquim, Rio de Janeiro.

The New York Times.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro.

Última Hora, Rio de Janeiro.

Washington Post, Washington-DC.

Revistas

Carta Capital, São Paulo.

Conjuntura Econômica (FGV), Rio de Janeiro.

Época, São Paulo.

IstoÉ, São Paulo.

Manchete, Rio de Janeiro.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro.

Revista Brasília (Novacap), Brasília.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Brasília.

Rio Magazine, Rio de Janeiro.

UnB Revista (UnB), Brasília.

Veja, São Paulo.

Visão, São Paulo.

Como o garoto pobre de Diamantina pôde conquistar o governo de Minas e a Presidência da República? Como conseguiu revolucionar o desenvolvimento brasileiro e inserir o país na modernidade sem se afastar da democracia? Quais os seus segredos para neutralizar tentações golpistas de parte das Forças Armadas no auge da Guerra Fria? Quem eram e o que realmente queriam seus adversários e inimigos? Por que o visionário e mais tolerante e feliz presidente do Brasil foi depois tão magoado e perseguido?

Este livro conta um pouco da saga do menino Nonô e do político JK, quase sinônimo de democracia e desenvolvimento, definido por Gilberto Freyre como inquestionável realizador dinâmico – o Mauá das atividades públicas – e por Afonso Arinos como o poeta da ação. Uma trajetória pública luminosa, interrompida por truculento jogo de poder, perseguição política e ódio. Das andanças descalço nas ruas de pedra da histórica Diamantina à morte instantânea no quilômetro 165 da Via Dutra, em 22 de agosto de 1976, em choque brutal de seu carro com enorme carreta. Tragédia que abalou e comoveu o Brasil, oficialmente tratada como acidente de estrada, mas cercada de suspeitas de atentado.



O escritor Ronaldo Costa Couto é doutor em história pela Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV) e economista pela UFMG, onde lecionou. Jornalista, professor, pesquisador. Homem público, foi o coordenador geral da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, e o primeiro secretário de Planejamento do novo estado do Rio de Janeiro (governo Faria Lima). Presidente do Banco de Desenvolvimento e secretário de Planejamento de Minas Gerais (governo Tancredo Neves). Ministro de Estado do Interior, função que acumulou com a de governador de Brasília no início da democratização de 1985, e ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no triênio 1987-1989 (governo Sarney).

É autor de *Matarazzo* (2004), pela Editora Planeta do Brasil, e de *Tancredo vivo: casos e acaso* (1995), *História indiscreta da ditadura e da abertura* (1998), *Memória viva do regime militar* (1999), *A história viva do BID e o Brasil* (1999) e *Brasília Kubitschek de Oliveira* (2001), pela Editora Record, do Rio de Janeiro. Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Rede Globo de Televisão. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, da Academia Brasileira de Letras e da Academia Mineira de Letras.

“Nasceu Juscelino Kubitschek de Oliveira, futuro presidente do Brasil!”

João César de Oliveira, caixeiro-viajante, pai de JK, em 12 de setembro de 1902

“Ressalto a honra que tenho em pertencer ao corpo legislativo de meu país. Sem parlamento não há democracia, não há liberdade.”

Juscelino Kubitschek de Oliveira

“Juscelino, coitado, Deus o tenha em boa guarda, mas era uma calamidade.”

Eugenio Gudín, engenheiro, economista, homem público

“A partir de Juscelino, surge um novo brasileiro.”

Nelson Rodrigues, jornalista, escritor, dramaturgo

“JK é o poeta da obra pública.”

João Guimarães Rosa, escritor, médico, diplomata

“Seu Castello, temos que cassar o Juscelino.”

*Marechal Arthur da Costa e Silva,
ministro da Guerra do governo Castello Branco*

“A marca mais forte de sua grandeza foi a imaginação.

Era corajoso e ao mesmo tempo humilde.”

Carlos Lacerda, homem público, jornalista, escritor

“O homem de visão do Brasil. Uma das personagens políticas mais ricas dos últimos tempos, um homem que fez coisas impressionantes.”

The New York Times

“É mesmo insofismável que houve o acidente. Mas aí há um paradoxo: os indícios de que houve um crime são maiores que as provas.”

Carlos Heitor Cony, jornalista, escritor



edições câmara
LEGADO

SENADO
FEDERAL



CÂMARA DOS
DEPUTADOS